

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUÍS KIST

**OS JESUÍTAS NO COMEÇO DO BRASIL,
GUIADOS PELA FÉ E REGIDOS PELA COLÔNIA**

São Leopoldo

2008

LUÍS KIST

**OS JESUÍTAS NO COMEÇO DO BRASIL,
GUIADOS PELA FÉ E REGIDOS PELA COLÔNIA**

Dissertação para obtenção do título de mestre no
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Orientador: Prof. Dr. Pedro Inácio Schmitz

São Leopoldo

2008

AGRADECIMENTOS

À reitoria da Unisinos, na pessoa do Magnífico Reitor, Dr. Marcelo Fernandes de Aquino, e do Vice-reitor, Dr. José Ivo Follmann, pela magnânima concessão da bolsa de estudos, sem a qual não teria sido possível realizar o mestrado.

Ao orientador, Prof. Dr. Pedro Inácio Schmitz, pelo estímulo à pesquisa e pela cooperação ao longo de todo o mestrado, desde a elaboração do projeto até a conclusão da dissertação. Também pelo seu testemunho de vida e suas sábias palavras de compreensão e apoio.

Ao Instituto Anchietano de Pesquisas, especialmente na pessoa de seu diretor, o Dr. Pedro Inácio Schmitz, pela disponibilização de seu espaço e sua biblioteca para o estudo e a pesquisa e, sobretudo, pelo acesso à documentação microfilmada que sustenta o presente estudo.

Ao Acervo Documental e de Pesquisa (ADOP) da Unisinos, pelo agradável e estimulante espaço de estudos e pela disponibilidade da microleitora para a leitura da documentação microfilmada. Também pelas ajudas do Prof. Dr. Blásio Rambo para a compreensão dos textos em latim.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, pela contribuição por meio da troca de idéias, conversas, orientações e aulas.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente participaram pelo bom andamento do mestrado, sobretudo por meio do estímulo e da amizade.

RESUMO

O presente trabalho mostra, em nível institucional e em nível individual de cada jesuíta, a trajetória de diálogo entre o projeto missionário da Companhia de Jesus e o contexto brasileiro na segunda metade do século XVI, período em que a ordem aqui se implantou e estruturou de um modo que a caracterizaria por todo o período colonial. No nível da instituição (primeira parte), esse diálogo resultou na gestação de uma estrutura organizativa que respondia a todos os aspectos envolvidos na obra catequética, notadamente as ordens de Roma, o plano civilizador português e as experiências missionárias que os jesuítas faziam no contexto brasileiro. Essa trajetória inclui, também, as concepções e crenças que orientavam o plano catequético trazido da Europa e a reformulação dele a partir dos resultados que os padres iam obtendo em sua atuação concreta, além da resignificação dos conceitos de missão e conversão, para dar sentido aos empreendimentos que a Companhia ia fazendo em novas frentes de trabalho, segundo as demandas locais. No nível individual (segunda parte), mostra-se, por meio de um breve itinerário biográfico, o modo como cada jesuíta desenvolvia, nas situações concretas em que atuava, a missão geral da Companhia e como discernia a aplicação das crenças e orientações trazidas de Roma ao contexto local. Inclui-se, nesta parte, a descrição do pessoal que compunha a província brasileira (origem, formação, aptidões, etc) e a forma como se fazia a administração dele dentro da ordem.

Palavras-chave: missão, conversão, Companhia de Jesus, Jesuítas, contexto colonial.

ABSTRACT

The present paper shows, both at the institutional and the individual level of every Jesuit, the trajectory of dialogue between the missionary project of the Society of Jesus, and the Brazilian context in the second half of the XVI century, a period in which order was here being implanted and structured in a way that would characterize it during the whole colonial period. At the institutional level (first part), this dialogue resulted in the gestion of an organizative structure that responded to all the aspects involved in the catechetical work, especially the orders from Rome, the Portuguese civilizing plan, and the missionary experiences that the Jesuits were making in the Brazilian context. This trajectory includes also the conceptions and believes that oriented the catechetical plan brought from Europe, as well as its reformulation departing from the results which the priests were obtaining in their concrete actuation, as well as the resignification of the concepts of mission and conversion, in order to give sense to the enterprises that the Society was making in new labor fronts, according to the local demands. At the individual level (second part), we show, through a brief biographical itinerary, the way in which each Jesuit developed, in the concrete situations in which he acted, the general mission of the Society, and how he discerned the application of the believes and orientations coming from Rome to the local context. In this part we include the description of the personnel that composed the Brazilian province (origin, formation, aptitudes, etc.), as well as the way how its administration was being made inside the Order.

Word-key: mission, conversion, Jesus Company, Jesuits, colonial context.

SUMÁRIO

	Pag.
Agradecimentos	3
Resumo	4
Abreviaturas e siglas.....	7
Introdução	8
Parte I	
A Companhia de Jesus e a elaboração de uma estrutura para sustentar a obra da conversão no Brasil	
A Companhia de Jesus	24
A Companhia de Jesus e a obra de conversão dos índios	25
Estruturação interna da Companhia de Jesus no Brasil	31
1. Colégios	32
2. Residências	38
3. Aldeamentos	39
I – Colégio da Baía	46
Residências anexas ao Colégio da Baía	49
1. Residência de Ilhéus	50
2. Residência de Porto Seguro	51
Aldeamentos pertencentes ao Colégio da Baía	53
II – Colégio do Rio de Janeiro	59
Aldeamentos pertencentes ao Colégio do Rio de Janeiro	62
Residências anexas ao Colégio do Rio de Janeiro	64
1. Residência de Vitória	64
Aldeamentos anexas à residência de Vitória	65
2. Residência de São Vicente	69
3. Residência São Paulo de Piratininga	70
Aldeamentos anexas à residência São Paulo	72
III – Colégio de Pernambuco	74
Aldeamentos pertencentes ao Colégio de Pernambuco	75
Conclusão	76
Parte II	
Os operários da Obra	
I – Dados introdutórios	78
1. Números e naturalidade	78
2. Formação	91
3. Ofícios	96
II – Nomes	109
Considerações finais	226
Referências bibliográficas	236
Bibliografia auxiliar	246

ABREVIATURAS E SIGLAS

ARSI – Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.

Bras. – Brasilia, volumes de documentos integrantes do ARSI.

Fond. Ges. – Fondo Gesuitico, arquivo de Roma sobre os Jesuítas.

HCJB – História da Companhia de Jesus no Brasil – Obra do P. Serafim Leite, 1938-1950.

Lus. – Lusitania, volume integrante do ARSI.

Mon. – Monumenta Brasiliae, organizados e publicados por Serafim Leite e integrante do Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma.

INTRODUÇÃO

Junto à armada que aportou na Baía a 25 de Março de 1549 e que trouxe o primeiro governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, vieram os primeiros jesuítas que pisaram na América. Eram cinco, chefiados pelo P. Manoel da Nóbrega. Sua vinda deu-se a pedido da Coroa Portuguesa, que contratou-os para a catequese e civilização dos índios do Brasil, a fim de incorporá-los na economia e sociedade coloniais. Mas eles vinham, também, movidos pelo desejo de anunciar aos inocentes indígenas as palavras salvadoras do evangelho, convictos de que era esta a vontade do deus que anunciavam e a quem serviam. Como soldados de Cristo, empenharam-se em trazer os índios para dentro da igreja universal e da religião redentora trazidas pelo europeu; como instrumentos da colonização, tiveram que conciliar essa sua ânsia de salvação das almas com a exigência da integração dos índios na sociedade e economia colonizadoras, sobretudo preparando-os e dispondo-os como mão-de-obra para os trabalhos da lavoura, para a construção de obras públicas e para a defesa das vilas contra o ataque de índios revoltosos ou de piratas estrangeiros.

Inicialmente, os jesuítas desenvolveram sua atividade missionária por meio de missões volantes, que consistiam em visitas, esporádicas e passageiras, às aldeias dos índios para pregação e concessão de sacramentos. Logo, porém, perceberam que dessa forma poucos resultados alcançavam na transformação dos índios em personalidades à imagem do europeu, tal como intentavam. Centraram, então, sua atividade indígena na fundação e administração de aldeamentos. Por um lado, os aldeamentos eram um espaço propício para a transformação dos índios em civilizados cristãos; por outro, eram uma forma de disponibilizar e regularizar o uso dos índios como mão-de-obra, pois serviam como uma reserva de obreiros para o cultivo, defesa e povoamento da terra.¹ Como participantes da igreja salvadora universal e trabalhadores disciplinados, os índios tornavam-se participantes do Estado português. É certo que nem todos os aldeamentos do Brasil foram fundados e administrados pelos jesuítas,² mas o papel deles nessa atividade era fundamental, praticamente indispensável. Em cada frente de avanço da colonização portuguesa no Brasil, a proposta do aldeamento era quase sempre cogitada e testada com os grupos com que se entrava em contato.

¹ O aldeamento como reserva de mão-de-obra e, conseqüentemente, a provisoriamente da estadia dos índios nos aldeamentos, expressava-se, metaforicamente, nas construções: as casas eram cabanas cobertas de palha; somente a igreja era uma construção mais sólida. Há, pois, um evidente contraste com a construção das casas nas reduções espanholas, auto-suficientes e com outra função.

² Havia vários tipos de aldeamentos: aldeamentos particulares de colonos, aldeamentos d'El Rei, aldeamentos de câmaras municipais e aldeamentos particulares dos religiosos. De alguma forma, todos estavam aos cuidados dos jesuítas. Conf. LEITE, HCJB II: 61ss; PETRONE, 1995: 59ss.

No entanto, a atuação dos jesuítas no Brasil não se resumiu à catequese e civilização dos índios. Desde o início, passaram a dedicar-se, também, à população colonial portuguesa e mameluca, alguns porque percebiam que também eles necessitavam das palavras salvadoras do evangelho, outros porque consideravam a atuação junto aos índios estéril. Além disso, coube aos jesuítas o papel de primeiros instrutores dos filhos da população colonial e, de fato, em cada povoado em que se instalavam, logo criavam, ao lado da igreja, uma escola para o ensino das primeiras letras e de alguns cálculos. Essas atividades educacionais gradativamente se intensificaram e resultaram na criação dos colégios, que tornaram-se os centros agregadores de toda a estrutura organizativa da província brasileira, seja como casa-mãe das residências jesuíticas do Brasil, seja como centros formadores de novos operários jesuítas e de educandários para os filhos da população colonial. Ao mesmo tempo, o investimento nos colégios ampliou a diversidade das ocupações da Companhia no Brasil e uma formação mais individualizada de seus membros, a fim de melhor preparar cada um deles para o campo específico a que era enviado a atuar.

Essa gradual ampliação do campo de atuação dos jesuítas no Brasil foi, em grande parte, resultado da adaptação deles ao contexto colonial que se transformava e do crescimento de seu número ao longo do século XVI. Se inicialmente vieram para ocupar-se unicamente com os índios, logo perceberam que poderiam fazer muito mais pelo reino de Cristo no Brasil que catequizar índios. A missão da conversão passou a ser redefinida e a ultrapassar os limites da dedicação aos índios, sobretudo à medida em que o número deles presentes no litoral e atingidos pela colonização ia reduzindo ao longo das décadas. Por outro lado, o desenvolvimento da colônia criava novas demandas missionárias, como a educação da criança e o atendimento da escravaria espalhada pelos engenhos e fazendas. Além disso, o sempre maior número de jesuítas e a sempre maior diversificação dos campos de atuação deles no Brasil implicava uma sempre maior administração do pessoal e uma estrutura organizativa que conciliasse a administração eficiente da província brasileira com os documentos orientadores da ordem provindos da sua sede de Roma.

Acerca dessa obra jesuítica no Brasil e da importância deles no desenvolvimento da colônia muito já se tem escrito. Mas o tema está longe de estar esgotado e muito mais ainda pode ser escrito, sobretudo a partir da ampliação da investigação num maior número de documentos, grande parte deles ainda inéditos e de difícil acesso. A reinterpretação dos mesmos documentos produz trabalhos novos a partir de olhares diferentes, conforme as teorias vigentes. A pesquisa em maior número de documentos pode resultar em novos olhares nascidos nos dados contidos na documentação e pode até dar origem a novas teorias ou

relativizar as vigentes. Em parte aconteceu isso no presente trabalho, que foi sendo redirecionado na medida em que avançava a leitura da documentação pesquisada. Não é, evidentemente, um trabalho isento de interpretações norteadas por teorias, mas nele tentou-se partir, não de uma teoria, senão dos testemunhos registrados na documentação jesuítica, ressaltados os devidos cuidados que a leitura dessa documentação implica. Também não é um trabalho inteiramente inédito, dado que na confecção dele foram aproveitadas informações apresentadas em obras produzidas por autores que já trabalharam temas próximos. No entanto, é certo que consegue acrescentar algo de novo ao horizonte investigativo sobre a atuação jesuítica no Brasil do século XVI e, de alguma forma, tem sua originalidade.

Seria dispendioso demais apresentar aqui todas as obras e trabalhos já produzidos sobre a temática dos jesuítas no Brasil do século XVI, mas algumas merecem ser citadas por despontarem como referência comparativa imediata ao presente trabalho. Em primeiro lugar, está a obra monumental de Serafim Leite, “História da Companhia de Jesus no Brasil”,³ que já pretende contar toda a história dos jesuítas no Brasil ao longo do período colonial. No entanto, por ser uma obra ampla e que abarca um período longo, é, também genérica e não consegue aprofundar todos os aspectos da atuação jesuítica brasileira, de forma que depois dele muito ainda pode ser investigado de modo original sobre o tema. Além disso, é uma obra que foi produzida a mais de meio século atrás, quando os referenciais teóricos da história eram bem outros dos atuais. Como uma primeira leitura sobre os jesuítas no Brasil, é certamente a melhor indicação e vários dados contidos nela foram aproveitados no presente trabalho como referência inicial. Também foram percebidos alguns equívocos nela, sejam decorrentes de omissões ou na incorreção de dados por ele apresentados. De qualquer forma, a pesquisa de Serafim Leite foi importante para ter uma noção geral sobre a obra jesuítica do século XVI e seguintes e serviu como referência em alguns momentos, sem que se pretendesse, como ele, escrever uma história geral da atuação jesuíta no Brasil, nem uma apologia deles.

Acerca da fundação dos primeiros aldeamentos jesuíticos, uma obra de referência é a tese de Herbert Wetzel, “Mem de Sá, terceiro Governador Geral: 1557-1572”.⁴ Sua contribuição é valiosa para o levantamento numérico dos primeiros aldeamentos fundados e administrados pelos jesuítas no Brasil e a determinação de sua localização. No entanto, seu estudo, focado na atuação do governador geral Mem de Sá, não aprofunda nem prioriza o papel dos aldeamentos na estrutura organizativa da Companhia no Brasil e da colônia, nem

³ LEITE, 1938-1956.

⁴ WETZEL, 1972.

mostra a importância das experiências que os jesuítas ali faziam para a reformulação do projeto catequético deles para o Brasil. Além disso, seu estudo restringe-se ao período de Mem de Sá, cuja colaboração com a atuação com a obra jesuíta ressalta, enquanto o presente trabalho abarca toda segunda metade do século XVI e enfoca outros aspectos.

Entre os trabalhos mais recentes produzidos no Brasil sobre o tema e com um enfoque teórico diferente, dois podem ser referidos prioritariamente ao presente estudo. O primeiro deles é a tese de Maria Regina Celestino de Almeida, ‘Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro’.⁵ Esta obra, vencedora do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa em 2001, apresenta uma abordagem inovadora na forma de encarar a atuação dos índios aldeados diante do contato com o colonizador europeu. Centrando-se na atuação das lideranças indígenas dos aldeamentos do Rio de Janeiro frente ao uso dos índios como mão-de-obra e na luta deles pela busca de terras, ela dá uma nova roupagem ao debate em torno do papel dos índios no contexto colonial. Dando preferência à atuação dos índios, redireciona a forma de encarar a história indígena e demonstra que a complexidade do processo de contato entre duas culturas não pode ser resumido por generalizações do tipo aculturação e resistência. Com isso, ela pretende uma valorização dos índios na história do Brasil e sugere que a atuação deles nos aldeamentos foi de resistência, não direta, porém, senão por meio da exploração dos recursos que a lógica colonial lhes possibilitava. Seu trabalho insere-se numa vertente de pesquisadores que acredita ser possível estudar os índios a partir da documentação produzida por cronistas e missionários que tiveram contato com eles no passado, desde que certos cuidados interpretativos estejam presentes. É uma obra digna de consideração, mas com um enfoque diferente do dado ao presente trabalho: sua atenção recai sobre os índios e sua atuação nos aldeamentos, enquanto a atenção do presente trabalho recai sobre a atuação jesuíta, sem menosprezar o papel dos índios na gestação do projeto catequético da Companhia de Jesus no Brasil.

O outro trabalho recente digno de menção é o de Cristina Pompa, ‘Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial’,⁶ que recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado no concurso CNPq-ANPOCS de 2002. Este trabalho, na verdade, divide-se em duas partes, uma referente ao século XVI e aos índios Tupi do litoral e o outro referente ao século XVII e aos índios Kariri, do sertão. Em termos comparativos ao presente trabalho, é mais pertinente restringir-se à primeira parte. Localizando-se nos limites entre a antropologia e a história, sua abordagem é inovadora na forma como apresenta os diversos aspectos da

⁵ ALMEIDA, 2000.

⁶ POMPA, 2003.

tradução que se efetuou no encontro dos horizontes cosmológicos indígena e europeu no espaço da catequese jesuítica brasileira. Propondo a necessidade de uma releitura das fontes produzidas pelos missionários no Brasil, ela reconstrói a trajetória do profetismo tupi-guarani e mostra que a tradução da religião católica ao contexto indígena não se restringiu ao plano lingüístico, senão marcou-se por um complexo processo de traduções e resignificações de ambos os lados. Com isso, ela sugere o abandono dos paradigmas de pesquisa binários sobre a conquista, tanto da vertente da perda, quanto a da resistência. Também ela aposta na releitura da documentação missionária para o estudo dos índios, tentando extrair dela o sentido que o encontro com o europeu teve para as populações indígenas. Indo além de Almeida, tenta mostrar as traduções de ambos os lados: os índios foram “traduzidos” pelo europeu, a fim de inseri-los para dentro das compreensões e crenças próprias da Europa da época; por outro lado, os índios traduziam o missionário e a doutrina cristã para o seu sistema cosmológico, a fim de torná-los compreensíveis para a sua cultura. Esta idéia do contato caracterizado pela tradução e concessões de ambos os lados na obra catequética jesuíta do Brasil, mostra-se implícita no presente trabalho e perpassa-o do início ao fim. Porém, o enfoque dele não é essa idéia, pois não pretende mostrar os dois lados do contato, mas apenas o da Companhia e dos jesuítas. Além disso, o presente trabalho difere tanto da obra de Almeida quanto da de Pompa pela sua pretensão de ser menos interpretativo a partir de teorias antropológicas.

Por fim, uma última referência a ser citada é a obra de Charlotte de Castelneau-L'estoile, “Les Ouvriers d’une Vigne Stérile: les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil, 1580-1620”.⁷ O acesso a essa obra deu-se quando minha pesquisa já estava avançada e vários aspectos sobre a atuação jesuíta no Brasil percebidos por ela na documentação pesquisada, também foram verificados por mim, inclusive porque as fontes de nossas pesquisas em parte eram as mesmas. Centrado no projeto missionário brasileiro do período de 1580 e 1620, ressalta as dificuldades que os jesuítas encontraram na obra de conversão dos índios e o modo como a ordem administrou o quadro de seus operários, a partir de uma distribuição por talentos. Além disso, demonstra a forma como os jesuítas foram reformulando sua atuação no Brasil a partir da adaptação das ordens provindas de Roma ao contexto local. Destaque merece sua intenção de compreender a missão tal como era compreendida pelos missionários do século XVI e sua pretensão de resgatar o sentido das categorias por meio das quais eles davam significado a sua conduta. Entre os trabalhos

⁷ CASTELNAU-L’ESTOLE, 2000.

citados, certamente este é o que mais se aproxima do presente trabalho, embora com objetivos diferentes e com um recorte temporal também diferente.

Feita a apresentação dessas obras, convém apresentar a proposta do presente estudo. Afinal, o que se pretende com ele e em que ele difere de outros sobre a mesma temática da Companhia de Jesus no Brasil? Trata-se de mostrar a trajetória de diálogo do projeto jesuítico com contexto brasileiro no nível institucional e no nível individual de cada jesuíta e do diálogo interno da Companhia com seus membros sobre seu projeto missionário, ao longo da segunda metade do século XVI. No nível da instituição, esse diálogo resultou na gestação de uma estrutura organizativa, que caracterizaria a Companhia no Brasil por todo período colonial e cuja trajetória se pretende descrever; no nível individual dos jesuítas, o resultado foi a alternância de sentimentos de ânimo e frustração com o projeto catequético e a diversificação dos campos de atuação deles.

Enquanto instituição, a Companhia de Jesus formava uma estrutura regida por documentos e regulamentos rígidos, que exigia dos membros que nela ingressavam a acomodação e adaptação ao modo de proceder descrito por ela. Essa adequação dos jesuítas à ordem, dava-se por meio da formação, fortemente marcada pela obediência. Por outro lado, os documentos e regulamentos que sustentavam a manutenção da rígida estrutura da Companhia eram criados por seus membros, que agiam segundo a formação que nela recebiam. Porém, dado que a Companhia era caracteristicamente missionária, seus membros foram se espalhando pelo mundo e inseriram-se nos mais diversos contextos, em que a ordem não estava estruturada para sustentar a fidelidade ao cumprimento de todas as regras estabelecidas por ela. No isolamento entre gentios, que nem sempre se interessavam pelas palavras salvadoras que o missionário pretendia propagar, o discurso e as crenças ensinadas nos colégios da Europa corriam o risco de esvaecer-se ou não eram poderosos o suficiente para sustentar a perseverança na vivência virtuosa das regras da Companhia. Além disso, a vida segundo os parâmetros europeus não era sempre possível nos lugares em que muitos jesuítas foram missionar. Atento a essa questão, desde os primórdios da Companhia introduziu-se na formação jesuítica, ao lado da obediência, o conceito do discernimento. Segundo esse conceito, cada jesuíta devia ser capacitado a discernir, no contexto concreto de sua atuação, o que era condizente com os preceitos da ordem e o que não estava em conformidade com ela, a fim de acomodar o modo de ser da Companhia e a si mesmo ao contexto local em que era enviado a atuar, sem, contudo, descaracterizar-se como membro fiel da ordem. Essa adaptação ao contexto tinha que ter limites, para manter a unidade da ordem, o que se conseguia por meio da obediência de todos ao poder central de Roma e da criação e

fortalecimento de uma estrutura hierarquizada em todos os locais em que os jesuítas se estabeleciam.

No Brasil, os jesuítas chegaram poucos anos após a fundação da ordem e aqui viveram todos os dilemas da adaptação do seu modo de proceder ao contexto local e os mecanismos usados pela ordem para manter sua identidade. Se nos inícios estavam convictos do modo como deviam agir, os experimentos com os índios foram mostrando-lhes que uma coisa era a teologia e as teorias filosóficas trazidas da Europa e que intentavam dar conta da vocação missionária, e outra coisa era a ação concreta de cada missionário em seu campo de trabalho. Após tatear em experimentos, que abalaram o ânimo catequético de boa parte deles, foram reformulando sua atuação a partir daquilo que experimentavam. Logo, porém, surgiram manifestações da Companhia de Roma, que foi impondo limites às adaptações e regulamentando a obra que se desenvolvia no Brasil, sem que, no entanto, conseguisse apagar inteiramente as marcas brasileiras que se inseriam na Companhia do Brasil e em seus membros.

No desenvolvimento do texto, esses dois níveis manifestam-se na comunicação entre as duas partes que o compõem. Na primeira, traça-se, em linhas gerais, a trajetória de experimentos no Brasil e diálogos com Roma percorrida pela Companhia do Brasil ao longo do século XVI para encontrar uma estrutura organizativa que respondesse a todos os aspectos envolvidos na obra catequética, notadamente as ordens de Roma, o plano civilizador português e as experiências missionárias que os jesuítas faziam no contexto brasileiro. Essa trajetória inclui as concepções e crenças que orientavam o plano catequético trazido da Europa e a reformulação dele a partir dos resultados que os padres iam obtendo em sua atuação concreta. Inclui, também, a resignificação dos conceitos de missão e conversão para dar sentido aos empreendimentos da Companhia nos novos campos em que passou a atuar. Na segunda parte do texto, apresenta-se um breve itinerário de cada um dos jesuítas que fez parte da província brasileira ao longo do século XVI. Com isso pretende-se mostrar como cada um deles desenvolvia a missão geral da Companhia, descrita nos documentos fundadores da ordem, nas situações concretas em que atuava e como discernia ali a aplicação das ordens provindas de Roma. Nota-se que era nessas situações concretas que as teorias missionárias fabricadas na Europa ou trazidas de outras partes do mundo eram testadas e reformuladas a partir das crises que o contexto brasileiro gerava nas concepções de vocação e conversão trazidas de Roma, pois, isolado e solitário num aldeamento, rodeado por desafios e tentações, o jesuíta percebia até que ponto sua formação escolástica em colégios da Europa sustentava o projeto de catequese e conversão dos índios que lá aprendera. Era, também, na atuação

particular de algum jesuíta que nunca deixou o colégio ou que dedicou toda a sua vida à criação de gado que a missão de conversão, recebida do rei D. João em 1549 e reiterada pelos superiores de Roma, assumia novo sentido, para abarcar a atuação de todos os jesuítas, aplicados nos diversos campos da província brasileira e que acreditavam participar da concretização da missão de converter. Essa parte pretende, também, mostrar que os protagonistas da missão jesuítica brasileira do século XVI não podem ser reduzidos a alguns nomes famosos, como o de Nóbrega, Anchieta, Cardim, Pero Rodrigues e outros. Mostrar a diversidade dos nomes, muitos deles nunca ouvidos, é uma forma de mostrar a diversidade de personalidades que se esconde por trás do termo genérico “jesuíta”. Embora todos fossem formados pela mesma instituição, as concepções e índoles eram diversificadas. As duas partes dialogam entre si, assim como dialogam entre si a estrutura da Companhia e seus membros particulares.

No final dessas duas partes, são elencadas algumas considerações que servem como conclusões daquilo que foi desenvolvido anteriormente.

A justificativa para esse recorte temático é evidenciar os riscos que as generalizações a partir do estudo de alguns casos ou dos termos genéricos “Companhia de Jesus” e “jesuíta” escondem. A Companhia de Jesus no Brasil, embora fosse um braço da mesma ordem que se espalhou pelo mundo todo e que tinha sua sede em Roma, assumiu características próprias, que a diferenciavam da Companhia espalhada pela Europa ou por outras partes do mundo. Da mesma forma, os jesuítas do Brasil não formavam uma unidade genérica, como se todos fossem um só, marcado paradigmaticamente pelas figuras de Nóbrega, Anchieta ou outro e que resulta em conclusões parciais, do tipo: todos os jesuítas atuaram na defesa da liberdade dos índios contra a ganância por escravos dos colonos. Ou, todos os jesuítas do Brasil eram devotos defensores do projeto catequético dos índios e das ordens provindas das autoridades de Roma. Essas generalizações apresentam a obra jesuítica brasileira de um modo que dá origem a imagens estereotipadas, que entram na história como ícones abstratos e incontestes da realidade do passado. As obras que contestam essas imagens, geralmente fazem-no a partir de teorias, históricas ou antropológicas, e não a partir do aprofundamento da investigação nos documentos que testemunham a atuação missionária da época e seus protagonistas. É fato que não se pode falar individualmente de cada jesuíta sem referir-se à Companhia de Jesus de modo geral, pois isso resultaria numa dispersão desconexa. O que, porém, muitas vezes ocorre, é tratar da Companhia e do jesuíta unicamente de modo genérico, desprezando-se as particularidades do contexto brasileiro e a individualidade dos membros que a compõem. É por essa razão que o presente trabalho pretende ser um diálogo entre a Companhia, enquanto

instituição abstrata, mas que tem sua concretude manifestada nas acomodações que faz ao contexto brasileiro e na formação das características identitárias dos candidatos que nela ingressam, e seus membros concretos, que também fazem individualmente sua adaptação ao contexto e que formam a instituição a que pertencem, cada um com um nome, uma origem, formação, sonhos, frustrações, etc. É a atenção a essa problemática, que mostra a interconexão das diversas instâncias da ordem entre si e com o contexto circundante presentes no projeto jesuítico brasileiro, que falta nos estudos que vem sendo feitos sobre a atuação dos jesuítas nas primeiras décadas da colonização do território brasileiro e sobre a temática do encontro entre europeus e ameríndios. E é com esse enfoque que o presente estudo pretende contribuir na ampliação do horizonte temático das missões jesuíticas no Brasil, incluindo o papel que os inicianos tiveram para inserção dos índios na sociedade colonial e do papel que os índios tiveram na gestação dessa sociedade.

Para chegar a esse enfoque, um longo caminho de pesquisa foi desenvolvido, que começou com abundante leitura de obras e documentos sobre o tema e que culminou no anteprojeto apresentado na seleção para ingresso no Programa de Pós-graduação em História da Unisinos. Tal como foi descrito nesse anteprojeto, a intenção inicial era buscar na documentação jesuítica as causas que levaram os jesuítas do Brasil a preferir os índios do tronco lingüístico Tupi⁸ na hora da fundação dos aldeamentos. De fato, ainda que nem todos os aldeamentos jesuíticos do Brasil tenham sido com índios Tupi, as exceções foram poucas e, embora os Tupi fossem os principais ocupantes do litoral brasileiro, onde se formaram os primeiros núcleos de povoamento português,⁹ estavam também presentes ali, intercalados entre eles ou nas proximidades atingidas pelo avanço da colonização portuguesa, inúmeros grupos indígenas de outros troncos lingüísticos (Kariri, Aimoré, Pataxó, Maxacali, Waitaka,

⁸ A classificação dos índios é feita segundo um critério lingüístico: todos os grupos falantes de línguas aparentadas fazem parte de um mesmo tronco lingüístico; a classificação das línguas em troncos lingüísticos é segundo um critério genético: parte-se da hipótese de que línguas semelhantes tenham uma origem comum. Conf. RODRIGUES, Aryon, 1986:29ss.

⁹ Os índios do tronco lingüístico Tupi que viviam no litoral brasileiro acima da capitania de São Vicente eram todos conhecidos como Tupinambá; eles partilhavam todos da mesma língua e cultura, mas dividiam-se em inúmeras tribos, aliadas ou conflitantes entre si conforme razões culturais e históricas; também receberam diferentes denominações: Tabajara, Potiguara, Caeté, Tupinambá, Tupinaquim, Temiminó, Maracajá, Tamoio. Da capitania de São Vicente para o sul, os índios do tronco lingüístico Tupi passam a ser denominados Guarani, Carijó para os paulistas da época colonial. Conf. NIMUENDAJU, 1987 (Mapa 1); LOUKOKTA, 1968 e STEWARD, 1946-1959. Convém ressaltar que no presente trabalho os índios aparecem pouco, dado que o enfoque recai sobre a Companhia e os jesuítas. Como o período trabalhado é a segunda metade do século XVI e como nesse período os jesuítas restringiam sua atuação missionária ao litoral e entradas feitas para buscar no sertão os índios aparentados com os que residiam no litoral, a relação jesuíta-índio deu-se praticamente só com os Tupi do litoral e é a algum grupo deles que se refere o termo “índios” toda vez que não vier referido a uma etnia específica.

etc.)¹⁰, com os quais, afora raras exceções, não houve aldeamentos. No momento em que os Tupi da costa estavam já todos aldeados ou inseridos na população colonial, foram organizadas expedições para buscar os índios do mesmo tronco espalhados pelo sertão, às vezes distantes centenas ou até milhares de quilômetros,¹¹ enquanto outros grupos não-Tupi, existentes nas proximidades ou nos caminhos das expedições, eram simplesmente ignorados; o máximo que ocorria era a incorporação de alguns deles em aldeamentos já formados com Tupi.¹² Essa pesquisa sobre a preferência dos jesuítas pelos índio Tupi e que resultou na elaboração do anteprojeto, deu-se quando ainda não tivera acesso ao acervo documental da Companhia de Jesus em microfilmes do Instituto Anchieta de Pesquisas e restringia-se à esparsa documentação publicada ou presente nas bibliotecas de São Leopoldo e do Rio de Janeiro.

Após descobrir a vasta documentação microfilmada do Anchieta, debruçei-me sobre ela ainda na tentativa de encontrar respostas à questão proposta no anteprojeto. Logo, porém, outras questões foram sendo percebidas nos escritos jesuítas e que demonstravam que o trabalho nos aldeamentos foi, na verdade, cheio de frustrações, com poucos aldeamentos realmente duradouros, mesmo quando compostos por índios Tupi. Com isso, a pesquisa foi assumindo nova direção, centrando-se, aos poucos, nas reações dos jesuítas ao contexto missionário brasileiro frustrante e nas reformulações na ordem que disso decorriam. O foco deixou de ser os índios e passou a ser os jesuítas e suas experiências missionárias no Brasil, a partir das quais tiveram que constantemente redefinir sua atuação e resignificar os conceitos de missão e conversão para dar conta de justificar sua permanência nas terras brasileiras a partir de seu desejo de salvação das almas e da fidelidade ao mandado real que os trouxe para cá. Ao lado desses relatos dos missionários brasileiros, que descreviam as acomodações que a Companhia fazia no Brasil, estavam as ordenações de Roma que exigiam a adequação da missão brasileira aos documentos norteadores da ordem. É desse embate que nasceu o interesse pela trajetória que a Companhia percorreu ao longo do século XVI para chegar a uma estrutura organizativa interna que conciliasse os diversos aspectos envolvidos no projeto

¹⁰ NIMUENDAJU, 1987; LOUKOTKA, 1968.

¹¹ Exemplo: Carijó do sul, Tupina e Amoiçira do interior da Bahia.

¹² Tratando dessa questão, Pedro Inácio Schmitz (1999) apresenta algumas hipóteses que justificariam essa preferência: os jesuítas teriam constatado, em suas tentativas iniciais de aldeamento, que os Tupi eram os mais aptos para adequarem-se a esse modelo de missão por seu maior desenvolvimento econômico e sua forma de organização social. Para funcionar, o aldeamento implicava que os índios se fixassem à terra, que obedecessem a um chefe e se dedicassem ao trabalho da agricultura. Essa adequação foi mais fácil para os Tupi, que já tinham habilidades de agricultores, já eram mais sedentários e já conheciam uma estrutura social com um chefe instituído. Com os não-Tupi, dado que eram nômades, pouco conheciam de agricultura, não estavam habituados a obedecer a um chefe e cujos costumes, crenças e estilo de vida afastavam-se muito do modelo de vida proposto pelo aldeamento, era mais difícil a adequação ao modo de vida exigido pelo aldeamento.

missionário. Por outro lado, a diversidade nas formas de atuação dos jesuítas espalhados pela província brasileira, os debates que faziam entre si sobre questões diversas, as queixas que um tinha de outro, etc. demonstrava a necessidade de considerar mais em particular cada jesuíta que aqui trabalhava como protagonista individual de uma missão geral. É assim que nasceu a idéia de estabelecer simetricamente o itinerário da estruturação da Companhia de Jesus no Brasil, enquanto instituição que buscava adequar-se ao contexto colonial em transformação, e os jesuítas em particular, que faziam, também, no nível individual, uma trajetória semelhante. A abundância de documentos disponíveis, todos ricos em informações, possibilitava a concretização da idéia. O desafio era a administração do tempo, a fim de não estender-se demasiadamente nas pesquisas e insuficientemente no tratamento aos dados encontrados.

No desenvolvimento da pesquisa, foram feitas pesquisas basicamente só na documentação produzida pelos jesuítas ao longo do período pesquisado. Parte dela está publicada, sobretudo nos quatro volumes dos *Monumenta Brasiliae*,¹³ que praticamente esgotam a documentação disponível até o ano de 1568. De anos posteriores, também estão publicados, dispersamente, alguns documentos, principalmente os escritos pelos padres José de Anchieta e Fernão Cardim, além da obra do P. Simão de Vasconcelos.¹⁴ No entanto, uma grande parte da documentação jesuítica brasileira do período colonial ainda não recebeu nenhuma publicação e permanece armazenada em arquivos da Europa. Outra parte encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nas décadas de 1940 e 1950, esses arquivos, juntamente com os que compõem a documentação produzida pelos jesuítas da colônia espanhola, foram microfilmados quase integralmente pelo P. Arnaldo Bruxel e encontram-se preservados no Instituto Anchietano de Pesquisas. A eles tive acesso e neles consegui a maioria dos dados que serviram de substrato para a produção do presente trabalho. Dada a impossibilidade de abordar todos os arquivos microfilmados, debruicei-me quase exclusivamente sobre os documentos do *Archivum Romanum Societatis Iesu*, que compõe o maior fundo documental da Companhia de Jesus. Dentro dele, foi dada atenção apenas às partes que tratavam do século XVI, período a que se limita minha pesquisa, especificamente à *Brasilia 2*, que trata das ordenações dos gerais e dos visitantes; *Brasilia 3(1)*, composta por cartas produzidas entre 1550 e 1660; *Brasilia 5*, que traz os catálogos breves e trienais dos séculos XVI e XVII; *Brasilia 11 e 12*, que trata da fundação e história dos colégios; *Brasilia*

¹³ A organização dos *Monumenta Brasiliae* e sua publicação foram feitas por Serafim Leite, entre 1956 e 1960.

¹⁴ A obra de Vasconcelos, embora tenha sido escrita por 1663, trata da saga dos primeiros jesuítas no Brasil. É uma obra que exige atenção especial, pois pretende explicitamente exaltar a piedade e heroísmo dos primeiros inicianos que atuaram em terras brasileiras, não deixando de incrementar sua narrativa com acontecimentos cuja veracidade é duvidosa. É, porém, uma excelente obra para compreender o imaginário jesuíta da época.

13 e 14, que trazem um menológico dos mais conhecidos jesuítas do mundo dos séculos XVI, XVII e XVIII e entre os quais se encontram alguns da província do Brasil do século XVI; e Brasília 15, composta por outra coleção de cartas escritas entre 1549 e 1599. Além disso, também foi vasculhada uma pequena parte da Lusitânia, volume integrante do ARSI, que forneceu mais alguns documentos sobre a temática pesquisada. Afora o ARSI, foram consultados alguns documentos do *Fondo Gesuitico*, outro arquivo de Roma sobre os Jesuítas e também microfilmado no Instituto Anchietano de Pesquisas.

Tratando da elaboração das duas partes separadamente, para a constituição da primeira foram usados dados encontrados espalhados por toda documentação pesquisada e informações das obras de Serafim Leite e Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Já para a constituição da segunda, a trajetória de cada jesuíta em particular, recorreu-se, sobretudo, aos catálogos jesuíticos produzidos na província do Brasil ao longo do século XVI, que listam os jesuítas presentes na província e suas ocupações. Nos anos iniciais, a confecção deles era esporádica e respondia apenas à exigência do superior de Roma de informá-lo sobre o pessoal e suas atuações nas diversas províncias. Com os anos e o crescimento da Companhia, essa exigência tornou-se mais severa e passou-se a cobrar maior detalhamento nas informações fornecidas, a ponto de, na década de 1570, ser fornecido por Roma um modelo de catálogo que devia ser seguido por todos os provinciais e que bastava ser preenchido, o que uniformizava todos os catálogos provindos das diferentes partes do mundo e facilitava a confecção de outro, da Companhia universal, em que constavam os nomes de todos os membros da ordem no mundo. A partir da década de 1580, cada provincial era orientado a elaborar anualmente o Catálogo Anual, também chamado de Catálogo Breve, que consistia na listagem dos jesuítas distribuídos por casas, juntamente com as funções exercidas por cada um, e a cada três anos, o Catálogo Trienal, mais completo e preciso, que descrevia cada jesuíta com certo detalhe, informando dados biográficos, talentos e funções exercidas.¹⁵ No Brasil, um primeiro documento que cita cada um dos jesuítas que aqui atuava é uma carta de Anchieta de 1554¹⁶. A esta seguiram-se outras, mas todas com informações restritas a apenas uma casa. O primeiro documento produzido no Brasil que pode ser chamado de catálogo data de 1558.¹⁷ Após este vieram duas listas, mas que podem também ser denominadas catálogos, uma

¹⁵ Um melhor detalhamento sobre a confecção dos catálogos encontra-se em CASTELNAU-L'ESTOILE, 2000:175ss.

¹⁶ ANCHIETA, 1554a:101ss.

¹⁷ Lista dos padres e irmãos que estão por toda a costa da província do Brasil – Mon. II, p.459-461; ARSI, Bras.5, fol.01.

nomeando os jesuítas da capitania de São Vicente, de 1562,¹⁸ e outra os da Baía, de 1566,¹⁹ até que veio o catálogo de 1568, o primeiro mais completo e com a estrutura que teriam todos os seguintes, com informações biográficas (idade, ano de ingresso na Companhia, etc.), formação e ocupações sobre todos os jesuítas da província brasileira.²⁰ Outro semelhante segue-se em 1574.²¹ Após esse, o seguinte a que tive acesso é de 1584,²² seguindo-se dois Catálogos Breves, um de 1586²³ e outro de 1589.²⁴ Após esse, novamente há um espaço de quase 10 anos em que não encontrei catálogo, sendo o seguinte de 1598, completo e rico em informações.²⁵ Depois desse, ainda foi consultado o de 1600.²⁶ Essa escassez de catálogos disponíveis e os grandes espaços entre alguns colocou algumas dificuldades e imitações na confecção da trajetória biográfica dos jesuítas da província brasileira e faz com que a listagem deles seja, talvez, incompleta. Isso porque considerável porcentagem dos candidatos que ingressavam na Companhia deixavam-na nos primeiros anos, de modo que, ao longo dos dez anos de espaço entre os catálogos de 1574 e 1584 e o de nove anos entre os anos de 1589 e 1598, ao menos alguns jesuítas devem ter ingressado na Companhia e novamente a ter deixado, sem que seu nome tenha entrado em qualquer catálogo dos pesquisados. Essa limitação foi, em parte, contornada, por dados fornecidos por outras fontes da pesquisa, como correspondências entre o Brasil e a Europa, uma vez que as entradas e saídas eram também relatadas nas cartas enviadas anualmente pelo provincial ao superior de Roma, as Cartas Anuas, além de outras. Porém, com isso não se podem preencher inteiramente todas as lacunas formadas pela distância entre os catálogos, pois em muitas cartas percebe-se maior preocupação em relatar o que se fazia que citar quem fazia, e várias narrativas eram feitas sem grande preocupação com seqüências cronológicas, misturando dados de fatos de épocas diferentes, o que nem sempre é facilmente perceptível. Além disso, nem sempre foi possível estabelecer com precisão os dados relativos à idade, ano de ingresso, morte ou saída da ordem, pois as informações de um catálogo para outro sobre determinado jesuíta não são sempre concordes. Ainda, nem sempre foi possível completar a trajetória de algum deles, pois alguns nomes constam num catálogo e simplesmente não aparecem mais no seguinte, sem que

¹⁸ ARSI, Bras.5, fols.02-02v; publicado por S. Leite no Mon. III, p.456-459.

¹⁹ ARSI, Bras.5, fols.04-04v; publicado por S. Leite no Mon. IV, p.362-366.

²⁰ ARSI, Bras.5, fols.06-08; Publicado no Mon. IV, p.475ss.

²¹ ARSI, Bras.5.1, fols, 10-14v.

²² ARSI, Bras.5.1, fols.20-25; publicado por VIOTTI, 1989, p.93-106.

²³ ARSI, Bras.5, fols.28-29; publicado por VIOTTI, 1989, p.107-113.

²⁴ ARSI, Bras.5.1, fols.32-33.

²⁵ ARSI, Bras.5, fols.36-42; CASTELNAU-L'ESTOILE publicou os dados desse catálogo em forma de tabela em sua obra de 2000, p.545ss.

²⁶ Bras.5, fols.47-48; publicado por S. LEITE, HCJB I, p.570-584.

tenha sido encontrada indicação em outra fonte sobre o destino deles. De outros, a biografia ficou extremamente resumida, às vezes restrita ao que consta em apenas um dos catálogos. No entanto, o cruzamento das informações procedentes dessas diferentes fontes possibilitou a apresentação geral dos protagonistas que atuaram na obra jesuítica brasileira e nenhum de relevância deve ter escapado. Os dados sobre a formação, acrescentados à biografia de cada um, sempre que possível, pretendem contribuir para melhor compreendermos quem eram os jesuítas que atuaram no Brasil no século XVI. Os coadjutores temporais não estudavam, apenas exercitavam-se nalguma das profissões em que atuavam dentro da ordem. O regulamento, em pertinência a sua vocação, era que não ampliassem seus estudos além daqueles que traziam ao ingressar na Companhia. Por isso não se indica, separadamente, nada sobre a formação deles.

Acerca da documentação pesquisada, é pertinente fazer ainda alguns comentários. Embora o *Archivum Romanum Societatis Iesu* seja uma fonte documental volumosa e extremamente rica, ele não contém, porém, tudo o que foi escrito pelos jesuítas do Brasil ao longo do século XVI. Outros arquivos de Roma, Portugal e mais países da Europa também trazem documentação jesuítica ou relativa a eles e seria conveniente também vasculhá-los para alcançar um estudo mais completo. Isso, no entanto, não é possível realizar ao longo do reduzido período em que se deve fazer um mestrado, mas é uma tarefa para anos de pesquisa, de uma vida até, e exige o domínio de várias línguas, sobretudo do latim. Além disso, é preciso lembrar que boa parte das correspondências entre Brasil e a Europa simplesmente se perderam no longo e perigoso caminho que separava os dois continentes nos anos quinhentos.²⁷ Assim, a reconstituição da história precisa ser feita a partir das cartas que sobraram, sendo as lacunas preenchidas, infelizmente, por conjecturas. Outro dado importante sobre a documentação jesuítica do período pesquisado é o de que havia diferentes tipos de cartas, conforme o objetivo do jesuíta que a escrevia ou a quem ela se destinava. Isso não é apenas um detalhe, senão um dado a que se deve dar especial atenção na hora da pesquisa, para perceber o que se esconde nas entrelinhas do documento. Certas cartas eram escritas para serem lidas nos colégios jesuíticos da Europa durante as refeições dos estudantes. Eram as chamadas cartas de edificação, em que se incluíam as Cartas Ânuaas, um informativo geral de tudo o que acontecia de importante na atuação dos jesuítas espalhados pelas diversas casas

²⁷ “Bien se cree que la falta de navegación o el perderse las cartas que se escriben en tan largos caminos, es causa de no tener más a menudo letras de esas partes.” (POLANCO, 1568:493).

da província ao longo do ano.²⁸ O objetivo delas era exaltar a grandeza da obra dos missionários, a fim de entusiasmar os ouvintes a também lançar-se às missões ultramarinas. Nessas cartas, pois, deviam constar apenas relatos e testemunhos edificantes, “y si ubiesse alguna cosa que no dicesse aquella edificación, siendo scrita en modo que se entendiesse bien, no se dexede scriver, pero en letras de aparte” (POLANCO, 1553:520).²⁹ Essas outras cartas, que tratavam de todos os assuntos administrativos e gerenciais da província eram direcionadas unicamente aos superiores de Portugal e Roma e apenas uma minoria dos jesuítas tinha acesso a elas. Havia, ainda, as cartas dirigidas unicamente ao superior geral da ordem de Roma, marcadas pelo termo “soli”, e que somente ele devia ler. Geralmente tratavam de temas polêmicos, muitas vezes queixas contra atos ou atitudes inconvenientes de colegas missionários. Enfim, havia intensa correspondência entre a província do Brasil e a Companhia da Europa e orientações de Roma para que tudo de relevante fosse registrado e enviado para lá, seja por meio das cartas edificantes ou por meio das cartas administrativas, segundo o conteúdo a ser informado. Esse mesmo tráfego de correspondências ocorria, paralelamente, no interior da província, mas destas ainda menos sobraram para os pesquisadores atuais. No presente estudo, deu-se atenção maior às cartas administrativas, recorrendo-se às outras, apenas como fonte para dados biográficos sobre determinado jesuíta.

Por fim, uma consideração sobre o referencial teórico da pesquisa. Diante das diferentes teorias sobre o tema disponíveis nas academias, optei em não tomar como ponto de partida uma teoria, mas valer-me delas apenas como apoio à pesquisa. Como todas se mostravam deficientes em algum aspecto, o que fragilizaria parte do trabalho, pareceu-me conveniente aproveitar as diferentes contribuições de cada uma delas, sobretudo aquelas fornecidas pelos estudiosos mais recentes sobre o tema do contato intercultural na América, o que pode ser percebido, embora implicitamente, ao longo do texto. Quanto a uma teoria mais geral sobre a história, adotei, em meus estudos, as pertinentes reflexões de Paul Ricoeur, sobretudo aquelas que apresenta no livro “*La memoria, la historia, el olvido*”.³⁰ Segundo ele, a história compromete-se numa espécie de defesa dos acontecimentos e busca seu retorno do

²⁸ “Logo no principio do ano se nomeara hu P. ou hu irmão q estiver apto pera ir compondo a carta anua ao qual se entregue todas as cartas emq vierem cousas de edificação. E no mesmo dia ou no seguinte enq acontecer alguma cousa digna de se escrever, a escrevera ad longu em hu caderno q pera isso terá, e cada mês mostrara ao superior oq assi tiver escrito, e no cabo do anno aiuntara todas as annuas dos outros collegios, e de todas fara a cartageral” (GOUVEIA, 1589:273).

²⁹ Os textos das citações diretas feitas ao longo do presente trabalho foram conservados tal como se encontram na fonte em que foram extraídos. Isso explica a falta de uniformidade deles, pois os extraídos de documentos publicados geralmente foram adaptados a normas paleográficas, sem abreviações e com sinais nasalizantes. Essas adaptações não foram feitas na transcrição de trechos de documentos não publicados.

³⁰ RICOEUR, 2003.

passado para comemorá-los no presente. Essa passagem dos acontecimentos do passado para o presente é um processo de reconstrução, em que se manifesta uma pretensão de verdade, isto é, a história pretende reconstruir o passado tal como ocorreu. No entanto, como os fatos do passado não podem ser trazidos ao presente como fatos em si, eles aparecem como representações e implicam uma dimensão temporal: há uma distância entre a operação historiográfica de representação e o acontecimento que essa operação pretende tornar presente.

A única guardiã do passado, segundo Ricoeur, é a memória. Quando a memória é declarada, temos o testemunho, que, por sua vez, quando é registrado por escrito, resulta no documento. A contrapartida do testemunho é um acontecimento, posto que alguém sempre testemunha sobre um acontecimento. O ponto de partida do historiador é a análise dos testemunhos, inscritos nos documentos e guardados em arquivos. Nas suas investigações para reconstrução do passado, ele dirige-se aos arquivos com perguntas, que são respondidas e explicitadas por meio da prova documental. Isto é, a prova para a explicação do historiador é o documento, um testemunho escrito. Após a investigação, o historiador organiza seus resultados num discurso, que também tem uma pretensão de veracidade, para distingui-la da narrativa ficcional. No entanto, tanto a representação do passado quanto a organização do discurso são problemáticas, o que torna a empresa historiográfica cheia de dificuldades e faz muitos duvidarem no sucesso da pretensão de verdade da representação do passado. Diante dessa suspeita de que o historiador não satisfaz sua promessa de representação do passado, resta, segundo ele, apenas uma única resposta: o historiador atesta que realmente relata os fatos tal como ocorreram e estabelece com seu leitor um pacto, de que seu relato trata de acontecimentos e personagens que efetivamente ocorreram e existiram no passado, assegurando que o testemunho e a crítica do testemunho possibilitam a representação historiadora do passado. Isso tudo, porém, não dispensa um ato de fé ao historiador, de que seu trabalho distingue-se de uma obra ficcional e de que seu discurso tem um referente no passado, que são acontecimentos e ações humanas que já passaram.

É essa aposta de que os acontecimentos passados podem ser representados no presente, por meio da análise dos testemunhos, que guiou minha investigação, o que não dispensou, evidentemente, interpretações.

PARTE I

A COMPANHIA DE JESUS E A ELABORAÇÃO DE UMA ESTRUTURA PARA SUSTENTAR A OBRA DA CONVERSÃO NO BRASIL

A Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi fundada em 1540, pela bula *Regimi Militantis Ecclesiae*, editada pelo Papa Paulo III³¹. Seu idealizador foi Inácio de Loyola, acompanhado por um grupo de seguidores, todos desejosos por entregar a vida pela bandeira de Cristo e salvação de almas. Antes de unirem-se pelo mesmo objetivo, cada um do grupo fez uma experiência espiritual conduzida por um método pautado na experiência de oração de Inácio e que foi transformado num manual de oração e de discernimento para todos os seguidores da ordem³². Entre os vários momentos de meditações e reflexões propostos neste manual, está um intitulado “contemplação das duas bandeiras”, no qual cada orante é orientado a contemplar os reinos de Cristo e de Lúcifer e convidado a optar radicalmente pela defesa e propagação de um deles. O jesuíta, como foi denominado o membro da Companhia de Jesus, era alguém que optava incondicionalmente pela bandeira de Cristo e que se dispunha a entregar-se inteiramente pela conquista de almas para o reino dele, colocando esse comprometimento acima mesmo de sua vida. Morrer pelo reino de Cristo, entregar a vida pela salvação das almas e lutar pela vitória do bem sobre o mal era glória que os inacianos buscavam.

Os fundamentos da ordem e os regulamentos dela estão registrados na Fórmula do Instituto, documento aprovado pelo papa no ato da fundação da ordem. Nesse documento está expresso o fim que o fundador concebeu para a ordem:

“esta foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e nomeadamente pela formação cristã das crianças e dos rudes, bem como por meio de

³¹ Publicada no livro da Constituições da Companhia de Jesus.

³² LOYOLA, Exercícios Espirituais, 1985. O método oração elaborado por Inácio de Loyola, pautado em sua própria experiência e registrado neste livro, tornou-se a referência de oração de todos os membros da Companhia de Jesus ao longo dos séculos.

Confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos” (Constituições:20).³³

A Fórmula do Instituto alerta, também, que cada um dos que se alista nessa ordem, compromete-se a combater “por Deus, sob a fiel obediência do Santíssimo Senhor nosso Papa e dos outros Romanos Pontífices seus sucessores” (Idem, p.22). Com efeito, a obediência era uma das virtudes mais prestigiadas dentro da ordem e era pregada como a característica principal do jesuíta, pois era na figura dos papas e superiores da ordem que a vontade de Cristo se manifestava e a entrega da vida, exigida no ato de ingresso na ordem, concretizava-se na obediência aos superiores e na disposição de servir sem escusas ou pretensões:

“os súbditos, tanto por causa das grandes vantagens da ordem, como por causa do nunca demais louvado exercício contínuo da humildade, devem sempre obedecer ao Geral em tudo o que pertence ao Instituto da Companhia, e nele reconhecer Cristo, como que presente, e respeitá-lo como convém” (Idem:25).

Conceber as ordens dos superiores como a expressão da vontade de Cristo dava ao jesuíta a certeza de que sempre obrava pelo reino dele e dava-lhe a consolação de estar sempre entregue aos cuidados de Deus e abrigado na sua proteção.

Dada a grandiosidade da vocação jesuítica, Inácio de Loyola pedia aos que pretendiam ingressar na Companhia de Jesus que meditassem “longamente se se acham com tais forças espirituais que podem levar a cabo a construção desta torre” (Idem:23). E aos superiores, recomendava rigor na seleção dos que pediam o ingresso na ordem, que logo surgiram em todas as partes da Europa, fazendo aumentar rapidamente o número de inicianos ao longo do século XVI e espalhando-os, em poucas décadas, aos quatro cantos do planeta. A conversão dos índios no Brasil foi um dos primeiros alvos a que dirigiram seus esforços catequéticos de salvação das almas.

A Companhia de Jesus no Brasil e a obra da conversão dos índios

Ao Brasil, os jesuítas vieram, em 1549, a pedido do Rei D. João III, que via neles um instrumento para cumprir seu encargo de conversão dos índios:

“a ocasião que ouve pera isso foy querer el Rey Dom João 3º de Portugal de boa memória povoar esta terra do Brasil, que hera de sua conquista: e vendo por huma parte o grande fruto que o P. Mestre Francisco fazia na Índia assi na conversão dos gentios como no proveito espiritual dos Portugueses, e por outra a obrigação que tinha

³³ A Fórmula do Instituto usada para o presente trabalho está publicada junto com o livro das Constituições da Companhia de Jesus.

a conversão dos naturaes desta terra por pertencer ao Mestrado de Cristo cuio perpetuo Administrador elle he, e por cuio respeito leva os dízimos della, pareceolhe que os da Companhia herão muy a proposito pera lhe descarregar sua consciência na conversão dos naturaes della” (ANÔNIMO, 1598).

Em troca desse serviço de conversão dos índios, a coroa portuguesa comprometeu-se a sustentar os jesuítas no Brasil e pagava-lhes anualmente determinado soldo em dinheiro ou mantimentos. Em decorrência disso, o jesuíta, no Brasil, além de membro de uma ordem religiosa, era um operário do rei português: como operário do rei, tinha a função de civilizar e catequizar índios; como jesuíta, era um “guerreiro de Cristo”,³⁴ com a missão de conquistar almas para o reino do Deus que anunciava. Para o pensamento da época, os dois papéis facilmente se complementavam.

Era pelo zelo de salvação das almas e pelo desejo de servir que os jesuítas nortearam sua atuação no Brasil. O campo missionário que aqui encontraram era muito próprio, diferente daquele em que atuavam na Europa ou daquele que encontravam os que iam para o oriente. Os índios pareceram-lhes, a princípio, fáceis de converter, pois, a seus olhos, eles não tinham religião e eram *tabula rasa*, na qual se poderia gravar a doutrina católica sem obstáculos e em sua forma mais pura. “Acá pocas letras bastan, porque es todo papel blanco y no ay más que escribir a plazer” (NÓBREGA, 1549c:143).³⁵ Essa impressão de pureza dos índios entusiasmou os primeiros jesuítas que aqui desembarcaram. Com efeito, os relatos deles sobre as primeiras experiências catequéticas no Brasil estão repletas de louvores à terra e descrições de sucessos nas empreitadas de cada um dos missionários na conversão. Na concepção deles, os índios necessitavam do socorro dos arautos do evangelho, pois, dado que não conheciam os preceitos evangélicos e seguiam outros parâmetros religiosos, estavam no caminho da perdição e da condenação eterna. Esse olhar jesuítico complacente, que via os índios como almas inocentes, imersas em costumes pecaminosos e que se condenavam ao inferno sem o saber, vem expresso em várias passagens das cartas jesuíticas, reveladoras de uma espécie de sentimento de compaixão pelos nativos do Brasil. “Quanto mayor hé a cegueira e bruteza do gentio e sua erronia, tanto se mais avia o verdadeiro christão apiadar a ter dele misericórdia e ajudar a remediar sua miseria” (NÓBREGA, 1559b:78). Até mesmo a resistência dos índios em aceitar a catequese católica era concebida como fruto da ignorância ou da sujeição ao demônio. Animados pelo seu fervor, essa situação de perdição dos índios fez com que os

³⁴ RODRIGUES, Vicente, 1552a: 313.

³⁵ As cartas do mesmo autor e do mesmo ano foram distinguidas por letras: a, b, c, etc.; a página indicada é a da obra onde está publicada ou a do arquivo onde se encontra manuscrita. Ver bibliografia.

inacianos exaltassem a grandiosidade e nobreza de sua missão de soldados de Cristo e empreendessem incomensuráveis esforços para expor aos inocentes índios a única doutrina salvadora.

O entusiasmo inicial dos jesuítas com a obra da conversão no Brasil era reforçado pelas atitudes dos índios que se dispunham a ouvir as pregações dos padres e que corriam atrás deles pedindo para serem batizados. Com o tempo, porém, começaram a perceber uma série de dificuldades nos trabalhos de conversão dos índios, sobretudo a de que eles, na verdade, não eram o papel em branco que imaginavam ser, mas estavam enraizados em costumes tidos pelos missionários como inconciliáveis com a vivência do cristianismo. Perceberam, também, que a principal ferramenta de propagação dos evangelhos, a pregação, mostrava-se ineficaz com os índios, pois estes não se convertiam por meio de artifícios argumentativos, nem estavam dispostos a substituir suas crenças ancestrais pela doutrina católica, como desejavam os inacianos. Os sucessos momentâneos por vezes conseguidos com uma entusiasmada pregação de algum padre eram enganadores, pois os índios não ouviam os padres pelo que falavam, mas porque falavam bem; admiravam a arte retórica, mas não o conteúdo do discurso. Essas resistências macularam a boa impressão que os jesuítas inicialmente tiveram dos índios, e o trabalho de conversão deles ao catolicismo foi se mostrando uma tarefa bastante árdua, que em poucas ocasiões teve os resultados esperados. Também foi mudando a imagem que os jesuítas tinham dos índios, não tão inocentes como a princípio imaginavam, senão gentios viciados em costumes pecaminosos e que insistiam em permanecer em sua vida de pecados. O afeto que os índios tinham aos seus costumes ancestrais e o pouco efeito que os sermões dos padres faziam nas almas deles, tornava os esforços dos missionários praticamente estéreis, longe das conversões esperadas.

Essa situação foi, com o passar do tempo, esfriando o ânimo dos obreiros inacianos, até levá-los a questionar inteiramente a empresa catequética e reduzindo a poucos os entusiasmados com a continuação da obra. Em meados da década de 1550, já eram rotineiras as manifestações de desânimo nos escritos jesuítas, e a questão se valia a pena continuar investindo na tentativa de conversão dos índios ocupava as reflexões de muitos deles. Os que defendiam a continuidade do empreendimento empenhavam-se por encontrar razões para justificar sua posição e animar seus companheiros; os que concebiam como inúteis os esforços com os índios começaram a investir em outros trabalhos, voltados para outras partes da

população colonial.³⁶ Além disso, as dificuldades nos trabalhos concretos no contexto indígena brasileiro, contestavam os fundamentos do discurso teológico que sustentava a vocação jesuítica tal como expressa nos documentos fundadores da ordem, o que levou vários jesuítas a abandonar a Companhia ou a solicitar seu regresso à Europa.

O resultado e superação desse período de crise e reflexões dos jesuítas do Brasil acerca de seu trabalho de conversão, que envolveu intensa correspondência com os superiores na Europa, foi a reformulação da forma de atuação missionária com os índios. Essa reformulação deu-se a partir da constatação de que a conversão dos índios implicava também a sua transformação sócio-econômica e a imposição de um dia-a-dia regrado por parâmetros civilizatórios: “por experientia vemos que por amor hé mui difficultosa a sua conversão, mas, como hé gente servil, por medo fazem tudo (...) com sujeição, farão della o que quizerem, ho que não será possível com rezões nem argumentos” (BLAZQUEZ, 1556a: 271). Além disso, a experiência mostrava que “quanto mais apartados de los blancos, tanto mais crédito nos tienen los Indios” (NÓBREGA, 1553b:450). Ao mesmo tempo, porém, a sujeição dos índios exigia a colaboração das autoridades coloniais, pois os jesuítas entendiam que seu poder limitava-se às questões espirituais, o que vinha confirmado nos documentos orientadores da Companhia. Dessa forma, a questão indígena não restringia-se a sua catequização, mas envolvida todo o projeto colonial do Brasil, em virtude da importância dos índios como mão-de-obra. Diante das repercussões em apoiar jesuítas ou colonos, nem todas autoridades estavam dispostas a envolver-se com o projeto jesuítico de catequização dos índios. Enfim, o apoio esperado por Nóbrega veio apenas com Mem de Sá,³⁷ quando assumiu o Governo Geral do Brasil, que dispôs-se a colaborar com os jesuítas e assumiu o compromisso da sujeição dos índios às leis portuguesas. Essa aliança resultou no êxito da propagação de um projeto catequético-civilizatório conhecido por *aldeamentos*.³⁸ Com eles e diante do sucesso na fundação e propagação deles, renasceu nos inicianos o entusiasmo pelo trabalho de conversão dos índios, consolando os que a ele se dedicavam. Segundo eles, chegara a época de colher o que com lágrimas e desconsoações fora por vários anos semeado.³⁹ Se antes da aliança com Mem de

³⁶ Um bom resumo dos questionamentos que os jesuítas faziam à obra de conversão e das razões para continuar investindo nessa obra foi registrado por Nóbrega, no “Diálogo sobre a Conversão do Gentio”, escrito na Baía em 1556-57. O texto está publicado no Monumenta II, p.317ss.

³⁷ Mem de Sá assumiu como governador geral do Brasil em janeiro de 1558 – WETZEL, 1972: 36.

³⁸ O termo “aldeamento” não aparece na documentação jesuítica do século XVI; nela consta unicamente o termo *aldeia* ou, em casos mais raros, o termo *povoação*, seja para designar as povoações originais dos índios, seja para designar os povoados fundados com eles com fins catequéticos e civilizatórios. O termo aldeamento passou a ser empregado por alguns historiadores para distinguir os núcleos indígenas criados pelos colonizadores daqueles não criados por eles, os espontaneamente criados pelos índios, as tabas, as aldeias indígenas (PETRONE, 1995:103-105). No presente trabalho, o uso dos termos aldeamento e aldeia é regido por essa distinção.

³⁹ PIREZ, Francisco, 1559:161.

Sá os trabalhos dos jesuítas com índios foram só lágrimas e desconsoações e, se antes os pés dos índios

“erão veloces ad effundendum sanguinem⁴⁰, agora posso com resão escrever que são ligeiros pera irem e correrem à igreja; e se suas gargantes eram sepulchrum patens⁴¹ pera matarem e comerem vivos, agora estão abertas pera louvarem a Cristo; e se não avia contricio mas infelicitas in viis eorum⁴², agora já chorão e se arrependem e se confissão; e se não avia temor de Deos ante óculos eorum⁴³, agora não tão somente do Senhor mas do Governador isto tudo se obra (...) E, asi, fica a cousa tão chãa que se pode dizer erunt prava in directa et aspera in vias planas”⁴⁴ (PIRES, Francisco, 1559:160-161).

Diante do sucesso do projeto dos aldeamentos na Baía, ele espalhou-se, em pouco tempo, para todas as capitanias em que atuavam os jesuítas. No entanto, o entusiasmo durou pouco, pois os trabalhos nos aldeamentos também mostraram-se árduos e cheios de frustrações, deixando a muitos jesuítas desanimados, insatisfeitos e queixosos. As dificuldades eram diversas, principalmente relacionadas à preservação da fidelidade dos inacianos aos preceitos da ordem e aos conflitos com colonos que requisitavam os índios em trabalhos em suas fazendas. Além disso, a sujeição dos índios não significava sua conversão: “si espera V.P. que aya muchos de los brasiles convertidos engañase a sua esperança.” (ANCHIETA, 1560:249). O P. Antônio da Rocha, em 1569, queixava-se de “que de los Indios ninguna consolacion se recibe sino es Baptizar alguno in extremis” (ROCHA, 1569:161b). Assim continuava na década de 1580, pois o visitador Cristóvão de Gouveia era enviado ao Brasil principalmente “por consolacion delos nros que trabajan enla aquella viña tan esteril, laboriosa y peligrosa” (AQUAVIVA, 1582 – *s/ paginação*).

Os queixumes e desânimos dos jesuítas em relação aos trabalhos nos aldeamentos, contrastava com o entusiasmo com que eles enfrentavam as dificuldades encontradas nas entradas que faziam ao sertão para descimento de índios. Enquanto eram poucos os que, a partir da década de 1570, se entusiasmavam com o trabalho contínuo nas Aldeias⁴⁵, muitos eram os que se empolgavam diante da aventura de passar meses no meio do sertão, enfrentando fome, cansaço e perigos de morte em busca de índios para doutriná-los e descê-los para as aldeias do litoral. Na verdade, os jesuítas sempre ficavam entusiasmados diante de

⁴⁰ Tradução: “para derramar sangue”.

⁴¹ Tradução: “sepulcros abertos” - Rom. 3,13.

⁴² Tradução: “desgraça, infelicidade em seus caminhos” - Rom.3,16.

⁴³ Tradução: “diante dos seus olhos” - Rom.3,18.

⁴⁴ Tradução: “tornar-se-á direito o que estava torto” - Luc.3,5.

⁴⁵ RODRIGUES, Pero, 1600c.

uma missão nova, que prometia grandes números de conversões, mas tão logo percebiam que os sucessos avistados eram enganadores, voltavam a queixar-se da inutilidade dos seus esforços. Assim foi nos primeiros anos com os Tupi do litoral da Baía e capitânicas do sul. Saciados por dificuldades e frustrações com estes índios, passam a sonhar com os Carijó do Paraguai; verificado que a catequização destes apresentava os mesmos desafios encontrados com os índios do litoral brasileiro, passam a apostar seu entusiasmo, mais para o fim século, nos Potiguara encontrados nos caminhos das conquistas do Rio Grande do Norte e Maranhão. Tanto é assim que no final do século, o provincial P. Pero Rodrigues, solicitado pelo Geral a dar informações acerca da “disposição, esperanças que há da conversão do gentio deste Estado do Brasil” (RODRIGUES, Pero, 1597b:424), apresentou como argumentos para comprovar que estava “agora aberta amayor porta da conversão, que nunca tivemos nestas partes” (Idem.) as entradas que os jesuítas faziam sertão adentro, nas diversas partes do Brasil, em busca de índios para descer e catequizar.⁴⁶ De fato, enquanto as entradas, por mais difíceis que fossem, atraíam os missionários em razão da significação que para eles tinham, a expressão máxima do compromisso de anúncio do evangelho a todos os cantos do mundo,⁴⁷ o trabalho nos aldeamentos era tedioso, cheio de conflitos com colonos e representava grandes perigos à vocação casta do jesuíta. Essas dificuldades nos aldeamentos fizeram com que se desenvolvesse no Brasil a certeza de que nem todos os jesuítas eram aptos a ser destinados para os aldeamentos e, com efeito, de Roma vinham reiteradamente orientações aos superiores do Brasil para que houvesse cautela no envio de missionários aos aldeamentos e que só se mandasse quem realmente fosse apto para esse trabalho.⁴⁸

As agruras da tarefa de conversão dos índios no Brasil, além de minar o entusiasmo inicial de muitos dos missionários que aqui desembarcavam, fez com que muitos jesuítas, passassem a investir suas pregações com o público português, que, aos olhos dos inicianos, também estava necessitado de ajuda espiritual para salvação de suas almas. Além disso, de Portugal vinham ordens para que eles se responsabilissem pela formação dos filhos dos colonos. “Despues que conocimos la poca disposición en la tierra para entender con los gentiles, recogeron algunos obreros al Colegio y tuvieron más tiempo para entender con los christianos” (BLÁZQUEZ, 1558:436). E, de fato, os catálogos mostram que o percentual de jesuítas ocupados diretamente com atividades com índios gradativamente diminuía ao longo

⁴⁶ Conforme a argumentação de Pero Rodrigues, a porta de conversão dos índios do Brasil se abriu nessa ocasião por causa do mandado do Rei de 20 de março de 1597, declarando todos os índios do Brasil livres e restringindo aos jesuítas os descimentos de índios do sertão.

⁴⁷ Mt 28, 19.

⁴⁸ ÁLVARES, João, 1594.

do século XVI. Em 1589, por exemplo, a província do Brasil contava com mais de 150 jesuítas; desses, em torno de 35 trabalhavam em tempo integral com índios e o mesmo tanto devia trabalhar com eles em tempo parcial. Dos outros, parte ainda estava em formação e o restante ocupava-se com outros ofícios. Em 1600, entre estudantes e formados, havia acima de 170 jesuítas no Brasil, dos quais em torno de 45 trabalhavam integralmente com índios. Dos demais, parte ocupava-se apenas temporariamente com índios ou ocupava-se com as atividades educativas e o atendimento ao público português.⁴⁹

Estruturação interna da Companhia de Jesus no Brasil

Na época da chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, a Companhia de Jesus ainda não estava estruturada inteiramente. As normas para as missões, dispersas em cartas de Inácio de Loyola, e a Fórmula do Instituto⁵⁰ eram insuficientes para dar conta de cada uma das situações que surgiam diariamente na atuação concreta dos missionários. Em virtude disso, os jesuítas do Brasil tateavam em experimentos e buscavam constantemente orientações por meio de intensa correspondência com Portugal e Roma. Em outras partes do mundo, em que os inicianos atuavam, também percebia-se a necessidade de orientações mais precisas e definidas para a vida do jesuíta e solicitava-se que o superior geral, Inácio de Loyola, elaborasse para a ordem as orientações que ela necessitava. Inácio ocupou-se com isso por vários anos e elaborou as Constituições da Companhia de Jesus, que se propunham a regulamentar todos os aspectos da vida jesuítica. Terminou-as em 1553. Elas foram, então, enviadas às diversas províncias⁵¹ para testar sua aplicabilidade nos diferentes contextos em que os jesuítas atuavam. Após analisadas e estudadas em todas as províncias, foram submetidas a uma última revisão na Congregação Geral de 1558, reunida para escolher o sucessor de Inácio de Loyola, na época já falecido.⁵² Foram aprovadas sem grandes alterações e passaram a ser o documento regulamentador de toda estruturação da Companhia e o sustento da unidade da ordem no mundo todo.

Ao Brasil, as Constituições vieram apenas em 1556, e logo os jesuítas passaram a estudá-las pormenorizadamente. A partir desse estudo, foram constatando uma série de

⁴⁹ Catálogos de 1568 a 1600.

⁵⁰ A Fórmula do Instituto foi o documento enviado por Inácio de Loyola ao papa Paulo III em 1540 junto ao pedido de fundação da Companhia de Jesus e que esclarecia resumidamente os princípios reguladores da ordem que pretendia fundar.

⁵¹ A Companhia de Jesus dividia-se geograficamente por províncias. Cada província tinha seu superior próprio, o provincial, ao cargo do qual estava a administração da província. O cargo de provincial durava, geralmente, alguns anos, quando era substituído ou, em alguns casos, renomeado. Essa forma de organização ainda continua hoje.

⁵² Inácio de Loyola faleceu a 31 de julho de 1556.

irregularidades na forma de atuação da ordem e iniciou-se um processo de acomodações do trabalho aos regulamentos das constituições, que durou vários anos e envolveu intensa correspondência com Portugal e Roma. Entre os aspectos que mais exigiram correções, estava a questão das propriedades e a questão dos ordenados recebidos da coroa. Na verdade, já na Fórmula do Instituto constava que nenhum jesuíta podia receber pagamentos pelos seus serviços e nenhum podia ter propriedades ou bens; todos deviam servir gratuitamente e viver unicamente de esmolas. No contexto do Brasil, porém, em que o cultivo da terra era praticamente a única forma de subsistência e em que os jesuítas eram operários da coroa, essa orientação não havia sido seguida por falta de maiores esclarecimentos acerca de sua aplicação concreta. Contudo, com a chegada das Constituições, as orientações tornaram-se mais precisas, e os ajustes necessários.

Mesmo assim, depois da chegada das Constituições ainda permaneceram muitas dúvidas entre os jesuítas do Brasil quanto à estruturação formal da ordem, que foram sendo resolvidas ao longo do século XVI por meio de diálogos estabelecidos entre Brasil e Roma e por meio de visitantes enviados de Roma para estabelecer a aplicação das regras gerais na ordem.⁵³ As orientações dos visitantes entravam em pormenores e alcançavam todos os aspectos da vida dos jesuítas, para acomodar a Companhia do Brasil ao estabelecido para a ordem toda. Quanto à questão da regulamentação dos ordenados recebidos da coroa portuguesa, embora espinhosa e difícil de conciliar com as regras gerais da Companhia, buscou-se uma solução conciliadora a partir de uma negociação com a coroa portuguesa, dado que era ela quem sustentava os obreiros da conversão no Brasil. O resultado dessa negociação e da acomodação das Constituições ao contexto local brasileiro foi aparecendo a partir da década de 1560, quando a Companhia no Brasil passou a estruturar-se em torno de três instâncias: colégios, residências e aldeias. Os colégios e as residências eram instituições organizativas universais da Companhia. Os aldeamentos, tal como estruturados aqui, foram uma especificidade da atuação missionária no Brasil. Modelos de missões fixas semelhantes foram desenvolvidos em outras partes do mundo, segundo políticas e características locais.

1. Colégios

⁵³ O visitante era um representante do superior Geral da ordem de Roma, com poder de decidir em nome dele em várias questões. Ele era nomeado para esse cargo pelo Geral para um período determinado e para uma província determinada. No século XVI foram enviados dois visitantes ao Brasil: Inácio de Azevedo em 1566 e Cristóvão de Gouveia, em 1583.

O centro da vida de cada jesuíta era um colégio. O termo colégio assume, na Companhia, um sentido muito próprio, e não pode ser confundido com as atuais instituições de ensino conhecidas por esse nome.

Em virtude do voto de pobreza, o membro da Companhia de Jesus devia cumprir os serviços próprios dela “absolutamente de graça, sem aceitar qualquer pagamento pelo seu trabalho” (Constituições:20) e a nenhum deles era permitido ter propriedades:

“não só em particular mas nem mesmo em comum, podem adquirir para sustentação e uso da Companhia, qualquer direito civil a quaisquer bens estáveis, frutos ou rendimentos; antes se contentem em usar somente das coisas que lhes vierem a ser dadas, para satisfazer às suas necessidades” (Idem:26).

Essa solicitação de desprendimento material era reiterada seguidamente por orientações emitidas em Roma para o mundo todo. Contudo, dado que a manutenção da Companhia implicava na formação de novos contingentes missionários, foram fundadas, desde o início, casas voltadas para a formação de operários jesuítas, conhecidas como colégios, que logo passaram a atender a demanda por formação de externos à ordem. Segundo a Fórmula do Instituto,

“porque parece muito conveniente que dentre os jovens inclinados à virtude e dotados para os estudos, se preparem operários para a mesma vinha do Senhor, que sejam como que um seminário da nossa Companhia, mesmo da Professa, queremos que esta possa ter, para comodidade dos estudos, Colégios de Estudantes, onde quer que alguém seja levado por devoção a fundá-los e dotá-los. Desde já suplicamos que estes Colégios, logo que forem construídos e dotados (não, porém, de bens cuja colação pertença à Sé Apostólica), sejam erectos por Autoridade Apostólica ou considerados como tais: Colégios que possam ter rendas, frutos ou propriedades, para serem aplicados ao uso e necessidade dos Estudantes” (Idem:26-27).

Isso significava que os colégios, entidades jurídicas e morais, podiam possuir bens, voltados para a formação de operários jesuítas. As Constituições trouxeram, mais tarde, maior clareza acerca do papel e modo de funcionamento dos Colégios. Eles eram voltados, primeiramente, para a instrução dos candidatos para a Companhia, futuros jesuítas.⁵⁴ Ao mesmo tempo, voltavam-se também para a formação dos de fora: “se nos colégios da Companhia não houvesse bom número de escolásticos que tivessem feito a promessa, ou o propósito de nela

⁵⁴ Constituições, n°328.

servir a Deus Nosso Senhor, não seria alheio ao nosso Instituto (...) receber outros estudantes pobres que não tenham tal decisão” (Constituições, nº338). Em função disso,

“Tendo em vista que os nossos colégios não devem ajudar a instruir-se nas letras e nos bons costumes só os próprios escolásticos, mas também os de fora, onde convenientemente se puder fazer, instituem-se aulas públicas ao menos de estudos humanísticos, e mesmo de estudos superiores, conforme as possibilidades que houver nas regiões onde se encontram tais colégios” (Idem, nº392).

Para que os colégios funcionassem devidamente, não convinha que dependessem apenas de esmolas, pois isso lhes custaria uma instabilidade não compatível com um engajamento sério na educação. Ao contrário, necessitavam de bens materiais perenes, que os sustentassem e lhes assegurassem uma autonomia econômica. Com efeito, as Constituições estabeleciam que os colégios deviam sustentar-se com rendimentos próprios e deviam aceitar esmolas somente em casos de extrema necessidade.⁵⁵ “Contudo, se houvesse benfeitores que quisessem dar qualquer propriedade ou alguma renda fixa, poderia aceitar-se, a fim de manter por ela um número maior de escolásticos e de professores, para maior serviço divino” (Idem, nº332). Ao mesmo tempo, as Constituições reiteravam a proibição de rendimentos a pessoas físicas dentro da ordem, deixando claro que os rendimentos eram da instituição eclesiástica chamada colégio, por meio da qual cada jesuíta era sustentado. Assim, a ninguém da Companhia era permitido usar em seu proveito os rendimentos dos Colégios; era lícito, porém, cobrir com os rendimentos dos colégios

“os gastos de todos os que trabalham em proveito desses colégios, como por exemplo os administradores, pregadores, professores, confessores, visitantes, e outros professos ou pessoas semelhantes dedicadas aos interesses espirituais ou temporais dos ditos colégios” (Idem, nº330).

Enfim, os colégios, além de espaços de instrução, eram os centros de propagação dos missionários, que permaneciam ligados a eles e subordinados aos seus superiores, mesmo não residindo neles.

Em 1549, havia já na Europa alguns Colégios da Companhia de Jesus, e os jesuítas que nesse ano aportaram no Brasil traziam consigo, ao lado do encargo da conversão dos índios, recebido da Coroa Portuguesa, recomendações de Portugal e Roma para criarem aqui colégios para instrução de meninos, como forma de catequese e como meio para formação de futuros operários para a missão da Companhia no Brasil. E, de fato, após as primeiras

⁵⁵ Idem, nº331.

experiências de catequização dos índios, os jesuítas passaram a apostar na educação dos meninos, pois acreditavam que o recolhimento e instrução deles em casas próprias para isso se mostrava um instrumento mais eficaz de conversão que a pura pregação nas aldeias. Além disso, o interesse dos pequenos pela doutrina contrastava com as renitências dos adultos.

“Aunque trabajemos que todos vengan a conocimiento de nuestra fe, y a todos la enseñemos, que la quieren oyr, y della se aprovechar: principalmente pretendemos de enseñar bien los moços. Porque estos bien doctrinados y acostumbrados en virtud, serán firmes y constantes” (NÓBREGA, 1551a:268).

A principal dessas casas de recolhimento foi a Casa dos Meninos de Jesus, criada oficialmente na Baía em 1550, por ocasião da chegada da segunda expedição missionária de jesuítas,⁵⁶ na qual vieram de Portugal alguns meninos órfãos, enviados para cá a fim de serem instruídos e sustentados pelos jesuítas. Posteriormente, vieram mais órfãos, o que, juntamente com os meninos índios, brancos e mamelucos do Brasil, fez com que a Casa dos Meninos de Jesus crescesse rapidamente e exportasse alguns órfãos para outras capitâneas, em que foram criadas casas semelhantes, como na do Espírito Santo e São Vicente, porém, de pouca duração. Essas casas de meninos eram uma espécie de orfanatos, mas denominadas colégios.

Com efeito, no Brasil, a primeira idéia de colégio, que aparece na documentação, eram essas Casas de Meninos, que serviam, ao mesmo tempo, como residências dos jesuítas nas diversas capitâneas em que atuavam. Para sua sustentação, solicitavam terras dos governadores. Nóbrega, na época superior dos jesuítas no Brasil, incentivava a criação delas, pois, além de lhe parecerem o melhor meio de conversão dos índios, eram fáceis de sustentar: “nesta terra custa muito pouquo fazer-se hum collegio e sustentar-se porque ha terra hé muito farta e os meninos da terra sustentão-se com muito pouquo, e os moradores muito afeiçoados a isso, e as terras não custão dinheiro” (NÓBREGA, 1552:352). Para o cultivo das terras e as criações de gado, não vendo opção melhor, não teve ele escrúpulos de arrumar alguns escravos. No entanto, embora os governadores geralmente concedessem as terras necessárias para a sustentação das casas de meninos, a manutenção delas mostrou-se, com o tempo, mais difícil do que o imaginado por Nóbrega. Além disso, a questão das propriedades recebidas para sua sustentação, dado que não estava claro a quem pertenciam, aos meninos ou aos jesuítas, gerava embaraços na consciência de vários jesuítas, que não se viam vivendo em conformidade com os regulamentos da Companhia. Escrúpulos ainda maiores causava a adoção da mão-de-obra escrava para o cultivo das terras que sustentavam os meninos.

⁵⁶ A expedição saiu de Lisboa a 07 de Janeiro de 1550 (LEITE, HCJB I:560). Não se sabe exatamente o dia em que chegou ao Brasil, mas deve ter sido por março do mesmo ano.

Diante disso, sobretudo a partir de 1553, com a chegada do P. Luís da Grã, passou-se a discutir a viabilidade da manutenção das Casas de Meninos, dado que não poderiam ser sustentadas unicamente de esmolas, e os pagamentos recebidos da coroa não contemplavam a sustentação desse tipo de empreendimento. Luís da Grã recebera de Roma a incumbência de encontrar uma solução, sobretudo porque a posse de fazendas e criações de gado com escravos era polêmica e não se acomodava devidamente ao estatuto da Companhia.⁵⁷ Além disso, por essa época, alguns jesuítas passaram a questionar a eficiência catequética do sistema de recolhimento de meninos em casas próprias. O próprio Luís da Grã passou a defender o parecer de que a doutrinação dos meninos se devia fazer nos povoados indígenas, pois parecia-lhe ali ela não seria menos eficaz que a feita nos recolhimentos de meninos e poupava os jesuítas do encargo de sustentá-los. Nóbrega, por sua vez, continuava defendendo a manutenção das casas para meninos.⁵⁸ Essa discussão em torno da manutenção ou não das Casas de Meninos coincidiu com a chegada das Constituições da Companhia de Jesus. A partir do estudo delas e das tentativas de acomodar a obra brasileira aos seus regulamentos, deu-se princípio a um novo projeto de fundação de colégios, mais em conformidade com os regulamentos da ordem. Ou, como no caso da Baía, acomodaram-se as Casas de Meninos ao que as Constituições instituíam. Segundo estas, não eram os jesuítas que deviam fundar os colégios, senão recebê-los fundados e dotados por benfeitores. Assim, em 1556, Nóbrega, comentando a ordem do rei de fazer um Colégio na Baía, esclarece:

“se El-Rei ordena fazer collegio da Companhia, deve-lhe de dar cousa certa e dotar-lho pera sempre, que seja mantença, pera sertos estudantes da Companhia, e não deve aceitar V.P. dada de terras com escravos, que fação mantimento pera o collegio, senão cousa certa, ou dos dízimos, ou tanto cada anno de seu tizouro, salvo se lá acharem maneira com que nós em nada nos occupemos nisso, o qual eu não sei como possa ser” (NÓBREGA, 1556a:285).

A idéia de que os jesuítas deviam se ocupar unicamente com o ensino e doutrina, deixando a sustentação das casas ao encargo da coroa portuguesa, apresentou-se como a melhor solução para a Companhia no Brasil. E, de fato, assim como em Portugal, o rei português tornou-se o fundador e benfeitor dos colégios jesuíticos no Brasil. No século XVI, fundou e dotou três no Brasil: o Colégio da Baía, o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de

⁵⁷ NÓBREGA, 1556a:280-281.

⁵⁸ Um bom resumo dessa controvérsia entre Nóbrega e Luiz da Grã vem descrito na carta de Nóbrega ao P. Diego Laynes de 1561b:354ss.

Pernambuco.⁵⁹ Fundou-os e dotou-os em vista da conversão dos índios, e nos alvarás de fundação de cada um deles, deixa claro que o objetivo da fundação era a “obrigação que a Coroa de meus Reinos e Senhorios tem à conversão da gentildade das partes do Brasil e instrução e doutrina dos novamente convertidos” (D. SEBASITÃO, 1564b:95). No entanto, como a dotação real dos Colégios no Brasil mostrou-se, com o tempo, insuficiente para assegurar a sua sustentação e nem sempre era devidamente paga, os jesuítas foram adquirindo para os Colégios propriedades rurais, por meio das quais complementavam o suprimento dos gastos. Dado que eram instituições apostólicas, era-lhes lícito possuir bens e rendas. Mesmo assim, tanto a dotação real quanto as propriedades da Companhia no Brasil geraram algumas controvérsias dentro da ordem, ainda não inteiramente resolvidas na década de 1580, época da passagem do visitador P. Cristóvão de Gouveia:

“Lo 1º que no parescen estas fundaciones o rentas dellos por el modo com que se cobran, tan conformes a nras constituiciones, antes parescen estipendio de nros ministérios, y que por esse respecto y fin fueron hechas, lo qual se puede facilmente colligir de muchas cosas. La 1ª porque El Rei da esto para descargo de su consciência, por entender que ya que llevaba los diezmos desta tierra, quedava obrigado aprover la conversion delos naturales della, y assi lo dize en los padrones con palabras mui claras, y en las pvisiones que para que se nos hagan buenos pagamientos, passa demanda que el modo con que paga los estipendios al Obispo, Canonigos y vicários delas yglesias que aca ay, para cumplyr com la obligacion q tiene al culto divino, y bien sp’ual delos Portugueses, p llevar los diezmos, a esse mesmo nos manda pagar a nosotros, por que lo descargamos dela obligacion dela conversion y dar curas a los Índios” (GOUVEIA, s/d:330).

Mesmo assim, a dotação real manteve-se e, aos poucos, foi sendo aceita pela ordem, e os Colégios tornaram-se os centros de onde saíam os missionários para as diversas partes em que atuaram e fundaram residências.

Como já esclarecido acima, eram unicamente os Colégios que podiam ter bens ou rendas. Individualmente o jesuíta não podia ter estipêndios, e os formados deviam viver unicamente de esmolas. Fora os três colégios fundados e dotados pelo rei no século XVI, os jesuítas criaram várias residências, espalhadas por diversas capitánias onde residiam e atuavam. Mas como o jesuíta não podia ter bens e rendas, estas residências não lhes pertenciam; cada uma delas pertencia a um dos três colégios e por ele era sustentada. Os

⁵⁹ Os colégios jesuíticos do Brasil fundaram-se segundo o modelo da fundação do Colégio de Jesus de Coimbra, fundado em 1547 e dotado por D. João III – Ver RODRIGUES, Francisco, 1931:405ss.

jesuítas que nelas residiam também estavam subordinados ao colégio a que pertencia a residência em que estavam, que os auxiliava no sustento, sobretudo se atuavam num local em que as esmolas eram poucas. O mesmo princípio valia para os aldeamentos fundados pelos jesuítas e que estavam sob seus cuidados. Os jesuítas que neles trabalhavam e por vezes neles residiam, pertenciam cada um a um dos três colégios, às vezes via alguma residência, como era o caso dos aldeamentos da capitania do Espírito Santo: os jesuítas que neles residiam estavam diretamente subordinados ao superior da residência de Vitória e, por meio dela, indiretamente ao Colégio do Rio de Janeiro, ao qual estava subordinada a residência de Vitória. Como o pagamento da coroa pelo serviço de conversão era feito aos Colégios e como individualmente não podiam ter estipêndios, os jesuítas que atuavam nos aldeamentos viviam de esmolas recebidas dos índios ou eram inteiramente sustentados pelo colégio ao qual estavam direta ou indiretamente subordinados. Enfim,

“a distinção fundamental, entre colégio e casa, que o não seja, é pois de caráter econômico: terá outra distinção ainda no que toca a estudos; os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários ou superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora – como complemento da catequese” (LEITE, HCJB I:109).

De fato, havia nos colégios geralmente, além de uma instrução elementar, feita nas escolas de ler e escrever, estudos de humanidades, cursos de filosofia e teologia.⁶⁰ Nas residências e aldeamentos havia apenas escolas de ler e escrever.⁶¹

2. Residências

Enquanto o Colégio na Companhia era uma entidade jurídica e moral, capaz de possuir bens, as residências, no Brasil, eram criadas unicamente em vista da conversão, para inserir os jesuítas do campo missionário e aproximá-los das almas que pretendiam socorrer. Elas eram, geralmente, compostas por uma casa, em que residiam os jesuítas, um espaço para a escola de ler e escrever e uma igreja. Algumas delas, as maiores, continham também algumas oficinas e um pomar.⁶² Em conformidade com os regimentos da Companhia, os jesuítas das residências sustentavam-se unicamente de esmolas:

⁶⁰ Segundo Castelnau-L'Estoile, a fundação dos colégios da Companhia surgiu com a importância assumida pelo ensino na missão da Companhia, que implicou na necessidade de bens materiais que sustentassem o engajamento na educação. Enquanto apenas missionários itinerantes, os jesuítas não necessitavam de bens (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2000: 46). Além disso, convém lembrar que o ensino e a formação de novos membros para a Companhia era uma exigência para assegurar sua manutenção no tempo.

⁶¹ Ver catálogos.

⁶² ANÔNIMO, 1598.

“sempre se sustentarão de esmolos, dandolhes este collegio vestido, azeite, vinho, e o necessário pa a igreia, por estas cousas se não achar na terra, ne’ os moradores as tere’ pera lhas dar. Não tem obrigação alguma, exercitão com todos nossos ministérios grátis como a companhia costuma” (ANÔNIMO, 1598).⁶³

Quanto aos ministérios com os quais os jesuítas se ocupavam nas residências, estavam as pregações aos portugueses e mamelucos, ouvir confissões, andar em missões a engenhos e fazendas para atender espiritualmente colonos e escravos, visitar doentes e confortá-los com sacramentos, catequizar índios e “tudo o mais que se refere ao bem dos próximos” (ANCHIETA, 1584d:377). Quanto ao atendimento dos índios, este podia dar-se por meio da fundação de aldeamentos ou por meio de visitas periódicas às aldeias, sem tirá-los de seu lugar habitual de residência e seguindo-os em suas migrações. Além disso, havia em todas elas uma escola de ler e escrever, voltada para a catequese e para o ensino da leitura e da escrita: “tem também escola de meninos, que com os elementos e ABC, vão aprendendo o leite dos bons costumes. Em todas as mais casas, de que falar, se entende haver escola, o que não repetirei, por não ser comprido.” (ANCHIETA, 1582:315). Todas as residências deviam anualmente ser visitadas pelo provincial, para confortar seus membros, motivá-los à dedicação à missão e para mudá-los periodicamente, segundo fosse conveniente.⁶⁴ Se o provincial tivesse dificuldades de dar conta de visitar a todas, dadas as distâncias e dificuldades de locomoção, devia mandar um substituto, para que nenhuma casa ficasse sem visita e a unidade da província assegurada.⁶⁵

3. Aldeamentos

Na atuação direta com os índios, os jesuítas, para convertê-los ao catolicismo, apostaram, inicialmente, nas pregações. Com o tempo, porém, foram percebendo que somente pregações não bastavam para levar os índios a abandonar os costumes de seus ancestrais em troca da opção pela fé cristã. Essa situação obrigou os jesuítas a encontrar novas estratégias de atuação missionária para conseguir resultados mais animadores. De fato, aos poucos os missionários foram conhecendo mais da cultura indígena e notaram que a conversão era mais uma questão de costumes que de doutrina, mais de vivência que de reflexão e de que o anúncio dos evangelhos por si só não modificava o índio. Notaram, sobretudo, que era

⁶³ A questão das residências não poder possuir bens devia-se ao fato de que, em sua origem, eram casas em que deviam residir unicamente professos de quatro votos, que deviam prestar todos os serviços gratuitamente e viver de esmolos. No Brasil, porém, não se fundou nenhuma residência nestes moldes. Como nelas residiam também estudantes e padres sem o quarto voto, os colégios responsabilizavam-se em auxiliá-las.

⁶⁴ MERCURIANO, 1579b.

⁶⁵ MERCURIANO, 1579a.

necessário apartar os índios catequizados do convívio dos não catequizados e que era preciso impor-lhes formas de policiamento mais rigorosas, a fim de assegurar a perseverança deles aos regulamentos da doutrina cristã. Além disso, a catequização dos índios implicava um ajuste com as necessidades de mão-de-obra para a defesa e colonização da terra, pois em várias partes do Brasil, os índios eram a única mão-de-obra disponível, e os colonos empenhavam-se para tê-los a seu serviço. Aos olhos dos jesuítas, porém, a ação escravizante dos colonos espantava os índios e criava uma situação de contra-testemunho, que dificultava a adesão deles à fé católica. Era, pois, necessário encontrar um espaço para os índios que os afastasse, também, da convivência com os brancos. Nóbrega dizia isso já em 1553: “tenemos por cierto que quanto mais apartados de los blancos, tanto mais crédito nos tienen los Indios” (NÓBREGA, 1553b:450). Enfim, a catequese dos índios implicava, a partir de meados da década de 1550, uma estratégia que conciliasse o afastamento deles do convívio com aqueles que insistiam nos costumes de seus ancestrais e da influência perniciosa dos brancos, e que, ao mesmo tempo, os disponibilizasse como mão-de-obra para as necessidades dos colonos e do Estado.

Após alguns anos de reflexões e discussões, Nóbrega apresentou, em 1558,⁶⁶ um plano catequético que prometia trazer frutos no trabalho com os índios no Brasil. Segundo ele, “o gentio se deve sujeitar” (NÓBREGA, 1558:445ss) e ser obrigado a guardar leis:

“a lei, que lhes hão-de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: faze-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem” (Idem.).

Esse plano era pautado nas experiências dos jesuítas de trabalhos anteriores com os índios, sobretudo na capitania de S. Vicente. Ali fizeram-se, já em princípios da década de 1550, algumas tentativas de reunir os índios batizados de várias aldeias numa só, para apartá-los dos ainda pagãos e para melhor catequizá-los. No entanto, a subsistência dos índios reunidos e a fixação deles a um lugar, implicava dos governadores a concessão de terras para cultivo e criação de gado. Além disso, a imposição da “lei” nesses ajuntamentos de índios implicava uma autoridade com poderes para isso. Em outros termos, a aplicação do plano catequético proposto por Nóbrega implicava a colaboração dos Governadores Gerais. Isso só foi

⁶⁶ NÓBREGA, 1558:445ss.

conseguido com Mem de Sá, o grande colaborador da missão jesuítica. Duarte da Costa, segundo os jesuítas, apesar de boa vontade, esquivou-se de conceder terras aos índios; “Aquí tratávamos con el Governador pasado de les asenhar sitio y tierras para sus mantenimientos. Dixo que no lo podia hazer, que eso pertenecia al Rei” (BLAZQUEZ, 1558:435). Mem de Sá, por sua vez, dispôs-se a ser o braço armado e o benfeitor das terras para a concretização do plano. O resultado dessa conciliação, como já afirmado acima, foi o desenvolvimento do sistema hoje conhecido como *aldeamento*, um espaço criado para a civilização e catequização dos índios do Brasil.

A função principal dos aldeamentos foi a catequese e, a princípio, estavam inteiramente sob a responsabilidade dos jesuítas. Com o tempo, porém, surgiram alguns aldeamentos com funções específicas e que tiveram administração civil, sobretudo no planalto paulista.⁶⁷ A estratégia jesuítica de catequese nos aldeamentos era civilizar para depois catequizar; e os aldeamentos, além de um espaço de catequese, tornaram-se, também, “elementos a serviço do próprio processo de colonização” (PETRONE, 1995:202), respondendo a “uma tríplice finalidade: transformar os nativos em participantes de uma igreja universal, em trabalhadores disciplinados e em participantes de um estado” (SCHMITZ, 1999:404). Em outros termos, os aldeamentos não podem ser tomados de modo isolado, fora do contexto da colonização do Brasil e, para cumprirem sua função, seguiam uma legislação com regime próprio de defesa e autoridade,⁶⁸ que mudava segundo as sucessões dos governadores e das preferências deles em favorecer jesuítas ou colonos, mas a administração espiritual e temporal deles esteve praticamente sempre sob a responsabilidade dos jesuítas. As tentativas feitas, em alguns casos, de separar a administração espiritual, de responsabilidade jesuítica, e a temporal, concedida a alguma autoridade civil, mostraram-se todas desfavoráveis à manutenção dos aldeamentos. Em 1564, foi posto em cada aldeamento “un hombre honrrado, que tuviesse nombre de Capitán y fuesse como protector dellos, defendiendolos de las injurias y agravios de los christianos” (BLAZQUEZ, 1564a:65). Esse sistema de capitães não durou muito, por não se mostrar benéfico aos índios e aos aldeamentos, e o poder temporal passou novamente para as mãos dos jesuítas, que o mantiveram ao longo do século, não sem controvérsias com as autoridades coloniais e com autoridades jesuíticas da Europa.⁶⁹

De fato, a questão da administração dos aldeamentos pelos jesuítas constituiu assunto para contínuo diálogo entre os jesuítas do Brasil e de Roma. Nem sempre havia concordância

⁶⁷ PETRONE, 1995:160. O presente estudo reduz-se aos que foram fundados e administrados pelos jesuítas.

⁶⁸ LEITE, HCJB II:42.

⁶⁹ Idem:64.

acerca deste assunto entre as duas instâncias, dado que o poder temporal sobre os índios era difícil de conciliar com as Constituições e dado que os jesuítas do Brasil argumentavam que o aldeamento só progredia quando eles mantinham toda administração dele. Prevaleram, geralmente, as exigências dos jesuítas do Brasil. No entanto, embora conservassem a responsabilidade pela administração temporal dos índios, abstinham-se da execução de alguns aspectos do poder que tinham, como o de aplicar castigos aos índios desobedientes, a fim de manterem sua imagem de paternais amigos dos índios. Em virtude disso, em 1559, Mem de Sá instituiu em cada um dos aldeamentos um meirinho com o cargo de aplicar os castigos necessários,⁷⁰ que se manteve ao longo dos tempos. As desobediências sujeitas a castigos eram variadas, e os castigos variavam de acordo com a gravidade do delito. O mais comum eram o açoitamento e a prisão ao tronco, que havia no centro de cada aldeamento. As orientações provindas de Roma recomendavam cuidados para evitar exageros na aplicação dos castigos, para não criar escândalos ou antipatias com os índios.⁷¹ O meirinho costumava ser algum índio principal, que tinha autoridade para esse cargo;⁷² somente em alguns casos os próprios jesuítas aplicavam os castigos.

Também a questão dos jesuítas residirem nos aldeamentos foi assunto de intensa troca de correspondências entre a província do Brasil e a cúria de Roma, muitas delas marcadas por opiniões divergentes entre as duas partes, algumas ainda não sintonizadas no término do século XVI. Entre os jesuítas do Brasil, prevalecia, geralmente, a opinião de que para colher frutos com os trabalhos nos aldeamentos, os jesuítas deviam residir nelas. Essa opinião não era sempre acolhida pelas autoridades de Roma, que, em diversas circunstâncias, ordenavam a retirada dos missionários dos aldeamentos, recomendando que o atendimento aos índios fosse feito através de visitas periódicas.⁷³ Havia, também, divergências entre as informações sobre os trabalhos nos aldeamentos que do Brasil eram enviados à Europa. Entre os argumentos invocados para coibir os jesuítas de residir nos aldeamentos, estava a dificuldade de sustentação deles ali.⁷⁴ Em outros casos, percebia-se o aldeamento como um risco para a vocação do jesuíta, sobretudo para os mais novos, ainda não fundamentados suficientemente

⁷⁰ SÁ, Mem, 1560:172.

⁷¹ MERCURIANO, 1579a.

⁷² VALE, 1562:479.

⁷³ A troca de correspondências se dava, também, entre Roma e os jesuítas dispersos em missões em outras partes do mundo, o que resultava em intensa troca de experiências missionárias. A partir dessa troca e dos resultados obtidos com experimentos testados em alguns lugares, a autoridade central de Roma expedia ordenações para responder a questões que surgiam em diferentes lugares. A essas ordenações sempre se possibilitava certa margem para adaptações locais. No entanto, em diversas ocasiões e sobre diversos assuntos, os jesuítas locais questionavam a aplicabilidade de ordenações em sua totalidade.

⁷⁴ LEITE, HCJB II:91.

na fé. Com efeito, a documentação da época está cheia de orientações que expressam reiteradamente a necessidade de preservar os jesuítas de excessivas tentações à castidade ou ao cultivo espiritual, a fim de evitar que se percam. Aparecem, por exemplo, solicitações de que nenhum jesuíta ande sozinho pelas aldeias,⁷⁵ visite sozinho as casas dos índios ou atenda índios à noite.⁷⁶ Foi motivado por essa preocupação que o visitador Inácio de Azevedo, pautado nas disposições do Concílio de Trento e após avaliar a vida dos jesuítas no Brasil, estabeleceu que “em todas as cazas, donde os nossos fazem residência, tenham sua cerca, de maneira que não entrem as índias dentro” (AZEVEDO, 1568:487). Por outro lado, não são só as orientações para os que residiam nos aldeamentos que denotam preocupação com a preservação da vocação dos jesuítas, mas muitos jesuítas do Brasil mostravam resistências em estar nas aldeias e na aprendizagem da língua brasílica, com medo de perderem-se.⁷⁷

Enquanto espaços de ajuntamento e reserva de mão-de-obra, os aldeamentos eram obrigados a disponibilizar seus índios para as necessidades de trabalhadores nas fazendas e engenhos dos portugueses, em troca de um soldo estabelecido pela legislação que os regia. Em virtude dessa função, a maioria dos aldeamentos foram estabelecidos no litoral brasileiro, próximos dos povoados portugueses, e os índios do interior eram buscados e trazidos para o litoral, para ali serem aldeados. Essa disposição dos índios aos serviços dos moradores europeus era causa de contínuas controvérsias entre jesuítas e colonos: estes reclamavam que os jesuítas se negavam a conceder-lhes os índios quando deles necessitavam; aqueles reclamavam que os colonos não devolviam os índios dentro dos prazos estabelecidos ou não os devolviam em definitivo.⁷⁸ O Visitador Cristóvão de Gouveia tentou resolver a questão quando de sua visita pelo Brasil, na década de 1580, e estabeleceu que

“nose den índios delas Aldeas que, estan anro cargo aninguna persona por mas de tres mezes continuos qn mucho, nilos dexem comumente levar as mugeres, ni reciban enellas los que no fueren dellas, y huyeren de casa delos Portuguezes, antes los manden luego tornar para donde huyeron, salvo si por alguna causa particular pareciesseal superior de la casa o colégio deverse retener alguno, masno se faça conescandalo delos Portuguezes, yen periuzio delas personas q pretenden tener

⁷⁵ GRÃ, 1556:293. Nos catálogos aparece, por vezes, o ofício de “companheiro” exercido geralmente por um irmão ou estudante, como é o caso do estudante Gaspar Herrera, que em 1589, era companheiro do procurador no Colégio do RJ. Uma das justificativas para esse cargo era exatamente evitar que jesuítas andassem sozinhos por entre os aldeamentos. Havia várias outras funções para o ofício de companheiro, entre elas a de ajudar na celebração das missas.

⁷⁶ ANÔNIMO, Visitas dos padres visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral

⁷⁷ GOUVEIA, 1583a; VIEGAS, 1585.

⁷⁸ Junta da Baía, 1566: 356.

derecho en ellos” (ANÔNIMO, Visitas dos padres visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral).

Essa recomendação passou a servir de orientação no tratamento da questão do trabalho dos aldeados, mas não resolveu inteiramente os conflitos existentes entre colonos e jesuítas.

Em todo caso, os índios dos aldeamentos prestavam diversos serviços no desenvolvimento do projeto colonizador português. Em 1585, tratando da questão do trabalho dos índios das aldeias dos jesuítas, o P. Luís da Fonseca, argumenta que

“estes são as fortalezas, eos soldados q’ sem soldo defende’ as capitánias onde os há dos contrários da mesma terra, E dos Ingreses, e franceses; e soieitão os escravos de Guiné q’ são muytos e fazem muytos males, e posto q’ todos antecedem quanto importa conservaremse estas Aldeas; o ynteresse paritucular quer perasi oq’ he be’ pera todos; tomãolhes as terras, são tão maltratados q’ se vão consumindo” (FONSECA, 1585:13v).

Tratando da mesma questão, o P. Pero Rodrigues, no final do século XVI,

“feita a experiência de meio século, sintetiza o fruto das aldeias, nestas quatro vantagens: proveito para os Índios, que se civilizaram; proveito temporal dos Portugueses, nas guerras contra os estrangeiros que mais temem as frechas dos Índios que os arcabuzes dos brancos; proveito contra os negros, de cuja multidão é para temer não ponham alguma hora em aperto algumas Capitánias; proveito dos moradores, a quem servem por soldada conforme o regulamento de El-Rei.” (Apud LEITE, HCJB II:59).

Estes serviços, porém, não despertavam na maioria dos colonizadores o respeito pelos índios dos aldeamentos e os maus tratos contra eles eram freqüentes, sobretudo quando o governador tinha opiniões divergentes aos da Companhia. Esses maus tratos, aliados às freqüentes epidemias, que dizimavam aldeias inteiras, fizeram com que, no final do século XVI, praticamente todos os índios do litoral brasileiro estivessem extintos ou incorporados à sociedade colonial e exigia que se fizessem contínuas entradas sertão adentro para descer índios que abastecessem os aldeamentos esvaziados. Já em 1583, o P. Anchieta dizia ao Rei Felipe II que “a maior parte dos índios, naturais do Brasil, está consumida, e alguns poucos, que se hão conservado com a diligência e trabalhos da Companhia, são tão oprimidos, que em pouco tempo se gastarão” (ANCHIETA, 1583a:338).

Para os jesuítas, o aldeamento tornou-se o principal espaço de catequização dos índios e, mesmo enfrentando problemas, subsistiu ao longo dos séculos. As missões volantes não foram abandonadas inteiramente, mas permaneceram apenas nas situações em que a fundação

de um aldeamento era inviável, como nos casos da falta de missionários ou diante da falta de terras para sua sustentação. A primeira providência, após o ajuntamento dos índios para principiar um aldeamento, era estabelecer uma igreja, com o orago que dava a denominação ao aldeamento. Essa igreja costumava ser, nos primeiros tempos do aldeamento, de palha, mas logo era substituída por outra de cal e pedra e em torno dela se estabeleciam as casas dos índios. Estas, a princípio, continuavam sendo as casas grandes da tradição tupi, que abrigavam várias famílias; aos poucos, porém, iam sendo substituídas por casas menores, para abrigar núcleos familiares compostos unicamente por um casal e seus filhos, conforme os regulamentos católicos. Aos índios que se dispunham a aldear, concedia-se terras,⁷⁹ geralmente uma área de seis léguas em quadra. Era do cultivo dessa terra que os índios aldeados extraíam seu sustento, nem sempre conseguido, sobretudo em casos de secas. Ocorreu, também, principalmente na época dos primeiros aldeamentos da Baía, diante da empolgação de ajuntar índios e da catequização deles, que se esquecia a preocupação com a produção agrícola dos aldeados. O resultado foram fomes e fugas dos índios para o sertão.⁸⁰ Com o tempo, se o aldeamento prosperava e se fortalecia, estabeleciam nele uma escola de ler e escrever para a instrução dos meninos e para complemento da catequese. Nela os meninos índios aprendiam a ler, escrever, português e canto (LEITE, HCJB II:26). A duração das aulas nessas escolas também foi assunto de controvérsias entre alguns jesuítas, questão resolvida por Cristóvão de Gouveia em sua visita pelo Brasil, quando estabeleceu que nelas se ensinasse hora e meia de manhã e hora e meia à tarde; depois disso, canto para os que tivessem habilidade para isso.⁸¹

Embora houvesse alguns experimentos anteriores, o grande movimento de fundação dos aldeamentos principiou em fins da década de 1550, nos arredores da Baía. Essas fundações foram impulsionadas por Nóbrega, que voltou da capitania de S. Vicente quando soube que na Baía estavam “os gentios subjugados por guerra e mui aptos pera receberem la doutrina. Levo de quá algunos Irmãos pera nisso se entender de propósito, e ho mesmo crerá N. Senhor seja por toda a costa” (NÓBREGA, 1556b:277). Era, também, a época em que Mem de Sá assumia o cargo de governador geral do Brasil e que, com sua enérgica ação de sujeição dos índios, favoreceu o processo de multiplicação dos aldeamentos em princípios dos anos de 1560. Em setembro de 1558, estavam já fundados quatro aldeamentos na Baía;⁸² em julho de 1559, mais dois estavam prontos para serem fundados, faltavam apenas padres para

⁷⁹ ANÔNIMO, 1562:510.

⁸⁰ VALE, 1563: 4-5.

⁸¹ ANÔNIMO, Visitas dos padres visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral.

⁸² PIRES, Antônio, 1558b: 470.

os atender.⁸³ Por setembro de 1561, eram sete os aldeamentos fundados na Baía.⁸⁴ Nos anos de 1563-1564, grande parte deles foram dizimados por uma epidemia ou esvaziaram-se devido a um movimento de fugas ocasionado por fomes e perseguições aos índios. A partir disso, nos anos seguintes, os missionários reorganizaram os aldeamentos e reduziram-nos, em 1566, a cinco: São João, Santiago, S. Paulo, Espírito Santo e S. Antônio.⁸⁵ Posteriormente, foram reduzidos a três: Espírito Santo, São João e Santo Antônio. Assim permaneceram nos anos posteriores, até o final do século XVI. Concomitantemente ao movimento de fundação dos aldeamentos na Baía, aplicou-se o mesmo modelo nas outras capitanias em que os jesuítas atuaram e criaram-se também ali diversos aldeamentos. No entanto, em virtude da provisoriedade de alguns, mudanças de nome e deslocamentos de outros, é extremamente difícil precisar o número exato de aldeamentos fundados ao longo do século XVI. Mais difícil ainda, é precisar o local em que se localizavam os que é possível quantificar a partir do estudo da documentação. S. Leite (HCJB I:512), ao organizar um Mapa da Expansão dos Jesuítas no século XVI, assinala já esta dificuldade: “na impossibilidade de marcar todas as Aldeias onde estiveram os Padres, indicamos algumas principais” (LEITE, HCJB I:586).⁸⁶

I - O COLÉGIO DA BAIÁ

Os primórdios do Colégio da Baía remontam a 1550, quando da chegada dos primeiros órfãos enviados de Portugal ao Brasil e que ficaram aos cuidados dos jesuítas, para que com eles fizessem casas e confrarias da maneira que se fazia em Lisboa. Fez-se casa para eles, que, em meados de 1551, estava já em pleno funcionamento, como atesta o testemunho de Antônio Pires:

“En la Baya está dado principio a una casa, en que se recojan y enseñen los niños de los gentiles nuevamente convertidos. La qual se empeçó con algunos mestiços de la tierra, y con algunos de los huérfanos que dallá vinieron (...) y tomamos tierra para mantenimiento de los niños. Ya comienzan los hijos de los gentiles a huyr a sus padres, y venirse a nós, y por más que hazen no los pueden apartar de la conversación de los otros niños (...) Y ya tuvieramos la casa llena, si les pudiéramos sustentar, y si tuviéramos a donde aposentarlos; y daqui a pocos meses avrá mantenimientos para

⁸³ NÓBREGA, 1559a: 51.

⁸⁴ GRÁ, 1561: 429.

⁸⁵ Catálogo de 1566.

⁸⁶ Conf. Mapa 1, p.78.

poderse tomar más, y por esso repartimos algunos de los niños huérfanos por las otras capitanias” (PIRES, Antônio, 1551:258).

Por esse mesmo tempo, Nóbrega pedia ao rei de Portugal que mandasse o Governador fazer casas para os meninos, “porque as que tem sam feitas por nosas mãos e são de pouqua dura” (GRÃ, 1554a:145), isto porque eram cobertas de palha e, até 1554, já tinham caído duas vezes. Pedia, também “alguns escravos da Guiné ha cassa pera fazerem mantimentos” (NÓBREGA, 1551b:293).

Em meados de 1552, escrevia Nóbrega: “Este Collegio dos Meninos de Jesus⁸⁷ vai em muito crescimento e fazem muito fructo, porque andão pellas Aldeas com pregações e cantigas de Nosso Senhor polla lingua que muito alvoroça a todos” (NÓBREGA, 1552:350-351). Em 1553, havia já na Casa dos Meninos da Baia aula de latim.⁸⁸ Esse sucesso, porém, foi interrompido pela polêmica em torno da viabilidade da Companhia do Brasil manter casas de meninos. Após acaloradas discussões entre jesuítas do Brasil e uma breve negociação entre eles e a coroa portuguesa, decidiu-se pela extinção da Casa dos Meninos para, no lugar dela, dar princípio a um novo modelo de colégio, mais conforme aos regulamentos da Companhia.

Em 1554, o infante Cardeal D. Henrique mostra desejo de fundar no Brasil um “collegio de escuelas públicas” (MIRÓN, 1554a:25) à semelhança dos que existiam em Portugal para remediar “la ignorantia de aquellas partes en los clerigos con la lición de casos de conscientia, y en los demás con las Iciones de gramática y latin” (Idem). O colégio se fundaria na cidade de Salvador, na Baia, e “el Cardenal está muy puesto en que este collegio se comience allá y que el Rey o proveerá de todo lo que fuere menester” (MIRÓN, 1554b:31). Neste mesmo ano, o rei D. João III escrevia ao Governador Duarte da Costa que trabalhasse com o bispo pela fundação de um Colégio na cidade de Salvador, conforme um “que os Padres da Companhia têm em Santo Antão, porque disso se pode seguir grande serviço de Nosso Senhor para essas partes” (D. JOÃO III, 1554:36-37). Em vista disso, o P. Luís da Grã, vindo de Portugal com o cargo de regularizar a situação das casas de meninos no Brasil, chamou, em fins de 1554, alguns padres à Baia para darem início ao Colégio⁸⁹ e, em 1557, ele já funcionava, com duas classes de latim e escola de ler e escrever para os meninos do gentio e outros da cidade; “os estudantes de fora não são mais que tres ou quatro moços capelães da Sé, mas de casa são onze ou doze, delles Irmãos, e outros moços orfãos, daqueles que pareceo

⁸⁷ O termo *colégio*, na documentação dessa época, é ambíguo, pois é empregado também para designar as confrarias de meninos criadas no Brasil.

⁸⁸ LEITE, HCJB I:45.

⁸⁹ GRÃ, 1554b:138.

mostrarem e terem melhor habilidade pera estudarem e melhores partes pera poderem ser da Companhia” (NÓBREGA, 1557a:146).

No entanto, a dotação e fundação real do Colégio da Baía deu-se apenas em 1564, a partir de dois documentos régios, ambos datados a 07 de novembro de 1564: “Padrão da Fundação do Colégio da Baía por D. Sebastião, Rei de Portugal” e “Alvará da Fundação Régia do Colégio da Baía”. Por esses documentos, em virtude da obrigação da coroa com a “conversão da gentilidade das partes do Brasil e instrução e doutrina dos novamente convertidos” (D. SEBASTIÃO, 1564b:95), o rei português se comprometia a sustentar, por meio do Colégio, 60 jesuítas, número tido como o total deles presentes no Brasil:

“O qual collegio fosse tal que nelle podessem residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que parece que por agora deve de aver nele, pellos diversos lugares e muitas partes, em que os ditos Padres residem e a que do dito collegio são enviados pera bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor” (Idem:97).

Para sustentação do colégio e dos jesuítas, o rei se comprometia a aplicar nele “huma redizima de todos os dízimos e dereitos, que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem nas ditas partes do Brasil” (Idem.), que os oficiais do governador do Brasil teriam ao encargo de recolher e destinar ao reitor do colégio. Pelo Alvará da Fundação Régia do Colégio da Baía, o Cardeal Infante⁹⁰ pedia que os pagamentos que os jesuítas no Brasil recebiam em mantimentos, conforme as provisões régias anteriores, fossem todos convertidos num valor em dinheiro e fosse feito um cálculo do quanto cada jesuíta custava por ano. A partir deste cálculo, foi determinado pagar ao colégio o valor de três mil cruzados por ano para sustentação dos sessenta religiosos. Além desse valor, o rei D. Sebastião estabeleceu que se pagasse ao Colégio 160 cruzados cada ano, por espaço de 10 anos para a construção do edifício.⁹¹ Apesar dessa ajuda, as construções do novo edifício demoraram, dando-se sua inauguração apenas por 1590-91. Depois de concluída, a estrutura do Colégio somava colégio, habitação e escola, com espaços para claustro, quartos para os jesuítas, igreja com sacristia, capela, enfermaria, noviciado e oficinas.⁹² Além de um pomar, com vários tipos de frutas.

A dotação de três mil cruzados por ano, estabelecida pela coroa para sustentação do Colégio da Baía, acabou não dando conta de seu sustento, pois a estrutura de estudos que nele se organizou gerou vários gastos não abarcados pela fundação. Além disso, o valor nem sempre era devidamente pago. Diante disso, para ajudar na sustentação, o Colégio passou a

⁹⁰ O Cardeal Infante D. Henrique estava na regência de Portugal na época por causa da menoridade do futuro rei, D. Sebastião.

⁹¹ ANÔNIMO, 1598.

⁹² LEITE, HCJB I:53.

ser proprietário de diversas sesmarias e fazendas para cultivo, criação de gado e arrendamentos. Em 1575,

“el collegio de la Baya tiene tres mil ducados de renta. Para esto tiene aplicado el Rey una redizima de todos los dízimos que tiene en el Brasil. mas esta aun no llega a esta cantidad y por esso los officiales del Rey la pagan en dinero parte en esta ciudad, parte en Pernambuco y parte en el reyno. Cobra se co’ mucha dificultad, fuera desto tiene quinze mil maravedis de renta en algunos pedaços de tierra que estan arrendados por algunos años. No tiene este collegio algunas deudas, mas antes el Rey acabado este año de 75 nos deura mas de siete mil ducados.” (TOLOSA, 1575:329).

Nos anos de 1580, a situação continuava a mesma, uma vez que os pagamentos da coroa eram insuficientes para a sustentação do Colégio, “y si nosotros no labrassemos nras tierras com Esclavos que para esto compramos y si no criássemos algunas vacas com los mismos, de ninguna manera nos podíamos sustentar” (GOUVEIA, s/d:330). Para cultivar suas terras, em 1583, o Colégio tinha 150 “personas de servicio entre esclavos y esclavas de Guinea, Indios e Indias dela tierra, esclavos y libres” (GOUVEIA, 1583c:334). Muitos desses operários eram pedreiros, carpinteiros, etc, aos quais era preciso arrumar mulheres, “para não viverem em mau estado. Por isso tem na roça una aldeia com sus mugeres y hijos, las quales tambien sierven de plantar, y hazer los mantinientos, lavar la ropa, filar, y ser costureras” (Idem). No final do século XVI, as terras do Colégio da Baía somavam várias sesmarias, sendo a maior delas a do Camamu, recebida por doação do governador Mem de Sá, em 1563, que somava 12 léguas em quadra, mas que rendia pouco por não ser possível cultivá-la devido aos índios Aimoré: “destas não se apveita o collegio mais que de hua ilha, onde de faz mantimentos e cria gado e outras criações miúdas: pollas mas estare’ impedidas de hua gente cruel e fera (ANÔNIMO, 1598). A administração dessa terras estava a cargo dos irmãos jesuítas.

O Colégio da Baía era o centro formador dos jesuítas no Brasil. O autor da Fundação dos Colégios e Residências do Brasil, escrita em 1598, resume assim os estudos que de ordinário havia no Colégio: “tem de ordinário hua lição de theologia scholastica, e outra de casos. Tem hu’ curso de artes, quando ay estudantes pera elle assi de casa como de fora que comumente se começa de quatro em quatro annos. Tem duas lições ou classes de humanidade, outra de ler, e escrever” (Idem). Os estudos que nele se desenvolviam não estavam implicados na fundação e dotação real, isto é, não faziam parte do encargo da conversão que os jesuítas tinham em troca da manutenção real do Colégio. Ao contrário, foram introduzidos livremente com o consentimento dos superiores de Roma, como algo resultante da estrutura interna da Companhia e que não entrava no contrato com a coroa. O acordo com a coroa era a conversão

dos índios; o que faziam além disso, não cabia à coroa sustentar. “El intento del Rey principal fue descargarse dela obligacion que tiene ala conversion delos naturales de la tierra, por cuyo respecto recibe los diezmos, y ponerla en la Comp. destas partes” (ANÔNIMO, 1588:349).

Residências anexas ao Colégio da Baia

Até 1567, ano da fundação oficial do Colégio do Rio de Janeiro, todas as residências jesuíticas do Brasil pertenciam ao Colégio da Baia. Após este ano, algumas passaram a pertencer ao Colégio do Rio de Janeiro e, em 1576, com a fundação do Colégio de Pernambuco, também a residência dali passou a ser independente. As residências que sempre pertenceram ao Colégio da Baia, ao longo do século XVI, foram as das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Em cada uma delas residiam de ordinário entre quatro e seis jesuítas, divididos entre padres, irmãos e estudantes.

1 – Residência de Ilhéus

Desde os primeiros meses da presença dos jesuítas no Brasil, a capitania de Ilhéus foi palco de sua atuação missionária, mas apenas em 1562 abriram ali uma residência fixa. Seus iniciadores e primeiros ocupantes foram os padres Diogo Jácome e Luiz Rodrigues. Eles, com a ajuda dos moradores locais, construíram casa para os padres, que somava seis ou sete cubículos⁹³ e que servia também como espaço para as aulas de ler e escrever, ministradas aos filhos dos portugueses e mamelucos. Junto à casa, foi construída uma igreja, concluída pelos inícios da década de 1570. A casa ficava a beira do mar, em 1583, tinha quatro “câmaras assombradas e forradas, suas oficinas acomodadas e igreja, ainda que pequena, bem acomodada de bons ornamentos. O sítio da casa é de bom prospecto para o mar, situada em lugar eminente, tem sua cerquinha com algumas árvores de fruto” (GOUVEIA, 1583c:334v).

Conforme os regulamentos da Companhia, os jesuítas em Ilhéus sustentavam-se com esmolas, não sem dificuldades por causa do cerco que os Aimoré armavam em torno da povoação e que obrigava o povoado a viver pobremente, sem forças para aumentar seu desenvolvimento. “Com haver trinta anos que é povoada, sendo as terras em si das melhores, que neste estado há para povoar, não têm saído com as fazendas uma légua da vila. Tudo com medo desta tão cruel gente” (ANCHIETA, 1582:314). Afora as esmolas que recebiam da generosidade dos moradores, o Colégio da Baia ajudava no sustento da casa no que tocava “ao vestido, calçado, vinho, azeite, vinagre e outras cousas que não ha na terra” (Idem:335).

⁹³ LEITE, HCJB I:191.

Devido ao perigo de ataques dos Aimoré, os jesuítas não podiam arriscar-se em missões para fora do povoado português para catequização dos índios. Em virtude disso, seu atendimento aos índios restringia-se aos Tupiniquim que estavam espalhados pelos engenhos e fazendas, sem fundar ali aldeamento ao longo do século XVI. Suas ocupações voltavam-se mais ao atendimento espiritual da população em geral. Em 1585, Anchieta resume o trabalho dos jesuítas em Ilhéus:

“suas ocupações com os próximos são: ensinar os meninos dos Portugueses a ler e escrever, pregar em nossa igreja e matriz, confessar os Portugueses, que serão quase 1000 pessoas, e os escravos e Indios que estão pelos engenhos e fazendas, e estão ali bem recebidos os nossos e fazem muito fruto” (Idem).

2 – Residência de Porto Seguro

Desde o ano de 1549 estiveram os jesuítas em Porto Seguro, mas somente por 1552 abriram ali uma residência, com escola de ler e escrever, para a qual foram enviados alguns órfãos vindos da Europa. Casa e escola funcionavam precariamente pela falta de recursos e por causa da falta de perseverança dos meninos nos estudos. A certa altura, fecharam a escola, para ser reaberta em 1563. A primeira igreja que os jesuítas ali construíram foi a Igreja Nossa Senhora da Ajuda, a uma légua do povoado dos portugueses, num local onde brotava uma fonte tida por milagrosa. Nem sempre residiam jesuítas ali e, por princípios da década de 1570, foi entregue ao bispo. Os jesuítas estabeleceram-se, então, definitivamente, no povoado dos portugueses e a igreja da Ajuda, tornado um lugar de peregrinações, passou apenas a ser de visita, para pregações.⁹⁴ Em 1585, Anchieta resumiu a situação da casa: o “sítio é amplo de bom prospecto ao mar, tem quatro câmaras térreas forradas e oficinas acomodadas. A igreja é pequena, bem acabada, ornada de bons ornamentos, tem sua cêrca grande com muitas laranjas, coqueiros, limões e outros frutos” (Idem).

A capitania de Porto Seguro, assim como a de Ilhéus, também era assolada por ataques de Aimoré: “é fértil de farinha e algodão e criação de cavalos, porém se vai cada dia despovoando, por estarem já as terras muito gastas e cansadas, e não se podem estender pela terra dentro por causa dos Guaimurés” (Idem.). Os jesuítas, dado que, assim como nas outras residências, sustentavam-se com esmolas, padeciam contínuas penúrias por causa da pobreza da terra: “desempenham não poucos trabalhos, unidos a uma grande pobreza de tudo, sendo essa paupérrima capitania desprovida de muitas coisas indispensáveis para a vida”

⁹⁴ ANCHIETA, 1584c:50-51.

(ANCHIETA, 1584d:378). Afora as esmolas, eram ajudados pelo Colégio da Baía, como a casa de Ilhéus.

As ocupações dos jesuítas em Porto Seguro eram “ensinar os rapazes a ler e escrever, pregar em nossa igreja matriz, confessar os Portugueses, ensinar e administrar os sacramentos aos escravos da Guiné e Índios da terra” (Idem). Os brancos não deixavam boa impressão aos jesuítas, que com eles pouco conseguiram, dado que raramente acolhiam as regras morais pregadas pelos inacianos. Quanto aos índios, a catequese dava-se pelo sistema de missões volantes: da sede da capitania, os padres seguiam a costa e as margens dos rios atendendo os principais núcleos dos índios Tupiniquin. Por volta de 1573, começaram a descer do sertão muitos desses índios, querendo ser catequizados, que repartiram-se em diversas aldeias. O P. João de Melo era o principal responsável por esses descimentos e, não dando conta de passar em todas as aldeias, catequizava-os numa aldeia mais central, para a qual acorriam os índios das outras. Nos anos seguintes seguiram-se mais descimentos e, em 1574, estavam ao longo do Rio Cerianhaia, que separava as vilas de Porto Seguro e Santo Amaro,

“4 Aldeias de Índios, pequenas, ainda que as três já estão fornecidas de gente que veio do sertão. A mais pequena é uma que temos uma igreja de S. Mateus, que tem 96 almas. Tem pouca gente, por ser o principal dela no sertão, a buscar gente que lá tem. Desta aldeia os 60 serão cristãos, os mais deles inocentes. É gentio Tupinaquim de muito bom entendimento para caírem nas coisas de Deus. Começaram-se a converter na era de 73” (Apud LEITE, HCJB I:210).

Nas proximidades da Vila de Santo Amaro, que ficava a três quartos de légua para o sul da vila de Porto Seguro, havia outras aldeias visitadas pelos jesuítas. “Uma légua desta [da vila de Santo Amaro] para o sertão está uma aldeia com honesta gente, a qual se começa agora a converter” (Idem). Mais para o sul estavam mais duas Aldeias, “uma delas é pequena, a outra terá 1.000 almas ou mais” (Idem.). Ao norte da vila de Porto Seguro, duas léguas para o sertão da povoação de Santa Cruz (que ficava a três léguas para o norte da vila de Porto Seguro) havia outras duas aldeias, somando, ao todo, nove aldeias que os jesuítas atendiam com visitas em 1574. “Terão de quatro mil almas para cima. A mais longe delas está a 6 léguas de Porto Seguro” (Idem:211). Em 1583, atendiam somente duas: “tem a seu cargo duas aldeias de índios, uma 5 léguas de distância e outra 4” (GOUVEIA, 1583c:335). Essas duas podem ser considerados aldeamentos, mas os jesuítas não residiam em nenhuma delas, apenas visitavam-nas regularmente. Também visitavam outras mais distantes, “que son de cristianos y paganos, con muchos peligros, por causa delos Guaimurés” (Idem). Os dois aldeamentos eram o de Santo André, ao norte e São Mateus, ao sul, ambos distantes em torno de cinco

léguas de Porto Seguro.⁹⁵ Nos anos posteriores do século XVI, os trabalhos com índios em Porto Seguro permaneceram reduzidos ao atendimento a estes dois aldeamentos. Em 1599, o provincial Pero Rodrigues descreveu a situação declinante da capitania:

“não se pode tratar acerca de missões, porque se não pode daí fazer nenhuma: e a razão é estarem postas em grande aperto há muitos anos e a gente as ir pouco e pouco desamparando (...) tanto aperta com a gente uma praga de gentio bravo, cuja língua se não pode entender, e que chamam Aimorés” (Apud LEITE, HCJB I:212).

Além dos ataques dos Aimoré, houve desentendimentos entre jesuítas e moradores locais, que envolveram autoridades. Esses desentendimentos com os brancos foram crescendo, e os frutos do esforço missionário com os índios reduzindo, o que levou ao fechamento da residência por alguns anos a partir de 1602.⁹⁶

Aldeamentos pertencentes ao Colégio da Baia

1 – Aldeia do Rio Vermelho⁹⁷

Foi fundada em 1556, após a submissão dos índios dos arredores da Baia. Ficava a uma légua e meia da cidade de Salvador, às margens do Rio Vermelho. Foi das primeiras em que os missionários residiram.⁹⁸ Era bastante freqüentada pelos padres da Baia e nela passaram as primeiras férias os estudantes do Colégio. Os índios não aceitavam muito bem a pregação e muitos deles fugiam, mas os jesuítas insistiam em mantê-la por sua localização. Com a chegada de Mem de Sá, os índios desse aldeamento foram transferidos para a Aldeia de São Paulo.⁹⁹

2 – Aldeia São Paulo

Fundada em princípios de 1558, foi o primeiro ajuntamento que se começou a fazer na Baia no tempo de Mem de Sá.¹⁰⁰ Ficava a uma légua da cidade da Baia e, para criá-la, foram

⁹⁵ LEITE, HCJB I:211.

⁹⁶ LEITE, HCJB I:212.

⁹⁷ Na descrição dos aldeamentos que segue, o termo Aldeia é sinônimo de aldeamento. Isso porque optou-se aqui pela manutenção das denominações dos aldeamentos tal como aparecem na documentação jesuítica do século XVI. Nessa documentação, como já dito acima, não consta o termo aldeamento, apenas o de aldeia. É preciso, pois, estar atento, pois neste caso, “o termo aldeia carrega em si uma ambigüidade: ele designava as ‘vilas’ dos índios criadas por eles mesmos e é, também, empregado na documentação jesuítica para designar os povoados fundados com índios pelos jesuítas com o fim de melhor civiliza-los e catequiza-los; para evitar confusões, alguns tem preferido o termo *aldeamento* para designar os povoados criados pelos jesuítas das *aldeias* de criação não-jesuítica; aqui preferiu-se o termo aldeia, por ser o que consta na documentação jesuítica da época” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2000:48)

⁹⁸ ANCHIETA, 1583b:157.

⁹⁹ LEITE, HCJB II:49.

¹⁰⁰ PEREIRA, 1560:290.

reunidas três aldeias numa só. A primeira missa nela rezada foi dia 29 de junho de 1558, dia de São Pedro e São Paulo. No ato da fundação, estava presente Mem de Sá, que ficou padrinho dos 84 meninos índios batizados na ocasião. Dias depois, foram batizados mais 50, todos “meninos d’escola já bem doutrinados, porque da outra gente grande se baptizaram mais devagar” (PIRES, Antônio, 1558a:466). Por setembro do mesmo ano, todos os meninos e meninas menores de 14 anos estavam batizados; os adultos apenas confessavam-se.¹⁰¹ Em meados de 1559, a escola do aldeamento contava em torno de 140 meninos. Eles tinham aula todas as tardes; nos domingos e dias santos, havia pregações para todos. O meirinho cuidava para que todos respeitassem os regulamentos estabelecidos pelo governador e pelos jesuítas.¹⁰² Nas missas solenes, os meninos índios cantavam na língua brasílica e em português.¹⁰³ Sempre moravam neste aldeamento ao menos dois jesuítas, nem sempre padres. O índio principal do aldeamento chamava-se Garcia de Sá, que mostrava-se devotado aos padres. Em 1559, o P. Antônio Blazquez narra entusiasmado que neste tempo os índios cristãos começavam a “hazer cassas apartadas y de taipas para syempre viver en ellas, porque su costumbre de antes era cada dos y tres años renovar las casas mudandose a otras partes” (BLAZQUEZ, 1559a:137). Em 1560, já haviam sido feitos nela em torno de 700 cristãos.¹⁰⁴ Em 1561, contava com 2 mil índios.¹⁰⁵ Por 1562-1563, o aldeamento foi atingido por uma epidemia de varíola, que matou “muita grande soma de gente em mui poucos dias” (VALE, 1563:13). Em decorrência dessa epidemia, o aldeamento mudou-se para mais longe, três léguas do Colégio, porque os índios tinham “grande agouro àquelle lugar dizendo que quantos a ele yão morrião” (Idem:16). Em junho de 1564, realizou-se nele grande festa em comemoração ao seu padroeiro S. Paulo, da qual participaram os índios de outros aldeamentos e portugueses vindos de Salvador.¹⁰⁶ Não há mais informações posteriores sobre ele; deve ter sido absorvido por outros por meados da década de 1560.

3 – Aldeia São João

Foi a segunda a ser fundada após a chegada de Mem de Sá. Ficava a três léguas da cidade de Salvador.¹⁰⁷ Em setembro de 1558 já existia e nela residia o P. Antônio Pirez.¹⁰⁸ O índio principal desse aldeamento chamava-se Mirangoaba e foi instituído meirinho dele, mas

¹⁰¹ PIRES, 1558b:472.

¹⁰² NÓBREGA, 1559a:51-52.

¹⁰³ Idem:56.

¹⁰⁴ PEREIRA, 1560:290.

¹⁰⁵ ANCHIETA, 1583b:159.

¹⁰⁶ BLAZQUEZ, 1564b:74.

¹⁰⁷ NÓBREGA, 1559a:51.

¹⁰⁸ PIRES, Antônio, 1558b:471.

não era muito obediente aos padres, razão por que foi preso e humilhado por algum tempo.¹⁰⁹ Em fins de 1559, fêz-se no aldeamento solene cerimônia em que foram batizados em torno de 120 índios. Por abril do ano seguinte os índios dele fugiram quase todos para o sertão, “tão secretamente que estando com elles o Padre Leonardo do Vale nunca sintio a cousa senão depois de serem quase todos ydos” (PEREIRA, 1560:299). Ficaram só as taipas. Um ano depois a aldeia foi refundada pelos padres Gaspar Lourenço e Simeão Gonçalez, em lugar diferente, a seis léguas da Baía¹¹⁰ e logo contou com quatro mil índios.¹¹¹ Em princípios de 1563, foi também atingida pela epidemia de varíola, “de tal maneira lhes dá que quase em hum mesmo tempo cai o marido, molher e filhos, genros e netos” (VALE, 1563:17). Conseguiu sobreviver à epidemia e tornou-se um dos principais aldeamentos da Baía. Em 1589, contava com 600 almas.¹¹² Existia ainda em 1600.¹¹³

4 – Aldeia Espírito Santo

Foi fundada em 1558 pelo P. João Gonçalves e o Ir. Antônio Rodrigues. Ficava a sete léguas da cidade da Baía e nela “se ajuntou mais gente que em nenhuma; aqui há cento e cincoente moços de escola, afora outros muytos que ainda se não poderão ajuntar” (NÓBREGA, 1559a:51 e 60). De fato, em pouco tempo o número de meninos na escola aumentou muito. Em meados de 1560, era o maior aldeamento da Baía, com “mil almas christãs, das quais só sete casais á-hi de christãos adultos, e daqui collegirão quão poucos dos grandes se fazem christãos” (PEREIRA, 1560:298). Por junho de 1560, rompeu nele uma peste que matou grande parte dos índios dela: “o ordinario era enterrar, cada dia, ora hum, ora dous, ora tres, ora quatro” (Idem:291). Os padres, que nele residiam, esforçavam-se para não deixar morrer ninguém sem o batismo. Por meados de 1561, mudou de lugar, “porque con ser el sitio mui dolentio morian muchos i mui a menudo (...) de lo que ellos andavan mui tristes i desconsolados viendo tanta mortandad entre ellos” (BLAZQUEZ, 1561:415). Após mudados para este novo sítio, requereram do governador terras para seu sustento:

“dizem os Indios moradores da povoação do Espírito Santo que eles se apresentaram na dita povoação para aprenderem a doutrina cristã e se converterem e serem cristãos, e já pela bondade de Deus Nosso Senhor muitos deles são Cristãos e todos se dispõem para o serem, e tem feito igreja em que os ensinam Padres da Companhia de Jesus; e

¹⁰⁹ NÓBREGA, 1559a:59.

¹¹⁰ BLAZQUEZ, 1561:397.

¹¹¹ ANCHIETA, 1583b:159.

¹¹² Catálogo de 1589.

¹¹³ Catálogo de 1600.

porque eles suplicantes tem necessidades de terras em que possam fazer sementes e criações” (ANÔNIMO, 1562a:508).

Mem de Sá concedeu-lhes as terras que solicitavam em agosto de 1562; abrangia três léguas em quadra.¹¹⁴ Em 1564, o aldeamento contava em torno de mil índios, quase todos cristãos. Neste ano, realizou-se ali solene festa do Espírito Santo, para a qual acorreram portugueses de Salvador e índios de outros aldeamentos.¹¹⁵ Festas semelhantes repetiram-se posteriormente, tornando-as famosas em toda Baía. Em 1589, o aldeamento contava com 800 índios.¹¹⁶ Sempre residiram nele alguns jesuítas ao longo do século XVI. Na verdade residiram ininterruptamente nele até a expulsão pombalina no século XVIII.¹¹⁷

5 – Aldeia Santiago

Fundada por fins de 1559. Ficava perto da Aldeia de São João e foi partindo desta que foi fundada, a três léguas da cidade de Salvador.¹¹⁸ Foi umas das primeiras aldeias a ser atingida pela epidemia de 1562-1563, dizimando grande parte dos índios dela, mais de 80 só no mês de Abril de 1563: “neste mes de Abril se bautizarão oytenta e quatro pessoas in extremis e todos falecerão afora os christãos antiguos” (VALE, 1563:16). Em 1564, o Provincial P. Luis da Grã, em visita ao aldeamento, batizou em torno de 80, dos quais em torno de 70 se casaram na mesma ocasião.¹¹⁹ Neste mesmo ano, realizou-se nele solene festa, em comemoração ao padroeiro.¹²⁰ Estas são as últimas notícias sobre ele.

6 – Aldeia Bom Jesus

Principiada pelo P. Antônio Rodrigues por meados de 1561, resultado da junção de 15 aldeias numa só.¹²¹ Ficava em torno de 15 a 16 léguas da cidade de Baía¹²² O seu grande número de índios tornou-a afamada nos seus princípios,¹²³ mas, na verdade, ela não estava preparada para receber tão grande multidão de índios, o que fez com que, por fins de 1562, fosse castigada por uma grande fome, levando boa parte dos índios a abandoná-la e fugir para o sertão. Diante dessa situação, Mem de Sá “se offerceo a os sustentar com mantimentos de

¹¹⁴ ANÔNIMO, 1562a:509.

¹¹⁵ BLAZQUEZ, 1564a:58-63.

¹¹⁶ Catálogo de 1589.

¹¹⁷ LEITE, HCJB II:54.

¹¹⁸ PEREIRA, 1560:300.

¹¹⁹ BLAZQUEZ, 1564a:58.

¹²⁰ BLAZQUEZ, 1564b:79.

¹²¹ RODRIGUES, Antônio, 1561:388.

¹²² BLAZQUEZ, 1561:418.

¹²³ VALE, 1562:472.

que então a terra não estava muito abastada; e, assi pera defender os Indios como para os esforçar a trabalhar e roçar, mandou hum homem da terra, lingoa, que os fosse ayuntar e estar com elles alguns meses” (VALE, 1563:4-5). Depois de melhor abastecida por alimentos, alguns dos índios que a haviam abandonado voltaram, mas ela não mais conseguiu a prosperidade anterior e desapareceu nos anos seguintes.

7 – Aldeia Santo Antônio

Fundada pelo provincial P. Luis da Grã em outubro de 1560. Ficava a nove léguas ao norte da cidade de Salvador.¹²⁴ Em princípios de 1564, o provincial, em visita ao aldeamento, batizou 70 índios e casou 48. Na época, não tinha grande número de índios por também ter sido atingida por grande fome e pela epidemia de varíola de 1563.¹²⁵ Posteriormente prosperou e tornou-se um dos três principais aldeamentos da Baía e em que sempre residiram os padres ao longo de todo século XVI. Em 1589, contava com 800 índios.¹²⁶ Existia ainda em 1600.¹²⁷

8 – Aldeia Santa Cruz

Em princípios de 1561 foram reunidos os índios da Ilha de Itaparica numa única povoação e fundou-se com eles a Aldeia de Santa Cruz, na Ilha de Itaparica, a seis léguas da cidade da Baía. Na quaresma do mesmo ano fez-se nela o primeiro batismo solene, com 173 batizados e 12 casamentos; em setembro do mesmo ano, outros 400 estavam se preparando para serem batizados.¹²⁸ Ainda no mesmo ano, por setembro, foi feito nela outro solene batismo pelo bispo, que batizou mais de 530 índios e casou 79.¹²⁹ Por fins de 1562, a aldeia foi atingida pela epidemia da varíola, na qual morreram ao menos um terço dos índios da Aldeia.¹³⁰ Depois disso, durou pouco e os índios dispersaram-se.

9 – Aldeia São Pedro

Principiada pelos padres Antônio Rodrigues e Gaspar Lourenço em fins de 1561, “há instancia e rogos dos mesmos Indios, os quaes estavam já juntos em huma grande povoação, 10 legoas alem do Bom Jesus, confiados que o Padre [provincial Luís da Grã] satisfaria logo a

¹²⁴ LEITE, HCJB II:55.

¹²⁵ BLAZQUEZ, 1564a:57.

¹²⁶ Catálogo de 1589.

¹²⁷ Catálogo de 1600.

¹²⁸ BLAZQUEZ, 1561:406-408.

¹²⁹ VALE, 1561:446-447.

¹³⁰ VALE, 1563:10-12.

seus desejos, que era dar-lhes quem os doutrinasse” (VALE, 1562:475). Em fins de 1562, este aldeamento foi também assolado pela fome, o que levou à dispersão dos índios, posteriormente reunidos outra vez pelo Governador Mem de Sá, mas já não havia padres suficientes para algum ir morar entre eles.¹³¹ Com isso, não prosperou e desapareceu pouco depois.

10 – Aldeia Santo André

Fundada por Luís da Grã por novembro de 1561. Ficava a oito léguas da Aldeia de S. Pedro e contava neste tempo com em torno de 3 mil índios.¹³² A aldeia durou pouco, pois os índios fugiram todos pouco depois.

11 – Aldeia São Miguel

Ficava a 20 léguas da cidade de Salvador para o Sul. Por meados de 1562, fez nela o P. Provincial Luís da Grã “hum bautismo em que se bautizarão 897 almas e se fizerão 106 casais em ley de graça e muitos em ley de natureza” (VALE, 1562:502). A aldeia chegou a ter 2 mil índios, mas, por fins de 1562, foi atingida pela epidemia da varíola, na qual morreu grande parte dos índios: “a mortandade era tal que avia casa que tinha cento e vinte doentes (...) a cousa chegou a tanto que já não avia quem fizesse covas, e alguns se enterravão pollos munturos e arredor das casas, e tam mal enterrados, que os tiravão os porcos” (VALE, 1563:10-11). A aldeia chegou a recuperar-se após a epidemia, mas os índios dispersaram-se por 1563 ou 1564, dando fim a ela.

12 – Aldeia Nossa Senhora da Assunção

Era o aldeamento que ficava mais longe para o Sul, perto de Ilhéus, a 30 léguas da cidade de Salvador.¹³³ Em junho de 1562, ao passar em visita por ele, o provincial Luís da Grã fez uma cerimônia em que

“bautizarão-se nelle 1015 almas e fizerão-se 123 casaes em ley de graça. E, daly a hum dia ou dous, fez outro em que se bautizarão 40 e fez 14 casaes em ley de graça, e depois fez outro bautismo em que se bautizarão 33 almas. Estes tres bautismos fez em obra de 9 dias, que aly esteve, e são os bautizados em todos 1088” índios (VALE, 1562:503).

¹³¹ Idem:4.

¹³² VALE, 1562:476.

¹³³ Idem:481.

Por fins de 1562, o aldeamento também foi atingido pela epidemia da varíola, causando mesma mortandade como na Aldeia de S. Miguel. Pouco depois os índios também dispersaram-se e a aldeia sumiu.

13 – Aldeia São Sebastião

Em 1556, após a submissão dos índios da Baía, foi fundada a meia légua da cidade de Salvador, uma Aldeia de São Sebastião, com o índio principal conhecido como Tubarão. Foi das primeiras em que os missionários residiram. Nos anos seguintes, os índios dela foram incorporados em outros aldeamentos e ela desapareceu.¹³⁴ Em fins do século XVI, reaparece uma Aldeia de São Sebastião, e nela residiam jesuítas em 1600.¹³⁵

Há referências passageiras a outros aldeamentos na Baía do século XVI, como São Lourenço, Aldeia do Simão, Aldeia dos Reis, todos de curta duração ou que nunca vingaram efetivamente. Por 1564, após a epidemia de varíola que atingiu a quase todas e em função de fomes e fugas, foi feita uma reorganização dos trabalhos nos aldeamentos, reduzindo-os a cinco. Na década de 1580, estavam reduzidas a três:

“Tem este Colégio três aldeias de Índios cristãos livres a seu cargo, que terão duas mil e quinhentas pessoas, *scilicet*: Espírito Santo que dista sete léguas daqui, São João que dista oito e Santo Antônio que dista quatorze; nelas residem de ordinário até oito dos nossos, dous ou quatro em cada uma” (GOUVEIA, 1583c:334v).

Assim ficou até o final do século, quando reaparece a Aldeia de São Sebastião. A redução dos aldeamentos deveu-se, sobretudo, à redução dos índios, causada pelas epidemias e fugas para o sertão. Entradas ao sertão em busca de grupos indígenas para catequização e descimento ao litoral, caracterizavam o trabalho jesuítico com os índios no Brasil do final do século XVI.

II - O COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO

Antes da fundação da cidade do Rio de Janeiro, estiveram já os jesuítas na região em algumas passagens, seja para catequização de índios, seja como acompanhantes de expedições militares contra os Tamoio. A mais conhecida das intervenções jesuíticas na região deu-se em 1563, com a jornada de negociação de paz com os Tamoio empreendida por Nóbrega e

¹³⁴ ANCHIETA, 1583b:157.

¹³⁵ Catálogo de 1600.

Anchieta, em que os dois ficaram reféns dos índios em Iperoig por vários meses, em troca de alguns índios Tamoio dados como reféns aos portugueses de São Vicente.¹³⁶ Na expugnação dos franceses, comandados por Villegaignon, e a conquista do Rio de Janeiro estavam também presentes jesuítas, acompanhando os índios dos aldeamentos de Piratininga e da capitania do Espírito Santo que participaram da conquista e que tiveram papel importante nela, sobretudo os Temiminó do Espírito Santo. Além disso, desde os princípios do Arraial de São Sebastião, fundado por Estácio de Sá em 1565, e os primórdios da cidade do Rio de Janeiro estavam presentes jesuítas, prestando atendimento espiritual a brancos e índios.¹³⁷

Ao mesmo tempo em que se fundava a cidade do Rio de Janeiro, o P. Gonçalo de Oliveira fundava, em 1565, uma igreja no local, com a invocação de São Sebastião; era de palha e junto a ela ficava uma residência para jesuítas. Em 1567, quando Mem de Sá mudou a cidade para mais dentro da Baía da Guanabara, mudou-se também a igreja e a casa dos inacianos, e deu-se início a uma nova igreja e nova residência para eles. No mesmo ano iniciaram as construções do Colégio do Rio de Janeiro, transferido para ali de Piratininga.

Os primórdios do Colégio do Rio de Janeiro remontam, pois, aos princípios das atividades jesuíticas na Capitania de São Vicente, quando, em 1553, o P. Leonardo Nunes principiava “huma casa na povoação de S. Vicente, onde se recolherão alguns órfãos da terra e filhos do gentio” (NÓBREGA, 1553d:16). A casa passou a chamar-se Colégio de S. Vicente, mas era, na verdade, uma Confraria de Meninos, à semelhança daquela que havia na Baía na época.¹³⁸ Em princípios de 1554, o Colégio foi transferido para os campos de Piratininga, pois era dali que provinham os mantimentos que o sustentavam e dali era a maioria dos meninos que nele estudavam.¹³⁹ Em 1556, havia nele classe de gramática e lição de casos, estudos voltados, sobretudo, para a formação de futuros missionários jesuítas. Para sua sustentação, alguns irmãos, auxiliados por escravos índios, cultivavam terras e criavam gado.¹⁴⁰ Quando, por essa época, chegaram as Constituições da Companhia de Jesus e deu-se a estruturação da Companhia no Brasil conforme as orientações das constituições, o Colégio de S. Paulo passou a viver uma situação decisiva: adequar-se como colégio às orientações das constituições ou permanecer unicamente como residência jesuítica, anexa ao Colégio da Baía. A questão envolvia a Coroa portuguesa, pois a maioria dos jesuítas era de parecer que a Companhia só devia fundar colégios no Brasil sob a orientação da coroa e com o

¹³⁶ ANCHIETA, 1565a:122ss.

¹³⁷ LEITE, HCJB I:361ss.

¹³⁸ Ver acima, Colégio da Baía.

¹³⁹ ANCHIETA, 1554a:105.

¹⁴⁰ NÓBREGA, 1556a:282.

comprometimento dela na sustentação deles.¹⁴¹ Diante da disposição da coroa portuguesa em fundar e dotar vários colégios no Brasil,¹⁴² decidiu-se pela manutenção do Colégio de São Paulo e de sua adequação às orientações da Companhia. A dotação real dele, no entanto, demorou a vir. Enquanto isso, sustentava-se com o cultivo de terras e criações de gado. O P. Luís da Grã, provincial desde 1559, não era muito favorável ao uso desses meios para sustentação dos Colégios, mas era a única forma de mantê-los, enquanto não vinha a dotação real.¹⁴³

Enfim, a 15 de janeiro de 1565, o Rei D. Sebastião editou uma provisão destinada a Mem de Sá, mandando fundar um colégio na capitania de S. Vicente ou outro lugar da costa, para sustentação de 50 jesuítas.¹⁴⁴ Um ano depois, chegava ao Brasil o visitador P. Inácio de Azevedo, que, após avaliar a missão jesuítica do Brasil, decidiu que o Colégio fosse transferido para a principiante cidade do Rio de Janeiro, decisão confirmada por uma ordem do superior geral da Companhia, P. Francisco de Borja: “*ultra del Collegio de la Baya, se deve començar a poblar y hazer Collegio del Rio de Enero, pues su Alteza tiene hecha la dotacion*”. (BORJA, 1567:380). A efetiva confirmação da dotação real deu-se apenas em 1568, quando D. Sebastião reiterou a ordem a Mem de Sá para a fundação de um Colégio para sustentação de 50 da Companhia na Capitania de S. Vicente.¹⁴⁵ Nessa época, a transferência do Colégio de Piratininga para o Rio de Janeiro já havia ocorrido.¹⁴⁶

A dotação real do Colégio foi para “50 religiosos de 2500 ducados p anno dandolhes mais 160. E tantos cruzados por espaço de 10 annos pa ajuda do Edifício (ANÔNIMO, 1588:495). Assim como na Baía, o valor estipulado nos documentos não era sempre devidamente pago, de modo que a construção do edifício que abrigaria o Colégio, embora principiada logo, avançava lentamente, pois faltavam recursos, materiais e obreiros para a obra. A situação ainda não estava resolvida em 1583, quando estavam feitos apenas 10 a 12 cubículos do Colégio e a igreja era “pequena e velha, e as oficinas, ainda que estão bem acomodadas, são mui velhas. Sempre se faz algo no edifício, ainda que devagar por não haver tanta comodidade de cal e oficiais, e por não se pagarem 166 ducados que El-Rei D. Sebastião

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Em 1561, o rei de Portugal cogitava fundar e dotar quatro colégios no Brasil: um na Baía, para 60 jesuítas, um em Pernambuco, para 30 jesuítas, um em Ilhéus, para 30 jesuítas, e outro em local não determinado, mas que poderia ser S. Vicente, também para 30 jesuítas (FERNANDES, João, 1561: 434).

¹⁴³ Em 1561, Nóbrega sugeria que a melhor forma de sustentação dos colégios era a criação de gado; por este tempo, o Colégio de S. Vicente tinha em torno de 100 cabeças, “e muitas mais podera aver se ho Padre Luis da Grã me não fora sempre à mão a isso” (NÓBREGA, 1561b:348).

¹⁴⁴ D. SEBASTIÃO, 1565:181ss.

¹⁴⁵ D. SEBASTIÃO, 1568:446ss.

¹⁴⁶ ANCHIETA, 1584c:56-57.

lhe deu de esmola para as obras” (GOUVEIA, 1583c:335v). Após a visita de Cristóvão de Gouveia, as obras assumiram novo vigor e o novo edifício foi surgindo. Quanto aos estudos, estavam nos primeiros anos reduzidos ao curso elementar de ler, escrever e contar. Pelo ano de 1574 em seguinte, inaugurou-se o curso de Humanidades e, em 1583, havia, além dos cursos elementar e de Humanidades, estudos de Casos de Consciência.¹⁴⁷ Em 1598 continuava com “hua lição de humanidade e outra de casos de consciência, e mais escola de ler e escrever: mas não p obrigação da fundação ne’ doutra parte” (ANÔNIMO, 1598). Ao menos a partir dos princípios da década de 1580, funcionava também no Colégio uma classe de latim.¹⁴⁸ Os alunos que freqüentavam o Colégio eram em parte os candidatos à Companhia e em parte os estudantes externos.¹⁴⁹

À semelhança do Colégio da Baía, os recursos estabelecidos na dotação para serem destinados ao Colégio do Rio de Janeiro provinham da redízima dos dízimos que os moradores deviam pagar a Sua Magestade. No entanto, havia geralmente grande resistência por parte das autoridades da colônia em pagar devidamente o valor estabelecido, o que obrigava os padres a procurar rendimentos complementares para a sustentação do Colégio. Esses complementos provinham, sobretudo, do cultivo de terras que, aos poucos, o Colégio foi adquirindo. Em 1583, por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro, o visitador P. Cristóvão de Gouveia escreveu que o Colégio tinha a uma légua da cidade uma fazenda, com roça, e a sete léguas da cidade outra de quatro léguas em quadra, “adonde tienen roçaria, y hazen sus mantimientos” (GOUVEIA, 1583c:335v). O trabalho de cultivo e criação de gado era feito pelos irmãos, auxiliados por “60 pessoas, entre escravos da Guiné e índios da terra, escravos e livres” (Idem), que viviam nas fazendas com suas mulheres e filhos. Com o tempo foram adquirindo mais terras, chegando a produzir praticamente todos os gêneros alimentícios necessários para alimentar os estudantes e jesuítas do Colégio e ainda geravam rendas extras para outros gastos. “Tem mais boas terras, q’ ouverão, huas de sesmaria, outras de esmola, em q’ faze’ seus mantimentos E crião seu gado de que se sustentão” (ANÔNIMO, 1598). Só no pomar e na horta, que ficavam junto ao Colégio, colhiam o suficiente para deixar o refeitório bem provido do necessário.¹⁵⁰

¹⁴⁷ GOUVEIA, 1583c:335v..

¹⁴⁸ ANCHIETA, 1584c:57; Catálogos.

¹⁴⁹ LEITE, HCJB I:398ss.

¹⁵⁰ LEITE, HCJB I:413.

Aldeamentos pertencentes ao Colégio do Rio de Janeiro

Os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro fundaram, ao longo do século XVI, dois aldeamentos, que ficaram ao encargo direto do Colégio: São Lourenço e São Barnabé.

1 – Aldeia São Lourenço

Fundada por 1560 e chamada inicialmente de Aldeia de Geribiracica. Os índios que a compuseram eram Temiminó vindos da capitania do Espírito Santo para ajudar na expugnação dos franceses e na fundação do Rio de Janeiro, conduzidos pelo principal Martim Afonso Araribóia. Em 1568, os índios dessa aldeia receberam um pedaço de terra ao longo do mar, junto ao atual Niterói. Mudaram-se para essa terra e fundaram a nova aldeia, chamada São Lourenço. Seu primeiro apóstolo foi o P. Gonçalo de Oliveira. Com o tempo, chegaram mais índios, e a aldeia recebeu mais terras em 1578, localizadas ao longo do Rio Macacu, o que fez que mudasse novamente de lugar. Em 1583, foi atingida por uma “pestífera epidemia”, que matou grande número de índios.¹⁵¹

A Aldeia de São Lourenço ficava a uma légua do Colégio do Rio de Janeiro, por mar. Devido a essa proximidade, os jesuítas atendiam-na a partir do Colégio, e nem sempre nela residiam. Tratando do Rio de Janeiro, o P. Gonçalo de Oliveira fala em 1570:

“Temos hua’ Igreja de São Lourenço daqui hua’ legoa na aldea de Martim A° Araribóia de muita gente Temimino toda Christã, na qual aynda que se não reside de continuo p falta de companheiros, he visitada por hum dos Padres lingoa ameunde que lhes diz missa todos os domingos E santos, onde lhe faz suas doutrinas E praticas de deos, Eoque muito nos consola he nellos perseverar na vida q’ tomarão, sem faltar a suas missas o doutrinas como se nisso secriarão toda a vida” (OLIVEIRA, 1570:202-202v).

A Aldeia manteve-se ao longo do século XVI; em 1589, contava com 800 índios.¹⁵²

2 – Aldeia São Barnabé

Fundada na década de 1570, nas margens do Rio Cabuçu. Em 1583, também foi atingida pela “pestífera epidemia”, na qual morreram parte dos índios dela.¹⁵³ No ano seguinte, mudou-se para as margens do Rio Macacu, nos fundos da Baía de Guanabara. Em

¹⁵¹ ANCHIETA, 1584e:354.

¹⁵² Catálogo de 1589.

¹⁵³ ANCHIETA, 1584e:354.

1589, contava com 600 índios.¹⁵⁴ Por 1594, a aldeia foi assolada por outra epidemia, mas resistiu e existia ainda em 1600. Assim como na de São Lourenço, nem sempre os jesuítas residiam nela. Geralmente visitavam-na do Colégio do Rio de Janeiro, do qual distava sete léguas.

Os aldeamentos do Rio de Janeiro somavam, por 1583, quase 3 mil índios¹⁵⁵ e tinham relevante importância na defesa da cidade contra as invasões de franceses e holandeses e participavam ativamente nas jornadas guerreiras contra grupos indígenas que resistiam ao domínio português. “Em tempos de paz, os Índios davam para as obras públicas o concurso de seus braços, construindo fortificações e trincheiras” (LEITE, HCJB I:436).

Residências anexas ao Colégio do Rio de Janeiro

Ao Colégio do Rio de Janeiro pertenciam, no século XVI, as residências da capitania do Espírito Santo, a de São Vicente e a de Piratininga.

1 – Residência de Vitória

Na capitania do Espírito Santo, os jesuítas iniciaram sua obra em 1551. Os principiantes foram o P. Afonso Brás e o Ir. Simão Gonçalves. Os moradores do local acolheram-nos bem e ali foi dos lugares em que os inicianos encontraram menos resistências a sua obra missionária. Essa boa disposição dos capixabas empolgou os inicianos, que logo fundaram ali uma grande casa para os jesuítas, com escola para meninos. Ainda em 1551, ficava pronta uma igreja e começou a funcionar ali uma confraria de meninos à semelhança da Confraria dos Meninos de Jesus da Baía. O complexo todo era chamado de Colégio de Santiago. Um ano depois, em 1552, o colégio recebia a doação de uma sesmaria para ajuda de sua sustentação.¹⁵⁶ Por 1554, moravam na casa de Vitória “quatro ou cinco meninos órfãos, dos que nasceram de pai português e mãe brasílica, vivem em nossa casa sujeitos aos Padres e reservados para o Colégio, se vier a fazer” (ANCHIETA, 1554a:103). Por essa época já se questionava a viabilidade da manutenção de casas de meninos. E, pouco depois, com a chegada das Constituições da Companhia, percebeu-se que os meninos não podiam viver na mesma casa que os jesuítas. Acrescentando-se a isso a ordem de Inácio de Loyola de que os jesuítas não deviam ocupar-se com confrarias de meninos, encerrou-se o Colégio de Santiago.

¹⁵⁴ Catálogo de 1589.

¹⁵⁵ GOUVEIA, 1583c:335v.

¹⁵⁶ ANÔNIMO, 1552:298-301.

Permaneceu, porém, uma escola de ler e escrever e contar, que se manteve ininterrupta ao longo do século XVI.

Assim como as outras residências jesuíticas e em conformidade com as Constituições da Companhia, a residência de Vitória subsistia de escolas, auxiliada pelos Colégios: até 1571 era dependente do Colégio da Baía; depois disso, passou a depender do Colégio do Rio de Janeiro. Dos Colégios recebia ajudas diversas para manutenção da casa e dos jesuítas. Mesmo com essas ajudas e apesar da generosidade dos moradores locais, passava frequentemente por dificuldades econômicas.

Entre os trabalhos que os jesuítas desenvolviam na capitania do Espírito Santo estava o atendimento e instrução dos portugueses e escravos negros e a catequização dos índios, muitos deles vindos do sertão, buscados pelos jesuítas ou vindos por conta própria. Quanto à conversão dos índios, na Capitania do Espírito Santo os inacianos fundaram vários dos aldeamentos mais bem sucedidos de todo Brasil. Além deles, visitavam diversas aldeias em que não residiam e faziam longas entradas sertão adentro em busca de índios para descê-los aos aldeamentos do litoral. No entanto, é bastante difícil determinar a partir da documentação pesquisada todos os locais em que os jesuítas trabalharam com os índios.

1.1 – Aldeamentos anexos à residência de Vitória

1.1.1 - Aldeia Nossa Senhora da Conceição

Por 1555, um chefe indígena Temiminó, chamado Maracajaguaçu, Gato Grande, procedente do Rio de Janeiro e em guerra com os Tamoios, sentiu-se em aperto e pediu socorro aos cristãos da vila do Espírito Santo, expressando desejos de ser cristão. O governador da capitania, Vasco Fernandes Coutinho, organizou uma expedição e mandou buscá-lo. Com ele e com os índios que com ele vieram foi fundado um aldeamento próximo da vila de Vitória. Eram os princípios da Aldeia Nossa Senhora da Conceição.¹⁵⁷ O primeiro padre encarregado de sua catequese foi Brás Lourenço, trabalho nos inícios dificultado pelo nomadismo dos índios que, inopinadamente, levantavam pouso e iam para outras partes. Diante disso, os padres combinaram com Maracajaguaçu a necessidade de se fixar num lugar só, o que aos poucos foi ocorrendo. Em 1559, grande parte dos índios dessa aldeia participaram da jornada de expugnação dos franceses no Rio de Janeiro, mas a aldeia não acabou, ao contrário, foi se fortalecendo sempre mais. Por esse tempo, dedicava-se a ela o P. Fabiano Lucena, sem, porém, residir nela.¹⁵⁸ Por meados de 1562, contava com em torno de

¹⁵⁷ LEITE, HCJB I:234-235.

¹⁵⁸ Idem:236.

mil índios.¹⁵⁹ Em 1564, foi atacada por uma epidemia de varíola, que matou grande parte dos índios:

“era tam geral a doença que por totalas casas avia enfermos que parecia hum ospital. Avia dia en que enterravam tres e quatro mortos, pera o qual era necessário as vezes andar o Padre buscando quem lhes fizesse as covas e estar com elles até lhas acabarem por não fugirem” (COSTA, 1565:268).

O padre que atendia os enfermos era Diogo Jácome, auxiliado pelo Ir. Pedro Gonçalves, que também infectou-se e morreu nessa epidemia.¹⁶⁰ Passada a epidemia, a aldeia mudou novamente de lugar, “porque, alem de ser este seu costume, era-lhes já aquelle sitio muito aborrecível por causa da doença, cujo maõ cheiro parecia que ainda estava nas casas” (Idem:269). Esgotado por excessivos trabalhos, faleceu também, pouco depois de mudada a aldeia, o P. Diogo Jácome,¹⁶¹ o que fez com que por um tempo, ao menos até 1573, a aldeia ficasse sem padres morando nela. Mesmo depois disso, nem sempre residiram padres nela. Em várias ocasiões era atendida pelos padres da Aldeia de São João. Em 1589 contava com mais de 500 índios.¹⁶² Em 1598, residiam nela três padres¹⁶³ e em 1600, era uma aldeia de visita.¹⁶⁴

1.1.2 - Aldeia São João

Fundada por volta de 1562, com o chefe Temiminó Araribóia. Ficava a meia légua da Conceição.¹⁶⁵ A partir de 1565, ficou encarregado dela o P. Pedro da Costa:

“mandou-nos logo residir em as Igrejas para entendermos em os exercícios que ha Companhia pretende com os próximos (...) a mim com hum moço que servia em casa, para a de Sam Joam, encarregando-me mais de humas duas ou tres Aldeas que estam legoa e mea ou cassi duas da de Sam Joam (COSTA, 1565:266).

Os índios da Aldeia acolhiam bem os ensinamentos proferidos pelo padre, batismos e casamentos eram abundantes. Em meados de 1565, “averam recebido o sancto baupismo nesta povoaçam pasante de quatrocentas almas, das quaes o Senhor á já levado boa parte, porque no tempo das bixigas¹⁶⁶ tambem faleceram aqui muitos” (Idem:272).

¹⁵⁹ LOURENÇO, 1562:467.

¹⁶⁰ COSTA, 1565:270.

¹⁶¹ Idem: 271.

¹⁶² Catálogo de 1589.

¹⁶³ Catálogo de 1598.

¹⁶⁴ RODRIGUES, Pero, 1600b.

¹⁶⁵ LEITE, HCJB I:239.

¹⁶⁶ Epidemia da varíola, em 1564.

Nesta Aldeia de São João, sempre que possível, moravam ao menos dois jesuítas. Quando não morava nenhum, a assistência aos índios vinha de Vitória ou da Aldeia N.S. Conceição. Por 1584 a aldeia mudou-se para um lugar melhor e, em 1589, contava com mais de 500 índios.¹⁶⁷ Em 1598, residiam nela dois padres¹⁶⁸ e em 1600, era uma aldeia de visita: “os que residião na aldeia de S. João q’ esta da villa 7 legoas, se recolherão pa a casa E dahi avão visitar de 15 e’ 15 dias ou pollas festas e’ canoa p hu’ rio” (RODRIGUES, Pero, 1600b:170v).

Nos catálogos de 1586 e 1589, as Aldeias de Nossa Senhora da Conceição e a de São João vêm assinaladas juntas, como sendo atendidas pelos mesmos jesuítas, sem assinalar em qual delas eles residiam.

1.1.3 - Aldeia de Guaraparim

Seus princípios remontam a 1558, quando veio do sertão, com sua gente, um irmão de Maracajaguaçu, de apelido Cão Grande e que instalou-se no Rio Guaraparim, ficando ali a conselho e gosto do donatário.¹⁶⁹ Fundou-se, então, com estes índios, a Aldeia de Guaraparim. As informações acerca dela são parcas; provavelmente manteve-se ao longo do século XVI como uma aldeia que os padres visitavam entre outras. É nos princípios do século XVII que assume importância maior e nela passam a residir os jesuítas.¹⁷⁰

1.1.4 - Aldeia Reis Magos

Fundada por 1580; ficava a três léguas da costa, provavelmente no local da atual cidade de Santa Cruz.¹⁷¹ Os índios que a compuseram eram Tupinaquim e, aos poucos, essa aldeia tornou-se uma das mais importantes do Espírito Santo e passou a ser residência fixa dos jesuítas¹⁷² Em 1600, era uma das duas únicas em que residiam os jesuítas no Espírito Santo; a outra era Reritiba.¹⁷³ A partir dessa Aldeia, os jesuítas entravam longe sertão adentro, alcançando os interiores do atual estado de Minas Gerais, em busca de índios para descê-los à aldeia. Entre as mais famosas dessas entradas está a feita em 1595, quando o P. Domingos Garcia mandou sertão adentro dois índios cristãos da Aldeia, Miguel de Azeredo (Arco Grande) e Inácio de Azevedo, acompanhados por outros 30 índios, para buscar seus parentes

¹⁶⁷ Catálogo de 1589.

¹⁶⁸ Catálogos de 1598.

¹⁶⁹ LEITE, HCJB I:242.

¹⁷⁰ Idem: 243.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Nos catálogos, essa residência vem assinalada como “Aldeia de Santo Inácio”, isso porque a denominação completa desse aldeamento era “Aldeia de Santo Inácio dos Reis Magos”.

¹⁷³ Catálogo de 1600.

do sertão. Subiram por terra e pelo Rio Doce até o centro de Minas Gerais ou nascente do Rio Doce, onde encontraram seus parentes, fugidos dos portugueses. Conseguiram convencer em torno de 400 para descer, que, após seis meses de andança e enfrentando dificuldades diversas, chegaram à aldeia em que o P. Garcia os esperava. No caminho de vinda, tiveram que enfrentar um grupo rival, os Apiepetangas, não dispostos a aceitar a catequização. Desceu também com eles um principal de outras quatro aldeias, por nome Jaguaraba (Cabelo de Cão), curioso por conhecer as maravilhas que contavam dos inacianos e das povoações que criavam. Após passar algum tempo no aldeamento e ser tratado com regalias pelos padres, entrou sertão adentro a buscar os seus. Estes também tiveram que enfrentar os Apiepetangas e, após longa e difícil trajetória, chegaram, enfim, à Aldeia dos Reis Magos. Jaguaraba, no entanto, tinha morrido no trajeto; sua esposa tornou-se uma grande devota do catolicismo.¹⁷⁴

1.1.5 - Aldeia de Reritiba

É difícil assinalar o ano de sua fundação. Certo é que em princípios da década de 1580 já existia. Também para esta Aldeia buscavam índios do interior do sertão, como fez o P. Diogo Fernandes, que desceu do sertão no final do século XVI, “obra de duas mil almas” (LEITE, HCJB I:248). Grande parte deles morria logo ao chegar à Aldeia por causa de uma epidemia que a atingira. Em 1600, Reritiba era uma das duas únicas aldeias da capitania do Espírito Santo em que residiam jesuítas.¹⁷⁵ Nela passou seus últimos anos o P. José de Anchieta e nela compôs várias de suas poesias.

1.1.6 - Aldeia São Cristóvão

O catálogo de 1589, apresenta a Aldeia de S. Cristóvão como sendo uma das que tinha residência fixa de jesuítas, contando nesse ano com 600 índios. Essa é das únicas informações que existem sobre ela.

Além dessas Aldeias assinaladas, havia outras na capitania do Espírito Santo, que os jesuítas visitavam, sem, contudo, estabelecer nelas igreja com orago nem impor aos índios delas o modelo catequético que caracterizava os aldeamentos. Eram aldeias visitadas periodicamente e que não tinham a mesma estabilidade daquelas em que os padres implantaram o projeto do aldeamento. A carta Ânua de 1581, por exemplo, assinala que, além das duas Aldeias em que os padres residiam no Espírito Santo, Aldeia de Nossa Senhora da

¹⁷⁴ RODRIGUES, Pero, 1597b.

¹⁷⁵ Catálogo de 1600.

Conceição e aldeia de São João, havia “outras oito povoações, quatro que estão para o sul desta capitania, e outras tantas, que lhe ficam para o norte, todas em distância para cada parte de oito léguas, as quais visitam frequentemente” (ANCHIETA, 1582:303).

Com exceção de alguns Goitacá que, no final do século XVI, foram introduzidos na Aldeia dos Reis Magos,¹⁷⁶ os índios que constituíram as aldeias do Espírito Santo foram os Temiminó e Tupinaquim, a maioria deles descidos do sertão. Ao mesmo tempo que eram catequizados, os índios desses aldeamentos prestavam diversos serviços à vila de Vitória, sobretudo a de defesa contra as piratarías dos franceses e ingleses, que diversas vezes apareceram na costa. “O povo não se cansava de elogiar os Índios das Aldeias e de confessar que neles estava toda a sua defesa” (LEITE, HCJB I:219).

2 - Residência de São Vicente

Ainda em 1549, chegava a São Vicente o primeiro jesuíta na pessoa do P. Leonardo Nunes. Trazia consigo alguns dos meninos órfãos vindos da Europa para serem educados no Brasil. Com eles e com outros meninos que recolheu nos Campos de Piratininga “começou uma espécie de Seminário ou Colégio, onde se ensinou a falar português, a ler e a escrever, e, a alguns mais hábeis, latim” (LEITE, HCJB I:253). Posteriormente, após a chegada de Nóbrega a São Vicente, inaugurou-se solenemente, em 1553, “o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente” (Idem:254). O Colégio sustentava-se com os soldos que os padres recebiam da Coroa Portuguesa e logo recebeu do Ir. Pero Correia uma doação de terra para ajudar na sua sustentação. Em 1554, o Colégio foi transferido para Piratininga, onde havia mais provimentos para sua sustentação.¹⁷⁷

Na Vila de São Vicente, permaneceu, porém, uma residência jesuítica, que manteve-se até 1585, quando transferiu-se para Santos.¹⁷⁸ Os jesuítas visitavam Santos desde que chegaram a S. Vicente e passaram a freqüentá-la sempre mais, sobretudo a partir do momento em que S. Vicente começou a decair e Santos crescer. Depois da transferência da residência para Santos, S. Vicente passou a ser de visita. Os ministérios jesuíticos nestas duas vilas consistiam no atendimento espiritual aos portugueses e no trabalho pela moralização de suas vidas. Também catequizavam índios e chegaram a fazer alguns experimentos de aldeamentos, mas que não vingaram por os índios encontrarem-se mais para o interior ou espalharem-se pelas fazendas dos colonizadores.

¹⁷⁶ LEITE, HCJB I:231.

¹⁷⁷ Ver Colégio do Rio de Janeiro, acima.

¹⁷⁸ LEITE, HCJB I:262.

A residência de São Vicente e, posteriormente a de Santos, ficava anexa ao Colégio da Baía até a fundação do Colégio do Rio de Janeiro, quando passou a pertencer a ele. Os jesuítas, como nas outras residências, viviam de esmolas e auxiliados pelo Colégio. A casa consistia num espaço de residência para os padres, uma igreja e um espaço para escola de ler e escrever, que nunca deixou de funcionar, seja em São Vicente como em Santos.

3 – Residência São Paulo de Piratininga

Logo nos primeiros tempos em que os jesuítas estavam na Capitania de São Vicente, passaram a freqüentar os campos de Piratininga. Leonardo Nunes e, posteriormente Nóbrega, visitaram o local diversas vezes, preocupados em atender espiritualmente os cristãos daquelas partes e, principalmente, impulsionados pelo desejo de catequização dos índios que por ali residiam. Após algum tempo de visitas, aos poucos reuniram algumas aldeias de índios e formaram uma povoação maior, na qual, a partir da segunda metade de 1553, passaram a residir dois irmãos jesuítas. Por fim, a 24 de Janeiro de 1554, fundam ali oficialmente uma residência jesuítica, que passou a chamar-se “Casa de São Paulo de Piratininga”. Na mesma época, residiam também dois irmãos jesuítas nos povoados de Maniçoba e Geribatiba, locais posteriormente deixados como de visita. Existiam, ainda, os povoados de Japiúba, Ibirapuera e Santo André, que os jesuítas visitavam. Mas foi Piratininga que tornou-se o centro evangelizador jesuítico do interior da capitania de São Vicente e, de fato, sempre mais centralizou as atenções dos inicianos. Logo após sua fundação, mudou-se para lá o Colégio de São Vicente, dado que a maioria dos alunos era dali e a terra tinha mais condições de sustentá-lo. O complexo residencial dos jesuítas em Piratininga incluía a moradia dos jesuítas, igreja, escola de ler e escrever e estudos de latim para alguns mais avançados e para os candidatos à Companhia. Na verdade, era intenção de alguns jesuítas, entre eles Nóbrega, tornar São Paulo de Piratininga um centro formador de futuros missionários jesuítas para todo o Brasil. Com efeito, dali saíram alguns dos primeiros jesuítas recebidos no Brasil, mas nenhum deles índio, como também se pretendia.¹⁷⁹

A casa de São Paulo havia sido fundada para estudos. Por 1555, estudava-se nela gramática e lição de casos para os candidatos à Companhia. Em seus princípios, sustentava-se com esmolas recebidas dos moradores do povoado e das aldeias dos índios e dos pagamentos dados aos jesuítas pela coroa portuguesa. Em troca das esmolas, alguns irmãos prestavam serviços de carpintaria e marcenaria aos índios e demais moradores. Logo, porém, passou a ter

¹⁷⁹ Ver segunda parte da dissertação.

algumas terras e criações de gado para ajuda na sua sustentação, administradas e cultivadas por irmãos jesuítas. Com o tempo, à época da chegada das Constituições, a Casa de São Paulo, verificada a inviabilidade de manter-se como Casa de Meninos, passou a ser Colégio e para ele passaram as terras pertencentes à casa da Vila de São Vicente, doadas por Pero Correia. Posteriormente, em 1567, o Colégio foi transferido para o Rio de Janeiro.¹⁸⁰ São Paulo de Piratininga tornou-se, então, residência anexa ao Colégio do Rio de Janeiro, e os jesuítas ali residentes passaram a viver de esmolas e com subsídios procedentes do Colégio do Rio de Janeiro.

A povoação de São Paulo, por situar-se no interior da capitania e estar rodeada de índios, teve que “algumas vezes se defender deles com as armas na mão. Não está feita ainda a história crítica destas guerras. Por agora, os documentos, publicados e inéditos, falam-nos de guerras no século XVI, nos seguintes anos, 1554, 1561, 1562, 1578, 1590, 1591, 1593” (LEITE, HCJB I:285). Em algumas dessas investidas dos índios contra a povoação, participaram índios dos aldeamentos jesuítas dos arredores; em outras, foram os índios catequizados pelos jesuítas que asseguraram a segurança da povoação, como foi no ataque de 1562, em que a segurança e defesa de Piratininga dependiam da lealdade do principal Goianá, Tibiriçá.¹⁸¹ Os jesuítas tiveram também papel importante na defesa da povoação, seja como pacificadores dos índios inimigos, seja como motivadores dos índios cristãos para levá-los a lutar contra os atacantes.

Afora a escola de ler e escrever, que foi mantida ao longo de todo século XVI, os trabalhos evangelizadores dos jesuítas em Piratininga eram os mesmos de outras partes do Brasil, resumidos no atendimento espiritual aos brancos, negros e índios. O atendimento aos brancos consistia em pregar-lhes a doutrina católica, ouvir-lhes as confissões, instruí-los na vivência dos bons costumes e ajudá-los na resolução de suas desavenças. Nem sempre os brancos estavam dispostos a deixar suas mancebias e demais infrações às leis católicas, o que aumentava o fervor dos inicianos na luta pela sua correção, insistência que chegou, em alguns casos, a pô-los em atritos com os portugueses. Os escravos negros, na verdade poucos ou quase inexistentes em Piratininga, eram instruídos na doutrina católica e batizados nas fazendas e engenhos em que trabalhavam. Quanto aos índios, eram a principal ocupação evangelizadora dos inicianos. “Os Padres e Irmãos da Capitania de S. Vicente cruzaram-na em todas as direções. Não ficaria Aldeia de Índios, tanto na costa, como no campo, que não

¹⁸⁰ Ver Colégio do Rio de Janeiro, acima.

¹⁸¹ LEITE, HCJB I:291.

evangelizassem” (LEITE, HCJB I:301). Esse trabalho dava-se, sobretudo, por meio de missões volantes.

Piratininga e arredores foi dos lugares onde ocorreram as primeiras experiências de ajuntamento dos índios em locais apropriados para melhor catequizá-los, bem anteriores ao grande movimento de estabilização e fundação dos aldeamentos da Baía. De fato, o nomadismo dos índios dificultava sua catequese, e os padres sentiam

“a necessidade absoluta de fixar os Índios ao solo para ganharem amor à terra, hábitos de trabalho, e os poderem catequizar. O Colégio de Piratininga foi, na Capitania de S. Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda uma série de Aldeias, que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de S. Paulo” (Idem:302).

No entanto, não eram somente os inácianos que estavam interessados nos índios na capitania de São Vicente. Ali, mais que em outra parte do Brasil, havia também aldeamentos não fundados por jesuítas, seja para catequizá-los, seja para dispor de sua mão-de-obra.¹⁸² Acerca dos aldeamentos fundados pelos jesuítas, é extremamente difícil assinalar quantos foram e os locais em que se localizavam. Somente sabe-se algo sobre aqueles em que ocorreu algum fato relevante, que era visitada com regularidade ou em que os jesuítas residiram. Destacam-se, aqui, alguns deles. Dos índios aldeados, fala-se em Tupinaquin, Guarani e Goianá.

3.1 – Aldeamentos anexos à residência São Paulo

3.1.1 - Aldeia São Miguel

Também conhecida como Aldeia de Ururai, por ficar às margens do Rio Ururai. Surgiu por volta de 1560, após um rearranjo dos trabalhos com índios feitos pelos jesuítas.¹⁸³ Em 1580, recebeu de Jerônimo Leitão seis léguas de terra ao longo do rio Ururai. Cinco anos depois, passou nela o P. Cristóvão de Gouveia; batizou 30 adultos e casou outros tantos.¹⁸⁴ Em 1586, ainda residiam nela dois jesuítas,¹⁸⁵ mas em 1589 já não era de residência, sendo atendida de Piratininga. Neste ano contava com 800 índios.¹⁸⁶ Em 1590, os índios dessa aldeia participaram do assalto feito pelos índios aos moradores de S. Paulo e arredores, pondo em risco a vida dos habitantes e devastando aldeias vizinhas. A inquietação dos índios

¹⁸² PETRONE, 1995:201ss.

¹⁸³ Idem:114.

¹⁸⁴ LEITE, HCJB I:306.

¹⁸⁵ Catálogo 1586.

¹⁸⁶ Catálogo de 1589.

permaneceu pelo resto do século XVI, só se aquietando em princípios do século XVII.¹⁸⁷ Os índios dessa aldeia eram Goianá.

3.1.2 - Aldeia Nossa Senhora dos Pinheiros

Surgiu também por volta de 1560.¹⁸⁸ Em 1580 recebeu seis léguas de terra em Carapicuíba, onde se estabeleceu. Também nela esteve o visitador P. Cristóvão de Gouveia em 1585.¹⁸⁹ Em 1589, a aldeia contava com 600 índios,¹⁹⁰ provavelmente Goianá. Em 1590, quando do assalto dos índios sobre S. Paulo, essa aldeia foi vítima dos rebelados e teve sua igreja queimada.¹⁹¹ Os jesuítas nunca residiram nela, mas atendiam-na a partir da residência de S. Paulo de Piratininga, dado que ficava a uma légua dali.¹⁹²

3.1.3 - Aldeia Nossa Senhora da Conceição dos Maromimim

Também conhecida como Aldeia dos Guarulhos. Seu início deu-se em fins do século XVI, quando o P. Manuel Viegas visitava da casa de São Paulo uma aldeia formada com índios Maromimim.¹⁹³

Estes parecem ser os aldeamentos fundados pelos jesuítas na capitania de S. Vicente ao longo do século XVI. Ou, ao menos, os principais. Serafim Leite cita ainda outros, surgidos ainda na década de 1550, como Maniçoba, Geribatiba, Mairanhaia e Ibirapuera.¹⁹⁴ No entanto, parece que estes não eram aldeamentos propriamente ditos, senão núcleos de povoamento inerentes às circunstâncias dos primórdios da colonização européia em São Vicente.¹⁹⁵

Além dos trabalhos na capitania de S. Vicente, os jesuítas dali visitavam as povoações ao sul dessa capitania, entre elas Itanhaém, Iguape e Cananéia.¹⁹⁶ Ao sul dessas vilas, viviam os Carijó, que despertaram o interesse dos padres desde os primeiros tempos em que estavam no Brasil. No entanto, proibições de Portugal e Roma impediam os jesuítas de empreender missões entre eles. Somente no final do século conseguiram uma forma de ir pregar-lhes a

¹⁸⁷ PETRONE, 1995:180-181.

¹⁸⁸ Idem:114.

¹⁸⁹ LEITE, HCJB I:306.

¹⁹⁰ Catálogo de 1589.

¹⁹¹ PETRONE, 1995:189.

¹⁹² LEITE, HCJB I:306.

¹⁹³ RODRIGUES, Pero, 1599:473.

¹⁹⁴ LEITE, HCJB I:301ss.

¹⁹⁵ PETRONE, 1995:110.

¹⁹⁶ LEITE, HCJB I:315ss.

doutrina cristã. O caso deu-se em 1596, quando aportou em São Vicente um navio provindo do sul e que trazia aprisionados 70 Carijó. O capitão do navio foi obrigado a devolvê-los, para não quebrar a paz firmada com eles. Ele, porém, não se atreveu a levá-los de volta sem a companhia de padres. Foram, então, com ele os padres jesuítas Agostinho de Matos e Custódio Pires. Foram e chegaram até a Laguna dos Patos, altura da atual cidade de Laguna, Santa Catarina, onde permaneceram alguns dias, anunciando o evangelho aos índios. Apesar da boa disposição dos índios em ouvir os padres e de mostrar desejos de se tornarem cristãos, os padres não se atreveram a ficar entre eles por não haver nas proximidades povoação portuguesa para dar-lhes segurança.¹⁹⁷

III - O COLÉGIO DE PERNAMBUCO

Já em 1550 chegavam os padres Manoel da Nóbrega e Antônio Pires a Pernambuco, para expandir para ali sua obra missionária. Receberam do donatário da capitania, Duarte Coelho, uma pequena igreja e estabeleceram ali residência. A partir do ano seguinte, 1551, começou a funcionar, junto à residência, uma escola de ler e escrever. Em 1554, os jesuítas retiraram-se de Pernambuco e a residência foi fechada. Retornaram em 1561, a pedido e insistência da Governadora D. Brites de Albuquerque. Poucos anos depois, em 1567, novamente a casa foi fechada e os jesuítas retirados, mas no ano seguinte já voltavam novamente, dessa vez para estabelecerem-se definitivamente.¹⁹⁸ Aplicaram-se aos trabalhos de confissão e pregação e abriram novamente escola de ler e escrever para meninos da terra.

A casa de Pernambuco estava subordinada ao Colégio da Baía, mas, pouco a pouco, passou-se a cogitar a fundação de um colégio nessas partes, ainda mais porque o povo pedia-o. A decisão dos jesuítas de efetivamente trabalhar pela sua fundação ocorreu em 1575. Solicitaram, então, ao rei português a correspondente dotação.¹⁹⁹ Um ano depois, já saía o alvará de El-Rei dotando o Colégio de Pernambuco para 20 jesuítas.²⁰⁰ Iniciaram-se, então, logo as construções de um novo edifício.

“O Collegio de Pernambuco, q’ esta cem legoas da Bahya p o norte, foi muitos annos residência, teve seu principio no tempo E modo como as mais da costa, era anexa ao Collegio da Bahya. Sempre se sustentou de esmola. No anno de 76 El Rey Dom

¹⁹⁷ RODRIGUES, Pero, 1597b.

¹⁹⁸ LEITE, HCJB I:451ss.

¹⁹⁹ Idem: 467.

²⁰⁰ ANÔNIMO, 1598.

Sebastião a fundou collegio, e dotou pera vinte Religiosos de mil cruzados p anno, dandolhes mais por espaço de dez 160 e tantos cruzados como aos mais collegios. Os moradores da terra o ajudarão co' boas esmolos a fazer a sua Igreja que a te' bem acabada" (ANÔNIMO, 1598).

Assim como nos outros dois colégios, nem sempre o pagamento aos jesuítas era feito fielmente pelos administradores locais. Além disso, a dotação real não bastava para custear todos os gastos do Colégio, o que implicava fontes de renda extras para sua manutenção. "Tem algumas terras em que faze' seu mantimento e criação gado, q' he o co' q' se sustentam. Tem algumas casas de cuios alugueres e doutras cousas pode ter cada anno 150 cruzados" (Idem.).

Quanto aos estudos, em 1583, havia nele

"uma lição de casos que ouvem os nossos, e de fora dois a três estudantes e às vezes nenhum; uma classe de gramática que ouvem até 12 estudantes de fora, e também os casos e gramática estudam alguns de casa; escola de ler e escrever, que terá até 40 rapazes, filhos de portugueses" (GOUVEIA, 1583c:334v).

Além disso, funcionava nele, ao menos periodicamente, classe de humanidades. Também o curso de latim não ocorria cada ano, pois dependia de alunos. Em 1598, por exemplo, havia apenas "hua classe de humanidade, e hua lição de casos e eschola de ler e escrever" (ANÔNIMO, 1598).

Afora as ocupações com os estudos, as atividades dos jesuítas em Pernambuco eram pregar aos moradores de Olinda, atendê-los em confissões, doutriná-los na fé cristã, andar em missões pelas fazendas e engenhos, atendendo espiritualmente colonos e escravos. O trabalho de evangelização dos índios iniciou assim que os padres chegaram a Pernambuco. Desde logo os padres passaram a visitar suas aldeias ou atendiam-nos nas fazendas e engenhos dos colonos. Mais para o final do século, passam a empreender diversas jornadas missionárias entre os índios Potiguara da Paraíba e Rio Grande do Norte. Acompanhavam, também, as expedições militares portuguesas de conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte, prestando socorro espiritual a soldados e índios.²⁰¹ Também fundaram ali dois aldeamentos no século XVI e que permaneceram a seu cargo.

Aldeamentos pertencentes ao Colégio de Pernambuco

1 - Aldeia São Miguel

²⁰¹ PINTO, 1600; RODRIGUES, Pero, 1599:475ss.

Fundada em 1586, mas o catálogo deste ano ainda não a apresenta com residência.²⁰² Em 1589, a aldeia contava com 800 índios e nela residiam dois jesuítas.²⁰³ A partir dali, os padres não deixaram de residir nela. Em 1600, residiam nela três jesuítas.²⁰⁴

2 - Aldeia Nossa Senhora da Escada

Também conhecida como Aldeia de Nossa Senhora da Apresentação. Por 1592, já existia.²⁰⁵ Em 1598 residiam nela dois jesuítas²⁰⁶ e em 1600 três.²⁰⁷

Os índios das aldeias de Pernambuco e arredores eram os Potiguara e embora os catálogos do século XVI falem somente dessas duas aldeias, há referências a outras em que atuaram os jesuítas, mas a escassez de informações não permite maiores esclarecimentos sobre elas. Em 1583, por exemplo, o P. Cristóvão de Gouveia, em sua visita a Pernambuco, foi até a aldeia do índio principal Mitagaia e com ele fundou uma aldeia e edificou uma igreja. No entanto, não se sabe o nome dela, nem se perdurou. “Em 1592, aparecem dependentes do Colégio de Pernambuco, quatro Aldeias: a de S. Miguel, a de Nossa Senhora da Escada ou da Apresentação, a de Geena e a da Paraíba” (LEITE, HCJB I:496). Havia as aldeias apenas periodicamente visitadas, sem que se edificasse nelas propriamente uma igreja. Enfim, é extremamente difícil precisar a partir da documentação o número de aldeamentos fundados pelos jesuítas em Pernambuco. O certo é que desenvolveram ali trabalhos de catequese com os índios desde sua chegada em 1550 até a expulsão no século XVIII.

Quanto a residências, o Colégio de Pernambuco não tinha a seu cargo nenhuma no século XVI. Por 1590 ou 1591 foi aberta uma na Paraíba, mas ela durou pouco e não se abriu nenhuma outra em seu lugar nesse século.

CONCLUSÃO

O fim dessa estrutura organizativa da Companhia de Jesus no Brasil em torno dos colégios, residências e aldeamentos, concluída ao longo da década de 1560 e tornada definitiva a partir dali, era a conversão dos índios e ajuda das almas. E, embora a porcentagem

²⁰² Catálogo de 1586.

²⁰³ Catálogo de 1589.

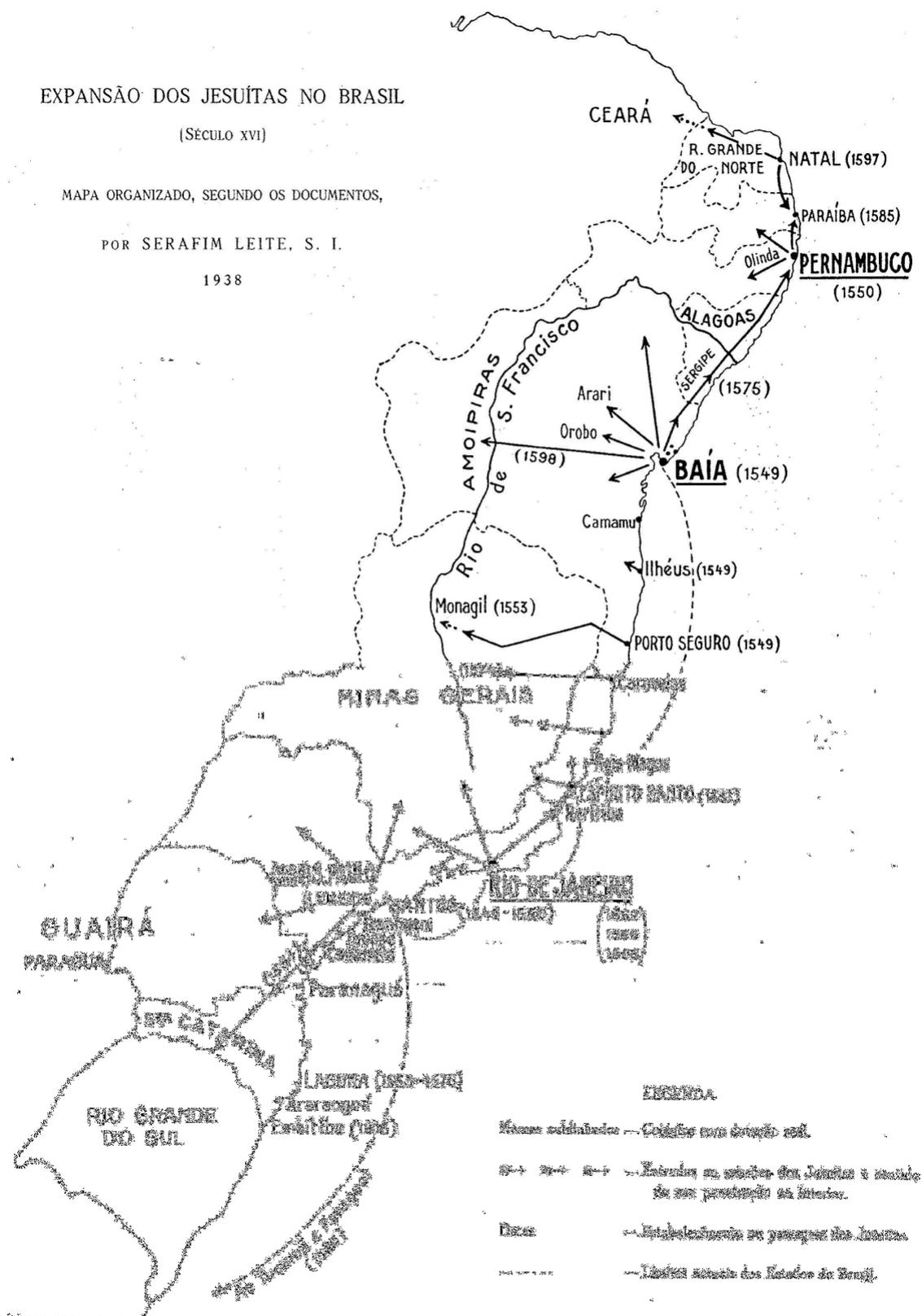
²⁰⁴ Catálogo de 1600.

²⁰⁵ LEITE, HCJB I:496.

²⁰⁶ Catálogo de 1598.

²⁰⁷ Catálogo de 1600.

dos jesuítas que diretamente trabalhavam em missões indígenas reduzisse ao longo das décadas, a principal missão no Brasil permanecia sendo a conversão dos índios. Os que não participavam dessa missão diretamente, participavam dela indiretamente.



Mapa 1: Localização dos pontos de partida da expansão missionária dos jesuítas no século XVI, feito por Serafim Leite (HCJB I:512). Segundo ele, “o tamanho das letras mostra geralmente a importância das localidades. Sublinham-se os Colégios que obtiveram dotação real. Entre parênteses, os anos da chegada ou passagem dos Padres pelos locais assinalados. As setas indicam as entradas ou o sentido da penetração ao interior do Brasil, efetuada pelos jesuítas no século XVI” (LEITE, HCJB I:586).

PARTE II

OS OPERÁRIOS DA OBRA

I – DADOS INTRODUTÓRIOS

A estrutura que a Companhia de Jesus assumiu no Brasil foi com vistas à conversão dos índios. Mas quem foram os protagonistas jesuítas da missão brasileira ao longo do século XVI? Foram muitos mais que os poucos nomes que aparecem quando se fala dos jesuítas no Brasil: Nóbrega, Anchieta, Cardim, Pero Rodrigues e uns outros poucos que algumas vezes são citados. Além disso, convém lembrar que todos os que ingressaram na província do Brasil participaram, de algum modo, da obra de conversão dos índios, embora muitos deles não tivessem trabalhado diretamente com eles.

Pretende-se, nesta parte, apresentar o nome de todos os membros da província do Brasil que atuaram na missão brasileira no século XVI e mostrar, brevemente e na medida do que possibilitou a documentação pesquisada, o que cada um deles fez e que ofícios exerceu. Antes disso, algumas considerações pertinentes.

1 - Números e naturalidade

Cada membro da Companhia de Jesus, antes ou logo depois de ingressar na ordem, devia optar, ou era destinado a partir de suas aptidões e qualificações, a pertencer à classe dos irmãos ou à dos padres. Os irmãos são melhor distinguidos pelo termo *coadjutores temporais*²⁰⁸ e não estudavam além da etapa do noviciado, que fornecia ao candidato à ordem a base espiritual da vocação jesuíta. Suas ocupações voltavam-se, sobretudo, para os ofícios materiais, como o cultivo de terras, criação de gado, construção e manutenção de obras, etc. Alguns deles tiveram formação em arquitetura, pintura ou marcenaria antes de ingressar na Companhia, o que lhes assegurava papel importante na obra jesuítica do Brasil, dada a carência de profissionais com conhecimentos nessas áreas. Nos primeiros anos da presença jesuítica no Brasil, muitos deles participavam de ministérios de conversão, como pregações na língua brasílica e catequese de índios, posto que muitos deles foram recebidos à Companhia

²⁰⁸ Na documentação pesquisada, o termo irmão pode, também, ser sinônimo de estudante, que se prepara para o sacerdócio. Daí a maior clareza do termo *coadjutor temporal*. O recebimento deles à Companhia de Jesus deu-se a partir de 1546, seis após a fundação da ordem, quando Inácio de Loyola percebeu a necessidade deles para levar a cabo a missão jesuítica. A vocação dos *coadjutores temporais* é, pois, parte constituinte e estruturante da vocação de todos os religiosos que fazem parte do corpo apostólico da Companhia de Jesus.

no Brasil e conheciam a língua dos índios. Anos depois, porém, foi-lhes proibido ocupar-se com esses ministérios, por não estudarem e não terem formação específica para isso. Vários deles, os que se considerava com maiores aptidões para pregar, foram, então, encaminhados para estudos preparatórios para o sacerdócio, pois considerava-se que como padre se poderia fazer bem mais no Brasil. Foi o caso do Ir. Pero Correia, para o qual Nóbrega pedia licença para ordená-lo em 1553, “porque siendo de missa hará mucho más fruto en las confesiones” (NÓBREGA, 1553a:423). Da mesma forma, em 1559, foram encaminhados para o sacerdócio vários irmãos, a fim de que pudessem exercer ministérios sacramentais de conversão.²⁰⁹ A partir dos inícios da década de 1560, os candidatos à ordem ingressavam nela já direcionados ao sacerdócio ou para a vocação de coadjutor temporal ou eram distinguidos ao longo dos dois anos de noviciado. Entre as razões por se considerar o padre mais útil no trabalho de conversão estava sua aptidão para ouvir confissões, qualificação que os irmãos não tinham, e a de pregação, restrita aos sacerdotes. Convém recordar que a pregação foi sempre o meio mais usado de anúncio do evangelho, e a confissão era um elemento fundamental no processo catequético por possibilitar aos missionários avaliar o quanto os índios assimilavam dos preceitos cristãos pregados. Para os irmãos que não mostravam talento para os ministérios do sacerdócio, as ocupações passaram a direcionar-se para atividades de sustentação material da província brasileira. Seus ofícios de contato direto com a obra de conversão indígena restringiam-se a ser companheiros ou intérpretes dos padres.

A importância dos agentes sustentadores materiais da obra de conversão dos índios no Brasil é, muitas vezes, desprezada, o que lança, facilmente, o papel dos coadjutores temporais, que se responsabilizavam por essa função, ao anonimato. Ora, o suporte material que eles asseguravam por meio de suas atividades agropastoris era indispensável para a manutenção dos colégios do Brasil e, como visto acima, eram os colégios que sustentavam a atividade missionária dos padres nos aldeamentos e era neles que se formavam os novos sacerdotes, destinados à obra da conversão. Era, também, o trabalho de sustentação material dos irmãos que liberava os padres para as ocupações espirituais. Assim, não é negligenciável na obra de conversão indígena do Brasil, o papel deste ou daquele irmão, que passou toda sua vida cuidando dos currais de gado, sem nunca ter batizado um índio ou ter-lhe feito uma pregação. Com isso, não se pretende assinalar que o papel de sustentação material da obra missionária restringia-se às atividades dos irmãos. Muitos padres também ocupavam-se com isso, ainda mais porque os irmãos, pela sua condição nos graus da Companhia, não podiam assumir

²⁰⁹ BLAZQUEZ, 1559b:146; VALE, 1563:5.

cargos administrativos de relevância. Também como intérpretes os irmãos tiveram papel importante na conversão dos índios, posto que a maioria deles foram admitidos no Brasil e conheciam a língua brasílica, algo relevante diante da constante escassez de padres que efetivamente conseguiam se comunicar com os índios na língua deles e da importância que a língua brasílica tinha no processo catequético dos índios.

Os padres foram maioria na província do Brasil e subdividiam-se em coadjutores espirituais e professores. Os primeiros eram todos os padres que professavam publicamente os votos de castidade, obediência e pobreza. Os professores, grau mais elevado a que o jesuíta podia chegar, eram os padres que, além de professar publicamente e de modo solene os três votos acima, faziam um quarto voto de especial obediência ao papa. O grau de professor era restringido a alguns padres mais dotados intelectualmente e que eram destinados aos principais cargos de chefia dentro da ordem, como a de provincial e reitor de colégio.

Eram somente os padres que podiam ocupar-se com os ministérios de conversão, e a eles eram reservados os cargos administrativos. Para alcançar a ordenação sacerdotal, o jesuíta passava por longa formação, que incluía necessariamente estudos de latim e teologia (casos de consciência). Em certos períodos ou conforme aptidões pessoais, a formação era complementada por estudos humanísticos, lógica, gramática e artes liberais (filosofia). Enquanto se formava para o sacerdócio, o jesuíta era chamado de “irmão escolástico” ou, simplesmente, de estudante, com exceção dos primeiros anos em que estava na etapa do noviciado, período em que era denominado de noviço ou “irmão noviço”. O noviciado era a etapa inicial da formação jesuíta, composta por dois anos, no final dos quais professava os votos privados de castidade, obediência e pobreza. Essa etapa era única, feita também pelos irmãos, que também faziam esses votos. Era nessa etapa inicial da jornada jesuítica que o candidato à ordem experimentava sua vocação religiosa e, ao longo dela, grande número deixava a Companhia. Nas etapas seguintes, o número de desistências era menor, e o desligamento mais complicado. Concluído o noviciado, os irmãos aplicavam-se às suas atividades próprias e os estudantes prosseguiam seus estudos de preparação ao sacerdócio. Eles participavam pouco da obra de conversão, pois suas ocupações eram os estudos. Todos eles eram obrigados a estudar por algum tempo a língua brasílica em algum aldeamento. Ali exerciam certas atividades catequéticas, como instrução dos meninos ou preparação de procissões. Somente em alguns casos algum estudante, geralmente bom conhecedor da língua brasílica, acompanhava algum padre em jornadas missionárias pelo interior.

Em termos numéricos, a soma total de jesuítas ingressados na província do Brasil no século XVI, somando noviços, irmãos, estudantes e padres, alcançou a cifra de 354

peessoas.²¹⁰ Desses, 161 foram padres, 71 irmãos, 90 estudantes e 13 noviços. Acerca dos restantes, não foram encontradas informações suficientes na documentação para extrair seu grau na Companhia.²¹¹

Dos 161 padres ingressados na província do Brasil ao longo do século XVI, 67 vieram da Europa já padres e 94 foram ordenados no Brasil. Desses 94, 29 vieram da Europa já jesuítas, mas ainda estudantes. Quanto à origem dos 91 padres procedentes da Europa, vindos ao Brasil já padres ou ainda estudantes, 73 eram portugueses, 12 eram espanhóis, três eram italianos, um era inglês, um belga e um irlandês. Dos restantes não há informações suficientes para saber sua origem. Dos 65 padres recebidos à Companhia no Brasil, 39 eram nascidos em Portugal, 17 eram nascidos no Brasil, quatro eram da Espanha, um do Paraguai e um da África. Sobre os três restantes não foram encontradas informações suficientes na documentação pesquisada para assinalar sua naturalidade. Dos 71 irmãos ingressados na Companhia no Brasil, 11 vieram da Europa já jesuítas, sete naturais de Portugal, três naturais da Itália e um da Espanha. Dos 60 que foram recebidos à Companhia no Brasil, 44 eram nascidos em Portugal, seis na Espanha, um na Itália, um na Alemanha, um na África e um no Brasil. Dos seis restantes não foram encontradas referências suficientes na documentação pesquisada para assinalar sua naturalidade. Dos 90 estudantes ingressados na província do Brasil, 11 vieram já jesuítas da Europa, oito deles nascidos em Portugal, dois italianos e um flamengo. Dos 79 recebidos à Companhia no Brasil, 24 eram nascidos em Portugal, 30 no Brasil, um era de Flandres, um era da África e um era inglês. Dos 22 seguintes não foram encontradas informações suficientes para precisar sua origem. Convém lembrar que alguns desses estudantes continuavam na Companhia em 1600, os outros ou faleceram ou deixaram-na, pois do contrário teriam alcançado o grau do sacerdócio, dado que é um grau transitório. Quanto aos 13 noviços, todos recebidos no Brasil, quatro eram nascidos em Portugal, um era

²¹⁰ Aqui não estão contabilizados os dois visitantes, o P. Inácio de Azevedo e o P. Cristóvão de Gouveia, que não foram realmente membros da província, apenas permaneceram nela temporariamente. A decisão de excluir o P. Inácio de Azevedo como membro da província do Brasil é discutível, pois ao iniciar sua viagem de retorno ao Brasil, em 1570, na qual foi morto, juntamente com seus companheiros de expedição, já estava nomeado provincial do Brasil. No entanto, ele não chegou a assumir o cargo aqui, daí a opção de deixá-lo fora da listagem. O mesmo se poderia dizer acerca de outros jesuítas que vinham na mesma expedição, mas que não chegaram a atuar em terras brasileiras. Além disso, esse número provavelmente não é exato, dado que o espaço entre os catálogos é por vezes longo (10 anos, de 1574 a 1584 e de 1589 a 1598). Nesses espaços certamente houve vários que ingressaram na Companhia e novamente deixaram-na sem que seus nomes entrassem em qualquer dos catálogos a que tive acesso.

²¹¹ O grau indicado para cada jesuíta é o último que ele mantinha em 1600, quando faleceu, quando desligou-se da Companhia, quando transferiu-se para a Europa ou quando dele se tem a última referência encontrada na documentação pesquisada. Acerca da insuficiência de informações para precisar o grau que inúmeros jesuítas atingiram na Companhia no período pesquisado, vale lembrar que não foi possível consultar toda documentação existente sobre esse período. Em outros termos, não foram encontradas informações suficientes na documentação pesquisada. O mesmo vale para outros dados que ficaram incompletos.

das Ilhas Canárias e dos oito restantes não é possível assinalar a naturalidade. Também o grau de noviço é transitório, mas somente dois deles permaneciam na Companhia em 1600, ambos de naturalidade desconhecida. Dos 19 de que não há informações suficientes sobre seu grau na Companhia, cinco vieram já jesuítas ao Brasil, três eram nascidos em Portugal, mas foram recebidos à Companhia no Brasil, um era brasileiro e dos outros não se sabe a naturalidade.

Não deixa de chamar a atenção a desproporcionalidade porcentual dos padres recebidos à Companhia no Brasil em relação aos irmãos. Os 65 padres recebidos no Brasil, de um total de 161, correspondem a em torno de 40%; os 60 irmãos, do total de 71, equivalem a mais de 84%. Essa desproporcionalidade se explica pela rigidez maior que havia no recebimento de candidatos ao sacerdócio que à vocação de coadjutor temporal. Atenção maior, porém, convém dar ao pequeno número de brasileiros recebidos à Companhia no Brasil, tanto para padres como para irmãos. De fato, a questão dos candidatos à Companhia nascidos no Brasil permaneceu polêmica ao longo de todo século XVI. Havia um receio de que com a introdução de muitos deles na ordem, as características fundamentais dela poderiam ser maculadas, pois acreditava-se que a maioria deles estava demasiadamente contagiada pelos costumes indisciplinados da terra, que nem uma boa formação seria capaz de corrigir. A convicção de que nem todos os que mostravam boa vontade de ingressar na Companhia eram aptos à missão dela, levou a um crescente rigor na seleção dos candidatos, a fim de salvaguardar as características iniciais da ordem. Barrados por esse rigor, os índios foram desde o princípio tidos por ineptos a ser membros da Companhia. Um dos poucos jesuítas que apostava nos meninos índios como potenciais candidatos à Companhia de Jesus foi Nóbrega, que ainda em 1559, na Baía, mandou

“recoger aqui los moços de mejores yngenios y habilidades que se hallassen por nuestras Casas, y a estos enseñarles gramática y todo lo demás; y si andando el tyempo alguno mostrasse tener gracia para servir a N. Señor, mandarse a Espanha por espacio de algùn tyempo para ver y deprender virtudes, aquellas que menester fuessen para hun buen operario en estas partes” (NÓBREGA, 1559c:115-116).

A idéia de formar os nascidos no Brasil na Europa provinha da crença na necessidade de arrancar-lhes os costumes gentílicos e torná-los defensores da pura e autêntica doutrina cristã. Até Nóbrega concordava com isso:

“quanto al escogerse de la gente que nasce aquí para la Compañia, azy mestiços como brasiles, siempre me pareció que serão muy utiles operarios, por causa de la lengua y ser de los mismos naturales. Mas estos se deven escojer aquí y embiarser a Europa muchachos y allá ser por tyempo largo doctrinados en letras y virtudes primero que

aquí buelvão, porque aquí, por la mucha ocasión que tienen, tengo por muy difficultoso quajarse ninguno” (Idem:117).

A opinião expressa por Nóbrega em favor da possibilidade de receber na Companhia meninos índios era a de poucos e, embora tenha conseguido mandar alguns para serem formados na Europa, não conseguiu que algum deles efetivamente se tornasse jesuíta. A maioria dos jesuítas também não aprovava a idéia de admitir na Companhia mamelucos. Já em 1556, o P. Luiz da Grã, homem que, ao lado de Nóbrega, mais formava opiniões no Brasil, afirmava que os mamelucos não têm talento para a Companhia.²¹² Essa opinião generalizou-se e foi confirmada pelo P. Inácio de Azevedo em sua visita ao Brasil em 1566: “los naturales Índios, por averiguado se tiene acá que no son para ser admitidos a la Compañia, ni los mistizos” (AZEVEDO, 1566:368). Decidiu-se, então, não mais admitir à Companhia no Brasil índios ou mestiços. Restavam os filhos de portugueses, nascidos aqui. Como os missionários provindos da Europa eram insuficientes para dar conta da obra de conversão brasileira, concedeu-se a eles ainda alguma confiança, mas sempre se recomendava muita cautela antes de admitir um deles. É o que faz o superior geral da ordem, P. Francisco de Borja, ao provincial do Brasil, P. Luís da Grã, em 1566: “no me parece que del todo se deve hazer determinación de serrarles la puerta, porque podria ser que escojese Dios N.S. algunos de los que alli nascen, dandoles tan bueno natural y tanta copia de su gracia, que pudiesen ser admittidos en la Compañia” (BORJA, 1566:291). Esse conselho foi seguido fielmente no Brasil, levando a uma crescente descrença em relação à aptidão também deles para a Companhia, até que, em 1579, os jesuítas do Brasil resolvem aprovar o parecer de não mais receber na Companhia os nascidos no Brasil ou criados aqui por muito tempo, argumentando que a experiência demonstrara que não eram aptos para a ordem.²¹³ No mesmo ano, o superior geral de Roma, P. Everardo Mercuriano, transforma o parecer na ordem que não se receba mais à Companhia no Brasil índios, mestiços ou nascidos no Brasil.²¹⁴ Os catálogos posteriores demonstram que a ordem não foi respeitada integralmente e continuava-se a receber portugueses nascidos no Brasil. A falta de operários era o argumento para a admissão deles, mas os superiores de Roma continuavam solicitando o cumprimento da proibição. É o que se constata ainda em 1596 na carta enviada pelo geral da ordem ao superior do Brasil, quando pede que não receba na Companhia

“os naturais da terra ou os criados nela. Porque la experiencia tiene mostrado y cada dia se va declarando mas que no nos conviene talgenero de gente. Y puesto q entre

²¹² GRÃ, 1556:288.

²¹³ ANÔNIMO, 1579.

²¹⁴ GOUVEIA, 1584e.

ellos salen algunos buenos como V. R. dize, contodo locumú exordinario es daren nos trabalho y azeren cosas de poca edificación” (AQUAVIVA, 1596:155).

Os ingressados na ordem e que depois não demonstravam vocação para a obra brasileira, eram demitidos. Outros, pouco dispostos a suportar as penúrias e agruras da província brasileira, abandonavam a ordem ou voltavam para a Europa. Vale a pena uma análise numérica e comparativa da perseverança nos diferentes graus e conforme as origens.

Dos 91 padres que entraram na província do Brasil procedentes da Europa, seja já padres ou ainda estudantes, 25 faleceram ao longo de século, nove voltaram para a Europa, seis foram despedidos, dois foram para a diocese de Tucumã, um foi para a cartuxa e 46 continuam em 1600. Dos 39 padres, nascidos em Portugal, mas recebidos à Companhia no Brasil, sete faleceram, dois foram para a cartuxa, um voltou para Portugal, um foi despedido e os 29 restantes continuavam em 1600. Dos 17 nascidos no Brasil, três foram despedidos, um foi para Portugal, um sumiu e doze continuavam em 1600.²¹⁵ Dos quatro nascidos na Espanha, três continuavam em 1600 e um sumiu. O africano também continuava e o paraguaio foi despedido.²¹⁶

Quanto aos irmãos, dos 11 vindos da Europa já jesuítas, oito continuavam em 1600, dois faleceram e um voltou a Portugal. Dos 44 nascidos em Portugal, mas recebidos à Companhia no Brasil, quatro foram despedidos, sete faleceram, um sumiu e 32 continuavam na Companhia em 1600. Dos seis nascidos na Espanha, também recebidos no Brasil, dois foram despedidos, um retornou à Europa e três continuavam. O alemão e o italiano continuavam, o brasileiro e o africano foram despedidos. Dos seis de que não foi possível assinalar a naturalidade, dois faleceram, três foram despedidos e um sumiu.

Em relação aos estudantes ingressados na província do Brasil ao longo do século XVI, dos onze que vieram da Europa, cinco foram despedidos, tres sumiram, um faleceu, um voltou para a Europa e apenas um continuava, vindo ao Brasil em 1598. Dos 24 nascidos em Portugal, mas recebidos à Companhia no Brasil, seis foram despedidos, três faleceram, dois voltaram à Portugal, três sumiram e dez continuavam na Companhia em 1600. Dos 30 nascidos no Brasil, 14 foram despedidos, um faleceu, um sumiu e 14 continuavam na Companhia em 1600. Os nascidos em Flandres e na África foram despedidos e o inglês continuava. Dos 22 de que não foi possível assinalar a naturalidade, oito foram despedidos,

²¹⁵ O termo *sumir* se aplicou para todos aqueles para os quais não se encontrou na documentação pesquisada informação para assinalar o destino que levaram. Em outros termos, a documentação pesquisada simplesmente cala sobre eles a certa altura.

²¹⁶ O termo *despedido*, na documentação pesquisada, significa desligamento da Companhia, seja por ordem de superiores (demitido), seja por iniciativa do membro, que pediu para desligar-se voluntariamente da ordem.

dez sumiram, três faleceram e um continuava na Companhia em 1600. Vale lembrar que, dado que o grau de estudante era passageiro na Companhia, os que continuavam na ordem em 1600, foram recebidos nos últimos anos do século XVI e alguns deles podem ainda ter deixado a Companhia antes da ordenação. Isso vale também para os 13 noviços, dos quais apenas dois continuavam na Companhia em 1600; os outros foram todos despedidos.

Acerca dos 19 de que não foi possível assinalar o grau que alcançaram na Companhia, por falta de informações na documentação pesquisada (às vezes uma única referência), dos cinco vindos já jesuítas da Europa, dois faleceram e três sumiram; dos três nascidos em Portugal, mas recebidos à Companhia no Brasil, um faleceu, um voltou a Portugal e o outro sumiu; o nascido no Brasil sumiu e dos que se desconhece a naturalidade, um foi despedido, dois continuavam na Companhia em 1600 e os outros sete sumiram.

Para comparar o grau de perseverança entre vindos da Europa e nascidos no Brasil, tomemos agora unicamente os jesuítas de que foi possível assinalar o grau e a naturalidade, menos os poucos nascidos na África e no Paraguai. Se somarmos o total de jesuítas vindos ao Brasil ao longo do século XVI, entre padres, irmãos e estudantes, teremos a cifra de 118 jesuítas. Se subtrairmos dessa cifra os que continuavam em 1600 (55), os que faleceram ao longo do século (30) e dos dois que foram para a diocese de Tucumã, temos a cifra de 29 que não perseveraram na missão brasileira, resultado da soma dos despedidos, dos que voltaram para a Europa, dos que entraram na cartuxa e dos que sumiram. Esses 29 jesuítas correspondem a quase 25% do total de vindos da Europa já jesuítas. Houve, pois, uma porcentagem de 75% de perseverança dos provindos da Europa já jesuítas. A soma dos nascidos na Europa, mas recebidos à Companhia no Brasil é de 121 membros. Se subtrairmos dessa soma os que faleceram (17) e os que continuavam na Companhia em 1600 (79), temos a cifra de 25, que corresponde aos que não perseveraram (entre despedidos, foram à cartuxa, voltaram a Portugal ou sumiram). Isso corresponde a em torno de 20%. Houve, pois, uma porcentagem de 80% de perseverança dos nascidos na Europa, mas recebidos à Companhia no Brasil. Quanto aos nascidos no Brasil, foram recebidos à Companhia 48 jesuítas. Se subtrairmos desse total o que faleceu e os que continuavam na Companhia em 1600 (26), temos 21, correspondente aos que ingressaram, mas não perseveraram na ordem. Eles equivalem a quase 44% do total de brasileiros recebidos na Companhia no Brasil. Houve, pois, uma porcentagem de 66% de perseverança dos nascidos no Brasil. Diante desses dados, percebe-se que os que eram mais perseverantes na província do Brasil ao longo do século XVI, eram os nascidos na Europa, mas recebidos à Companhia no Brasil. Eles somam, também, o maior número, se comparados com os vindos da Europa já jesuítas e os nascidos

no Brasil. Os que se mostravam menos perseverantes eram os nascidos no Brasil. Eles também somam o menor número dos ingressados na província, comparados com os vindos da Europa já jesuítas e dos lá nascidos, mas recebidos aqui. Isso se deve, ao menos em grande parte, à cautela que se recomendava ter antes de receber um deles e à proibição de recebê-los a partir de 1579. Não foi encontrada nenhuma referência na documentação pesquisada a casos de demissão pela simples causa de serem nascidos no Brasil.

A questão da perseverança está diretamente ligada à questão da aptidão para a obra missionária do Brasil. Como já dito acima, não bastava ter desejo de ingressar na Companhia, era necessário ter aptidão para servir em sua missão. Essa aptidão era expressa pelo termo vocação. Para ser membro da Companhia no Brasil, era necessário ter vocação para a missão brasileira. Isso nem todos tinham, sobretudo os nascidos no Brasil, ainda mais se eram mestiços. O argumento contra eles era o de que tinham extrema dificuldade de viver a vida regrada e disciplinada proposta pela Companhia e demonstravam frouxidão em relação ao cultivo da dimensão espiritual. Em virtude disso, não se adequavam aos regimentos da ordem e em vários relatos eram acusados de contagiar negativamente os corretos, o que fazia com que os superiores de Roma temessem pela manutenção da característica de severidade da Companhia no cumprimento dos preceitos da doutrina cristã. Na lógica do “maior fruto”, vigente no interior da ordem, eles apareciam como necessitados de maiores investimentos formativos em relação aos enviados da Europa para tornar-se suficientemente eficientes na atuação missionária.²¹⁷ Mas como se insistia no Brasil na continuidade no recebimento à Companhia de nascidos aqui, o superior geral de Roma, Everardo Mercuriano, expressa, em 1574, as recomendações que valeram ao longo do século XVI: a todo candidato à Companhia devia-se impor duas exigências: primeira, ter dado provas de confiança no desejo de deixar o mundo e fazer-se religioso; segunda, que tenha grande habilidade e disposição para as virtudes.²¹⁸ Eram, na verdade, as mesmas exigências que Inácio de Loyola recomendara em 1540 no documento fundador da ordem.²¹⁹ Depois de recebidos, a formação devia ser suficientemente rigorosa para assegurar o preparo de operários austeros e desapegados das tentações mundanas, voltados unicamente ao cumprimento dos valores evangélicos e espirituais.

²¹⁷ O aspecto do “maior fruto” ou “*magis*” marcou profundamente a Companhia de Jesus, sobretudo nas primeiras décadas de sua existência. Esse conceito foi criado por Inácio de Loyola, que queria que cada jesuíta, no local onde atuasse, devia ser capaz de discernir o que traria maiores resultados para o reino de Deus e nisso devia investir. A transposição do mesmo princípio à seleção dos candidatos à ordem significava que devia-se escolher os que produzissem maiores resultados em favor da missão jesuítica.

²¹⁸ MERCURIANO, 1574.

²¹⁹ O documento é a Fórmula do Instituto – ver acima, parte I.

A questão do recebimento à Companhia dos nascidos no Brasil ou aqui vindos com pouca idade, envolvia, também, o dilema da língua brasílica. A importância dela na obra de conversão dos índios era inegável e eram os nascidos no Brasil que melhor a conheciam ou mais facilidade tinham para aprendê-la. Em sua visita à província do Brasil para adequar as atividades da missão brasileira aos regimentos das Constituições, em princípios da década de 1580, o visitador Cristóvão de Gouveia constatou e relatou nitidamente esse dilema:

“Los subjectos nacidos enel Brasil que aora ay, los mas se recibieron dantes del ano de 79. Em que el P. Everardo de buena memoria, ordeno q’ no se recibiesen, y per lo que tengo aca visto, puedo afirmar a V.P. que ellos son los q’ llevan la maior parte del peso y trabajo enla conversion, doctrina, y augmentode la nueva christandad. que se ellos no fuessen mal se pudiera conseguir el fin que aca se pretende, porq’ como la lengua brasílica le es aellos quasi natural, tiene’ mucha gracia, efficacia, y autoridad conlos índios para hazerles praticas delas cosas dela fee y les persuaden todo loque es menester para tenerlos quietos y contentos, y como son nacidos aca sufren mas facilmente os trabajos contínuos, y pocas comodidades q’ aca ay para bevir, y los q’ vienen de Portugal, aunq’ deprendan la lengua, nan qua llegan amas q’ a enterderla y poder hablar alguna cosa poca para oyr confessiones, ni acabn tanto co’ los índios, como los otros que saben sus modos y maneras de hablar” (GOUVEIA, 1584e:411).

De fato, a escassez de padres que dominassem a língua brasílica foi contínua ao longo do século XVI. Além disso, os nascidos no Brasil eram dotados da vantagem de mais facilmente adequar-se às agruras a que os dedicados à obra de conversão dos índios estavam sujeitos. Dos provindos da Europa, sobretudo quando já jesuítas, somente alguns poucos fervorosos submetiam-se sem reclamações à rudeza da vida nos aldeamentos, até mesmo temporariamente, para aprender a língua brasílica. O resultado era que uma minoria aprendia a língua indígena, o que tornava a maioria deles ineptos para trabalhar diretamente com os índios. Eles preferiam, então, dedicar-se a outras atividades nas vilas e colégios, ou solicitavam retornar à Europa.

Essa resistência em aprender a língua brasílica e em enfrentar a vida despojada nos aldeamentos e missões pelo interior, passou a ameaçar a prioridade da obra de conversão indígena e criou reclamações nos jesuítas brasileiros contra os enviados da Europa. Eles passaram a exigir que, ao lado do rigor na seleção dos candidatos à Companhia no Brasil, houvesse também uma seleção maior na Europa no envio de missionários ao Brasil, de modo que só se mandassem os que estivessem dispostos a adaptar-se ao contexto brasileiro. Dos que já estavam aqui e não conseguiam essa adequação, vários foram enviados de volta à Europa e

eram, geralmente, os vindos com mais idade, mais modelados pelos parâmetros da formação européia, que maior dificuldade e resistência tinham na adaptação ao Brasil. Para contornar essa dificuldade, decidiu-se, após alguns anos de discussões, pela estratégia de trazer os jesuítas da Europa para o Brasil ainda estudantes, para formá-los aqui em conformidade com o contexto. Isso, porém, não resolveu a questão e Cristóvão de Gouveia, em sua visita ao Brasil, recomendou aos superiores da Europa que

“antes vengan menos que mas, y que sean personas de virtud que seian servos que no daran aca trabajo sin fructo, como lo han hecho muchos que de allá venieron los annos passados, porque como no tiene’ vocacion del Brasil, no deprenderon la lengua, ni se han acomodado a la tierra, y cada dia sevan desfaleciendo enel spu’, y echan mano de ocasiones conque se pierden del todo” (GOUVEIA, 1583b:341v).

No entanto, apenas o domínio da língua brasílica e a adaptação à vida indígena não eram suficientes para ser missionário no Brasil. Havia virtudes espirituais, recomendadas pelos documentos fundadores da Companhia, tidas como mais importantes na caracterização do operário jesuíta, que colocavam os provindos da Europa em vantagem sobre os nascidos no Brasil. E aos já recebidos à Companhia e que não demonstravam aptidão para o serviço devoto da ordem, ordenava-se que deviam ser demitidos. A análise de alguns casos de demissões ajuda a compreender o espírito da Companhia no Brasil e o que se exigia dos membros dela.

Em 1583, durante sua visita ao Brasil, o P. Cristóvão de Gouveia deu ordens para demitir vários estudantes. Um deles, o estudante Jorge Rodrigues, brasileiro, admitido em 1569, foi demitido por proceder com pouca satisfação e andar nos aldeamentos com “grande infamia encosa de gramática” (GOUVEIA, 1584a:26). Outro foi o estudante Francisco das Neves, despedido por andar muito tentado em sua vocação e cometer muitas faltas na obediência e observação das regras. O estudante Gedeão Lobo foi demitido por ser “de poco ejemplo y muy colerico, y tenia falta de iuizio y tanta colera que estuvo para dar en hu’ padre con un pallo” (Idem:26v). Por essa mesma época foi, também, demitido o Ir. Diogo Nogueira, que há sete anos estava na Companhia, por proceder com pouca satisfação e estar “muy tentado por el estudio, sin querer quietarse en su grado, y por que tenia poco iuizio y talento para los oficios, y otras passiones” (Idem.). Entre os padres demitidos, o caso mais marcante foi o do P. Rodrigo Melgarejo, natural do Paraguai. Após escrever a Roma solicitando o desligamento da Companhia e perder a paciência na espera pela resposta, fugiu, em 1589, do Colégio de Pernambuco, onde trabalhava, para a capitania do Espírito Santo e dali pretendia ir ao Paraguai, mas foi preso pelo vigário do bispo e levado para a Baía. Depois de ficar preso

por em torno de 10 meses, foi demitido.²²⁰ Os outros casos de demissão deram-se em razão de causas semelhantes.

Para os provindos de Portugal já jesuítas e que não se adaptavam à missão brasileira, geralmente não se aplicava a demissão, senão o reenvio para a Europa. Ao lado das dificuldades em adaptar-se à falta de conforto a que estavam sujeitos os aplicados ao trabalho da conversão, havia os que eram escrupulosos demais para concordar com a forma como a Companhia era obrigada a atuar no contexto brasileiro ou não conseguiam adequar suas opiniões morais, pautadas na teologia aprendida nos colégios da Europa, com as ações concretas da Companhia no Brasil. O exemplo mais evidente dessa situação foi o P. Miguel Garcia, vindo ao Brasil em 1576 e que foi mandado de volta à Espanha pelo visitador Cristóvão de Gouveia em 1583, por não servir para trabalhar no Brasil em virtude de suas opiniões acerca

“delos esclavos, que vieran de Angola, y del Brasil que ningunos son iustamente captivos, y por esto sepuso em no querer confessar anadie, ni aun a los superiores, y mas Padres y hermanos dela província por que dize que tambien tenemos esclavos (...) veyendo quelas opiniones del padre Garcia eran muy oppositas al comum de todos, peligrosas y escandalosas en estas partes, y que el estava en ellas muy afferrado, sin querer dar lugar ala razon, ni credito atantos padres nos pareceo atodos, que no tenia ningun remedio em esta província, y que de todo es inútil para ella, y que hazia ya dano em ella con sus opiniones tan escrupulosas y com el escândalo que dá enla mucha libertad que muestra contra los superiores, sin querer ceder ensu juicio, y por esto determine conparecer de todos los Padres embialo asu província como el mismo pedia y deseava, porque em deternelo aca mas avia gran peligro deperderse del todo, y hazer gran dano com sus opiniones, y pareciome que neste caso seria V.P. contento, pues com embiarlo luego podra tener allá algun remedio, porque excepto estas opiniones, no me descontenta, y parece que podra servir en la companhia estando alla onde no tenga esclavos que confessar.” (GOUVEIA, Baia, 1583a:337).

Em outros casos, os próprios jesuítas solicitavam retornar à Europa por não se sentirem acomodados ao contexto do Brasil. De qualquer forma, a rudeza da missão brasileira implicava operários saudáveis e fortalecidos no desejo de servir ao reino de Cristo em meio às mais árduas provações. Era em razão disso, como já dito acima, que recomendava-se cautela e cuidado na seleção dos candidatos à Companhia no Brasil, evitando receber quem não

²²⁰ BELIARTE, 1592a; Lista dos despedidos.

mostrasse aptidão para o serviço na ordem. Esse mesmo cuidado na seleção dos enviados ao Brasil não parece ter sempre havido na Europa. Ao lado daqueles que se tornaram modelos de virtude e dedicação aos índios, vieram outros que não demonstraram grande interesse pela salvação dos índios ou foram desanimando ao longo dos anos. Já em 1555, o P. Manoel da Nóbrega, superior da província do Brasil, reclamava que “hasta agora se acostumbró mandar a estas partes los Padres y Hermanos que en el collegio eran para menos” (NÓBREGA, 1555:167), e pede que tal costume devia ser encerrado, “porque en ningunas partes son tan necessarias la prudencia, fortaleza, sciencia, spiritu y todas las otras virtudes como aquí para el negocio de la conversión delos infieles” (Idem:168). Dois anos depois, reclama que, dos enviados de Portugal, a maioria “tem mui pouco gosto do gentio” (NÓBREGA, 1557b:418). O pouco interesse pelo trabalho com os índios preocupava, pois era por causa da conversão desses que os jesuítas estavam aqui. Anos depois, com a maior assimilação das Constituições, passou-se a distinguir cada um dos membros da Companhia a partir das suas aptidões pessoais, o que resultou num cuidado maior na destinação de cada um deles para o campo missionário para o qual melhor se adequava.²²¹ Foi o que Nóbrega fez pouco depois de receber as Constituições e chegar à Baía, dando a cada um “officios conforme a seus talentos pera que *in via Domini* com mais suavidade” (BLAZQUES, 1557a:347).²²²

Afora a questão de que nem todos os jesuítas enviados ao Brasil tinham talento para atuar na obra da conversão dos índios, o Brasil tornou-se destino de diversos jesuítas afetados por enfermidades tidas por incuráveis na Europa e para os quais se receitavam os ares tropicais do Brasil como receita salvífica. Os primeiros vindos nessas condições vieram na expedição de 1553, quando, dos sete chegados, três vinham com saúde frágil. Um deles, o P. João Gonçalves, durou pouco aqui e faleceu em 1558. Aos outros dois, o P. Gregório Serrão e o irmão José de Anchieta, a receita foi acertada, tanto que Anchieta foi dos que alcançou maior idade na província do Brasil. Este não foi o caso do P. João Dício, vindo ao Brasil em 1559, que sofria de *gota*, e, por essa razão, veio especialmente enviado ao Brasil “porque acá no avia esperança ordinariamente de salud, y allá, segun dizen los médicos, la cobrará con los ayres y exercícios de la tierra” (TORRES, 1559b:164). Não conseguiu se recuperar no Brasil e, um ano depois, retornou a Portugal, tido como inútil para os trabalhos no Brasil. O costume de enviar doentes ao Brasil persistiu ao longo de todo século XVI, tanto que dos quatro vindos na expedição de 1591, dois sofriam falta de saúde.

²²¹ Constituições, VII parte.

²²² CASTELNAU L'ESTOILE, 2000: 175ss.

Em vários casos, os jesuítas vinham infestados por doenças contagiosas adquiridas ao longo da viagem. Em 1596, aportou na Baía uma expedição de missionários que ia para a África. A nau estava toda empestada; também os jesuítas que iam nela. Um estudante, Bartolomeu Sanches, foi enterrado na Baía, vítima dessa peste. Os outros, após algum tempo de recuperação, seguiram viagem para a África.²²³ Em outros casos, eles foram vítimas de enfermidades adquiridas no seu campo de atuação missionária, muitas vezes em decorrência da fome, frio e chuva que padeciam nas andanças pela conversão dos índios. Outras vezes, padeciam as epidemias que assolavam os aldeamentos indígenas que atendiam. Em 1564, por exemplo, faleceu o Ir. Pero Gonçalves, vitimado por uma epidemia de varíola que atingira a Aldeia Nossa Senhora da Conceição, na capitania do Espírito Santo. Seu companheiro, o P. Diogo Jácome, foi vítima da mesma epidemia e também faleceu, um ano depois. Em 1581, faleceu o P. Pedro André, que trabalhava no atendimento aos índios na Ilha de Itaparica e ali adoeceu, “parece que, com as calmas, fomes e sedes que sofria, lhe deu uma prioriz, que lhe fez subir o sangue à cabeça e o tirou de seu siso (...) do qual morreu” (ANCHIETA, 1582:306). As agruras do trabalho de conversão e a diversidade de doenças que assolavam a população colonial, fizeram com que o tempo médio de vida dos jesuítas se limitasse a poucas décadas. O total deles que faleceram antes de completar 10 anos de Companhia no Brasil, soma 20, dois deles, os padres Luiz de Mesquita e Agostinho del Castilho, faleceram no mesmo ano em que chegaram ao Brasil. O maior número dos que duraram pouco foram os que ingressaram na Companhia do Brasil em 1550: dos quatro que vieram de Portugal, um faleceu em 1553, e dos quatro recebidos no Brasil, três faleceram entre 1553 e 1554. Essas baixas eram perceptíveis, dado o número reduzido de operários atuantes na missão brasileira.

2 - Formação

A questão da formação jesuítica dizia respeito unicamente aos sacerdotes ou candidatos ao sacerdócio. Os coadjutores temporais, após o noviciado, dedicavam-se aos ofícios próprios de seu grau e não estudavam mais. A orientação para eles era a de que não recebessem na Companhia mais formação que aquela que já tinham antes do ingresso na ordem.

A Companhia caracterizou-se, ao longo dos séculos, pelo rigor na formação de seus membros. A conclusão de todas as etapas da formação soma mais de quinze anos. Na província do Brasil, houve também uma constante preocupação com a formação dos

²²³ BELCHIOR, 1596 – ARSI, Bras.15, fol.420.

operários, mas as condições precárias e a falta de estruturas de estudo dificultavam uma formação completa. Nos primeiros anos, diante de condições necessárias para a formação, Nóbrega enviou alguns recebidos no Brasil para estudar na Europa, para lá se formarem e depois retornar ao Brasil e ajudar na formação de outros.²²⁴ No entanto, a estratégia não trouxe grandes frutos, pois dos enviados para lá com esse objetivo, nenhum deles retornou para aplicar seus conhecimentos na missão brasileira e não mais se mandou outros. A solução foi, então, investir no Brasil a fim de criar condições para uma boa formação. Essas condições começaram a surgir somente a partir da década de 1560, com a fundação do Colégio da Baía, quando passou a organizar-se uma formação mais estruturada e completa. Mesmo assim, a falta de professores devidamente formados e a necessidade de apressar a formação pela falta de operários na missão, limitaram os anos de formação da maioria dos jesuítas ao mínimo exigido para a ordenação. Após o noviciado, de um modo geral, ao longo do século XVI, os destinados ao sacerdócio, estudavam algum tempo latim e alguma teologia moral. O latim era indispensável para compreensão e execução dos ritos católicos; a teologia moral, ou os estudos de casos de consciência, era necessária no atendimento das confissões.

Afora os que provinham da Europa já com alguma formação a mais, em alguns momentos os estudantes do Brasil faziam o curso de artes liberais ou parte dele, mas do total de recebidos no Brasil, uma pequena porcentagem aparece nos catálogos como tendo feito esse curso. Por outro lado, os que constam como tendo estudado apenas algum tempo latim e casos de consciência necessários para as ordens sacras somam número considerável. Mesmo os vindos da Europa, geralmente estudaram apenas latim e casos de consciência. Diante da necessidade do melhoramento da formação no Brasil, solicitava-se a vinda da Europa de padres melhor formados, destinados ao trabalho de instrução nos colégios do Brasil. E, de fato, vieram alguns. A expedição de 1572, por exemplo, era composta por jesuítas melhor formados e todos eles foram trabalhar em colégios. Ao lado da precariedade das condições estruturais da formação no Brasil, havia o desinteresse de grande parte dos estudantes pelo estudo. Disso se queixava ainda em 1597, o provincial Pero Rodrigues:

“Até agora não tenho mudado o co’ ceito q escrevi a V.R. ter desta pvincia , E sujeitos dellas. temos muito bons letrados algús, Emuito zelosos de nosso Instituto, Em outros vão se fazendo. De hua só cousa me queixo, q’ como nesta província nacam hu’s bichos como raposas, a q’ chamão preguiças, não sey como tambem se pega em

²²⁴ Caso dos estudantes André do Campo, recebido em 1551, e Cipriano, recebido em 1552.

muitos a pouca curiosidade do studo, contentanse co' pouco" (RODRIGUES, Brasil, 1597a:427v).

Na documentação também aparecem reiteradas recomendações dos superiores de Roma para que haja grande zelo no Brasil a fim de que os estudantes não faltem às aulas.²²⁵

Na verdade, desde as primeiras experiências de catequese dos índios, percebeu-se que a melhor formação para a missão brasileira era o conhecimento da língua brasílica. Para tanto, os primeiros aqui chegados logo dedicaram-se ao estudo dela.²²⁶ Nem todos, porém, conseguiram aprendê-la e o que mais facilidade teve foi o P. Azpicuelta Navarro, que ficou encarregado de traduzir para a língua brasílica algumas orações e sermões, que os outros passaram a carregar consigo como instrumento de catequese.²²⁷ Além disso, diante da relevância da língua brasílica no trabalho de catequese indígena e da dificuldade de aprendê-la, tornou-se importante a figura do intérprete, papel assumido pela maioria dos primeiros candidatos recebidos na Companhia no Brasil. Vários deles eram coadjutores temporais e não só traduziam as pregações dos padres, senão também pregavam pessoalmente aos índios na língua deles. Posteriormente, dado que foram proibidos de exercer ministérios de conversão, como já dito acima, vários deles foram ordenados sacerdotes, precisamente pelo seu conhecimento da língua brasílica, embora não tivessem outros estudos. Tratando de Simão Jorge, por exemplo, Nóbrega afirma, em 1561, que encaminhou-o para ser ordenado sacerdote por saber "a lingoa da terra honestamente e saber pera se ordenar e ser clérigo que abaste pera esta terra" (NÓBREGA, 1561a:338). Foi também o caso do Ir. Pero Correia, mas que foi morto pelos índios antes de ser ordenado.²²⁸ Ainda em 1584, o visitador Cristóvão de Gouveia, apoiado na mesma idéia, deu licença a alguns para serem ordenados sacerdotes: "y aunq' algunos dellos no estavan tan provecos em la lengua latina, ni tenian oydo casos, como eran lenguas, sabian ya por experiêcia siendo muchos annos interpretes enlas confessiones, lo que es necessário para ellas" (GOUVEIA, 1584e:410v). Enfim, como afirmava o P. Manoel Viegas em 1585, "pa esta gente del Brasil pocas letras abasta'. y quie' nesta tierra sabe la lengoa della, es aqua theologo" (VIEGAS, 1585:62), ou como, em 1596, Anchieta resumiu a importância do P. Diogo Jácome, que tivera muita dificuldade nos estudos de latinidade e teologia, mas que "muito mais trabalhava por saber a língua da terra, e assim soube dela o que bastava para ensinar os índios e aparelhá-los para o batismo e ouvir suas confissões" (ANCHIETA, 1596b:120).

²²⁵ MERCURIANO, 1579b.

²²⁶ NÓBREGA, 1549a:112.

²²⁷ PIRES, Antônio, 1551:252; NAVARRO, 1553:9.

²²⁸ NÓBREGA, 1553b:457; SÁ, Antônio, 1559:48.

Diante da importância da língua brasileira na obra da conversão dos índios, inseriu-se o aprendizado dela dentro da formação jesuítica no Brasil. Para tanto, era necessário oferecer aos estudantes as condições necessárias para aprendê-la. A princípio, este estudo passou a ser feito nos Colégios. O P. Luís da Grã, logo depois que assumiu o cargo de provincial, implantou, em 1560, um curso de tupi no Colégio da Baía e ordenou que todos estudassem a língua brasileira a partir da gramática composta por Anchieta, “desta lição nem Reitor, nem pregador, nem nenhuma outra pessoa hé isenta.” (MELO, 1560:283-284). Também em Roma percebeu-se a importância da aprendizagem das línguas locais no preparo de missionários para as obras missionárias e, assim, em 1565, o superior geral, P. Francisco de Borja, pedia que se mandasse um vocabulário da língua brasileira (e a da Índia) para a Europa, a fim de que os missionários pudessem aprendê-la já lá ou durante a viagem.²²⁹ O estudo da língua brasileira em colégios ou navios não teve os efeitos esperados, pois não teve como resultado a efetiva aprendizagem da língua. Diante disso, o parecer de vários jesuítas de que a aprendizagem da língua brasileira devia ser feita entre os índios foi ganhando força e estabeleceu-se, ainda na década de 1560, que os estudantes seriam enviados aos aldeamentos por algum tempo, para dedicar-se ao estudo da língua brasileira. Da mesma forma os provindos da Europa.

No entanto, o envio dos estudantes para entre os índios exigia cautela, pois ali muitos deles impregnavam-se de costumes indígenas, que dificultavam depois a vivência da disciplina exigida da vocação jesuíta. A discussão em torno disso dizia respeito ao momento certo na etapa da formação jesuítica para o envio do estudante para os aldeamentos: se fosse muito cedo, o contágio pelos hábitos indígenas representava um risco muito grande à fidelidade da vivência dos votos; se fosse muito tarde, o estudante sentia-se pouco útil no aldeamento e perdia o interesse pelo estudo da língua brasileira. Tentando encontrar uma solução, o visitador Gouveia estabeleceu, em 1584, que fosse depois da etapa do noviciado:

“el orden que V.P. há dado en la Provincia de México acerca de deprender la lengua delos naturales, lo que se ofrece es, que ya tenia puesto aca um aviso en los collegios acerca desto comparecer delos padres antigos, por ver la mucha necesidad que avia de personas que tuviessen la lengua, y el gran descuido em deprende-la el qual aviso es el seguinte. Los hermanos estudiantes acabados los dos annos de su probacion vayan alas aldeas a deprender la lengua los que nola sabieren, y dense aella com diligencia, y ninguno passe del latin aotra facultad sin que primero la sepa mediocremente; mas

²²⁹ POLANCO, 1565:283.

com alguno por particulares causas podra el P. Provincial dispensar *auditis suis consultoribus* (GOUVEIA, 1584e:410).

Essa estratégia implicava que os padres nos aldeamentos tivessem conhecimento suficiente da língua brasílica para auxiliar os estudantes e responsabilidade suficiente para tomar conta deles e dar-lhes o suporte necessário para a perseverança. Essas condições não havia em todos os aldeamentos. Além disso, nem sempre os jesuítas demonstravam sincero interesse em aprendê-la ou conseguiam aprendê-la, o que teve por resultado a pequena porcentagem de jesuítas que efetivamente aprendiam a língua brasílica. Em virtude disso, vinham de Roma reiteradas ordens para que ninguém no Brasil fosse ordenado sacerdote sem antes aprender a língua brasílica, salvo exceções, que, por vezes, superavam a regra. O visitador Gouveia percebeu isso assim que iniciou sua visita no Brasil, em 1583, e alertou o superior geral da ordem que “enel studio, y diligencia de saber la lengua del Brasil, allo mucha frieza, y poco gusto destar em las Aldeas, y sevan acabando los lenguas” (GOUVEIA, 1583a:338). Embora tenha se empenhado para implantar na província do Brasil o hábito de aprendê-la, a situação não melhorou muito nos anos seguintes, pois, em 1592, o P. Simão Travassos alerta o superior de Roma da necessidade de operários que saibam a língua do Brasil, dado que os que a sabiam estavam morrendo e os que vinham não a aprendiam.²³⁰ Da mesma forma, o P. Pero Rodrigues, em 1594, lamenta que há tantos anos que os jesuítas estavam no Brasil e que tão poucos que sabiam a língua dos índios, obrigando a manutenção do hábito das confissões por intérprete.²³¹ No ano seguinte, o superior geral da ordem, P. Cláudio Aquavia, enviou ao provincial do Brasil, P. Pero Rodrigues, um decreto aprovado na Congregação Geral de 1594, que tornava obrigatório o aprendizado das línguas locais na formação dos que atuavam nas missões. Isso demonstra que o problema da dificuldade e resistência à aprendizagem das línguas locais, também se manifestava em outras partes do mundo em que atuavam os jesuítas.²³² De fato, era costume na Companhia fazer experiências sobre métodos missionários em diferentes partes do mundo em que atuava. A partir delas e do que dava certo ou errado numa parte, os superiores de Roma emanavam ordens para as outras partes que envolviam questões similares.

Em termos numéricos, os catálogos apresentam alguns dados que mostram a porcentagem dos jesuítas que aprenderam a língua brasílica ao longo do século XVI ou que já a sabiam antes de ingressar na ordem. Do total de 354 que ingressaram na província, 104

²³⁰ TRAVASSOS, 1592.

²³¹ RODRIGUES, Pero, 1596.

²³² GOUVEIA, 1583a.

sabiam a língua brasílica. Se considerarmos que o problema da língua brasílica referia-se unicamente aos padres, pois os coadjutores temporais não podiam atuar como pregadores e os estudantes, na maioria dos casos, ainda não pregavam, é necessário apresentar outro dado: o número dos padres que conheciam a língua brasílica. Estes somam 75 ao longo do século XVI, do total de 161, o que corresponde a 46,5%. Para ter uma idéia de quantos conheciam a língua brasílica num determinado período, pode-se tomar os catálogos separadamente. Em 1586, por exemplo, os padres que sabiam a língua brasílica somavam 36, de um total de 67 padres (e 143 jesuítas). Em 1598, eram 41 padres que a conheciam, de um total de 82 padres (e 163 jesuítas). Convém lembrar que nessas cifras estão incluídos todos os que tinham um conhecimento mínimo da língua. Se considerar-se os que a sabiam bem, a porcentagem será bem menor, pois do contrário não teria havido tanta falta de padres língua.²³³ Mesmo os que residiam nos aldeamentos, nem sempre sabiam a língua brasílica.

Ao lado da preocupação com a língua brasílica, criou-se no Brasil, desde os primeiros anos da presença jesuítica, a convicção de que mais que jesuítas bem formados academicamente, a missão brasileira exigia operários zelosos espiritualmente e capazes de resistir às tentações e agruras que o trabalho com a conversão exigia. A formação acadêmica era menos importante que a vivência de virtudes espirituais, como orientava, por exemplo, em 1569, o superior geral da ordem, P. Francisco de Borja, sugerindo que aos ineptos para o curso de artes e que não são para maiores estudos, basta que estudem alguns casos de consciência para receber as ordens sacras, mas que haja zelo que todos vivam os votos.²³⁴

3 - Ofícios

Embora os jesuítas tenham vindo ao Brasil para a conversão dos índios, a partir da década de 1560, o número dos que trabalhavam diretamente na catequese dos índios foi ficando gradativamente menor em relação ao número dos que se ocupavam com outros ofícios. Em 1568, por exemplo, de um total de 61 jesuítas, 15 trabalhavam integralmente pela conversão dos índios e outros 8 ou 10 ocupavam-se com isso ao lado de outras ocupações. Em 1586, de um total de 143 jesuítas, eram apenas 21 os que se dedicavam exclusivamente aos índios e outros 8 ou 10 dedicavam-se a eles ao lado de outras ocupações. Em 1598, os destinados unicamente à conversão dos índios somavam 30 jesuítas, além dos que se dedicavam a esse ofício apenas temporariamente, isso de um total de 163 jesuítas. Os outros

²³³ Nos catálogos e documentação pesquisada, o termo língua denominava todos os que conheciam a língua brasílica, o que indicava que trabalhavam com índios ou tinham aptidões para trabalhar com eles.

²³⁴ BORJA, 1569.

exerciam outros ofícios, mas também diziam-se parte de um corpo de operários que cumpria a missão de converter índios.

De fato, embora ocupados com os mais diversos ofícios, de alguma forma todos os membros da província jesuítica do Brasil participavam do cumprimento da missão de conversão dos índios, pois a estrutura da Companhia no Brasil estava voltada para essa missão. Nessa estrutura, ocupavam papel importante os jesuítas voltados para a formação, pois o campo missionário exigia a contínua renovação do quadro de operários e a formação de novos operários. Como visto na primeira parte, a estrutura da Companhia estava centrada nos colégios, que exigiam rendas para sua manutenção. No Brasil, além dos pagamentos recebidos da Coroa Portuguesa, a necessidade de outras fontes de renda fez com que boa parte dos jesuítas se voltasse ao cuidado da criação de gado ou do cultivo de terras. Além dos diferentes ofícios exigidos na manutenção dos Colégios, ministros, marceneiros, pedreiros, cozinheiros, enfermeiros, etc. Todos eles eram ocupados por jesuítas, uma vez que o espaço destinado à moradia dos jesuítas respeitava critérios de clausura, que impediam o tráfego de não-jesuítas nestes espaços. Esses cargos voltados para a manutenção material dos colégios e, assim, indiretamente, das outras casas e aldeias, e que davam o suporte material necessário para que os trabalhos de conversão fossem possíveis, eram quase todos ocupados pelos coadjutores temporais, recebidos na Companhia exatamente para estes ofícios.

Além disso, os apelos da vocação jesuíta, expressa nas Constituições e que os candidatos à Companhia eram convidados a experimentar com os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, de serviço para a ajuda das almas, eram percebidos pelos inacianos do Brasil como mais abrangentes que a exclusiva dedicação às almas indígenas. Assim, os portugueses e mamelucos também tornaram-se alvos da dedicação profética dos jesuítas, dado que, aos olhos deles, as almas dessa parcela da população colonial também necessitavam do socorro das palavras evangélicas. Essa dedicação à população não-indígena absorvia boa parte dos operários jesuítas, para confessá-los, fazer-lhes pregações ou educá-los os filhos.

Enfim, há uma diversidade de ofícios que aparecem nos catálogos e com os quais os jesuítas se ocupavam, e que são reproduzidos na trajetória biográfica de cada um.

3.1 - Ofícios ocupados pelos padres

Provincial: era o administrador supremo da província; a ele cabia a última palavra acerca da administração material e humana da província. No tocante aos quadros humanos, era ele quem recebia os candidatos à Companhia ou demitia os que eram considerados ineptos a ela. Ele também destinava os jesuítas aos diferentes lugares e ofícios e transferia os que considerava

pertinente transferir. A ele estavam subordinados todos os membros e cargos da província. Ele, por sua vez, tinha a obrigação de informar o superior geral da ordem, em Roma, a quem estava subordinado, sobre todas as questões relevantes da província.

Sócio do provincial: ajudava o provincial na execução de seu cargo e substituía-o em algumas situações.

Reitor do colégio: era o cargo superior no colégio. A ele cabia decidir sobre todas as questões relativas ao colégio que estava sob seu poder, quer fossem questões materiais ou humanas. Respondia, também, pela maioria das questões relativas às residências e aldeias anexas ao seu colégio. Em algumas situações, ele decidia sobre as destinações dos jesuítas das casas subordinadas ao colégio.

Superior: era o responsável pela regência de uma determinada residência jesuítica, quer se localizasse no colégio, numa vila ou num aldeamento. A ele cabia resolver grande parte das questões materiais e humanas relativas à residência que administrava.

Ministro: era o encarregado pela administração material dos colégios ou residências. A ele cabia o encargo da busca dos recursos materiais para manutenção da obra que administrava. Estava, porém, subordinado ao reitor do colégio ou ao superior da casa que administrava.

Procurador: havia o procurador, enquanto postulador da província, que representava a província nas congregações gerais em Roma; seu cargo era temporário. Outro cargo era o de procurador da província, tanto na província como em Lisboa, que tinha a seu cuidado as contas e assuntos materiais necessários à subsistência duma casa, colégio ou da província.²³⁵

Admonitor: era encarregado de acompanhar as atitudes e decisões do provincial, reitor ou superior e admoestá-los sempre que se desviavam do modo de agir descrito nos documentos da Companhia. Assim, o provincial e cada um dos reitores e superiores tinham o seu admonitor.

Consultor: encarregado de aconselhar, quando solicitado, o provincial, reitor ou superior para ajudá-los na tomada de decisões relevantes relativas ao seu cargo. Cada provincial, reitor e superior tinha seus consultores.

Superintendente das aldeias: era encarregado de visitar periodicamente os padres que residiam nos aldeamentos, para acompanhá-los espiritualmente e ver se seguiam as orientações providas dos superiores ou seguiam as regras prescritas pela Companhia. Ele tinha superioridade sobre os que residiam nos aldeamentos, mas era subordinado ao reitor do colégio.

²³⁵ S.Leite, HCJB I:132.

Mestre dos noviços: era o responsável pela formação dos candidatos à Companhia enquanto freqüentavam a etapa do noviciado, a primeira na trajetória formativa da ordem.

Pregador: era quem se ocupava com o anúncio dos evangelhos ou da condenação dos vícios por meio de pregações.

Confessor: era quem atendia os fíéis em confissões.

Professor: era quem lecionava humanidades, latim, filosofia ou teologia. Ele era também denominado de mestre.

Mestre da escola de ler e escrever: ou mestre da escola dos meninos. Era o responsável pelos ensinamentos básicos da escrita, da leitura e do cálculo dados aos filhos dos portugueses, mamelucos e índios que buscavam a formação jesuítica. Alguns coadjutores temporais também ocuparam esse cargo.

Prefeito da igreja: era o responsável pelo cuidado material de alguma das igrejas dos colégios e pela organização das cerimônias que nelas ocorriam. Cada colégio tinha sua igreja e seu prefeito da igreja.

Prefeito dos estudos: responsável pelo acompanhamento da formação dos estudantes da Companhia após o noviciado. A ele cabia o registro das aptidões e dificuldades de cada um.

Andar em missões: era a denominação dada ao ofício dos padres que andavam pelos engenhos e fazendas para evangelização da população rural. Em 1586, a partir da visita do P. Cristóvão de Gouveia, Roma solicitou ao provincial do Brasil que cada colégio tivesse ao menos um padre de muita confiança, ao qual devia ser dado um bom companheiro, para visitar cada ano os engenhos e fazendas para atender principalmente aos índios e negros da Guiné. Ele devia levar consigo um caderno para fazer, em cada engenho ou fazenda, um catálogo dos índios e negros: quantos havia, se eram batizados, casados, etc, atendendo a todos em confissão e casando os aptos para isso.²³⁶

Língua: era quem sabia a língua brasílica e estava em condições de trabalhar com os índios ou com eles trabalhava. Em alguns casos, também os intérpretes eram chamados de língua.

Companheiro: acompanhava algum padre para não deixá-lo ir sozinho. O provincial, em suas visitas, tinha sempre consigo um companheiro. O superintendente das aldeias também tinha um, que tinha que conhecer a língua brasílica, quando o superintendente não a conhecia. Os padres que residiam nos aldeamentos, sempre que andavam pelas casas dos índios, iam em dois. Às vezes, um deles tinha como cargo unicamente acompanhar os outros, era o companheiro. Da mesma forma, os padres que iam em missões por fazendas e engenhos ou

²³⁶ ANÔNIMO, Visitas dos padres visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral:269-270.

que adentravam os interiores para catequização dos índios, levavam consigo sempre outro jesuíta, o companheiro. Esse ofício às vezes era ocupado por algum coadjutor temporal.

Intérprete: era um bom conhecedor da língua brasílica que acompanhava algum padre, que não sabia a língua brasílica, em incursões catequéticas no meio dos índios, para traduzir suas falas e auxiliá-lo nas confissões. Coadjuutores temporais também ocuparam esse cargo.

3.2 - Ofícios ocupados pelos coadjutores temporais

Nos primeiros anos da presença jesuítica no Brasil, os coadjutores temporais também faziam pregações aos índios, sobretudo porque vários deles, recebidos à Companhia no Brasil, conheciam a língua brasílica bem melhor que os padres vindos da Europa. Posteriormente, a partir da metade da década de 1560, dado que eles não estudavam e não tinham formação suficiente, foram proibidos de ocupar-se com ministérios de conversão. A partir de então, eles passaram a ocupar-se quase que unicamente com ofícios manuais ou voltados para o cultivo da terra:

Porteiro: ofício exercido em algum dos colégios; cada colégio tinha o seu porteiro.

Alfaiate: responsável pela confecção das roupas dos jesuítas residentes em determinado colégio ou a ele pertencentes.

Sapateiro: responsável pela confecção e manutenção dos calçados dos jesuítas residentes em determinado colégio ou a ele pertencentes.

Arquiteto: projetava e dirigia as construções nos colégios ou residências jesuíticas.

Pedreiro: era quem erguia os prédios onde funcionavam os colégios e residências. Geralmente era auxiliado por operários leigos.

Pintor: geralmente cada colégio tinha o seu pintor.

Marceneiro: responsável pelas oficinas dos colégios, onde se confeccionavam móveis que se necessitavam no colégio ou nas residências a ele anexas.

Cozinheiro: responsável pelas refeições nos colégios e residências. A cozinha era uma área restrita aos jesuítas e cada colégio ou residência necessitava do seu cozinheiro jesuíta.

Dispenseiro: responsável pelo abastecimento da despensa dos colégios. Para isso responsabilizava-se por pomares e hortas e fazia freqüentes idas até as fazendas que forneciam a maior parte do alimento aos colégios. Somente os colégios tinham dispenseiro, dado que as residências viviam de esmolas.

Enfermeiro: responsável pelo cuidado dos jesuítas doentes e da população que procurava a botica do colégio.

Cuidar do gado: responsável pelos rebanhos que cada colégio tinha.

Capitão do navio: a partir da segunda metade de década de 1570, os jesuítas do Brasil passaram a ter um navio, cuja utilidade era levar o provincial em suas visitas às diversas residências e aldeamentos e, em outras ocasiões, transportar os produtos procedentes das fazendas que o colégio cultivava.

Porteiro do carro: cargo ocupado, em 1600, pelo Ir. Francisco Álvares, no Colégio da Baía.

Ajudante do procurador: auxiliava o procurador no que dizia respeito às suas ocupações materiais e administrativas.

3.3 - A atuação nos aldeamentos

Devido à importância que os aldeamentos assumiram na obra de conversão dos índios do Brasil, houve um crescente cuidado na manutenção deles e, a partir da década de 1560, tornaram-se o principal espaço de conversão, quase único, pois, afora os catequizados pelos engenhos e fazendas, todos os índios com os quais os inacianos entravam em contato eram reunidos em local apropriado para dar princípio a um aldeamento ou eram convencidos e inserir-se nalgum dos aldeamentos do litoral. Entre os ministérios que os padres desenvolviam nos aldeamentos, destacam-se as pregações, o atendimento em confissões, as missas, as procissões e as escolas de ler, escrever e contar, que eram, ao mesmo tempo, espaços de instrução catequética.²³⁷

Em virtude da importância do aldeamento na obra de conversão e do risco que a estadia ali significava para a vocação jesuíta, desenvolveu-se uma política de cuidado em relação aos jesuítas que deviam ser enviados para trabalhar neles. O superior geral de Roma, P. Cláudio Aquaviva recomendava, em 1587, que

“No conviene embiar imperfectos alas Aldeas, rezidencias, y misiones adonde los subjectos peligran mas, sino gente probada y qn no se puede embiar tal es mejor no embiar nadie. Y así se evitaren inquietaciones y moléstias entre los nros y escandalos con los de fuera y es mejor abraçar antes menos que poner con esso apeligro el buen nombre de la companhia” (AQUAVIVA, 1587a:89v-90).

Essa exigência, ao lado daquela da língua brasílica, fez com que faltassem muitas vezes missionários devidamente preparados para atuar nos aldeamentos, isso porque a residência jesuíta que neles se estabelecia seguia o modelo de qualquer outra, composta por, pelo menos, um superior e mais outro jesuíta, seu companheiro. Na verdade, a questão do número de jesuítas que deveriam residir em cada aldeamento foi assunto para muitas correspondências

²³⁷ Um detalhamento maior de todas as atividades desenvolvidas pelos jesuítas nos aldeamentos pode ser encontrado em LEITE, HCJB II, livro I.

entre os jesuítas do Brasil e as autoridades da Companhia de Roma, com opiniões divergentes. Por fim, em 1598, o superior geral da ordem, Claudio Aquaviva tentou encerrar a questão ordenando que “não residam em cada uma delas [aldeias] menos de 4 religiosos. Se não pode ser este número, que more nenhum nelas e que sejam visitadas em missões” (AQUAVIVA, 1598:237). Além disso, na mesma carta, ordena que o superior de cada aldeia não seja o que *ex professo* atenda os índios e que haja em cada um dos colégios um padre que tenha como único ofício visitar os aldeamentos, “andando em perpetua visita olhando assi o q toca aos nossos, como a conversão e conservação dos índios, vendo como se guardão as regras e disciplina religiosa. A estes terão sogeitos os superiores das Aldeas e residências em tudo, como oseus immediatos superiores” (Idem). Era o cargo de superintendente das aldeias, criado já na década de 1560, mas que não existia sempre.

Longe de encerrar as polêmicas em torno da residência dos jesuítas nos aldeamentos, essa ordenação chocou-se com diversas opiniões contrárias a ela no Brasil e foi tida por muitos como de difícil aplicabilidade. Respondendo a ela, o provincial do Brasil, P. Pero Rodrigues, escreveu, em 1600, os resultados obtidos com a tentativa de implantá-la. Acerca do número de jesuítas em cada aldeamento, argumenta que, pela falta de jesuítas preparados para isso, não poderia colocar em cada um dos aldeamentos quatro jesuítas e nem poderia tirar de todo os jesuítas de algum deles, pois

“1ª faremos nisto contra a palavra q’ demos no sertão a estes Índios de estar co’ elles, E contra a vontade del Rey, E dos capitães q’ nolos estregarão p os ensinarmos, E conservarmos. 2ª será isto largar a conversão do gentio do Brasil. Sobre o q’ estão fundadas as rendas dos collegios, e não sobre estudos. 3ª Tanto q’ desemparramos aos Índios, como algus’ homes’ desejão, logo são enganados, E cativos pellas casas dos portugueses. O q’ he e’ prejuízo dos mesmos, q’ se ajudão dos Índios forros contra os corsairos. 4ª Sostentar estas aldeas p visitas não he possível, pq’ como estão a 6, 10 e 14 legoas dos collegios, quando vão os padres achão crianças mortas sem bautismo, adultos se’ co’fissão, E os indios sem doutrina” (RODRIGUES, Pero, 1600c:196).

Quanto ao que tentou fazer acerca do superintendente das aldeas, relata:

“escolhi hu’ P. q’ parecia ter as partes necessárias pa este officio mas e’ poucos dias mostrou o contrario. E sabendo algus’ Padres antigos das aldeas, se enfadarão muito contudo mandeyo visitar hua’, mas ouve de ambas as partes muitos quexumes. pello q’ o Enviey a visitar as duas capitancias annexas a Este collegio E agora he superior de hua’ dellas. Não achey outro padre q’ parecesse quadrar co’ aprovação E forças

necessárias pa este cargo. Pello q' encarreguey aos Reitores visitasse' mais vezes as aldeas, ate avisar a V.P." (Idem:196-196v).

Por fim, acerca da ordem de negar ao superior do aldeamento o cuidado direto com os índios, argumenta:

Este ponto pareceo a meus consultores não se dever executar sem outro recado, pello muito alvoroço q' causaria e' toda a pvincia. E pello descrédito em q' os lingoas encorrerão co' os Índios, E pello conseguinte nhua autoridade terião co' elles, ne' os podião governar. Pello q' coube me avisar a V.P. Tem esta pvincia perto de 20 padres de obra de 60 anos de idade os quaes gastarão 30 e algus' 40 na conversão. Como quer V.P. q' estes padres os quaes co' muita edificação, proveito das almas, e honra da Companhia gastarão sua vida sendo sempre superiores assi da casa, como da aldeã, não se enfade' vendo se sogeitos a hu' padre mancebo q' antes veio de Portugal? Ou como o ey de aquietar se elle me disse q' não pode sofrer esta vida Eq' se quer vir pa o collegio?" (Idem:196v).

Essa era a situação dos jesuítas nos aldeamentos no final do século XVI e a questão ainda rendeu longas discussões nos princípios do século XVII.

3.4 - Expedições missionárias.

Além dos ofícios citados acima e com os quais se ocupavam os operários jesuítas na missão brasileira, alguns deles adentraram o interior do Brasil atrás dos índios tupi para catequizá-los ou para convencê-los a migrar para o litoral e ali inserir-se nos aldeamentos existentes. Em alguns casos, essas entradas foram apenas fruto do ardor missionário dos jesuítas e de seu desejo de propiciar a todos os índios o anúncio do evangelho. Em outros, era uma necessidade para a manutenção dos aldeamentos do litoral, pois o descimento dos índios do sertão era a única forma de abastecer de índios os aldeamentos do litoral, continuamente esvaziados por fugas, mortes e epidemias. Algumas dessas expedições de entrada tornaram-se conhecidas e até famosas e os inacianos se entusiasmavam com elas, pois eram a expressão mais evidente da vocação missionária de levar as palavras de Cristo a todos os povos da terra. Além dessas entradas feitas por iniciativa própria, os jesuítas acompanharam também várias expedições de conquista e exploração do interior. Aqui serão apresentadas as mais conhecidas.

Já em fins de 1553, o P. João Azpicuelta Navarro acompanhou, a pedido do governador geral, Tomé de Sousa, uma expedição de 12 homens, comandados por Francisco Espinhosa, saída da capitania de Porto Seguro e que penetrou o interior do atual estado de

Minas Gerais por vários meses, chegando até o rio São Francisco, em busca de ouro. Sua função nessa expedição era o atendimento espiritual aos que iam na expedição e o trato com as populações indígenas que encontravam pelo caminho.²³⁸ Em 1574, outros dois jesuítas, o P. João Pereira e o Ir. Jorge Velho, acompanharam outra expedição que também penetrou o interior do Brasil atrás de ouro. A expedição saiu da Baía e, depois de 14 meses, retornou com em torno de 400 índios, que foram inseridos nos aldeamentos locais. Ouro não encontraram, mas os jesuítas estavam satisfeitos pelo anúncio do evangelho que conseguiram fazer aos índios com os quais conseguiram dialogar.²³⁹

Em princípios de 1575, deu-se início à catequese dos índios Caeté, que residiam nas proximidades do rio Real, no atual estado de Sergipe. O objetivo era liberar o caminho por terra entre a Baía e Pernambuco, dificultado pela resistência dessa nação. Foram para lá o P. Gaspar Lourenço e o Ir. João Salóni, acompanhados por uma força militar de 20 soldados, enviada pelo governador da Baía, Luiz de Brito. Esses dois jesuítas, em visitas a dezenas de aldeias, dedicaram-se em convencer os Caeté a aceitar a catequese cristã e fundaram com eles alguns princípios de aldeamentos. Para consolidar a presença jesuítica na região, meses mais tarde, foram enviados para lá mais o P. João Pereira e o Ir. Pero Leitão. No entanto, a catequese foi interrompida em fins do mesmo ano, devido à tensão e conflitos entre os jesuítas, os colonos da Baía e os Caeté. O desfecho deu-se ainda no ano de 1575 e foi uma guerra comandada pelo governador Luiz de Brito, contra um índio principal chamado Aperiipê. Com ela, os índios das aldeias fundadas pelos jesuítas foram desbarratados e em torno de 1200 índios foram levados para as Aldeias Santiago e Espírito Santo, na Baía, quase todos vitimados, posteriormente, por epidemias.²⁴⁰

No interior da Baía, na Serra de Orobó, viviam os índios Arari. Até eles os jesuítas se dirigiram várias vezes ao longo do século XVI, para convencê-los a migrar até o litoral e inserir-se nos aldeamentos que ali estavam sob os cuidados dos índios. Uma das mais conhecidas entradas feitas até eles deu-se no ano de 1581, quando o P. Diogo Nunes e o estudante João Vicente Yate foram até suas aldeias e trouxeram algumas centenas deles para os aldeamentos da Baía.²⁴¹ Outras incursões missionárias para descimento desses índios foram feitas na década de 1590. Um delas deu-se por 1592, composta por quatro jesuítas, comandados pelo P. Antônio Dias. Mesmo diante do receio dos índios, temerosos de estarem sendo enganados e de tornarem-se escravos dos colonos na Baía, conseguiram convencer em

²³⁸ NAVARRO, 1555:244ss; ABREU, 1960; LEITE, HCJB II:172-174.

²³⁹ LEITE, HCJB II:175-176.

²⁴⁰ ANCHIETA, 1583b:172-174; LEITE, HCJB I:439ss.

²⁴¹ ANCHIETA, 1582:310-311.

torno de 400 a descer com eles até os aldeamentos do litoral. Ali, tornaram-se causa de um longo conflito judicial entre jesuítas e colonos, cujo desfecho foi uma ordem de instalá-los estrategicamente para servir de barreira contra os índios Aimoré.²⁴² Em 1598, novamente andavam em missão entre esses índios os padres Afonso Gago e Manuel Correia.²⁴³ Desconhecem-se os resultados dessa entrada.

Outro grupo indígena que despertou o interesse dos jesuítas foram os Amoipira, que residiam acima do Rio São Francisco. A primeira expedição missionária até eles foi organizada em 1598, composta por quatro jesuítas, os padres João Álvares e Pedro de Castilho, e os irmãos Luis Fernandes e José de Lima, mais 200 índios dos aldeamentos da Baía. A expedição saiu da Baía e, após seis meses de árdua caminhada, alcançou o Rio São Francisco, nas margens do qual residiam os Amoipira. Não conseguiram convencer mais que alguns principais deles a descer até o litoral, enviados pelos outros para verificar se era verdade que os índios viviam em liberdade e bem tratados nos aldeamentos. Após oito meses inseridos nos aldeamentos da Baía e estrategicamente bem tratados, organizou-se com eles outra incursão até os Amoipira, em 1599. Foram nessa expedição os padres Afonso Gago, João Álvares e Manuel Correia, mais o irmão Antonio Dias, além dos índios principais vindos na expedição anterior, presenteados com roupas e ferramentas, e cem índios dos aldeamentos. Dessa vez, conseguiram alcançar o Rio São Francisco em quatro meses, não sem custar a vida de alguns índios que os acompanhavam (morreram de fome e cansaço). A região em que viviam os Amoipira, estava, nesse ano, castigada por uma grande seca, o que aumentava a confiança dos padres de que dessa vez mais índios aceitariam descer com eles. Em 1600, a expedição ainda não estava de volta.²⁴⁴

Afora as expedições partidas da Baía, também da capitania do Espírito Santo os padres entravam sertão adentro em busca de índios tupi. A mais conhecida entrada feita nessa capitania deu-se em fins de 1595, quando o P. Domingos Garcia mandou dois índios, Miguel de Azevedo (Arco Grande) e Inácio de Azevedo, já cristãos, acompanhados por outros 30 índios, tupinaquins da Aldeia dos Reis Magos, a buscar seus parentes no sertão. Foram parte pelo Rio Doce e parte por terra e encontraram os seus parentes em duas aldeias. Após alguns meses, enfrentando fome, cansaço e tribos inimigas, retornaram, trazendo em torno de quatrocentos índios. Com eles veio um principal de outras quatro aldeias, curioso por saber se era verdade o que falavam dos padres e do bom tratamento que os índios recebiam nos

²⁴² RODRIGUES, Pero, 1599:474-474v.

²⁴³ Catálogo de 1598.

²⁴⁴ RODRIGUES, Pero, 1599:474v-475.

aldeamentos. Após permanecer alguns meses na Aldeia dos Reis Magos, tratado pelos jesuítas com todas as regalias, dirigiu-se ao sertão, levando outros cinco índios, disposto a trazer os parentes das aldeias que chefiava.²⁴⁵ Esse principal tinha por nome Jaguaraba (Cabelo de Cão). Ao descer com os seus, teve que enfrentar os índios Apiepetangas. Como estavam demorando a vir, foram ao encontro deles alguns índios da Aldeia dos Reis Magos, mandados pelo P. Garcia, que também tiveram que enfrentar os Apiepetangas. Após muitas dificuldades, chegou, enfim, boa soma deles, todos inseridos na Aldeia dos Reis Magos. Jaguaraba, no entanto, tinha morrido no trajeto.²⁴⁶

Da capitania de São Vicente, o olhar dos jesuítas voltava-se sobre os Carijó do sul. Desde os primeiros anos da presença no Brasil, os jesuítas alimentavam esperanças de ir catequizá-los, crenças de que eram mais aptos a receber os ensinamentos cristãos. No entanto, as circunstâncias não favoreceram essa ida.²⁴⁷ Em 1596, porém, após a unificação ibérica, que amenizou a preocupação com a questão dos limites, surgiu a oportunidade esperada pelos jesuítas. Nesse ano, chegou a São Vicente um navio que trazia aprisionados em torno de 40 índios Carijó. Para evitar conflitos com esses índios, o capitão do navio foi obrigado a restituí-los ao local onde foram aprisionados. Ele, porém, solicitou que fosse com ele algum jesuíta, para facilitar o trato da devolução. Foram os padres Agostinho de Matos e Custódio Pires que, em dezembro de 1596, chegaram à Laguna dos Patos, altura da atual cidade de Laguna, SC. Assim que aportaram, os padres levantaram uma cruz e propuseram-se a catequizar os índios das redondezas. Enviaram recado para o principal da região, por nome Tacaranha, para com ele tratar acerca da catequese. Foram por ele, e outros principais da região, bem recebidos, criando nos padres grandes esperanças de frutos com a evangelização. Os padres não se atreveram, porém, a ficar entre eles por não haver nenhuma povoação de portugueses nas proximidades, que lhes desse segurança.²⁴⁸

Também os Potiguara da Paraíba e Rio Grande do Norte estavam nos interesses dos jesuítas e desde as primeiras expedições de conquista, enviadas à região, fizeram-se presentes. Nas primeiras jornadas que empreenderam para a região, foram como acompanhantes de expedições de conquista portuguesas e nelas fica evidente a necessidade de conciliação de sua função de funcionários do rei português e colaboradores do seu projeto, e a de operários de Cristo, preocupados com a cristianização dos índios e salvação de suas almas. A primeira

²⁴⁵ RODRIGUES, Pero, 1597b:125v-126; RODRIGUES, Pero, 1599:473v.

²⁴⁶ LEITE, HCJB I:247.

²⁴⁷ As autoridades de Portugal e Roma se opunham à ida de jesuítas do Brasil para as terras que pertenciam à Espanha, pois isso poderia criar conflitos entre as duas coroas.

²⁴⁸ RODRIGUES, Pero, 1597:424v-425.

expedição de sucesso na conquista do Rio Grande do Norte e expulsão dos franceses da região, comandada pelo capitão da capitania de Pernambuco, Manoel Mascarenhas, auxiliado pelo capitão da capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, de fins de 1597, foi acompanhada pelos padres Francisco de Lemos, superior, e Gaspar de Semperes, seu companheiro. A principal função deles nessa jornada era o atendimento espiritual aos soldados e índios amigos que ajudavam na guerra, muitos deles vitimados por uma epidemia de varíola que atingiu a expedição, e o trato com os índios Potiguara em cuja terra se encontravam e que repetidamente empreendiam ataques contra os invasores portugueses, a fim de propor-lhes um acordo de paz. Ao mesmo tempo, aproveitavam qualquer oportunidade para pregar-lhes a doutrina cristã e para propor-lhes a conversão à fé católica. Após essa expedição de conquista e destruição das aldeias dos Potiguara, seguiu-se outra, em 1599, para negociação de paz com os Potiguara, dirigida pelo P. Francisco Pinto, acompanhado pelo P. Gaspar Samperes, o mesmo que participara na expedição anterior. A situação dos Potiguara nesta época não era das melhores, pois estavam grandemente reduzidos pela varíola e suas terras estavam castigadas por uma grande seca. Os dois padres iniciaram sua jornada no forte de Natal e, depois de conseguirem as pazes com os principais dos arredores, enfronharam-se pelos interiores, passando de aldeia em aldeia e trazendo consigo os caciques principais até a Serra de Capaoba, divisa entre Pernambuco e Paraíba, onde concluíram a negociação com uma solene cerimônia, na qual estavam presentes algumas autoridades portuguesas, a principal delas o capitão da capitania de Pernambuco, Manoel Mascarenhas, e várias autoridades dos Potiguara. Seladas as pazes, recolheram-se os jesuítas no Colégio de Pernambuco, ambos bastante doentes e fragilizados pelas agruras da jornada. Ali descansaram por 10 ou 12 dias e voltaram a pé para o forte do Rio Grande, visitando as aldeias para reafirmar as pazes que haviam estabelecido e para ocupar-se com a catequização dos índios. Em cada aldeia que passavam, levantavam cruzes, assinalando a posse do território pelo cristianismo.²⁴⁹ E de fato, a partir daí, os jesuítas não deixaram mais de fazer-se presentes entre os Potiguara do Rio Grande do Norte. Em 1600, andavam entre eles os padres Diogo Nunes e Gaspar Samperes.²⁵⁰

Houve outras entradas missionárias ao longo do século XVI, feitas a partir das capitanias em que os jesuítas atuavam. Aqui foram apresentadas apenas as principais.

²⁴⁹ RODRIGUES, Pero, 1599:475ss; PINTO, 1600.

²⁵⁰ Catálogo de 1600.



Mapa 2: Parte do Mapa Etnográfico organizado por João Américo Peret (1971), a partir do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju, indicando a localização dos diferentes grupos indígenas do Brasil e o ano aproximado em que foram contatados pelos brancos.

II – NOMES

Seguem os nomes dos jesuítas encontrados na documentação pesquisada como ingressados na província do Brasil ao longo do século XVI e alguns dados acerca de sua atuação na obra missionária do Brasil. Para a construção dessa breve trajetória biográfica sobre cada um deles, valemo-nos complementarmente dos catálogos e das cartas jesuíticas da época. Eles estão distribuídos por ano de ingresso na província do Brasil e distinguem-se os vindos da Europa já jesuítas dos recebidos no Brasil.²⁵¹ Na medida do possível, tentou-se mostrar sua idade, naturalidade e formação acadêmica, mas isso nem sempre foi possível por falta de informações encontradas na documentação pesquisada.²⁵²

1549

VINDOS DE PORTUGAL²⁵³

Manoel da Nóbrega - *padre*

Português. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 32 anos e cinco de Companhia. Vinha como superior do grupo jesuíta que iniciava a missão no Brasil.

Logo que aqui chegou, passou a pregar aos moradores de Salvador.²⁵⁴ Ao mesmo tempo, começou a visitar as aldeias indígenas das proximidades de Salvador para catequizar os índios²⁵⁵ e temporariamente residia entre eles. Ainda em 1549, começa a pregar periodicamente também aos moradores da capitania de Porto Seguro²⁵⁶. Em princípios de julho de 1551, dirigiu-se a Pernambuco com o P. Antônio Pires, para ali pregar a doutrina cristã aos portugueses e escravos índios.²⁵⁷ Por janeiro do ano seguinte, retornou à Baía²⁵⁸ e ali permaneceu até fins desse ano, quando partiu, na armada do Governador Tomé de Sousa, em visita às capitanias do sul, passando brevemente em cada uma delas, visitando e consolando os co-irmãos jesuítas que nelas residiam, até chegar à de S. Vicente, onde chegou

²⁵¹ Serafim Leite, no final do tomo I da HCJB, apresenta a lista de todas as expedições missionárias vindas ao Brasil ao longo do século XVI. Esta lista foi usada aqui para assinalar os provindos da Europa já jesuítas, afora poucos casos em que percebeu-se incorreções nela. Essas expedições saíram todas de Portugal, Lisboa.

²⁵² Alguns dos catálogos pesquisados indicam a diocese de origem dos jesuítas e apresentam sua formação. Outros trazem somente os nomes e seu ofício. Para conseguir dados mais completos sobre determinado nome, era necessário que ele constasse em vários catálogos, o que não ocorreu com todos.

²⁵³ A expedição que trouxe os primeiros jesuítas ao Brasil saiu de Lisboa a 01 de fevereiro de 1549 e chegou à Baía a 29 de Março do mesmo ano. Ela trouxe, também, o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa (NÓBREGA, 1549a:108ss).

²⁵⁴ NÓBREGA, 1549a:110.

²⁵⁵ NÓBREGA, 1549c:139.

²⁵⁶ NAVARRO, 1550:184.

²⁵⁷ PIRES, Antônio, 1551:261.

²⁵⁸ PIRES, Antônio, 1552:323.

por fevereiro de 1553²⁵⁹. Ali organizou as atividades missionárias dos jesuítas, ao mesmo tempo que pregava à população colonial. Em julho do mesmo ano é nomeado provincial do Brasil.²⁶⁰ Por fins de agosto de 1553, dirige-se, com um grupo de jesuítas ao Campo de Piratininga, iniciando ali intensa atividade de catequese dos índios²⁶¹ e fundando, a 25 de janeiro de 1554, a residência jesuítica São Paulo de Piratininga.²⁶² Nela residia temporariamente; outra parte do tempo residia na residência de São Vicente ou andava em missões pelo interior. Permaneceu na capitania de São Vicente até maio de 1556, quando empreende viagem à Baía, passando em visita às capitanias do Espírito Santo e Porto Seguro, para apresentar aos jesuítas, que nelas residiam, as Constituições da Companhia de Jesus.²⁶³ Chegou à Baía em fins de julho de 1556. Ali passou a ocupar-se com a doutrinação dos índios e com instruções aos jesuítas sobre as Constituições da Companhia. Também visitava as aldeias²⁶⁴ dos arredores de Salvador e, temporariamente, residia em algum aldeamento, como em agosto de 1557, quando residiu na Aldeia do Rio Vermelho²⁶⁵ e em setembro de 1558, na Aldeia de S. Paulo.²⁶⁶ Em 1560, magro e doente, acompanhou Mem de Sá na empresa de expulsão dos franceses no Rio de Janeiro.²⁶⁷ Em seguida, dirigiu-se à capitania de São Vicente, onde continuava em princípios de 1563, ocupando-se com confissões, pregações e visitas a aldeias, engenhos e vilas do interior da capitania.²⁶⁸ Em abril de 1563, tomou por companheiro e intérprete o Ir. José de Anchieta e empreendeu uma jornada de negociação de paz com os Tamoio do Rio de Janeiro. Por dois meses permaneceu refém entre eles em Iperoig, em troca de alguns índios Tamoio, dados como reféns aos portugueses de São Vicente. De volta a São Vicente, estabeleceu ali as pazes entre Tamoios e Tupinaquins.²⁶⁹ A partir de 1567, passou a residir no Rio de Janeiro, onde tornou-se o primeiro reitor do Colégio

²⁵⁹ ANÔNIMO, 1553:426ss.

²⁶⁰ LOYOLA, 1553:510. Essa carta é, também, o documento fundador da Província jesuítica do Brasil. Antes disso, a missão brasileira era dependente da província de Portugal. Nóbrega, porém, recebeu essa carta quase dois anos depois. Cf. LEITE, HCJB II: 457.

²⁶¹ NÓBREGA, 1553c:496; CORREIA, 1554:66.

²⁶² ANCHIETA, 1554a:105 e 110.

²⁶³ BLAZQUEZ, 1556b:297ss.

²⁶⁴ O termo “aldeia”, como visto na primeira parte, em alguns casos, é sinônimo de “aldeamento”, dado que na documentação ele é usado indistintamente para designar tanto os povoados indígenas de criação jesuítica, quanto as povoações espontâneas dos índios. Cf. parte I.

²⁶⁵ NÓBREGA, 1557a:399.

²⁶⁶ PIRES, Antônio, 1558b:471.

²⁶⁷ ANCHIETA, 1560:268.

²⁶⁸ ANCHIETA, 1562:453; ANCHIETA, 1563:557.

²⁶⁹ ANCHIETA, 1565a:122ss.

ali fundado.²⁷⁰ Ali permaneceu, ocupado com o cargo de reitor do colégio e com pregações à população local, até sua morte, em Outubro de 1570.²⁷¹

Formação: estudou línguas latinas e o curso de direito canônico.

Antônio Pires - padre

Português, nascido em Castelo Branco. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 30 anos.

Sua primeira ocupação ao chegar ao Brasil foi a de pregador e confessor em Salvador. Além disso, desde logo dedicou-se à catequização dos índios em visitas a aldeias nas proximidades de Salvador.²⁷² Também exercia atividades de carpinteiro e dirigiu a construção de uma igreja em Salvador. Em meados de 1551, foi, com Nóbrega, a Pernambuco, para atender espiritualmente os índios e portugueses daquela capitania. Para melhor entender-se com os índios, trazia consigo algumas orações e alguns sermões escritos na língua brasílica, na qual estava se exercitando.²⁷³ Com o retorno de Nóbrega à Baía, em janeiro de 1552, ficou sozinho em Pernambuco, confessando, pregando e visitando algumas aldeias dos arredores de Olinda. Atendia, também, os escravos da Guiné, rezando-lhes missa, fazendo procissões com eles e ensinando-lhes a doutrina cristã.²⁷⁴ Em fins de 1553, voltou para a Baía e dali foi chamado por Nóbrega a São Vicente, mas por falta de embarcações não conseguia ir e ficou na Baía, ocupando-se com ofícios de casa, confissões, visitas a enfermos e presos.²⁷⁵ Posteriormente foi residir na Aldeia de São Sebastião, a meia légua de Salvador, onde estava em princípios de 1556, juntamente com o P. João de Azpicuelta Navarro; viviam de esmolas recebidas dos índios e preparavam os índios para o batismo, administravam uma escola de ler e escrever e visitavam as aldeias dos arredores.²⁷⁶ Por julho de 1556, assumiu o cargo de reitor e ministro do Colégio da Baía.²⁷⁷ Manteve o cargo até por meados de 1558, pois a partir de setembro desse ano, passou a residir na Aldeia São João, recentemente fundada e dali ia aos domingos rezar missa na Aldeia Espírito Santo.²⁷⁸ Por setembro de 1560, foi nomeado vice-provincial e passou a acompanhar o provincial, P. Luís da Grã, em visitas aos

²⁷⁰ ANCHIETA, 1584c:58.

²⁷¹ ANÔNIMO, Menologio – Bras.14II, fols.52-53.

²⁷² NÓBREGA, 1549c:139.

²⁷³ PIRES, Antônio, 1551:261-262.

²⁷⁴ PIRES, Antônio, 1552:325.

²⁷⁵ GRÃ, 1554b:136-137.

²⁷⁶ BLAZQUEZ, 1556a:267 e 269.

²⁷⁷ BLAZQUEZ, 1557a:347.

²⁷⁸ PIRES, Antônio, 1558b:471; BLAZQUEZ, 1559a:131.

aldeamentos e em jornadas missionárias de fundação de outros.²⁷⁹ A partir de março de 1561, participou da fundação da Aldeia de S. Cruz, na Ilha de Itaparica.²⁸⁰ Após a extinção da aldeia, voltou ao Colégio da Baía, onde era mestre dos noviços em 1564.²⁸¹ Em 1566, assumiu novamente o cargo de vice-provincial e tornou-se, além disso, superintendente das Aldeias. Em virtude desse cargo, sua ocupação passou a ser visitar periodicamente os padres que residiam nos aldeamentos, tendo por companheiro e língua o P. Gaspar Lourenço.²⁸² Em 1570, assumiu interinamente como provincial por nove meses.²⁸³ Faleceu na Baía em março de 1572.²⁸⁴

Formação: não era de muita formação acadêmica; o catálogo de 1568, diz que não estudou letras.

Leonardo Nunes - padre

Português, da diocese da Guarda. Veio ao Brasil já padre, não se sabe com que idade.

Logo que aqui chegou, foi enviado por Nóbrega, a Ilhéus e Porto Seguro para confessar os cristãos destas capitâneas,²⁸⁵ mas ficou pouco tempo nelas e foi, após breve passagem pela capitania do Espírito Santo, a São Vicente, onde chegou ainda em 1549.²⁸⁶ Ali, após pregar algum tempo aos moradores da vila, tomou dois dos principais línguas da terra e empreendeu uma visita aos Campos de Piratininga para atender aos cristãos que lá moravam. Construiu com eles uma igreja e estendeu suas pregações em visitas a várias aldeias indígenas dos arredores.²⁸⁷ Repetiu essa visita ao interior da capitania por diversas vezes, interessado principalmente na catequese dos índios. Quando estava na vila de São Vicente, ocupava-se tanto no atendimento aos portugueses como com a catequese dos índios e fundou ali uma escola de ler e escrever para os meninos índios, freqüentada também por filhos de portugueses e por alguns órfãos vindos de Portugal. Pregava, também, na Vila de Santos, em visitas que para ali fazia e recebeu na casa de São Vicente alguns candidatos à Companhia de Jesus.²⁸⁸ Após ouvir falar dos índios Carijó, passou a arquitetar planos de ir doutriná-los, por parecerem-lhe mais aptos ao cristianismo.²⁸⁹ As circunstâncias não favoreciam sua ida, mas em

²⁷⁹ PEREIRA, 1560:288; PIRES, Antônio, 1560:315.

²⁸⁰ BLAZQUEZ, 1561:406.

²⁸¹ BLAZQUEZ, 1564b:89.

²⁸² GONÇALVES, Amaro, 1568:442; Catálogo de 1568.

²⁸³ ANCHIETA, 1584c:58.

²⁸⁴ LEITE, 1953:240.

²⁸⁵ NÓBREGA, 1549b:128.

²⁸⁶ NÓBREGA, 1550:161.

²⁸⁷ NUNES, 1550:207. O local onde construiu a igreja devia ser na principiante vila de S. André.

²⁸⁸ CORREIA, 1551a:226; NUNES, 1551:233 e 236.

²⁸⁹ NUNES, 1552:337ss.

princípios de 1553, surgiu uma oportunidade de ir até eles: “partió para el Rio de los Patos, el qual mando allá P^e. Nóbrega a ruegos del Governador para hazer venir unas personas, nobles castellanos, los quales perdiéndose la armada y navios avían venido alli” (ANÔNIMO, 1553:431). Nessa ida, porém, não conseguiu ocupar-se com os índios, pois teve que retornar logo. Ainda no mesmo ano, fez uma jornada à Baía, enviado por Nóbrega, para buscar alguns dos jesuítas dali para São Vicente.²⁹⁰ Na viagem de retorno, foi parando em cada capitania, visitando e consolando os jesuítas que nelas residiam e trocando alguns deles. Posteriormente, tornou-se o primeiro procurador do Brasil e, em viagem empreendida a Portugal, para levar informações da missão brasileira e para tratar de algumas questões referentes a ela,²⁹¹ sofreu um naufrágio, no qual faleceu em fins de junho de 1554

Formação: desconhece-se sua formação. Era cantor e músico.

João de Azpicuelta Navarro - padre

Espanhol, nascido em Navarra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 27 anos.

Sua primeira ocupação no Brasil foi a de pregar em Salvador e a de ensinar a doutrina católica aos índios em visitas a algumas aldeias das proximidades. Também ocupou-se, desde logo, com a aprendizagem da língua brasílica.²⁹² Em 1550, mudou-se para a capitania de Porto Seguro, interessado principalmente na catequese dos índios. Para melhor instruir os meninos índios, criou uma casa para eles e ali recolhia-os e cuidava deles; também visitava as aldeias dos arredores, acompanhado pelo Ir. Vicente Rodrigues.²⁹³ Além disso, continuava investindo na aprendizagem da língua brasílica, auxiliado por um “hombre de buenas partes, antigo en la tierra, y tenia don de escrever la lengua de los índios” (NAVARRO, 1551:279). Com a ajuda desse homem, traduziu algumas orações e sermões para a língua brasílica, usados também pelos outros padres na catequização dos índios.²⁹⁴ Por princípios de 1551, voltou para a Baía, onde dedicou-se ao atendimento espiritual dos cristãos de Salvador, quando não andava pelas aldeias dos arredores, ensinando a doutrina cristã aos índios e

²⁹⁰ Os jesuítas que trouxe da Baía foram: P. Vicente Rodrigues, Ir. José de Anchieta, P. Brás Lourenço, Ir. Antônio Blazquez e um outro irmão; desses, Antônio Blazquez ficou em Porto Seguro e no lugar dele embarcou Gregório Serrão, Brás Lourenço ficou no Espírito Santo e no lugar dele embarcou o P. Afonso Brás. Além desses jesuítas, trazia o mesmo tanto de órfãos vindos de Portugal (LOURENÇO, 1554:39 e 45).

²⁹¹ “A fim de poder lá haver conhecimento mais exacto e mais certo das coisas que se fazem cá” (ANCHIETA, 1554a:104).

²⁹² NÓBREGA, 1549a:110-112; NAVARRO, 1550:183.

²⁹³ NAVARRO, 1551:277-8.

²⁹⁴ Idem:279; PIRES, Antônio, 1551:252.

batizando os que considerava aptos para isso.²⁹⁵ Também tinha a seu cargo a escola de meninos, “assí para los doctrinar em lo spiritual como en leer y escrever y en las oraciones de la lengua” (RODRIGUES, Vicente, 1552a:311). Em princípios de 1552, retornou a Porto Seguro, para o atendimento espiritual dos portugueses e índios.²⁹⁶ Por meados de dezembro de 1553, acompanhou, a pedido do Governador, uma expedição portuguesa que entrou sertão adentro de Porto Seguro em busca de ouro. Atendia espiritualmente aos soldados e pregava a doutrina cristã aos índios com os quais entravam em contato.²⁹⁷ Voltou da expedição por volta de maio de 1555²⁹⁸ com a saúde fragilizada e, após restabelecer-se, passou a residir, junto com o P. Antônio Pires, na Aldeia de São Sebastião, a meia légua de Salvador. Ali continuava em fins de 1556, administrando a escola de ler e escrever e visitando outras aldeias dos arredores.²⁹⁹ Faleceu no Colégio da Baía em Abril de 1557³⁰⁰.

Formação: desconhece-se sua formação. Aprendeu a língua brasílica.

Vicente Rodrigues - padre

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil como irmão, com aproximadamente 21 anos.

Sua primeira missão no Brasil foi a de ensinar a doutrina cristã aos meninos na escola de ler e escrever da Baía, o que passou a fazer logo que aqui chegou.³⁰¹ Além da educação dos meninos, visitava algumas aldeias indígenas nas proximidades de Salvador e, ao menos periodicamente, residia numa delas.³⁰² Também ocupava-se com tarefas ligadas ao cultivo da terra.³⁰³ Em 1550, foi enviado por Nóbrega, juntamente com o P. João Azpicuelta Navarro, para Porto Seguro. Ali ajudou a fundar a casa de Nossa Senhora da Ajuda e, por meados de 1551, voltou à Baía para encarregar-se novamente do ensino dos meninos e a catequese dos índios dos arredores da cidade.³⁰⁴ Em meados de 1552, estava algumas léguas Baía adentro, visitando algumas aldeias indígenas, pregando aos índios na língua brasílica.³⁰⁵ Em julho de 1553, já padre, continuava nesse mesmo trabalho,³⁰⁶ mas, em meados de outubro desse ano,

²⁹⁵ NAVARRO, 1551:280-283.

²⁹⁶ ANÔNIMO, 1553:427.

²⁹⁷ LOURENÇO, 1553:516; NAVARRO, 1555:244ss.

²⁹⁸ PIRES, Ambrósio, 1555:233.

²⁹⁹ BLAZQUEZ, 1556a:267 e 269; BLAZQUEZ, 1557a:354.

³⁰⁰ BLAZQUEZ, 1557c:394.

³⁰¹ NÓBREGA, 1549a:110.

³⁰² NÓBREGA, 1549c:139 e 141.

³⁰³ NÓBREGA, 1549b:131.

³⁰⁴ NAVARRO, 1551:280.

³⁰⁵ PIRES, Francisco, 1552:397; RODRIGUES, Vicente, 1552:410.

³⁰⁶ LOURENÇO, 1553:517.

partiu com o P. Leonardo Nunes para São Vicente,³⁰⁷ onde participou, em janeiro de 1554, da fundação da residência e colégio de S. Paulo, em Piratininga.³⁰⁸ Logo depois disso, foi residir no povoado de Maniçoba, a 50 léguas de Piratininga, com o cargo de intérprete.³⁰⁹ Ficou ali até princípios de 1555, quando os jesuítas dali foram expulsos pelos índios, em virtude de uma epidemia.³¹⁰ Passou, então, a residir em São Vicente e atender espiritualmente portugueses e índios nas vilas e engenhos dos arredores.³¹¹ Continuava com essas mesmas ocupações em junho de 1565, mas, por fins de 1566, quando da visita do P. Inácio de Azevedo, estava no Rio de Janeiro, acompanhando a fundação da vila de São Sebastião.³¹² Por esse mesmo tempo, foi transferido para a residência de Piratininga, a fim de assumir o cargo de superior da residência e doutrinar os índios dos arredores em visitas a suas aldeias.³¹³ Continuava nesse cargo e ocupações em meados de 1570³¹⁴. Em 1574, era confessor e prefeito da igreja no Colégio da Baía. Ali continuava em 1584, com o ofício de prefeito das coisas espirituais, dos enfermos e da igreja. Por essa mesma época, solicitava ser enviado de volta a Portugal, pois alimentava a “a pretensão de morrer em Portugal. E diz que tem medo de ficar louco neste Brasil, com imaginações” (ANCHIETA, 1584a:362). No entanto, permaneceu no Brasil e, em 1586, era confessor dos de casa e igreja e prefeito das coisas espirituais no Colégio do Rio de Janeiro, cargo que mantinha ainda em janeiro de 1600. Em julho desse mesmo ano, faleceu no Colégio da Baía. Contava aproximadamente 72 anos.

Formação: estudou gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Estudou e aprendeu a língua brasílica.

Diogo Jácome - *padre*

Português. Veio ao Brasil como coadjutor temporal, não se sabe com que idade. Posteriormente foi ordenado sacerdote.

Pouco após sua chegada ao Brasil, foi enviado por Nóbrega, juntamente com o P. Leonardo Nunes, para Ilhéus e, logo depois, para Porto Seguro.³¹⁵ Também acompanhou o P. Leonardo Nunes na sua ida a S. Vicente, onde estava em 1551, ocupado em tomar conta da

³⁰⁷ LOURENÇO, 1554:45.

³⁰⁸ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³⁰⁹ CORREIA, 1554:71.

³¹⁰ ANCHIETA, 1555:209.

³¹¹ Catálogo de 1558:460; ANCHIETA, 1562:452-454.

³¹² ANÔNIMO, Visitas dos Padres Visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral:248v-249.

³¹³ FERNANDES, Baltasar, 1567:424ss.

³¹⁴ ANCHIETA, 1570:271.

³¹⁵ NÓBREGA, 1549a:114.

casa, enquanto o P. Leonardo Nunes andava em jornadas catequéticas.³¹⁶ Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência e colégio de S. Paulo, em Piratininga, tornando-se dos primeiros estudantes dali.³¹⁷ Permaneceu nas residências de Piratininga e São Vicente por vários anos, ocupando-se, principalmente, com o cuidado e sustento das casas. Em princípios de 1560, por exemplo, distribuiu rosários aos moradores de Piratininga, feitos por ele e outros irmãos, em troca de esmolas para o sustento da casa.³¹⁸ Por setembro de 1562, foi enviado à Baía para ser ordenado padre.³¹⁹ Em março do ano seguinte, já padre, estava em Ilhéus, juntamente com o P. Luís Rodrigues, confessando e doutrinando os moradores da vila e atendendo, na língua brasílica, os escravos índios espalhados pelos engenhos e fazendas.³²⁰ Permaneceu nessas ocupações até princípios de 1565, quando acompanhou o P. Manoel de Paiva para a capitania do Espírito Santo, onde foi residir, juntamente com o Ir. Pero Gonçalves, na Aldeia Nossa Senhora da Conceição.³²¹ Ao dedicar-se aos índios dessa aldeia, infestados por uma epidemia de varíola, foi contagiado pela mesma doença e ali faleceu em abril de 1565.³²²

Formação: a única referência encontrada sobre sua formação é do P. José de Anchieta: “estudou alguns anos gramática com muita diligencia e trabalho, posto que pouco ajudado de engenho e memória, para poder ser sacerdote e ajudar os índios. Posto que neste estudo trabalhou muito, contudo muito mais trabalhava por saber a língua da terra, e assim soube dela o que bastava para ensinar os índios e aparelhá-los para o batismo e ouvir suas confissões (ANCHIETA, 1596b:120).

RECEBIDOS NO BRASIL

Simão Gonçalves³²³ - *coadjutor temporal*

Recebido na Baía. Não se sabe sua origem nem idade.

Sua primeira ocupação na Companhia foi ajudar o Ir. Vicente Rodrigues na educação dos meninos na escola de ler e escrever na Baía. Com a chegada do P. Afonso Brás, em 1550, acompanhou-o para Ilhéus, depois para Porto Seguro e, em meados de 1551, para a capitania

³¹⁶ JÁCOME, 1551:243.

³¹⁷ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³¹⁸ ANCHIETA, 1560:256.

³¹⁹ VALE, 1563:5.

³²⁰ RODRIGUES, Luís, 1563:534-535.

³²¹ COSTA, 1565:266.

³²² *Idem*: 270-271.

³²³ Houve outro Simão Gonçalves, vindo de Portugal em 1577. Não confundir. Também não confundir com o P. Simeão Gonçalves, recebido em 1554.

do Espírito Santo.³²⁴ Permaneceu ali ao menos até abril de 1555,³²⁵ mas sem indicações dos ofícios que desempenhava. Em junho de 1556, estava numa das três residências da capitania de S. Vicente: São Paulo, Gerebatiba ou S. Vicente.³²⁶ Essa é a última referência a ele.

Mateus Nogueira – *coadjutor temporal*

Português, não se sabe sua diocese de origem, nem idade. Foi recebido na capitania do Espírito Santo por fins de 1549, quando da passagem do P. Leonardo Nunes, com quem seguiu para S. Vicente. Tinha já certa idade e era ferreiro, ofício que também exerceu dentro da Companhia.³²⁷ Em 1553, estava em São Vicente, ajudando no sustento da casa dos meninos por meio da fabricação de ferramentas que trocava por mantimentos.³²⁸ Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência e colégio de São Paulo, em Piratininga³²⁹ e ali permaneceu, fabricando ferramentas para os índios em troca de mantimentos para o sustento da casa.³³⁰ Além disso, cuidava do cultivo e criação nas terras pertencentes à Companhia.³³¹ Em 1558, continuava ainda em Piratininga, ocupado com os mesmos ofícios.³³² Ali faleceu em janeiro de 1561.³³³

1550

VINDOS DE PORTUGAL³³⁴

Afonso Brás - *padre*

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 25 anos.

Sua primeira missão no Brasil, logo ao chegar, foi a de atender a população colonial de Ilhéus. Depois disso, em fins de 1550, foi com o Ir. Simão Gonçalves para Porto Seguro, onde ficou em torno de quatro meses, confessando e ensinando a doutrina cristã. Seguiu, então, por fins de Março de 1551, novamente acompanhado pelo Ir. Simão Gonçalves, para a

³²⁴ BRÁS, 1551:274; PIRES, Antônio, 1551:260.

³²⁵ GRÃ, 1555:224.

³²⁶ GRÃ, 1556:287.

³²⁷ VASCONCELOS, 1977:206 – v.1.

³²⁸ NÓBREGA, 1553c:503.

³²⁹ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³³⁰ ANCHIETA, 1554a:112.

³³¹ NÓBREGA, 1556a:282.

³³² Catálogo de 1558:461; ANCHIETA, 1560:268.

³³³ ANCHIETA, 1561:381.

³³⁴ A expedição na qual vieram estes jesuítas, saiu de Lisboa a 07 de janeiro de 1550 (DOMENECH, 1550:171). Não se sabe, porém, a data precisa de sua chegada ao Brasil.

capitania do Espírito Santo.³³⁵ Ali, além de ocupar-se com o atendimento espiritual dos moradores locais e com a instrução e catequese dos índios espalhados pelas fazendas e engenhos, começou a construção de uma residência para jesuítas.³³⁶ Em meados de 1551, funda em Vitória uma confraria de meninos, que recebeu a denominação de Colégio de Santiago.³³⁷ Por fins de novembro de 1553, embarcou para São Vicente, onde, em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de São Paulo, em Piratininga e ali permaneceu como mestre de obras.³³⁸ Continua ali 1556, trabalhando na construção de uma nova igreja para o colégio,³³⁹ e em 1560, doutrinando índios e ajudando-os a construir casas de taipas, mais duradouras que as suas de palha.³⁴⁰ Anos depois, mudou-se para a residência de São Vicente, onde se encontrava em fins de 1567, ocupado em pregar aos moradores da vila e catequizando índios dos arredores.³⁴¹ Permaneceu nessas ocupações com portugueses e índios na capitania de São Vicente por vários anos.³⁴² Em 1574, residia no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1584, estava novamente em São Vicente e, em 1586, de volta ao Colégio do Rio de Janeiro, onde exercia o ofício de confessor. Ali permaneceu o restante do século XVI, somente em 1600 foi transferido para Piratininga, para ali exercer o cargo de confessor.

Formação: estudou algum tempo gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Francisco Pires - padre

Português, da diocese da Guarda. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 26 anos.

Pouco depois de chegar ao Brasil, foi enviado para Porto Seguro, onde passou a pregar aos moradores da vila e a catequizar os índios das aldeias dos arredores. Em suas visitas às aldeias, trouxe alguns meninos índios que passou a instruir na vila de Porto Seguro.³⁴³ Em meados de 1552, estava na Baía³⁴⁴ e, em inícios de 1553, chegou com Nóbrega a São Vicente, onde ficou encarregado da instrução dos meninos da escola de ler e escrever.³⁴⁵ Um ano depois, encontrava-se no incipiente povoado de Maniçoba, doutrinando índios, juntamente

³³⁵ BRÁS, 1551:273-275.

³³⁶ Idem; PIRES, Antônio, 1551:260.

³³⁷ NÓBREGA, 1552:353; Monumenta I, p.275, nota 10.

³³⁸ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³³⁹ GRÃ, 1556:287; ANCHIETA, 1556:315.

³⁴⁰ ANCHIETA, 1560:256-260.

³⁴¹ FERNANDES, Baltasar, 1567:424; Idem, 1568:459.

³⁴² ANCHIETA, 1570:271.

³⁴³ PIRES, 1551:260.

³⁴⁴ NÓBREGA, 1552:353.

³⁴⁵ ANÔNIMO, 1553:426ss.

com o P. Vicente Rodrigues, o Ir. Gregório Serrão e outros.³⁴⁶ Por inícios de 1555, devido a uma epidemia que deu no povoado, foi expulso dali pelos índios, juntamente com Ir. Vicente Rodrigues,³⁴⁷ e voltou para a Baía. Ali permaneceu pouco tempo e enviado à capitania do Espírito Santo, onde se encontra em maio de 1557, atendendo os moradores de Vitória e visitando aldeias de índios para pregar-lhes a doutrina cristã, por meio do intérprete Gonçalo Alvarez.³⁴⁸ Por princípios de 1559, retornou à Baía e ali assumiu a escola de ler e escrever para meninos índios e brancos.³⁴⁹ Aproximadamente um ano depois, tornou-se o reitor do Colégio da Baía.³⁵⁰ Não ficou no cargo por muito tempo e foi residir em algum dos aldeamentos da Baía.³⁵¹ Posteriormente, passou para a capitania de Ilhéus, onde estava em meados de 1565, como superior da residência e ocupado com pregações e confissões.³⁵² Permaneceu ali por vários anos, voltando depois para a Baía. Em junho de 1574, residia numa Aldeia da Baía e, em janeiro de 1584, residia em Porto Seguro. Em 1586, estava, mais uma vez, no Colégio da Baía, enfermo de febre tísica e ali faleceu, em janeiro do mesmo ano.³⁵³

Formação: estudou quatro anos a língua latina e dois anos casos de consciência. Não chegou a aprender a língua brasílica.

Manuel Paiva - padre

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 42 anos.

Logo após chegar ao Brasil, foi enviado para a capitania de Ilhéus, mas, em 1551, estava já de volta à Baía, onde assumiu o cargo de reitor do Colégio.³⁵⁴ Permaneceu pouco tempo neste cargo, pois em princípios de 1552, acompanhou o P. Nóbrega até a capitania de São Vicente. Ali, em janeiro de 1554, participou da fundação da residência São Paulo de Piratininga, e nela permaneceu com o cargo de superior,³⁵⁵ mas não por muito tempo, pois em setembro deste mesmo ano de 1554, estava na Vila de São Vicente, pregando e confessando a população local.³⁵⁶ Ali permaneceu, ocupado principalmente com o atendimento espiritual à população branca, até 1560, quando acompanhou a expedição de guerra contra os Tamoio,

³⁴⁶ CORREIA, 1554:66.

³⁴⁷ ANCHIETA, 1555b:209.

³⁴⁸ PIRES, Francisco, 1557:373.

³⁴⁹ BLAZQUEZ, 1559a:131.

³⁵⁰ PEREIRA, 1560:288.

³⁵¹ VALE, 1562:495.

³⁵² RODRIGUES, Jorge, 1565:278.

³⁵³ ANCHIETA, 1596b:121.

³⁵⁴ RODRIGUES, Vicente, 1552a:311; PIRES, 1551:260-261.

³⁵⁵ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³⁵⁶ ANCHIETA, 1554b:122.

saída de São Vicente, para atender espiritualmente os soldados, confessando-os e rezando-lhes missas. Atendia também os índios cristãos que iam na expedição, auxiliado pelo Ir. Gregório Serrão, que era o língua que levava.³⁵⁷ Por setembro de 1562, dirigiu-se à Baía, onde tornou-se, por algum tempo, o reitor do Colégio.³⁵⁸ Em princípios de 1564, foi enviado para a capitania do Espírito Santo, ficando ali encarregado pela instrução dos escravos distribuídos pelos engenhos e fazendas. Também fazia pregações e confissões na vila de Vitória e visitava as aldeias dos índios das proximidades.³⁵⁹ Permaneceu ali e nestes ofícios o restante de sua vida. Faleceu em dezembro de 1584.

Formação: estudou a língua latina e casos de consciência. Embora trabalhasse bastante com índios, não chegou a verdadeiramente aprender a língua brasílica.³⁶⁰

Salvador Rodrigues - padre

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 35 anos.

Pouco depois de chegar ao Brasil, passou a ficar doente e sofrer com febres (sezonismo). Em meados de 1551, estava na Baía, encarregado da visita e catequese dos índios dos arredores de Salvador. Nesse tempo, tinha a seu cargo a instrução e sustentação dos meninos recolhidos na residência de Salvador.³⁶¹ Permaneceu nestes ofícios até sua morte, em agosto de 1553.³⁶² Foi o primeiro jesuíta a morrer no Brasil.

RECEBIDOS NO BRASIL

Manuel de Chaves - padre

Português, da diocese do Porto. Foi recebido na Companhia como coadjutor temporal em São Vicente, com aproximadamente 36 anos. Posteriormente foi ordenado sacerdote.

Permaneceu por alguns anos em S. Vicente, trabalhando na conversão de índios por meio de visitas a suas aldeias, dado que conhecia bem a língua brasílica. Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de São Paulo, em Piratininga e ali ficou por vários anos, ocupado com ofícios manuais de sustentação da casa e com a catequese dos índios.³⁶³ Também estudava latim. Por meados de 1562, dirigiu-se à Baía para complementar seus

³⁵⁷ ANCHIETA, 1596b:123; Câmara de S. Paulo, 1561:345.

³⁵⁸ ANCHIETA, 1584c:58.

³⁵⁹ COSTA, 1565:266-267.

³⁶⁰ ANCHIETA, 1596b:123.

³⁶¹ RODRIGUES, Vicente, 1552a:311.

³⁶² BLAZQUEZ, 1554:56; GRÁ, 1554a:145.

³⁶³ Catálogo de 1558:460; ANCHIETA, 1560:256, 260 e 268.

estudos e ser ordenado sacerdote.³⁶⁴ Em fins de 1567, já padre, estava novamente em Piratininga, ocupado com a catequese indígena por meio de visitas às aldeias dos arredores.³⁶⁵ Permaneceu nessa residência e nessa ocupação ao menos até princípios de 1584. Em 1586 estava na residência de São Vicente, onde era consultor e confessor dos de casa, além de ocupado no atendimento a índios. Em 1589, estava novamente em Piratininga, ajudando no atendimento às Aldeias de São Miguel e Nossa Senhora. Ali faleceu em janeiro de 1590.³⁶⁶

Formação: estudou algum tempo gramática latina e casos de consciência. Foi dos melhores conhecedores da língua brasílica.

Pero Correia³⁶⁷ - *coadjutor temporal*

Português. Estava no Brasil desde 1534.³⁶⁸ Foi recebido na Companhia em São Vicente, não se sabe com que idade. Sabia muito bem a língua brasílica.

Sua primeira missão na Companhia foi a de acompanhar, como intérprete, o P. Leonardo Nunes em suas jornadas pelas aldeias indígenas na capitania de São Vicente, para catequização dos índios.³⁶⁹ Nessas jornadas, fazia longas pregações aos índios, na língua brasílica, sobretudo de madrugada, como faziam os chefes indígenas. Em virtude dessa sua habilidade como pregador, foi considerado apto para o sacerdócio e, por isso, passou a estudar latim em Piratininga a partir de 1553, mas pouco tempo lhe sobrava para estudos, pois, por ser o único jesuíta da capitania que sabia pregar na língua brasílica, era enviado por Nóbrega aos interiores de Piratininga para catequizar índios.³⁷⁰ Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência S. Paulo de Piratininga e ali permaneceu como estudante e para catequizar os índios das aldeias dos arredores.³⁷¹ Por agosto do mesmo ano, partiu, com os irmãos João de Sousa e Fabiano Lucena, em missão de visita a “umas Aldeias de Índios que estão ao longo do mar, para lhes pregar a palavra de Deus e sobretudo, se puder ser, para abrir caminho até certos povos que chama Ibiraiaras, os quais julgamos que se avantajam a todos estes no uso da razão, na inteligência e mansidão dos costumes” (ANCHIETA, 1554a:117). Após alguns dias

³⁶⁴ VALE, 1563:5.

³⁶⁵ FERNANDES, Baltasar, 1567:424ss.

³⁶⁶ VIOTTI, 1989:146, nota 21.

³⁶⁷ Em 1588, veio de Portugal outro Pero Correia, que tornou-se padre depois – não confundir.

³⁶⁸ CORREIA, 1553:434.

³⁶⁹ NUNES, 1550: 207; CORREIA, 1551a:226.

³⁷⁰ NÓBREGA, 1553c:497; CORREIA, 1554:66.

³⁷¹ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

de jornada para o sul de São Vicente, com a intenção de alcançar os Carijó, foi morto pelos índios por novembro de 1554, juntamente com o Ir. João de Sousa.³⁷²

Domingos Pecorela – *coadjutor temporal*

Português. Recebido na Companhia em Porto Seguro, não se sabe com que idade. Dali foi levado pelo P. Manoel da Nóbrega para o Colégio da Baía. Ali passou a pregar aos índios na língua brasílica e ocupar-se com serviços de sustento da casa de Salvador. Viveu pouco, pois faleceu em dezembro de 1553, na Baía.³⁷³

João de Sousa³⁷⁴ - *coadjutor temporal*

Como é anterior aos catálogos, não se sabe sua idade e naturalidade. Foi recebido na Companhia em São Vicente. Ali permaneceu e, em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga.³⁷⁵ Por agosto de 1554, partiu, com os irmãos Pero Correia e Fabiano Lucena, em missão de catequese aos índios do sul da capitania de S. Vicente,³⁷⁶ em direção aos índios Carijó. Em princípios de novembro de 1554, foi morto pelos índios, juntamente com o Ir. Pero Correia.³⁷⁷

1551

RECEBIDOS NO BRASIL

André do Campo - *estudante*

Português, recebido à Companhia em São Vicente pelo P. Leonardo Nunes. Em 1552, foi enviado a Portugal para estudos, de onde não retornou mais.³⁷⁸

Maximiano - *irmão*³⁷⁹

A única referência encontrada sobre ele é a de que foi um dos seis irmãos que acompanharam o P. Leonardo Nunes numa jornada pelo Rio Tietê abaixo por maio de 1550, em busca de um cristão que há oito ou nove anos vivia entre os índios.³⁸⁰

³⁷² O Menologio apresenta o dia 03 de novembro de 1554, como data do martírio dos dois – Conf. ANÔNIMO, Menológico, Bras.14II, fols.62-62v.

³⁷³ ANCHIETA, 1554a:102.

³⁷⁴ Em 1565, ingressou na Companhia do Brasil outro irmão João de Sousa, que sumiu por 1568 - não confundir.

³⁷⁵ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³⁷⁶ ANCHIETA, 1554a:117.

³⁷⁷ ANCHIETA, 1555b:198ss; ANÔNIMO, Menológico, Bras.14II, fols.62-62v.

³⁷⁸ LEITE, HCJB I:574.

³⁷⁹ Foi empregado o termo *irmão* para aqueles jesuítas a que não foi possível assinalar com precisão o grau a que pertenciam na ordem: padre, coadjutor temporal ou estudante.

³⁸⁰ Ir. MAXIMIANO, 1551:248; CORREIA, 1551b:230.

1552

RECEBIDOS NO BRASIL

Gonçalo de Oliveira - padre

Português, nascido em Arrifana de S. Maria e recebido à Companhia no Brasil, provavelmente em S. Vicente, com aproximadamente 17 anos.

Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência S. Paulo, em Piratininga.³⁸¹ Permaneceu na capitania de S. Vicente por vários anos, ocupado com ofícios manuais e com a catequese de índios, em visitas a suas aldeias.³⁸² Por meados de 1560, dirigiu-se à Baía para complementar seus estudos e ser ordenado padre.³⁸³ Em princípios de 1561, já padre, chega a Pernambuco, juntamente com os padres Rui Pereira e João Dício, para encarregar-se da catequese dos índios, dado que era língua.³⁸⁴ Por janeiro de 1565, acompanhou, juntamente com o Ir. José de Anchieta, a armada de Estácio de Sá que ia para o Rio de Janeiro e ali participou da fundação da povoação de S. Sebastião, na qual permaneceu como capelão, rezando diariamente uma missa aos moradores e atendendo-os em confissões.³⁸⁵ Em fins de 1567, estava em S. Vicente, pregando a brancos e catequizando índios.³⁸⁶ Ali permaneceu ao menos até 1568, mas, em maio de 1570, residia no Rio de Janeiro,³⁸⁷ onde continuava junho de 1574. Em princípios dos anos 1580, estava na Baía e solicitava o desligamento da Companhia para cuidar de sua mãe.³⁸⁸ Após deixar a Companhia, foi cuidar de uma fazenda, de onde mandava algumas vezes carnes para o Colégio da Baía e hospedava os jesuítas quando iam a caminho das aldeias.³⁸⁹ Poucos anos depois, foi readmitido à Companhia e, em 1586, era superior e língua na Aldeia de S. Lourenço, no Rio de Janeiro. Em 1589, era confessor e língua no Colégio da Baía e, por volta de 1590, novamente desligou-se da Companhia,³⁹⁰ para a qual voltaria a ser recebido em 1609.

Formação: estudou algum tempo latim e casos de consciência. Sabia a língua brasileira.

³⁸¹ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³⁸² GRÃ, 1556: 287; Catálogo de 1558:461.

³⁸³ PEREIRA, 1560:304.

³⁸⁴ PEREIRA, 1561:324 e 333.

³⁸⁵ ANCHIETA, 1565b:241ss.

³⁸⁶ FERNANDES, Baltasar, 1567: 424; Idem, 1568:459.

³⁸⁷ OLIVEIRA, 1570.

³⁸⁸ GOUVEIA, 1584d.

³⁸⁹ ANÔNIMO, 1584:417.

³⁹⁰ VIOTTI, 1984:275, nota 4.

Cipriano - *estudante*

Brasileiro, nascido em São Vicente e ali recebido à Companhia pelo P. Leonardo Nunes, com aproximadamente treze anos. Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga,³⁹¹ e ali permaneceu como estudante de latim. Posteriormente, foi mandado por Nóbrega a Portugal para estudar, onde estava em 1561 e de onde não mais retornou.³⁹²

1553VINDOS DE PORTUGAL³⁹³**Luiz da Grã** - *padre*

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 30 anos.

Sua primeira ocupação ao chegar ao Brasil foi pregar e confessar em Salvador e ali ficou como superior da residência a partir de meados de outubro de 1553.³⁹⁴ Também, passou, desde logo, a aplicar-se à catequese dos índios em visitas a aldeias da Baía, fazendo-lhes pregações por meio de intérpretes.³⁹⁵ Permaneceu na Baía até princípios de janeiro de 1555, quando partiu, chamado por Nóbrega, para S. Vicente, indo de carona num navio mercante e fazendo escalas em cada capitania.³⁹⁶ Chegou a S. Vicente por abril de 1556 e ali permaneceu como superior dos jesuítas da Capitania de S. Vicente, tendo como residência Piratininga, de onde fazia freqüentes idas a S. Vicente e outras vilas do litoral para pregar aos moradores e atendê-los em confissões.³⁹⁷ Quando estava em Piratininga, ministrava, esporadicamente, algumas aulas de teologia aos estudantes que ali estavam.³⁹⁸ Em maio de 1559, foi nomeado provincial do Brasil, notícia que recebeu apenas em 1560.³⁹⁹ Dirigiu-se, então, à Baía, onde chegou por fins de 1560 e onde logo reuniu todos os jesuítas espalhados pelas aldeias para “tratar algumas cousas necessárias acerca do modo de tratar com os Índios.” (PEREIRA, 1560:305). Também instituiu aulas de língua brasílica no Colégio da Baía, ministradas por ele mesmo, a partir da gramática elaborada por José de Anchieta, e da participação na qual não

³⁹¹ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

³⁹² Ir. CIPRIANO, 1561:391ss.

³⁹³ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 08 de Maio de 1553 e chegou à Baía a 13 de Julho de 1553. Foi a expedição que trouxe o segundo Governador Geral do Brasil, Duarte da Costa (LOURENÇO, 1553:513ss; LEITE, HCJB I:561).

³⁹⁴ LOURENÇO, 1553:516; Idem, 1554:39.

³⁹⁵ GRÃ, 1554b:133.

³⁹⁶ GRÃ, 1555:223.

³⁹⁷ ANCHIETA, 1556:316; Idem, 1557:365.

³⁹⁸ VIOTTI, 1989:71, nota 78.

³⁹⁹ TORRES, 1559a:31.

ficava isento nenhum jesuíta.⁴⁰⁰ Ainda no mesmo ano, iniciou uma jornada de visitas a cada um dos aldeamentos da Baía em que atuavam jesuítas, fazendo batizados, casamentos e pregações aos índios. Também fundou uma série de aldeamentos novos.⁴⁰¹ Voltou enfermo e após permanecer alguns meses na cidade de Salvador para seu restabelecimento, empreendeu, em 1561, outra jornada de visitas aos aldeamentos e fundando outros. Empreende, ainda, várias outras jornadas semelhantes entre 1561 e 1564, sempre acompanhado por outros jesuítas, fazendo-se presente na fundação da maioria dos aldeamentos da Baía.⁴⁰² Em fins de maio de 1564, fez uma visita aos jesuítas de Pernambuco e, no ano seguinte, aos das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Depois disso, voltou a visitar os aldeamentos da Baía.⁴⁰³ A partir de meados de 1566, passou a acompanhar o visitador Inácio de Azevedo em sua visita às residências jesuíticas do Brasil.⁴⁰⁴ Em julho de 1568, estava em Pernambuco e, em maio do ano seguinte, empreendeu uma viagem de visita às capitanias do sul, chegando, em fins de julho, a S. Vicente.⁴⁰⁵ Em 1570, deixou o cargo de provincial. De 1572 a 1575 foi reitor no Colégio da Baía e de 1577 a 1589, reitor no Colégio de Pernambuco. Além de reitor, era, ao mesmo tempo, pregador, língua e consultor do provincial. Em janeiro de 1600, continuava no Colégio de Pernambuco, como confessor da igreja e dos de casa. Contava aproximadamente 77 anos.

Formação: estudou a língua latina, seis anos de direito civil e quatro anos de teologia. Sabia a língua brasílica.

Brás Lourenço - padre

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 27 anos.

Sua primeira missão no Brasil foi a de confessar os moradores de Salvador e Vila Velha e a de pregar aos índios dos arredores por meio de um intérprete.⁴⁰⁶ Por novembro de 1553, passou para a Capitania do Espírito Santo, onde também encarregou-se do atendimento

⁴⁰⁰ MELO, 1560:283-284; ÁLVARES, 1560:278. O P. Manuel de Álvares esteve no Brasil apenas de passagem; ele veio de Portugal na expedição que trouxe os jesuítas de 1560 e seguiu adiante até a Índia (Monumenta III, p.278, nota 10).

⁴⁰¹ PIRES, 1560:310-311; BLAZQUEZ, 1561:397ss.

⁴⁰² VALE, 1562:471ss; Idem, 1564a:56ss. Entre os anos de 1558 e 1564, deu-se o grande movimento de fundação de aldeamentos na Baía. Grande parte deles fundaram-se nessas jornadas do P. Luís da Grã – ver parte I, aldeamentos anexos aos Colégios da Baía.

⁴⁰³ BLAZQUEZ, 1565:196.

⁴⁰⁴ FERNANDES, Baltasar, 1567:421ss.

⁴⁰⁵ GRÃ, 1569:163.

⁴⁰⁶ LOURENÇO, 1553:516.

espiritual aos portugueses e com a catequese dos índios.⁴⁰⁷ A partir de 1555, com a chegada dos índios Temiminó, vindos do Rio de Janeiro, passou a ocupar-se também com eles, dando origem ao aldeamento Nossa Senhora da Conceição.⁴⁰⁸ Permaneceu na capitania do Espírito Santo, ocupando-se com índios e portugueses e tomando conta da residência de Vitória como superior, até princípios de 1564, quando foi transferido para a capitania de Porto Seguro.⁴⁰⁹ Ali permaneceu ao menos até 1569, ocupando-se com pregações e confissões na vila e ensinando a doutrina cristã aos meninos da escola de ler e escrever. Ali também foi superior da residência por alguns anos.⁴¹⁰ Em 1573, era reitor no Colégio do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1576.⁴¹¹ Em janeiro de 1584, residia novamente na capitania do Espírito Santo, onde continuava em 1586, como confessor e pregador nas aldeias Nossa Senhora da Conceição e São João. Provavelmente residia numa delas. Três anos mais tarde, continuava responsável pelas mesmas duas aldeias. Em 1598, continuava na capitania do Espírito Santo, mas em 1600, era confessor no Colégio do Rio de Janeiro. Contava 74 anos.

Formação: estudou quatro anos latim e três anos casos de consciência.

Ambrósio Pires - padre

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 28 anos.

Poucos dias após sua chegada ao Brasil, foi mandado à capitania de Porto Seguro, onde foi morar na igreja Nossa Senhora da Ajuda, meia légua distante da vila. Ali passou a ocupar-se com pregações contra os vícios dos portugueses e com visitas às povoações indígenas dos arredores.⁴¹² Por março de 1555, a pedido de Nóbrega, passou para a Baía, para dar início ao colégio que se pretendia fundar.⁴¹³ Assumiu, ali, o cargo de reitor do colégio e, ao mesmo tempo, visitava aldeias de índios e estudava a língua brasílica.⁴¹⁴ Em meados de 1557, continuava no Colégio da Baía, como professor de latim e tendo a seu cargo as pregações da cidade.⁴¹⁵ Um ano depois, por meados de 1558, embarcou para Lisboa com o Governador Duarte da Costa e não voltou mais ao Brasil.⁴¹⁶

⁴⁰⁷ LOURENÇO, 1554:45ss

⁴⁰⁸ GRÃ, 1555:226-227.

⁴⁰⁹ LOURENÇO, 1562:462; COSTA, 1565:266.

⁴¹⁰ GONÇALVES, Antônio, 1566:308-309; GRÃ, 1569:163v-164.

⁴¹¹ OLIVEIRA, 1573:275; LEITE, HCJB II:403.

⁴¹² NAVARRO, 1553:8; PIRES, Ambrósio, 1554:50-51; BLAZQUEZ, 1555:255ss.

⁴¹³ PIRES, Ambrósio, 1555:230 e 233.

⁴¹⁴ GRÃ, 1556:287.

⁴¹⁵ NÓBREGA, 1557a:398.

⁴¹⁶ PIRES, Antônio, 1558a:462.

José de Anchieta - padre

Canarino, da Ilha de Tenerife. Veio ao Brasil ainda estudante, com 19 anos.

Logo após sua chegada, foi levado pelo P. Leonardo Nunes para a capitania de S. Vicente, onde foi trabalhar em Piratininga.⁴¹⁷ Ali participou, em janeiro de 1554, da fundação da residência de S. Paulo, na qual ficou como professor de latim e trabalhando na doutrinação dos índios dos arredores.⁴¹⁸ Além disso, fazia alpargatas para os seus co-irmãos jesuítas e dedicava-se ao estudo da língua brasílica.⁴¹⁹ Permaneceu em Piratininga e S. Vicente, visitando povoações portuguesas e trabalhando na catequese e instrução dos índios até princípios de 1563,⁴²⁰ quando foi por companheiro e intérprete de Nóbrega na jornada de negociação de paz com os Tamoio do Rio de Janeiro. Ficou refém dos índios em Iperoig de abril a setembro desse ano, em troca de alguns índios Tamoio dados como reféns aos portugueses. Nos dois primeiros meses estava acompanhado por Nóbrega, depois ficou sozinho. Enquanto refém dos índios, fazia-lhes contínuas pregações na língua brasílica e ocupava-se escrevendo o “Poema à Virgem”.⁴²¹ Após voltar dessa jornada, permaneceu na capitania de S. Vicente até janeiro de 1565, quando acompanhou, juntamente com o P. Gonçalo de Oliveira, a armada de Estácio de Sá que ia para o Rio de Janeiro e participou da fundação do povoado de S. Sebastião.⁴²² Em fins de março do mesmo ano, seguiu para a Baía, para terminar seus estudos e ser ordenado sacerdote.⁴²³ Dois anos depois, já padre, residia novamente em S. Vicente, com o cargo de superior dos jesuítas dessa capitania.⁴²⁴ Permaneceu nesse cargo e ocupando-se com pregações até 1576, quando foi nomeado provincial do Brasil, cargo que assumiu somente um ano depois.⁴²⁵ Como provincial, andou em visitas às diversas residências jesuíticas espalhadas pelo Brasil, administrando a organização das obras e consolando os jesuítas. Deixou o cargo em 1587 e, dois anos depois, era superior, pregador e língua na capitania do Espírito Santo. A partir de 1594, passou a residir na Aldeia de Reritiba, “para ajudar na doutrina dos índios, com os quais me dou melhor do que com os portugueses, porque àqueles vim buscar no Brasil e não a estes.” (ANCHIETA, 1595:421-22). Ali faleceu em junho de 1597.⁴²⁶

⁴¹⁷ LOURENÇO, 1554:45; CORREIA, 1554:66.

⁴¹⁸ ANCHIETA, 1554a:105ss.

⁴¹⁹ ANCHIETA, 1555a:160.

⁴²⁰ ANCHIETA, 1560: 253; Catálogo de 1562:456.

⁴²¹ ANCHIETA, 1565a: 122ss.

⁴²² ANCHIETA, 1565b:241ss.

⁴²³ Idem:252.

⁴²⁴ FERNANDES, Baltasar, 1567: 424.

⁴²⁵ VIOTTI, 1984:277, nota 1.

⁴²⁶ ANÔNIMO, Menologio, Bras.13I, fols.78v-79.

Formação: estudou latim, lógica, casos de consciência e fez o curso de artes. Conhecia muito bem a língua brasílica, que organizou numa gramática.

João Gonçalves - padre

Português. Veio ao Brasil como coadjutor temporal e com saúde frágil, mas foi posteriormente ordenado sacerdote.

Sua primeira missão ao chegar ao Brasil foi a instrução e sustentação dos meninos da escola de ler e escrever da Baía.⁴²⁷ Ali permaneceu, exercendo esses e outros ofícios domésticos, por vários anos. Em princípios de 1556, era cozinheiro e despenseiro na casa e atendia os índios do Rio Vermelho.⁴²⁸ Por agosto desse ano, foi ordenado sacerdote e assumiu o cargo de mestre dos noviços na Baía.⁴²⁹ Em seguida, passou a residir em várias aldeias da Baía: por fins de 1556, na Aldeia do Tubarão, com o P. João Azpicuelta Navarro, doutrinando os índios dela e dali visitando outras aldeias; por meados de 1557, na Aldeia do Rio Vermelho, em companhia do Ir. Antônio Rodrigues, visitando dali outras duas aldeias; no mesmo ano, passou para a Aldeia de S. Sebastião.⁴³⁰ No ano seguinte, 1558, lançou os fundamentos da Aldeia do Espírito Santo, juntamente com o Ir. Antônio Rodrigues.⁴³¹ Faleceu neste mesmo ano, a 20 de dezembro no Colégio da Baía.⁴³²

Antônio Blazques - padre

Castelhano, da diocese de Placência. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Sua primeira missão no Brasil, foi a de instruir os meninos na escola de ler e escrever da Baía.⁴³³ Logo depois, porém, por novembro de 1553, foi transferido para a capitania de Porto Seguro, onde passou a ocupar-se, durante a semana, com o ensino da doutrina aos índios e com a escola de ler e escrever na vila; nos finais de semana, ia ajudar o P. Ambrósio Pires na igreja Nossa Senhora da Ajuda.⁴³⁴ Permaneceu em Porto Seguro até meados de 1555, quando partiu para a Baía, a fim de dedicar-se aos estudos.⁴³⁵ Ali foi, por vários anos, o encarregado de escrever as cartas de notícias e de edificação e, em 1557 tem a seu cargo uma

⁴²⁷ GRÃ, 1554b:130.

⁴²⁸ BLAZQUEZ, 1556a:270 e 273.

⁴²⁹ BLAZQUEZ, 1557a:347 e 348.

⁴³⁰ BLAZQUEZ, 1557b:379 e381; NÓBREGA, 1557a:399.

⁴³¹ NÓBREGA, 1559a: 60-61.

⁴³² Idem.

⁴³³ LOURENÇO, 1553:516.

⁴³⁴ NAVARRO, 1553:8; BLAZQUEZ, 1554:58-59.

⁴³⁵ BLAZQUEZ, 1555:259; BLAZQUEZ, 1557a:347.

classe de latim.⁴³⁶ Permaneceu na Baía por muitos anos: em 1562, já padre, tinha a seu encargo a escola de ler e escrever e atendia confissões;⁴³⁷ em 1566, era prefeito da igreja e confessor, cargo que mantinha em 1568;⁴³⁸ em junho de 1574, era confessor e predicava algumas vezes. Continuava no Colégio da Baía em janeiro de 1584, mas, em 1586, era confessor e pregador na Capitania de Ilhéus. Em 1589, estava de volta ao Colégio da Baía, onde era pregador e confessor da igreja, cargo que ainda tinha em 1600.

Formação: estudou língua latina e casos de consciência.

Gregório Serrão - padre

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 26 anos, doente e tido por incurável.

Poucos dias após sua chegada ao Brasil, foi enviado com o P. Ambrósio Pires para Porto Seguro.⁴³⁹ Em meados de novembro de 1553, foi levado pelo P. Leonardo Nunes para S. Vicente, onde foi residir na incipiente Aldeia de Maniçoba, juntamente com os padres Francisco Pires e Vicente Rodrigues, para ali tomar conta de uma escola de ler e escrever⁴⁴⁰ Em princípios de 1555, residia em Piratininga, com os ofícios de soto-ministro, cozinheiro e dispenseiro.⁴⁴¹ Pouco depois, foi residir por algum tempo na Aldeia de Geraibatiba, juntamente com o Ir. Manuel Chaves, para aprender a língua brasílica e ensinar os meninos índios dali a ler e escrever.⁴⁴² Em meados de 1560, aparece como ministro do Colégio de S. Paulo, em Piratininga e, no mesmo ano, acompanhou, como língua, o P. Manuel de Paiva na expedição de guerra contra os Tamoio.⁴⁴³ Em 1561, continuava em Piratininga, ocupado em instruir os índios na doutrina cristã, na língua brasílica.⁴⁴⁴ Após alguns anos em Piratininga, visitando índios em suas aldeias, pregando nas vilas dos portugueses e servindo de intérprete para confissões dos índios, foi enviado, por volta de 1562, à Baía, para complementar seus estudos e ser ordenado sacerdote.⁴⁴⁵ Depois de ordenado, permaneceu na Baía, tratando com índios e portugueses. Na epidemia de varíola de 1562-1563, esteve na Ilha de Itaparica, prestando assistência aos índios infestados. Depois de alguns meses nesse exercício de

⁴³⁶ NÓBREGA, 1557a:398; BLAZQUEZ, 1565:186.

⁴³⁷ VALE, 1562:505.

⁴³⁸ Catálogo de 1566:363; Catálogo de 1568.

⁴³⁹ LOURENÇO, 1553:516.

⁴⁴⁰ PIRES, 1554:51-52; CORREIA, 1554:66.

⁴⁴¹ ANCHIETA, 1596b:117.

⁴⁴² GRÃ, 1556:287; ANCHIETA, 1556:316.

⁴⁴³ ANÔNIMO, 1560:271; Câmara de S. Paulo, 1561:345.

⁴⁴⁴ ANCHIETA, 1561:376.

⁴⁴⁵ VALE, 1563:5.

caridade, adoeceu de maneira que quase morreu.⁴⁴⁶ Restabelecido, em abril de 1564, tinha a seu encargo a Aldeia de Santiago, Baía, e nela residia.⁴⁴⁷ Ainda no mesmo ano, foi nomeado reitor do Colégio da Baía, cargo que ocupou até 1574.⁴⁴⁸ Neste ano ou no seguinte, em função de seu cargo de procurador da província, foi a Roma, de onde voltou em fins de 1577.⁴⁴⁹ De 1578 a 1584, ocupou novamente o cargo de reitor do Colégio da Baía.⁴⁵⁰ Em 1586, adoentado, foi para o Colégio do Rio de Janeiro, mas não chegou até lá, pois faleceu a caminho, em Vitória, Espírito Santo, em novembro de 1586.⁴⁵¹

Formação: estudou dois anos de letras humanas e algum tempo de casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

RECEBIDOS NO BRASIL

Leonardo do Vale - *padre*

Português, da diocese de Miranda. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

A primeira referência a ele é de 1560, quando, já padre, estava na Aldeia de S. João, na Baía.⁴⁵² No entanto, os catálogos de 1568 e seguintes indicam que ingressou na Companhia já em 1553.⁴⁵³ Em 1561, estava na Baía, atendendo, na língua brasílica, os escravos índios espalhados pelas fazendas e engenhos. O mesmo fez durante a peste de varíola nos anos 1562-1563.⁴⁵⁴ Em meado de 1565, estava na capitania de S. Vicente, provavelmente ocupado com confissões e pregações a brancos e doutrinando índios pelos engenhos, pois era com isso que os padres se ocupavam neste tempo em S. Vicente.⁴⁵⁵ Três anos depois, estava de volta à Baía e ali residia em 1574, com o ofício de confessor. Em janeiro de 1584, estava novamente em Piratininga, ouvindo confissões e, às vezes, pregando. Ali continuava em 1589, ocupando-se, também, com pregações aos índios. Faleceu em maio de 1591.

⁴⁴⁶ Idem:12.

⁴⁴⁷ BLAZQUEZ, 1564a:58-59.

⁴⁴⁸ BLAZQUEZ, 1565:195; LEITE, HCJB I:63.

⁴⁴⁹ LEITE, HCJB I:568.

⁴⁵⁰ GOUVEIA, 1583a:337; LEITE, HCJB I:66.

⁴⁵¹ ANCHIETA, 1596b:119.

⁴⁵² PEREIRA, 1560:299.

⁴⁵³ Serafim Leite (Monumenta II:347, nota 5) conjectura, que o P. Leonardo do Vale é a mesma pessoa indicada anteriormente como Ir. Antônio Gonçalves, também denominado Antônio do Vale. Segundo ele, eles são a mesma pessoa, posto esses dois nomes desaparecem pela época em que aparece o nome Leonardo do Vale, que os catálogos de 1568 e seguintes indicam que foi recebido em 1553, sem que, contudo, seu nome conste nos catálogos anteriores, nem vir indicado como vindo de Portugal já padre. Como não encontramos nenhuma referência na documentação que confirmasse tal hipótese, nem achamos razão para essa confusão dos dois nomes, e reconhecendo as lacunas na documentação, pareceu-nos serem pessoas diferentes.

⁴⁵⁴ VALE, 1561:450; VALE, 1563:12-13.

⁴⁵⁵ VALE, 1565:211.

Formação: estudou latim três anos, ouviu o resumo da dialética e estudou teologia por outros três anos. Conhecia bem a língua brasílica, e compôs vários sermões nessa língua, além de um “vocabulário”, usado pelos estudantes na aprendizagem dela.⁴⁵⁶

Antônio Rodrigues - padre

Português, de Lisboa. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 37 anos.⁴⁵⁷

Veio da Europa em 1535, na Armada de Pedro de Mendonza. Antes de ingressar na Companhia, foi soldado e sertanista no Paraguai, onde fez parte de expedições em busca de ouro e prata, nas quais entrou em contato com diversos grupos indígenas, dando-lhe grande experiência e conhecimento acerca de sua cultura e língua. Sua primeira missão na Companhia foi a de instruir os meninos índios da escola de ler e escrever de Piratininga e acompanhar Nóbrega em suas jornadas missionárias entre os índios na Capitania de S. Vicente.⁴⁵⁸ Também foi intérprete do P. Francisco Pires na Aldeia de Maniçoba, nos inícios dela. Em 1556, foi com Nóbrega para a Baía, onde passou a visitar as aldeias indígenas dos arredores, pregando a doutrina cristã na língua brasílica.⁴⁵⁹ Por algum tempo, residiu entre os índios na Aldeia do Rio Vermelho.⁴⁶⁰ Em 1558, ajudou a lançar os fundamentos da Aldeia de Santo Espírito e nela residiu por algum tempo, dali visitando outras dos arredores e trazendo parte dos índios para a Aldeia do Espírito Santo e preparando outros para fundação de mais aldeamentos.⁴⁶¹ Por meados de 1561, já padre, acompanhou o P. Luís da Grã na fundação da Aldeia Bom Jesus.⁴⁶² Nela também residiu por algum tempo e dali acompanhando o P. Luís da Grã, por outubro do mesmo ano, na fundação da Aldeia de S. Pedro e na de S. André.⁴⁶³ A partir de princípios de 1562, passou a residir na Aldeia de S. Pedro e, em abril de 1564, residia novamente na Aldeia do Espírito Santo.⁴⁶⁴ Participou ainda na fundação de outros aldeamentos da Baía. Faleceu em janeiro de 1568.

Gaspar Lourenço - padre

Português, nascido na Vila Real. Recebido à Companhia em São Vicente, com aproximadamente 14 anos.

⁴⁵⁶ BELIARTE, 1591 – apud LEITE, Monumenta IV: 78*.

⁴⁵⁷ RODRIGUES, Antônio, 1553:470ss.

⁴⁵⁸ CORREIA, 1554:66 e 70.

⁴⁵⁹ GRÃ, 1556:287; BLAZQUEZ, 1556b:301.

⁴⁶⁰ BLAZQUEZ, 1557b:381.

⁴⁶¹ NÓBREGA, 1559a:60 e 63; RODRIGUES, Antônio, 1559:126.

⁴⁶² RODRIGUES, Antônio, 1561:388-389; BLAZQUEZ, 1561:420.

⁴⁶³ VALE, 1562:475-6 e 485.

⁴⁶⁴ Idem:483-484; BLAZQUEZ, 1564a:58.

Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga, e ali permaneceu como estudante e para catequese dos índios das aldeias dos arredores.⁴⁶⁵ Permaneceu na capitania de S. Vicente até princípios de 1560, quando acompanhou, juntamente com o P. Fernão Luís, os índios das aldeias de S. Vicente enviados ao Rio de Janeiro para ajudar na expulsão dos franceses.⁴⁶⁶ Depois disso, ainda em 1560, seguiu para o Colégio da Baía, onde foi ordenado sacerdote.⁴⁶⁷ Em 1561, já padre fundou, juntamente com o P. Simão Gonçalves, a Aldeia de S. João, Baía, e nela permaneceu.⁴⁶⁸ Ainda no mesmo ano, ajudou a fundar a Aldeia de S. Pedro.⁴⁶⁹ Em seguida, acompanhou o P. Luís da Grã em várias de suas jornadas missionárias, servindo-lhe como intérprete.⁴⁷⁰ Em 1564, continuava na Aldeia de S. João, juntamente com o P. Baltazar Álvares e em 1566, era o intérprete do procurador das Aldeias, o P. Antônio Pires.⁴⁷¹ Nos anos seguintes, permaneceu na Baía, sempre residindo em algum dos aldeamentos. Em princípios de 1575, empreendeu uma jornada missionária, acompanhado pelo Ir. João Soloni, para catequizaçã dos índios Caeté de Sergipe.⁴⁷² No ano seguinte, 1576, dirigiu uma expedição jesuítica na Baía até a Serra de Arari, descendo grande número de índios para os aldeamentos do litoral.⁴⁷³ De volta, continuou trabalhando na conversão dos índios nos aldeamentos da Baía. Faleceu em 1581, na Aldeia de Santo Antônio, Baía.⁴⁷⁴

Formação: sabe-se pouco da formação dele; o catálogo de 1568, diz que estudou latim; também deve ter estudado casos de consciência. Conhecia muito bem a língua brasileira, “um Cícero en la lengua brasilica”, nas palavras do P. Antônio Blazquez.⁴⁷⁵

1554

RECEBIDOS NO BRASIL

Fabiano Lucena - *padre*

Por ser anterior ao primeiro catálogo, não se sabe sua origem e idade.

Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga, e ali permaneceu por algum tempo como estudante e para catequese dos índios.⁴⁷⁶ Por agosto

⁴⁶⁵ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

⁴⁶⁶ Catálogo de 1558:460; VIOTTI, 1989:181, nota 10.

⁴⁶⁷ PEREIRA, 1560:304.

⁴⁶⁸ BLAZQUEZ, 1561:397ss.

⁴⁶⁹ VALE, 1562:475.

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ BLAZQUEZ, 1564a:57; Catálogo de 1566:364.

⁴⁷² LEITE, HCJB I:439ss.

⁴⁷³ RODRIGUES, Pero, 1599:473v-474.

⁴⁷⁴ ANCHIETA, 1582:305.

⁴⁷⁵ BLAZQUEZ, 1564a:58.

do mesmo ano, partiu, com os irmãos Pero Correia e João de Sousa, numa missão de catequese pelo litoral ao sul da capitania de S. Vicente, na qual seus dois companheiros foram mortos. De volta a S. Vicente, foi levado por Nóbrega, em 1556, para a capitania do Espírito Santo.⁴⁷⁷ Ali permaneceu encarregado da conversão dos índios espalhados pelos engenhos e fazendas dos brancos. Por meados de 1560, participou da fundação da Aldeia Nossa Senhora da Conceição, passando a visitá-la diariamente para doutrinação dos índios. Nessa época, era já padre.⁴⁷⁸ Nos anos seguintes, pedia ao provincial Luís da Grã para embarcar para a Europa, alegando estar doente demais para permanecer no Brasil. Como o provincial negou-se a dar-lhe licença por não lhe parecer causa suficiente, embarcou sem licença dele por volta de 1565. Uma vez na Europa, não voltou mais.⁴⁷⁹

Antônio Gonçalves⁴⁸⁰ - irmão

Por ser anterior ao primeiro catálogo, não se sabe sua origem e idade.

Recebido à Companhia em S. Vicente. Em janeiro de 1554, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga, permanecendo ali como estudante.⁴⁸¹ Em 1556, foi levado por Nóbrega à Baía, para completar seus estudos.⁴⁸² Essa é a última referência a ele.

1555

RECEBIDOS NO BRASIL

Simeão Gonçalves⁴⁸³ - padre

Português, vindo ao Brasil entre os meninos órfãos que ficaram sob os cuidados da Companhia. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em janeiro de 1554, ainda como candidato à Companhia, participou da fundação da residência de S. Paulo, em Piratininga.⁴⁸⁴ Depois, não há notícias dele até 1561, quando, já padre, ajudou o P. Gaspar Lourenço na fundação da Aldeia de S. João, na Baía, e na catequese dos seus índios.⁴⁸⁵ Em abril de 1564, estava na Aldeia de S. Antônio, tendo cuidado dos

⁴⁷⁶ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

⁴⁷⁷ PIRES, Francisco, 1557:373.

⁴⁷⁸ LOURENÇO, 1562:463ss.

⁴⁷⁹ HENRIQUES, 1566a:299.

⁴⁸⁰ Houve outros quatro Antônio Gonçalves: um padre, vindo ao Brasil em 1560, e três coadjutores temporais, um recebido no Brasil em 1568, outro em 1584 e outro vindo de Angola em 1594.

⁴⁸¹ VIOTTI, 1989:68, nota 45.

⁴⁸² GRÃ, 1556:287; BLAZQUEZ, 1557a:347.

⁴⁸³ Não confundir com o Simão Conçalves, coadjutor temporal recebido em 1549.

⁴⁸⁴ ANCHIETA, Obras, Completas v.9, p.68, nota 45.

⁴⁸⁵ BLAZQUEZ, 1561:397ss.

índios em suas enfermidades e instruindo-os na doutrina cristã.⁴⁸⁶ Ali continuava em 1566.⁴⁸⁷ Em julho de 1568, era o mestre dos noviços no Colégio da Baía. Dois anos depois, estava em Piratininga, ocupando-se com portugueses e índios.⁴⁸⁸ Ali faleceu em 1572.⁴⁸⁹

Formação: a única referência a sua formação é do catálogo de 1568: estudou um pouco de latim. Deve ter estudado também casos de consciência e sabia a língua brasílica.

Pero de Góis – irmão

Português, recebido à Companhia na Baía, com aproximadamente 19 anos.

Em 1554, estava na Baía, preparando-se para ingressar na Companhia. Conhecia a língua brasílica e ajudava nos serviços da casa.⁴⁹⁰ Ali permaneceu até por 1558, quando foi enviado a Coimbra para estudar, onde faleceu em dezembro de 1558.⁴⁹¹

1556

RECEBIDOS NO BRASIL

Manuel Viegas - padre

Português, da diocese de Portalegre. Era um dos órfãos vindos de Lisboa em 1550 e ingressou na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Os catálogos indicam que foi recebido na Companhia em 1556, mas ele ainda não aparece nas listas de junho de 1556 e de maio de 1558. Em abril de 1562, era estudante na capitania de S. Vicente.⁴⁹² Por fins de 1567, já padre, residia em Piratininga e ocupava-se com a doutrina dos índios em visitas a suas aldeias.⁴⁹³ Em 1568, continuava ali, mas, em meados de 1570, estava em S. Vicente, ocupado em confessar e ensinar portugueses e índios.⁴⁹⁴ Por essa época, travava contato com os índios Maromim nas proximidades de Bertioiga e dedicava-se à aprendizagem de sua língua.⁴⁹⁵ Em 1574, estava em S. Vicente, instruindo os meninos da escola de ler e escrever. Ali permaneceu até por 1585, quando passou para Piratininga, onde, em 1586, era admonitor, confessor e língua. Em 1589, continuava confessor e língua em Piratininga e ajudando no atendimento aos índios das Aldeias S. Miguel e N.

⁴⁸⁶ BLAZQUEZ, 1564a:57.

⁴⁸⁷ Catálogo de 1566:363.

⁴⁸⁸ ANCHIETA, 1570:271.

⁴⁸⁹ VIOTTI, 1984:273, nota 9.

⁴⁹⁰ GRÃ, 1554b:138.

⁴⁹¹ LEITE, Monumenta II, p.144, nota 15.

⁴⁹² Catálogo de 1562:456.

⁴⁹³ FERNANDES, Baltasar, 1567:424.

⁴⁹⁴ ANCHIETA, 1570:271.

⁴⁹⁵ ANCHIETA, 1596b:143.

Senhora. Nos anos seguintes, passou a ocupar-se com os índios Maromimim que viviam numa serra entre o Rio de Janeiro e Espírito Santo, ajuntando-os nas proximidades da Aldeia de S. Barnabé, onde passou a cuidar deles o Ir. Pero de Gouveia.⁴⁹⁶ Em 1598, estava em Piratininga, onde continuava confessor e língua em 1600, com 62 anos.

Formação: estudou gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para a ordenação. Conhecia a língua brasílica e a língua dos Maromimim, na qual fez uma gramática, vocabulário e doutrina.⁴⁹⁷

Fernão Luiz Carapeto - padre

Português, recebido à Companhia em S. Vicente já padre, com aproximadamente 43 anos.⁴⁹⁸

Permaneceu em S. Vicente até princípios de 1560, quando acompanhou, juntamente com o Ir. Gaspar Lourenço, os índios das aldeias de S. Vicente enviados ao Rio de Janeiro para ajudarem na expugnação dos franceses.⁴⁹⁹ Em 1562, estava novamente na capitania de S. Vicente, atendendo a portugueses e índios nas vilas e engenhos.⁵⁰⁰ Ali continuava em meados de 1565.⁵⁰¹ E 1568, era confessor no Rio de Janeiro. Ali permaneceu por alguns anos, mas, em 1574, estava de volta a S. Vicente. Posteriormente voltou ao Colégio do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1583.⁵⁰²

Formação: estudou latim e casos de consciência. Conhecia bem a língua brasílica.

Pero da Costa - padre

Português, da diocese de Braga. Foi recebido à Companhia no Brasil com aproximadamente 15 anos.

Em 1558, era estudante na Baía; em princípios de 1559, residia na Aldeia São Paulo, Baía, ajudando na catequese dos índios.⁵⁰³ Em 1561, já padre, continuava na Baía, residindo na Aldeia São Tiago e, no ano seguinte, na Aldeia Nossa Senhora da Assunção.⁵⁰⁴ Por princípios de 1564, foi, com o P. Manuel de Paiva, para a capitania do Espírito Santo, onde ficou encarregado da Aldeia São João e outras que ficavam nas proximidades. Após a morte

⁴⁹⁶ Idem; RODRIGUES, Pero, 1599:473-473v.

⁴⁹⁷ ANCHIETA, 1596a:423.

⁴⁹⁸ GRÃ, 1556:288.

⁴⁹⁹ VIOTTI, 1984:359, nota 12.

⁵⁰⁰ Catálogo de 1562:456; ANCHIETA, 1562:452-454.

⁵⁰¹ VALE, 1565:211.

⁵⁰² ANCHIETA, 1584e:352.

⁵⁰³ NÓBREGA, 1559a:53.

⁵⁰⁴ BLAZQUEZ, 1561:398; VALE, 1562:503.

do P. Diogo Jácome, em 1565, ficou responsável também pela Aldeia Nossa Senhora da Conceição.⁵⁰⁵ Em 1568, continuava nos aldeamentos da capitania do Espírito Santo, mas, em 1574, residia num dos aldeamentos da Baía. Em 1584, ocupava-se com a catequese dos índios da Aldeia São João, Baía. Ali continuava em 1586. Em 1589, era superior e língua em Boipeba, atendendo os 50 índios que por ali residiam. Nove anos depois, em 1598, estava ainda no mesmo lugar e ofício. Em janeiro de 1600, era confessor e língua na Aldeia São João, Baía.

Formação: não estudou latim, apenas um pouco de casos de consciência. Conhecia bem a língua brasílica, que muito usava nos seus trabalhos com os índios.

Francisco de Lucena - irmão

Como é anterior ao primeiro catálogo, não se sabe sua origem e idade. Recebido à Companhia na capitania de S. Vicente. Em 1556, foi levado por Nóbrega para a Baía, onde assumiu o cargo de despenseiro na casa.⁵⁰⁶ Ali continuava em maio de 1558. Depois disso, não há mais referências a ele; deve ter deixado a Companhia logo depois, antes de 1566.

Antônio de Atougua – irmão

Por ser anterior ao primeiro catálogo, não se sabe sua origem e idade.

Em setembro de 1554, estava na capitania de S. Vicente. Em junho de 1556, residia no Espírito Santo, em companhia do P. Brás Lourenço.⁵⁰⁷ Ali continuava em maio de 1558.⁵⁰⁸ Depois disso não há mais referência a ele; deve ter deixado a Companhia.

1557

RECEBIDOS NO BRASIL

Gonçalo Alves ou Álvares - irmão

Nóbrega apresenta-o como o interlocutor do Ir. Mateus Nogueira no seu “Diálogo sobre a conversão do Gentio”, escrito por 1556-1557.⁵⁰⁹ Em 1557, estava na capitania do Espírito Santo, como intérprete do P. Francisco Pires.⁵¹⁰ Ali continuava em princípios de

⁵⁰⁵ COSTA, 1565:266 e 272.

⁵⁰⁶ GRÃ, 1556:287; BLAZQUEZ, 1557a:347.

⁵⁰⁷ GRÃ, 1556:287.

⁵⁰⁸ Catálogo de 1558:460.

⁵⁰⁹ NÓBREGA, 1556-1557:317ss.

⁵¹⁰ PIRES, Francisco, 1557:373.

1559, pregando aos índios Temiminó da Aldeia Nossa Senhora da Conceição.⁵¹¹ Essa é a última referência a ele.

1558

RECEBIDOS NO BRASIL

João Pereira – *padre*

Português, da diocese de Elvas. Era um dos órfãos vindos de Lisboa em 1555. Foi recebido á Companhia na Baía, com aproximadamente 15 anos.

Em 1561, acompanhava o P. Luís da Grã em visitas a Aldeias na Baía; o mesmo fazia por volta de 1564.⁵¹² Depois disso, passou a ocupar-se, por algum tempo, com confissões e pregações nos moradores de Vila Velha e em instruir os meninos índios no Colégio da Baía.⁵¹³ Por meados de 1566, residia na Aldeia São João, Baía.⁵¹⁴ Em 1568, já padre, continuava em aldeamentos da Baía. Em 1574, acompanhou uma expedição portuguesa, saída da Baía e que foi em busca de minas de ouro. Logo que retornou, participou da expedição missionária ao Sergipe, para catequização dos índios Caeté. Em 1584, estava no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1586, como admonitor, pregador e língua. De 1588 a 1593, foi superior na residência de Santos. Ao mesmo tempo, pregava aos moradores da vila e aos índios em visitas pelo interior. Em 1594, estava novamente no Colégio do Rio de Janeiro, mas desejava ser transferido.⁵¹⁵ Em 1598, era superior na residência de Vitória e, em 1600, residia na Aldeia Santo Antônio, Baía.

Formação: estudou dois anos gramática latina, dois anos casos de consciência e um ano teologia. Também conhecia a língua brasílica.

João Rodrigues⁵¹⁶ – *coadjutor temporal*

Não se sabe sua origem. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 21 anos. Sofria de epilepsia.

A primeira referência a ele encontrada na documentação pesquisada é de 1566, quando estava na Baía, “doente do coração”.⁵¹⁷ No catálogo de 1568 seu nome não consta. Em 1574,

⁵¹¹ SÁ, Antônio, 1559:46.

⁵¹² BLAZQUEZ, 1561:419; Idem, 1564a:56ss.

⁵¹³ Idem, 1564b:85.

⁵¹⁴ Catálogo de 1566:363.

⁵¹⁵ ANCHIETA, 1594:417.

⁵¹⁶ Houve outro João Rodrigues, também coadjutor temporal, recebido à Companhia no Brasil em 1578.

⁵¹⁷ Catálogo de 1566:365.

cuidava da horta no Colégio da Baía. Posteriormente foi transferido para o Colégio do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1581.⁵¹⁸

1559

VINDOS DE PORTUGAL⁵¹⁹

João de Melo - *padre*

Português, de Monte Redondo. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 34 anos.

Logo em princípios de 1560, foi enviado por Nóbrega à Aldeia Espírito Santo, na Baía, para cuidar dos índios enfermos por uma epidemia que atingira a Aldeia.⁵²⁰ Não ficou muito tempo ali, pois também adoeceu e recolheu-se para o Colégio da Baía, onde estava já em inícios de abril do mesmo ano. Ficou, então, encarregado da igreja, em confessar os estudantes e substituir o professor de latim.⁵²¹ Por meados de 1560, passou a estudar a língua brasílica a partir da gramática composta por Anchieta e ensinada por Luis da Grã. Em 1562, assumiu o cargo de reitor do Colégio da Baía,⁵²² que ocupou por pouco tempo, pois ainda no mesmo ano foi enviado pelo P. Luís da Grã, juntamente com o padre Antônio de Sá, para Pernambuco, onde assumiu o cargo de superior da residência em 1563.⁵²³ Em 1568, estava novamente na Baía, com o cargo de ministro no Colégio. Em 1574, era superior e pregador na residência de Porto Seguro. Faleceu na Baía em 1576.⁵²⁴

Formação: estudou latim e casos de consciência.

João Dício - *padre*

Belga. Veio ao Brasil já padre, não se sabe com que idade. Vinha doente, sofria de gota coral; “especialmente se enbió porque acá no avia esperança ordinariamente de salud, y allá, segun dicen los médicos, la cobrará con los ayres y exercícios de la tierra” (TORRES, 1559b:164). Não recuperou a saúde aqui no Brasil. Após algum tempo no Colégio da Baía, em fins de 1560, foi enviado para Pernambuco, juntamente com os padres Rui Pereira e

⁵¹⁸ ANCHIETA, 1582:484.

⁵¹⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas ao Brasil saiu de Lisboa a 19 de setembro de 1559 e chegou à Baía a 09 de dezembro do mesmo ano. Conf. TORRES, 1559:163; Idem, 1560:165ss.

⁵²⁰ MELO, 1560:281.

⁵²¹ Idem:283.

⁵²² VALE, 1562:505.

⁵²³ VALE, 1563:5.

⁵²⁴ VIOTTI, 1589:71, nota 82.

Gonçalo de Oliveira.⁵²⁵ Sempre sofrendo por causa de sua doença, pouco tempo depois embarcou dali de volta para a Europa.⁵²⁶

Rui Pereira - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 26 anos.⁵²⁷

Logo após sua chegada ao Brasil, foi ordenado sacerdote e, em princípios de 1560, atendia confissões na cidade de Salvador.⁵²⁸ Por meados do mesmo ano, época em que irrompeu uma epidemia na Aldeia Espírito Santo, Baía, dedicou-se a ela para ajudar no batismo dos índios doentes e enterro dos defuntos.⁵²⁹ Ainda no mesmo ano, por setembro, ficou encarregado da Aldeia São Paulo, visitando-a continuamente a partir do Colégio da Baía, auxiliado pelo Ir. Antônio Leitão e um irmão língua.⁵³⁰ Em princípios de 1560, foi transferido para Pernambuco, onde passou a ocupar-se com pregações a portugueses e visitas a aldeias indígenas, acompanhado pelo P. Gonçalo de Oliveira, que conhecia a língua brasílica, ou por algum língua do lugar.⁵³¹ Essa é a última notícia dele; deve ter deixado a Companhia tempos depois.

Jorge Rodrigues⁵³² - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Sua primeira missão no Brasil foi a de ensinar latim no Colégio da Baía, mas seu desejo era estudar a língua brasílica. Para satisfazer seu desejo, foi enviado, por meados de 1562, para a Aldeia Santo Antônio, Baía.⁵³³ Andou nessa aprendizagem por dois anos em aldeamentos da Baía⁵³⁴ e, em 1565, já padre, foi enviado a Ilhéus, a fim de ali iniciar uma escola de ler e escrever. Até conseguir criar a escola, andou em missões por engenhos e fazendas e ouvindo confissões à população colonial da vila. Em 1568, estava novamente no Colégio da Baía, exercendo o ofício de professor de humanidades. Ali continuava em 1574,

⁵²⁵ PEREIRA, 1561:324.

⁵²⁶ Idem: 334-335.

⁵²⁷ TORRES, 1559b:163.

⁵²⁸ PEREIRA, 1560:288.

⁵²⁹ Idem:291.

⁵³⁰ Idem:294.

⁵³¹ PEREIRA, 1561:324, 333-334.

⁵³² Houve outro Jorge Rodrigues, recebido em 1569 e despedido por volta de 1583. Não confundir.

⁵³³ VALE, 1562:488.

⁵³⁴ RODRIGUES, Jorge, 1565:279.

fazendo o curso de artes. Depois disso, foi por três anos mestre de noviços na Baía, onde estava ainda em 1584. Em 1586, residia na Aldeia São João, Baía, na qual era confessor e língua. Em 1589, era língua na Aldeia S. Lourenço, Rio de Janeiro. Não mais deixou o Rio de Janeiro, onde era confessor e língua em 1600.

Formação: estudou três anos latim, três casos de consciência e dois teologia. Conhecia a língua brasílica.

José - irmão⁵³⁵

Português. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Logo que chegou ao Brasil, passou a dedicar-se ao estudo da língua brasílica e passou a residir em aldeamentos da Baía. Em princípios de 1562, estava na Aldeia São Pedro, com o P. Antônio Rodrigues,⁵³⁶ em 1564, na Aldeia Santo Antônio, como companheiro do P. Simeão Gonçalves,⁵³⁷ e, em 1566, na Aldeia Espírito Santo, em companhia do P. Miguel do Rego.⁵³⁸ Continuava em alguma das Aldeias da Baía em 1568. Faleceu na Baía, em agosto de 1571.⁵³⁹ Sabia a língua brasílica.

Pedro de Castro - estudante

Português. Consta ter vindo ao Brasil nesta expedição, ainda estudante, mas não há nenhuma referência posterior a ele. Deve ter deixado a Companhia nos primeiros tempos em que esteve no Brasil.

Vicente Mestre - irmão

Português. Consta ter vindo ao Brasil neste ano,⁵⁴⁰ mas não há nenhuma referência posterior a ele. Deve ter deixado a Companhia logo que aqui chegou.⁵⁴¹

RECEBIDOS NO BRASIL

Luiz Valente - padre

⁵³⁵ A única referência a seu grau na Companhia consta no catálogo de 1568, que diz dele: “tiene votos de escholar aunque se pretende será temporal”.

⁵³⁶ VALE, 1562:481.

⁵³⁷ BLAZQUEZ, 1564a:57.

⁵³⁸ Catálogo de 1566:366.

⁵³⁹ LEITE, HCJB I:561, nota 5.

⁵⁴⁰ TORRES, 1559b:163.

⁵⁴¹ Como o nome dele não aparece mais, S. Leite conjectura que seja o P. Vicente Fernandes, que aparece como noviço no catálogo de 1568 e também desaparece depois (Monumenta III:420, nota 48). Como não temos como confirmar essa hipótese e não vemos motivos para essa confusão de nomes, preferimos considerá-los pessoas diferentes.

Português, da diocese de Évora. Foi recebido à Companhia com aproximadamente 21 anos. Foi dos meninos órfãos vindos de Portugal.

Nenhuma referência encontramos dele sobre seus primeiros anos na Companhia. Deve ter estudado no Colégio da Baía. Em 1568, já padre, estava no Rio de Janeiro. Em 1574, residia numa das Aldeias da Baía. Na Baía continuava em 1584 e 1586, como confessor e língua. Continuava no mesmo em 1589. Em 1598, estava no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, como superior, confessor e língua na Aldeia S. Miguel.

Formação: estudou três anos gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Antônio de Sá - padre

Desconhece-se a sua naturalidade. Quando recebido à Companhia no Brasil, contava com 22 anos. Conhecia a língua brasílica.

Em junho de 1559, estava na capitania do Espírito Santo, ensinando a doutrina cristã aos índios Temiminó.⁵⁴² Por fins de agosto de 1560, foi enviado à Baía para ser ordenado sacerdote.⁵⁴³ Um ano depois, já padre, estava na Aldeia S. Antônio, Baía, atendendo índios.⁵⁴⁴ Em princípios de 1562, passou a residir na Aldeia de S. Pedro, Baía, juntamente com o P. Vicente Fernandes.⁵⁴⁵ Por setembro do mesmo ano, foi enviado a Pernambuco, juntamente com o padre João de Melo.⁵⁴⁶ Ali passou a ocupar-se com pregações aos moradores de Olinda e com a catequese da escravaria espalhada pelos engenhos e fazendas.⁵⁴⁷ Em fins de 1566, estava novamente na Baía, ocupado em ouvir casos de consciência e em doutrinar índios na língua brasílica.⁵⁴⁸ Em 1568, estava de volta a Pernambuco. Dali embarcou, pouco depois, para Portugal, onde entrou na cartuxa.⁵⁴⁹

Formação: a única referência a sua formação é o que consta no catálogo de 1568: estudou um pouco de latim e casos de consciência. Sabia a língua dos índios.

Antônio de Pina - padre

Português. Era dos órfãos vindos de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

⁵⁴² SÁ, Antônio, 1559:48.

⁵⁴³ PEREIRA, 1560:304.

⁵⁴⁴ VALE, 1562:472.

⁵⁴⁵ Idem:484.

⁵⁴⁶ VALE, 1563:7.

⁵⁴⁷ SÁ, Antônio, 1563:36ss.

⁵⁴⁸ Catálogo de 1566:363.

⁵⁴⁹ Lista dos despedidos.

Em fins de 1561, estava na Aldeia Espírito Santo, Baía.⁵⁵⁰ Em novembro de 1566, já padre, continuava na Baía, ouvindo casos de consciência e ajudando na catequese dos índios.⁵⁵¹ Ali continuava em 1568. No ano seguinte, deixou a Companhia e foi para a Cartuxa.⁵⁵²

Formação: estudou latim e casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Manuel de Andrade - *padre*

Desconhece-se sua naturalidade. Recebido à Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1561, participou da fundação da Aldeia S. Cruz, a seis léguas da cidade da Baía, e nela permaneceu por algum tempo com o cargo de intérprete dos padres Antônio Pires e Luis Rodrigues. Dali voltou doente para o Colégio da Baía.⁵⁵³ Em meados de 1565, estava em Ilhéus, ocupado-se com o atendimento espiritual de brancos e índios. Além disso, trabalhava para concluir a igreja e visitava engenhos e fazendas, pregando missões.⁵⁵⁴ Em 1568, residia numa das Aldeias da Baía. Essa é a última referência a ele.

Formação: o catálogo de 1568, diz que sabia um pouco de latim e que conhecia a língua dos índios.

João de S. Sebastião - *irmão*

A única referência que dele se tem é a de que por setembro de 1559 estava na Aldeia S. Paulo, Baía, com o Ir. Pero da Costa.⁵⁵⁵ Deve ter deixado a Companhia em seguida.

1560

VINDOS DE PORTUGAL⁵⁵⁶

Antônio Gonçalves⁵⁵⁷ - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil ainda estudante, com em torno de 28 anos.

⁵⁵⁰ VALE, 1562:471.

⁵⁵¹ Catálogo de 1566:363.

⁵⁵² Lista dos despedidos.

⁵⁵³ BLAZQUEZ, 1561:406; VIOTTI, 1989:181, nota 16.

⁵⁵⁴ PIRES, 1565:261; RODRIGUES, Jorge, 1565:278-279.

⁵⁵⁵ BLAZQUEZ, 1559a:132.

⁵⁵⁶ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 20 de Abril e chegou ao Brasil em fim de Julho deste ano. Conf. ÁLVARES, 1560:275ss; RODRIGUES, Luís, 1563:535.

⁵⁵⁷ Não confundir com os outros quatro Antônio Gonçalves: um irmão recebido no Brasil em 1554 e outros três coadjutores temporais, um recebido no Brasil em 1568, outro em 1584 e outro vindo de Angola em 1594.

Por princípios de 1563, já padre, foi enviado pelo P. Luís da Grã, juntamente com o P. Francisco Viegas, para a capitania de Porto Seguro.⁵⁵⁸ Ali ficou encarregado pelo sustento da casa e pelo atendimento espiritual à escravaria, por meio de visitas a fazendas e engenhos.⁵⁵⁹ Permaneceu ali até meados de 1569, quando foi transferido para a capitania de S. Vicente.⁵⁶⁰ Em meados de 1570, estava em Piratininga, ocupando-se com portugueses e índios.⁵⁶¹ Em 1574, residia em S. Vicente. Dez anos depois, 1584, estava na Capitania do Espírito Santo. Ali continuava em 1586, como superior da residência de Vitória, pregador e língua. Em 1589, era consultor, admonitor, prefeito da saúde e confessor dos da casa no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1598. Em 1600, era confessor e língua na Aldeia de S. Barnabé, Rio da Janeiro.

Formação: estudou dois anos gramática e três casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Luiz Rodrigues - padre

Português. Veio ao Brasil ainda estudante. Não se sabe com que idade.

Ainda em 1560, foi ordenado sacerdote. Em princípios de 1561, acompanhou o P. Antônio Pires na fundação da Aldeia Santa Cruz, na Ilha de Itaparica, Baía. Nela permaneceu por algum tempo, indo, depois, residir na Aldeia São João. Em 1562, residiu por algum tempo na Aldeia de Santiago. Atendia os índios auxiliado por um língua. Dali visitava um povoado de portugueses chamado Afonso de Torres, para atender espiritualmente seus moradores. Depois foi residir numa outra aldeia, provavelmente na de Santo André.⁵⁶² Em princípios de 1563, foi transferido para a capitania de Ilhéus, juntamente com o P. Diogo Jácome, para darem princípio a uma residência jesuítica. Ali passou a ocupar-se, sobretudo, com pregações aos brancos, tentando convencê-los a deixar seus vícios.⁵⁶³ Considerado doente demais para continuar na missão brasileira, foi enviado de volta a Portugal em 1565.⁵⁶⁴

RECEBIDOS NO BRASIL

Diogo Fernandes - padre

⁵⁵⁸ VALE, 1563:8.

⁵⁵⁹ GONÇALVES, Antônio, 1566:308-310.

⁵⁶⁰ GRÃ, 1569:163v-164.

⁵⁶¹ ANCHIETA, 1584e:271.

⁵⁶² RODRIGUES, Luís, 1563:535-538; VALE, 1562:495.

⁵⁶³ RODRIGUES, Luís, 1563:538-540; VALE, 1563:5.

⁵⁶⁴ HENRIQUES, 1566a:299-300.

Nascido em Porto Seguro, de pais portugueses. Foi recebido à Companhia em S. Vicente, com aproximadamente 17 anos.⁵⁶⁵

Em 1564, era noviço e morava com o P. Manuel de Paiva na Vila de Vitória. Ali, após a morte do P. Diogo Jácome, em abril de 1565, ficou encarregado pela catequese dos índios da Aldeia Nossa Senhora da Conceição, visitando-a uma vez por semana.⁵⁶⁶ Em 1568, estava no Colégio da Baía, estudando latim e preparando-se para o sacerdócio. Foi ordenado sacerdote em 1572, sendo o primeiro jesuíta nascido no Brasil a receber as ordens sacras.⁵⁶⁷ Em 1574, estava novamente em Vitória, com o cargo de confessor. Ali continuava dez anos depois, trabalhando na conversão dos índios. Em 1586, era superior, confessor e língua nas aldeias Nossa Senhora da Conceição e São João, na Capitania do Espírito Santo. Três anos mais tarde, em 1589, era superior e língua na Aldeia São Cristóvão e, em 1595, estava na Aldeia de Reritiba,⁵⁶⁸ sempre na Capitania do Espírito Santo. Ali continuava em 1598, com o cargo de superior na Aldeia Nossa Senhora da Assunção. No ano seguinte, estava outra vez na Aldeia de Reritiba e dali fazia entradas pelo sertão adentro para descimento de índios.⁵⁶⁹ Em 1600, continuava na Aldeia de Reritiba, na qual era superior e língua.

Formação: estudou quatro anos lingua latina e casos de consciência o necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Rodrigo de Freitas - padre

Português, da diocese de Braga. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 48 anos.

Já em 1558 estava querendo ingressar na Companhia. Neste ano, Nóbrega encarregou-o, ainda como leigo, de tomar conta da escola dos meninos na Baía. Não podia ser recebido na ordem sem antes livrar-se de alguns embaraços e obrigações.⁵⁷⁰ Em 1566, já padre, estava na Baía, com o cargo de ministro do Colégio.⁵⁷¹ Dois anos mais tarde, estava em Pernambuco, onde era superior da residência. Em 1574, residia na Capitania do Espírito Santo. Dez anos depois, em 1584, estava novamente exercendo o cargo de ministro no Colégio da Baía. Em 1586, era confessor na igreja do Colégio da Baía e consultor do reitor. Ali continuava em 1589, com os cargos de consultor do reitor, prefeito das coisas espirituais e confessor dos da

⁵⁶⁵ Catálogo de 1562:456.

⁵⁶⁶ COSTA, 1565:271-272.

⁵⁶⁷ VIOTTI, 1989:150, nota 64.

⁵⁶⁸ ANCHIETA, 1595:422.

⁵⁶⁹ RODRIGUES, Pero, 1599:473v.

⁵⁷⁰ NÓBREGA, 1558:458-459; NÓBREGA, 1559c:116.

⁵⁷¹ Catálogo de 1566:363.

casa e da igreja. Posteriormente, foi por alguns anos mestre de noviços na Baía.⁵⁷² Em 1600, continuava no Colégio da Baía, com o ofício de confessor dos de casa.

Formação: estudou gramática e casos de consciência tanto quanto foi necessário para as ordens sacras.

Antônio Dias⁵⁷³ - *padre*

Português, de Lisboa. Recebido à Companhia no Brasil com aproximadamente 21 anos.

Em 1566, já padre, estava na Aldeia Santiago, na Baía.⁵⁷⁴ Dois anos depois, residia no Colégio da Baía e estudava latim. Em meados de 1569, foi enviado para a capitania de Porto Seguro,⁵⁷⁵ onde continuava em 1574, como confessor e língua. Dez anos depois, estava novamente na Baía, encarregado do atendimento aos índios da Aldeia Espírito Santo. Nessa mesma Aldeia continuava em 1589, com os cargos de superior e língua, e nela permaneceu até 1592, quando foi chamado pelo reitor do Colégio da Baía, Fernão Cardim, a retirar-se dela por causa de queixas contra seu proceder em relação ao tratamento dado aos índios. Após algum tempo no colégio, retornou para a mesma Aldeia, enviado pelo provincial Marçal Beliarte.⁵⁷⁶ Por 1594, conduziu uma missão à Serra do Arari, saída de Salvador e que trouxe em torno de 400 índios para as Aldeias do litoral da Baía.⁵⁷⁷ Em 1598, estava na Aldeia Nossa Senhora da Conceição, da capitania do Espírito Santo, na qual desempenhava o cargo de superior. Dois anos depois, em 1600, era confessor e língua na Aldeia de Reritiba, no Espírito Santo, e dali visitava outra aldeia, distante em torno de cinco léguas.

Formação: estudou três anos de latim e um casos de consciência. Sabia a língua brasileira.

Adão Gonçalves⁵⁷⁸ - *padre*

Português, da diocese de Braga. Recebido à Companhia na Baía, com aproximadamente 39 anos.

Em fins de 1567, já padre, estava em S. Vicente, atendendo os brancos e catequizando os índios dos arredores.⁵⁷⁹ Ali continuava em 1570, com as mesmas ocupações.⁵⁸⁰ Em 1574,

⁵⁷² BELIARTE, 1592a.

⁵⁷³ Em 1596, foi recebido à Companhia outro Antônio Dias, coadjutor temporal. Não confundir.

⁵⁷⁴ Catálogo de 1566:364.

⁵⁷⁵ GRÃ, 1569:163-163v.

⁵⁷⁶ ARAÚJO, 1592; ARMÍNIO, 1593:124.

⁵⁷⁷ RODRIGUES, Pero, 1599:473v-474.

⁵⁷⁸ Antes de ingressar na Companhia, teve um filho com uma índia em São Vicente, chamado Bartolomeu Gonçalves, que também ingressou na Companhia em 1564. Conf. VIOTII, 1984:272, nota 3.

era superior da residência de Piratininga. Dez anos depois, estava no Colégio do Rio de Janeiro, onde continuava em 1586, com os ofícios de confessor e língua. Em 1589, continuava no mesmo colégio e com os mesmos ofícios e ali faleceu em março de 1593.⁵⁸¹

Formação: os catálogos silenciam em relação à sua formação acadêmica. Deve ter estudado latim, mas não muito, pois o catálogo de 1568, afirma que não sabe latim; também deve ter estudado casos de consciência, dado que o catálogo de 1584 confirma, pois diz que sabe casos de consciência. Também sabia a língua brasílica.

Vicente Fernandes⁵⁸² - *padre*

Neste ano, já padre, rezou missa na Aldeia Santiago, Baía. Em princípios de 1562, foi residir na recém fundada Aldeia Bom Jesus, Baía, encarregando-se da catequese dos índios desse aldeamento; tinha por companheiro o Ir. Antônio de Sá.⁵⁸³ Em 1568, estava no noviciado da Baía. Depois disso, não há mais referências a ele.

Antônio Leitão - *estudante*

Recebido na Baía com 18 anos. Neste ano de 1560, acompanhava o P. Rui Pereira no atendimento aos índios da Aldeia de S. Paulo.⁵⁸⁴ Essa é a única referência a ele.

Baltazar Gonçalves - *estudante*

Como seu nome não entrou em nenhum catálogo, não se sabe sua idade e origem. Recebido à Companhia na capitania de S. Vicente. Conhecia a língua brasílica. Ainda noviço, foi levado para a Baía pelo provincial Luís da Grã por agosto de 1560.⁵⁸⁵ Depois disso, não há mais referências a ele.

Antônio de Melo - *estudante*

Como seu nome não entrou em nenhum catálogo, não se sabe sua idade e origem. Também foi recebido à Companhia na capitania de S. Vicente e, ainda noviço, levado para a

⁵⁷⁹ FERNANDES, Baltasar, 1567:424; FERNANDES, Baltasar, 1568:459.

⁵⁸⁰ ANCHIETA, 1584e:271.

⁵⁸¹ VIOTTI, 1984:272, nota 3.

⁵⁸² S. Leite conjectura que pode ser o Ir. Vicente Mestre – ver nota 333, acima.

⁵⁸³ VALE, 1562:484.

⁵⁸⁴ PEREIRA, 1560:289 e 294.

⁵⁸⁵ Idem:304.

Baia pelo provincial Luís da Grã por agosto de 1560.⁵⁸⁶ Depois disso, não há mais referências a ele.

Pero Peneda – *estudante*

Como seu nome não entrou em nenhum catálogo, não se sabe sua idade e origem. Também ele foi recebido à Companhia na capitania de S. Vicente e, ainda noviço, levado para a Baía pelo provincial Luís da Grã por agosto de 1560.⁵⁸⁷ Depois disso, não há mais referências a ele.

Pero Rodrigues⁵⁸⁸ - *estudante*

Recebido à Companhia na Baía.⁵⁸⁹

Em princípios de 1561, logo após a fundação da Aldeia de Santa Cruz, na Baía, foi residir nela com o cargo de intérprete dos padres Antônio Pires e Luis Rodrigues.⁵⁹⁰ Em 1566, residia na Aldeia Santiago, Baía, em companhia do P. Antônio Dias.⁵⁹¹ Dois anos depois, era estudante de latim no Colégio da Baía. Ainda estudante, foi despedido da Companhia em 1569.⁵⁹²

Simão do Rego – *estudante*

A única referência a ele é a de que faleceu por este ano.⁵⁹³

Simão Jorge - *estudante*

Português. Recebido à Companhia em S. Vicente, não se sabe com que idade, mas não devia ser muito novo, pois já fora casado duas vezes.⁵⁹⁴ Em princípios de 1562, continuava na capitania de S. Vicente.⁵⁹⁵ Essa é a última referência a ele. Sabia a língua brasílica.

⁵⁸⁶ Idem.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ O nome dele vem, por vezes, confundido com o de Paulo Rodrigues. Além disso, não deve ser confundido com o P. Pero Rodrigues, que veio ao Brasil em 1594.

⁵⁸⁹ Em 1568, contava com 18 anos, e diz dele o catálogo: “a 7 que fue admitido en Casa y depues en la Compañia.”

⁵⁹⁰ VIOTTI, 1989:181, nota 16.

⁵⁹¹ Catálogo de 1566:365.

⁵⁹² Lista dos despedidos.

⁵⁹³ LEITE, HCJB I:576.

⁵⁹⁴ NÓBREGA, 1561a:337-338.

⁵⁹⁵ Catálogo de 1562:457.

Jorge Velho – *estudante*

Natural de S. Vicente, de pais portugueses, e ali recebido à Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em novembro de 1566, estava no Colégio da Baía, com o cargo de despenseiro.⁵⁹⁶ Dois anos depois, era estudante de latim no mesmo Colégio da Baía. Ali continuava em 1574. Nesse ano acompanhou o P. João Pereira na expedição que foi em busca de ouro. Pouco depois, ainda estudante, foi despedido da Companhia.⁵⁹⁷

1561**VINDOS DE PORTUGAL**⁵⁹⁸**Francisco Viegas** - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio de Portugal já padre, com aproximadamente 21 anos.

Logo que aqui chegou, foi enviado para a capitania de Ilhéus, onde passou a ocupar-se com o atendimento espiritual aos moradores da vila.⁵⁹⁹ Pouco tempo ficou ali, pois, em meados de 1562, estava já no Colégio da Baía, ajudando no atendimento em confissões e lecionando latim.⁶⁰⁰ Em princípios de 1563, foi enviado para a capitania de Porto Seguro.⁶⁰¹ Após causar escândalo com cartas que escrevia e coisas que falava nas pregações, foi despedido pelo provincial Luís da Grã para Portugal na primeira metade de 1565. Em Portugal foi despedido da Companhia.⁶⁰²

Scipião Comitoli - *estudante*

Italiano.

Assim que chegou ao Brasil foi, juntamente com o P. Francisco Viegas, à capitania de Ilhéus. Ali passou a dedicar-se à conversão dos índios em visitas a suas aldeias e à aprendizagem da língua brasílica. Em pouco tempo, porém, ficou doente e foi recolhido no Colégio da Baía.⁶⁰³ Depois disso não há mais referências a ele.

⁵⁹⁶ Catálogo de 1566:363.

⁵⁹⁷ Lista dos despedidos.

⁵⁹⁸ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa em novembro. Não se sabe exatamente quando aportou no Brasil. Conf. LEITE, HCJB I:562.

⁵⁹⁹ VALE, 1562:485-486.

⁶⁰⁰ Idem:488.

⁶⁰¹ VALE, 1563:9.

⁶⁰² PIRES, Antônio, 1565:261; HENRIQUES, 1566a:299-300.

⁶⁰³ VALE, 1562:486-487.

RECEBIDOS NO BRASIL

Diogo Nunes - *padre*

Natural de São Vicente, de pais portugueses. Recebido à Companhia em S. Vicente, com aproximadamente 12 anos.

Após algum tempo em São Vicente, foi à Baía fazer o noviciado. Em 1566, ainda estudante, estava na Aldeia S. Antônio, Baía, em companhia do P. Simeão Gonçalves.⁶⁰⁴ Em 1568, estava de volta ao Colégio da Baía e estudava latim. Em 1574, residia em uma das Aldeias da Baía. Dez anos mais tarde, em 1584, já padre, conduziu uma entrada missionária saída de Salvador e que penetrou os interiores da Baía até a Serra de Arari, que durou 10 meses e que trouxe em torno de 200 índios para as Aldeias da Baía.⁶⁰⁵ De volta, foi residir na capitania de Ilhéus, onde tornou-se o superior da residência. Em 1586, era confessor e língua na Aldeia São Miguel, em Piratininga. Três anos depois, em 1589, era superior e língua na Aldeia São Barnabé, no Rio de Janeiro. Por volta de 1593, estava em Pernambuco e foi até o Rio Grande do Norte a fim de recrutar 800 flecheiros para a guerra contra os Aimoré.⁶⁰⁶ Em 1598, continuava em Pernambuco, residindo na Aldeia Nossa Senhora da Apresentação. Dois anos depois, em 1600, andava numa missão ao Rio Grande, entre os Potiguara, juntamente com o P. Gaspar Samperes.⁶⁰⁷

Formação: estudou quatro anos gramática latina e dois anos casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Francisco da Costa - *estudante*

Recebido à Companhia com em torno de 20 anos. Em 1566, era porteiro no Colégio da Baía.⁶⁰⁸ Ali continuava em 1568, estudando latim e casos de consciência. Depois disso não há mais notícias dele.

1562

RECEBIDOS NO BRASIL

Gaspar da Mota - *estudante*

A única referência a ele é a de que em abril de 1562 estava na Companhia na capitania de S. Vicente.⁶⁰⁹

⁶⁰⁴ Catálogo de 1566:366.

⁶⁰⁵ ANCHIETA, 1582:310.

⁶⁰⁶ VIOTTI, 1984:326, nota 16.

⁶⁰⁷ RODRIGUES, Pero, 1600c.

⁶⁰⁸ Catálogo de 1566:364.

Antônio de Sousa - estudante

Assim como Gaspar de Mota, a única referência a ele é a de que em abril de 1562 estava na Companhia na capitania de S. Vicente.⁶¹⁰

Antônio do Campo - estudante

Também dele só se tem a referência de que em abril de 1562 estava na Companhia na capitania de S. Vicente.⁶¹¹

1563**VINDOS DE PORTUGAL⁶¹²****Quirício Caxa - padre**

Espanhol, da diocese de Cuenca. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 25 anos e indicado ao ensino, com o que, de fato, mais se ocupou.

Logo que aqui chegou, passou a pregar aos moradores de Salvador e a atender suas confissões.⁶¹³ Permaneceu no Colégio da Baía toda sua vida no Brasil. Em 1566, com os cargos de prefeito dos estudos, professor de casos de consciência, confessor e pregador;⁶¹⁴ em 1568, como professor de casos de consciência e como pregador; em 1574, como professor de teologia e casos de consciência. De 1576 a 1578, foi interinamente reitor do Colégio, enquanto o P. Gregório Serrão estava na Europa.⁶¹⁵ Em 1586, continuava ali e exercia os ofícios de confessor, pregador e consultor; em 1589, novamente como professor de teologia, mas mantendo os cargos de consultor, predicador e confessor; em 1598, era professor de casos de consciência e pregador. Ali no Colégio da Baía faleceu, em fevereiro de 1599.

Formação: completou o curso de artes liberais e por dois anos estudou teologia.

Baltazar Álvares – padre

Espanhol, da diocese de Astorga. Veio ao Brasil como coadjutor temporal, mas posteriormente foi ordenado sacerdote. Contava com aproximadamente 21 anos.

Logo que aqui chegou, passou a dedicar-se ao estudo da língua brasílica em aldeamentos da Baía, residindo em várias deles: em 1564, residia na Aldeia São João,

⁶⁰⁹ Catálogo de 1562:457.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 15 de Fevereiro e chegou à Baía a 01 de Maio. Conf. ANÔNIMO, 1562:517; PINA, 1563:23ss.

⁶¹³ BLAZQUEZ, 1564b:86.

⁶¹⁴ Catálogo de 1566:363.

⁶¹⁵ VIOTTI, 1589:71, nota 83.

juntamente com o P. Gaspar Lourenço;⁶¹⁶ dois anos depois, já padre, morava na Aldeia São Paulo.⁶¹⁷ Em 1568, estava em Ilhéus. Ali tinha a seu cargo a catequese dos índios e, por algum tempo, foi superior da residência.⁶¹⁸ Em 1574, estava no Colégio do Rio de Janeiro, onde lhe foi confiada a Aldeia São Lourenço. Por volta de 1580, fez dali do Rio de Janeiro, uma entrada para o interior, para descimento de índios. Com os índios que desceu, auxiliado por um irmão que o acompanhava e pelo P. João Lobato, deu início à Aldeia São Barnabé.⁶¹⁹ Dez anos depois, em 1584 continuava no Colégio do Rio de Janeiro, atendendo os índios da Aldeia São Lourenço e sendo admonitor e consultor do reitor. Em 1585, com a ida do P. Inácio Tolosa à Congregação provincial na Baía, assumiu interinamente o cargo de reitor do Colégio do Rio de Janeiro por quase um ano. Faleceu em julho de 1586.⁶²⁰

Formação: estudou dois anos de latim. Também estudou e aprendeu a língua brasílica.

Sebastião Pina – *padre*

Português, natural de Figueiro. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Seu primeiro ofício no Brasil foi o de instruir os meninos da escola de ler e escrever no Colégio da Baía.⁶²¹ Ali continuava em 1566, já padre, com o ofício de confessor,⁶²² e em 1568, novamente encarregado da instrução dos meninos da escola de ler e escrever. Em 1574, era superior na residência de Ilhéus. Além disso, confessava os moradores da vila e também instruía os meninos da escola de ler e escrever. Três anos depois, em 1577, estava na Baía e foi despedido da Companhia.⁶²³

Formação: estudou latim e casos de consciência.

Luiz Carvalho – *estudante*

Português. Veio ao Brasil doente, sofria de epilepsia. Logo que aqui chegou, passou a lecionar latim no Colégio da Baía.⁶²⁴ Tido por doente demais para atuar na missão brasileira, foi enviado de volta a Portugal pelo provincial Luis da Grã em 1565.⁶²⁵

⁶¹⁶ BLAZQUEZ, 1564a:57.

⁶¹⁷ Catálogo de 1566:364.

⁶¹⁸ ANCHIETA, 1596b:120-121.

⁶¹⁹ Idem:139-140.

⁶²⁰ Idem:141.

⁶²¹ BLAZQUEZ, 1564b:86.

⁶²² Catálogo de 1566:363.

⁶²³ Lista dos despedidos.

⁶²⁴ BLAZQUEZ, 1564b:86.

⁶²⁵ HENRIQUES, 1566a:299.

RECEBIDOS NO BRASIL

Duarte Fernandes – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 50 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1566, estava na Baía, com a referência “trabalhador”⁶²⁶ Ali permaneceu por vários anos: em 1568, exercendo o ofício de comprador, em 1574, ajudando o colégio com seus ministérios. Ainda estava ali em 1586, com o ofício de porteiro. Em 1589, estava na residência de Boipeba, Baía, onde continuava em 1600, sempre exercendo ofícios domésticos.

Miguel de Queiroz - *estudante*

Português, nascido em Guimarães. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1566, era mestre de latim na Baía.⁶²⁷ Dois anos depois, era estudante de latim e porteiro no Colégio da Baía. Em 1574, continuava no Colégio da Baía, ouvindo o curso de artes e lecionando latim. O catálogo deste ano, indica que era fraco de compleição. Não há mais referência posterior a ele.

1564

RECEBIDOS NO BRASIL

Jerônimo Veloso – *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido à Companhia com aproximadamente 24 anos.

Em 1566 exercia o ofício de sotoministro no Colégio da Baía.⁶²⁸ Dois anos depois, residia em Pernambuco. Ali continuava em 1574, já padre, com o cargo de sotoministro, e em 1586, com os cargos de procurador e ministro do Colégio. Em 1589, estava ainda no Colégio de Pernambuco, como procurador e confessor. Por volta de 1592, passou algum tempo na capitania da Paraíba, ocupando-se com a catequese dos índios.⁶²⁹ Em 1598, estava no Colégio da Baía e, em 1600, era superior e confessor na residência de Boipeba, Baía.

Formação: estudou quatro anos de latim e casos de consciência tanto quanto foi necessário para as ordens sacras.

⁶²⁶ Catálogo de 1566:365.

⁶²⁷ Idem:364.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ TRAVASSOS, 1592.

João Lobato - padre

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1568, estava na Capitania do Espírito Santo. Em 1574, já padre, era estudante e língua no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava dez anos depois, encarregado pelo atendimento espiritual aos índios. O mesmo fazia em 1586. Em 1589, era superior e língua na Aldeia São Lourenço, Rio de Janeiro e, em 1598, superior na Aldeia São Barnabé, Rio de Janeiro. Em 1600, continuava no mesmo ofício e ainda atendia aos índios das proximidades de Macacu.

Formação: estudou três anos latim e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Bartolomeu Gonçalves - estudante

Natural de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos. Seu pai, Adão Gonçalves, ingressou na Companhia antes dele, em 1561.⁶³⁰

Em 1568, estava no Colégio da Baía, terminando o noviciado. Ali continuava em 1574, estudando filosofia. Ali faleceu dois anos depois, em março de 1576.⁶³¹

Cristovão de Freitas⁶³² - estudante

Português, de Lisboa. Recebido à Companhia com aproximadamente 21 anos.

Em 1568, estava no Colégio da Baía, estudando humanidades. Ali continuava em 1574, estudando latim e ali faleceu dois anos depois, em 1576.⁶³³

Pero Gonçalves - irmão

Por ser anterior aos catálogos, não se sabe sua origem e idade. Em princípios de 1564, assistia aos índios da Aldeia Nossa Senhora da Conceição, no Espírito Santo, infestados por uma epidemia de varíola. Adoeceu nessa ocupação e faleceu em novembro do mesmo ano de 1564. Não sabia ler e sua ocupação sempre havia sido a de fazer serviços braçais.⁶³⁴

⁶³⁰ Ver acima, ano de 1561.

⁶³¹ VIOTTI, 1984:272, nota 3.

⁶³² Houve outro Cristóvão de Freitas, recebido na Companhia em 1589. Não confundir.

⁶³³ LEITE, HCJB I:577.

⁶³⁴ COSTA, 1565:266ss.

1565

RECEBIDOS NO BRASIL

Pantaleão Gonçalves - *padre*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1566, estava com P. Baltasar Álvares na Aldeia S. Paulo, Baía, provavelmente estudando a língua brasílica.⁶³⁵ Dois anos depois, continuava em alguma das Aldeias da Baía. Em 1574, estava, como estudante e língua, em Pernambuco e, em 1584, já padre, residia em Piratininga, onde ouvia confissões e pregava na língua brasílica. Nesta época, pedia para deixar a Companhia.⁶³⁶ Em 1586, era confessor e língua na Aldeia São João, Baía. Pouco depois, deixou a Companhia;⁶³⁷ no catálogo de 1589 ele já não consta mais.

Formação: estudou latim e casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Manuel de Couto⁶³⁸ (sênior) - *padre*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 24 anos.

Em 1568, era noviço no Colégio da Baía e desempenhava o cargo de despenseiro. Ali continuava em 1574, estudando latim. Nesse tempo em que esteve na Baía, estudou, por algum tempo, a língua brasílica em algum dos aldeamentos. Anos depois, já padre, foi transferido para Pernambuco, onde estava em 1581, ocupando-se com o atendimento espiritual aos moradores locais.⁶³⁹ Ali continuava em 1584. Em 1586, era superior e língua na capitania de Porto Seguro e, em 1589, confessor e língua na capitania de Ilhéus. Em 1598, estava no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, como confessor e língua, mas nesse mesmo ano voltou para Portugal.

Formação: estudou quatro anos de gramática latina e casos de consciência tanto quanto necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

⁶³⁵ Catálogo de 1566:366.

⁶³⁶ LEITE, Monumenta IV:366, nota 17.

⁶³⁷ Lista dos despedidos.

⁶³⁸ Houve outro Manuel de Couto, mais jovem e recebido na Companhia em 1579. Ver abaixo, ano de 1579. Nos catálogos, a distinção entre os dois aparece, por vezes, com as indicações “sênior” para um e “júnior” para outro.

⁶³⁹ ANCHIETA, 1582:320.

João de Sousa⁶⁴⁰ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 24 anos.

Em fins de 1567, residia em São Vicente⁶⁴¹ Ali continuava em 1568, servindo em ofícios da casa. Em 1570, estava em Piratininga⁶⁴² e, em 1574, num dos aldeamentos da Baía, aprendendo a língua brasílica.⁶⁴³ Essa é a última referência a ele; já não consta mais no catálogo de 1584.

Pero Dias⁶⁴⁴ - *estudante*

A única informação que dele há, é a de foi que recebido à Companhia no Brasil e de que em 1566 era noviço na Baía. No catálogo de 1568, já não aparece mais.⁶⁴⁵

Ambrósio - *estudante*

Também dele só há a informação de que era nascido no Brasil e de que em 1566 era noviço na Baía.⁶⁴⁶

Domingos Borges - *estudante*

Desconhece-se sua naturalidade. Recebido à Companhia com aproximadamente 22 anos. Sabia a língua brasílica.

Em princípios de 1566, estava em Porto Seguro, encarregado da escola de ler e escrever e, pregando aos domingos e dias santos à escravaria na língua brasílica. Também era intérprete em confissões e desempenhava outros ofícios na casa.⁶⁴⁷ Em 1568, estava no Colégio da Baía, onde era noviço e desempenhava o cargo de cozinheiro. Foi despedido da Companhia antes de 1574.⁶⁴⁸

⁶⁴⁰ Não confundir com o Ir. João de Sousa recebido na Companhia em 1550 e que foi morto pelos índios em 1554.

⁶⁴¹ FERNANDES, Baltasar, 1567:424.

⁶⁴² ANCHIETA, 1570:271.

⁶⁴³ O catálogo de 1574, afirma que foi recebido em 1573. Deve ser um erro, a não ser que houvesse outro João de Sousa ingressado nesse ano, com a mesma idade, o que é pouco provável.

⁶⁴⁴ Não confundir com o outro Pero Dias que veio de Portugal em 1566. Ver abaixo, ano de 1566.

⁶⁴⁵ Catálogo de 1566:365.

⁶⁴⁶ Idem.

⁶⁴⁷ GONÇALVES, Antônio, 1566:310.

⁶⁴⁸ Lista dos despedidos.

1566

VINDOS DE PORTUGAL⁶⁴⁹**Inácio de Azevedo** – *padre, visitador*

Português, natural de Porto. Veio ao Brasil como representante do superior Geral da ordem, para verificar o estado da província brasileira. Contava 40 anos.

Chegou à Baía a 24 de agosto. Ali fez logo uma reunião com os padres do colégio e dos aldeamentos para explicar-lhes a razão de sua vinda e leu a patente que trazia do Geral Francisco de Borja. Em novembro, seguiu para as capitanias do sul, visitando cada uma delas, até chegar a S. Vicente, em março de 1567.⁶⁵⁰ Ficou ali três ou quatro meses, e retornou para a Baía, onde só chegou em abril de 1568, por causa dos ventos contrários. Visitou, então, a capitania de Pernambuco e, ainda no mesmo ano, retornou para a Europa. Ali, depois de dar conta de sua visita ao geral Francisco de Borja, começou a angariar missionários jesuítas para o Brasil e, em princípios de junho de 1570, embarcou em Lisboa para o Brasil com uma expedição missionária de 73 jesuítas, a maior já organizada para o Brasil. A 15 de julho, a embarcação em que vinha foi assaltada por piratas nas ilhas Canárias e ele foi morto, juntamente com outros 39 jesuítas. Dias depois, eram mortos os outros jesuítas que vinham em outra embarcação e que faziam parte da mesma expedição.⁶⁵¹

Amaro Gonçalves⁶⁵² - *padre*

Português, natural de Chave. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 28 anos.

Logo que aqui chegou, assumiu o cargo de mestre dos noviços na Baía.⁶⁵³ Em 1568, era pregador em Pernambuco. Ali continuava em 1574, como superior da residência. Depois disso não há mais referência a ele.

Formação: estudou humanidades, fez o curso de artes e ouviu alguma teologia.

Antonio da Rocha – *padre*

Português, da diocese do Porto. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 28 anos.

Em 1568, era superior da residência da capitania do Espírito Santo. Ali continuava em 1569, narrando as tentações contra a castidade que sofria no Brasil e da pouca consolação que

⁶⁴⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa antes de 6 de Junho e chegou à Baía a 23 de Agosto desse ano. Conf. HENRIQUES, 1566b:338ss; HENRIQUES, 1566c:347ss; LEITE, HCJB I:563.

⁶⁵⁰ AZEVEDO, 1566:367ss; AZEVEDO, 1567:382ss.

⁶⁵¹ LEITE, Monumenta IV, p.73*-74*.

⁶⁵² Houve outro Amaro Gonçalves recebido à Companhia no Brasil em 1573 e despedido depois. Não confundir.

⁶⁵³ Catálogo de 1566:363.

os jesuítas conseguiam no trabalho com os índios.⁶⁵⁴ Em 1574, era confessor na Baía. Por fins de 1583, assumiu o cargo de superior da residência de Ilhéus,⁶⁵⁵ cargo que ainda ocupava em 1589. Em 1592, estava no Colégio da Baía.⁶⁵⁶ Ali faleceu no ano seguinte.⁶⁵⁷

Formação: estudou gramática latina e casos de consciência.

Baltazar Fernandes⁶⁵⁸ - padre

Português, do Porto. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 28 anos.

Até fins de novembro deste ano de 1566, permaneceu na Baía. A partir de então, acompanhou o visitador P. Inácio de Azevedo em sua visita às capitâneas do sul. Quando chegaram a São Vicente, por março de 1567, permaneceu ali até novembro do mesmo ano, quando mudou-se para Piratininga, onde passou a ocupar-se com a conversão dos índios em visitas a suas aldeias.⁶⁵⁹ Ali continuava em 1568. Por meados de 1570, estava em S. Vicente, ocupando-se em confessar e ensinar a portugueses e índios.⁶⁶⁰ De 1573 a 1575, foi superior da residência de Vitória. Em 1581, estava no Colégio da Baía, atendendo os escravos da Guiné e intruindo-os nas coisas da fé. Para melhor poder atendê-los, pôs-se a estudar sua língua.⁶⁶¹ Depois disso, desempenhou, por alguns anos, o cargo de superior na residência de Porto Seguro. Em 1586, era confessor, pregador e língua no Colégio da Baía e andava em missões por engenhos e fazendas. Permaneceu nesse ofício o restante do século XVI.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e 1 ano casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Pero Dias⁶⁶² - padre

Português, da diocese de Viseu. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 22 anos.

Logo que chegou ao Brasil, foi residir na Aldeia Santiago, em companhia do P. Antonio Dias.⁶⁶³ Em 1568, residia no Colégio da Baía, onde era professor de humanidades. Em 1574, era estudante do curso de artes no Colégio da Baía. Dois anos depois, já padre,

⁶⁵⁴ ROCHA, 1569.

⁶⁵⁵ GOUVEIA, 1583c:341.

⁶⁵⁶ GOUVEIA, 1582a.

⁶⁵⁷ LEITE, Monumenta IV:339, nota 9.

⁶⁵⁸ Houve outro Baltazar Fernandes, estudante, recebido no Brasil em 1568. Ver abaixo, ano de 1568.

⁶⁵⁹ FERNANDES, Baltazar, 1567:422ss.

⁶⁶⁰ ANCHIETA, 1570:271.

⁶⁶¹ ANCHIETA, 1582:312.

⁶⁶² Não confundir com o Pero Dias recebido na Companhia no Brasil em 1565. Ver acima, ano de 1565.

⁶⁶³ Catálogo de 1566:365.

estava em Pernambuco, onde lecionava casos de consciência. Por volta de 1580, partiu para a Europa a fim de ingressar na Cartuxa.⁶⁶⁴

Formação: a única referência à sua formação é do catálogo de 1568: estudou latim. Deve ter estudado, também, alguma coisa de teologia.

Estevão Fernandes - padre

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 28 anos.

Logo que aqui chegou, foi residir na Aldeia São João, na Baía, em companhia do P. João Pereira, certamente para aprender a língua brasílica.⁶⁶⁵ Permaneceu pelos aldeamentos da Baía por vários anos. Neles continuava em 1574. Em 1584, residia no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, atendendo a vários ofícios. Em 1589, já padre, andava em missões por engenhos e fazendas da Baía, em companhia do P. Baltasar Fernandes. Faleceu em agosto de 1595.⁶⁶⁶

Formação: os catálogos até sua morte não apresentam sua formação. Deve ter estudado latim e casos de consciência. Aprendeu a língua brasílica.

Miguel do Rego - padre

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 34 anos.

Logo que aqui chegou, foi residir na Aldeia Espírito Santo, na Baía.⁶⁶⁷ Em 1568, era noviço e continuava em algum dos aldeamentos da Baía. Em 1574, era confessor e responsável pela instrução dos meninos na capitania de Ilhéus. Em 1584, já padre, estava no Colégio da Baía. Dois anos mais tarde, residia na Aldeia São Lourenço, no Rio de Janeiro. Ali continuava em 1589 e, em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1600, estava novamente no Colégio da Baía, desempenhando o ofício de confessor da igreja.

Formação: estudou latim e casos de consciência. Aprendeu a língua brasílica.

Antônio Aranda - padre

Português, da diocese de Lamego. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 23 anos.

⁶⁶⁴ LEITE, Monumenta IV, p. 339, nota 10.

⁶⁶⁵ Catálogo de 1566:365.

⁶⁶⁶ LEITE, Monumenta IV:340, nota 11.

⁶⁶⁷ Catálogo de 1566:363.

Logo que aqui chegou, assumiu o ofício de sacristão no Colégio da Baía.⁶⁶⁸ Continuava nesse ofício em 1568. Em 1574, já padre, era confessor e língua em Pernambuco. Dez anos depois, em 1584, estava na Capitania de Ilhéus e, em 1586, na capitania de Porto Seguro, desempenhando os ofícios de confessor, pregador e língua. Permaneceu em Porto Seguro e nos mesmos ofícios o restante do século XVI.

Formação: estudou seis anos latim, um ano dialética e dois anos casos de consciência. Aprendeu a língua brasílica.

RECEBIDO NO BRASIL

Antônio Leão – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 28 anos.

Em 1574, residia em Piratininga. Em 1584, estava no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava dois anos depois, exercendo os ofícios de sacristão e roupeiro. No mesmo lugar e ofício estava em 1589. Em 1598, residia novamente em Piratininga. Ali continuava em 1600. O catálogo de 1598 indica que sempre exerceu ofícios domésticos.

Domingos Gonçalves - *estudante*

Português, nascido na Vila Gouveia. Veio ao Brasil em 1566, ainda não jesuíta, mas no mesmo ano ingressou na Companhia no Brasil. Contava aproximadamente 15 anos.

Em novembro de 1566, era noviço no Colégio da Baía e desempenhava o ofício de cozinheiro.⁶⁶⁹ Dois anos mais tarde, ainda noviço, estava em algum dos aldeamentos da Baía, certamente aprendendo a língua brasílica. Em 1574, estudava latim no Colégio da Baía. Pouco depois, foi despedido da Companhia.⁶⁷⁰

Antônio de Andrade - *estudante*

Português, nascido em Fonte Arcada. Veio ao Brasil em 1566, ainda não jesuíta, mas no mesmo ano ingressou na Companhia no Brasil. Contava aproximadamente 16 anos.

Em novembro de 1566, era noviço no Colégio da Baía e desempenhava o ofício de cozinheiro.⁶⁷¹ Dois anos depois, ainda noviço, encontrava-se num dos aldeamentos da Baía,

⁶⁶⁸ Idem:364.

⁶⁶⁹ Idem:365.

⁶⁷⁰ Lista dos despedidos.

⁶⁷¹ Catálogo de 1566:365.

certamente aprendendo a língua brasílica. Em 1574, estava fazendo o curso de artes no Colégio da Baía. Depois disso, não há mais referências a ele na documentação consultada.⁶⁷²

Jorge de Almeida - *estudante*

Português, natural de Lamego. Ingressou na Companhia no Brasil com aproximadamente 22 anos.

Em 1566, era noviço no Colégio da Baía e exercia o ofício de roupeiro.⁶⁷³ Dois anos depois, estava numa das Aldeias da Baía, provavelmente estudando a língua brasílica. Em 1574, estava de volta ao Colégio da Baía, onde estudava latim. No ano seguinte, foi despedido da Companhia, na Baía.⁶⁷⁴

Francisco Ribeiro – *estudante*

Por ser anterior aos catálogos, desconhece-se sua origem e idade. Em novembro de 1566, era noviço no Colégio da Baía e desempenhava o ofício de refeiteiro.⁶⁷⁵ Ali faleceu em junho de 1568.⁶⁷⁶

1568

RECEBIDOS NO BRASIL

Sebastião Gomes - *padre*

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1574, estudava filosofia no Colégio da Baía. Dez anos depois, já padre, estava na capitania do Espírito Santo, onde permaneceu o restante do século XVI, ocupando-se nos ofícios de confessor e catequizador dos índios. Em 1598, residia na Aldeia São João e, em 1600, na Aldeia Santo Inácio, ambas da capitania do Espírito Santo.

Formação: estudou seis anos gramática latina, fez o curso de artes liberais e estudou casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Gabriel Gonçalves - *padre*

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

⁶⁷² A Lista dos despedidos apresenta um P. Andrade, confessor, despedido no Colégio da Baía. Acreditamos ser o P. Pedro de Andrade, vindo ao Brasil em 1577 e que não consta mais no catálogo de 1584 (Ver abaixo, ano de 1577) e não o presente Antônio Andrade.

⁶⁷³ Catálogo de 1566:365.

⁶⁷⁴ Lista dos despedidos.

⁶⁷⁵ Catálogo de 1566:365.

⁶⁷⁶ LEITE, HCJB I:577.

Em 1574, estudava filosofia no Colégio da Baía. Em 1584, estava no Colégio de Pernambuco, há dois anos estudando casos de consciência. Dois anos depois, já padre, estava de volta ao Colégio da Baía, onde era confessor e fazia o Curso de Teologia. Em 1589, era pregador no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598, estava em Piratininga e, em 1600, novamente pregador e confessor no Colégio do Rio de Janeiro.

Formação: estudou cinco anos gramática latina, dois anos artes liberais, dois anos casos de consciência e alguns anos teologia.

Francisco Fernandes - padre

Português, da diocese de Braga. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, estudava filosofia no Colégio da Baía. Continuava no Colégio da Baía em 1584, já padre, com o ofício de prefeito da igreja. Em 1586, era confessor e prefeito da igreja no Colégio de Pernambuco. O mesmo ofício ocupava ainda em 1589. Em 1598, estava novamente no Colégio da Baía, onde residiu, por algum tempo, num dos aldeamentos, pois dali foi retirado pelo provincial P. Pero Rodrigues em fins de 1599, por se portar com pouca cautela, colocando em risco sua pureza e o bom odor da Companhia.⁶⁷⁷ Em 1600, era confessor no Colégio da Baía.

Formação: estudou quatro anos a língua latina e quatro anos casos de consciência.

Francisco Pinto - padre

Português, das Ilhas Terceiras. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1574, ainda estudante, residia num dos aldeamentos da Baía, provavelmente dedicando-se ao estudo da língua brasílica. Dez anos depois, já padre, era confessor na capitania de Porto Seguro. Em 1586, pertencia ao Colégio da Baía e andava em missões pelos interiores da Baía, juntamente com o P. Baltasar Fernandes. Em 1589, residia na Aldeia São Miguel, em Pernambuco. Posteriormente, retornou para a Baía, onde estava em 1598, residindo na Aldeia Espírito Santo e dedicando-se à conversão dos índios. Por princípios de 1599, foi enviado pelo provincial Pero Rodrigues a acompanhar o capitão de Pernambuco, Manoel Mascarenhas, numa expedição para estabelecer as pazes com os índios Potiguara do Rio Grande do Norte e da Serra da Copaoba, Paraíba. Foi com ele, por companheiro, o P.

⁶⁷⁷ RODRIGUES, Pero, 1600a.

Gaspar Samperes. Após retornar dessa expedição e recuperar-se no Colégio de Pernambuco, voltou ao Rio Grande do Norte para catequização dos índios anteriormente apaziguados. Permaneceu entre eles por alguns meses e recolheu-se no Colégio de Pernambuco bastante fragilizado.⁶⁷⁸ Ali era, em 1600, ministro e confessor.

Formação: estudou três anos língua latina e três anos casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Custódio Pires - padre

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1574, era estudante no Colégio do Rio de Janeiro e instruía os meninos da escola de ler e escrever. Dez anos depois, em 1584, estava em São Vicente. Em 1586, estava em Pernambuco, na Aldeia São Miguel, aprendendo a língua brasílica. No catálogo de 1589, não consta seu nome. Em 1596, já padre, participou da devolução de 70 índios Carijó, trazidos aprisionados a São Vicente. Foi com o navio que os devolveu até a atual Laguna, SC, juntamente com o P. Agostinho de Matos, estabelecendo contato com os índios da região.⁶⁷⁹ Em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro, responsável pela instrução dos meninos da escola de ler e escrever. Em 1600, era confessor e mestre da escola de ler e escrever em São Vicente.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e três anos casos de consciência.

Estevão da Grã - padre

Africano, da diocese de Ceuta. Recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos.

Em 1574, era estudante no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1584, há quase oito anos exercendo o cargo de procurador do Colégio. Dois anos depois, estudava casos de consciência no mesmo colégio. Em 1589, já padre, era procurador e língua no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598, estava na capitania do Espírito Santo e, em 1600, era ministro e confessor no Colégio da Baía.

Formação: estudou seis anos latim e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens. Sabia a língua brasílica.

⁶⁷⁸ PINTO, 1600; RODRIGUES, Pero, 1599:476v-477.

⁶⁷⁹ LEITE, HCJB I:325.

Manuel Tristão – *coadjutor temporal*

Português, da Ilha de Funchal. Ingressou na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1574, estava na Capitania de Porto Seguro. Ali continuava em 1584. Os catálogos não indicam os ofícios que desempenhava. Em 1586, estava no Colégio da Baía, ajudando em ofícios domésticos. Três anos depois, era enfermeiro no Colégio da Baía. Ali continuava em 1598 e 1600, com o mesmo ofício.

Gonçalo Dias – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 29 anos.

Em 1574, estava na capitania do Espírito Santo. Anos depois, foi transferido para o Colégio do Rio de Janeiro, onde estava em 1584, exercendo o ofício de porteiro. Ali permaneceu o restante do século XVI, sempre exercendo o ofício de porteiro.

Antônio Ribeiro – *coadjutor temporal*

Português, da diocese do Porto. Ingressou na Companhia com aproximadamente 25 anos.

Em 1574, residia em São Vicente e ali permaneceu ao menos até 1586, sempre exercendo ofícios domésticos (os catálogos não indicam quais). Em 1589, residia em Piratininga. Em 1598, estava na capitania do Espírito Santo, ocupado em ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com as mesmas ocupações.

Antônio Gonçalves⁶⁸⁰ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1574, estava em São Vicente. Anos depois, entre 1578 e 1584, foi despedido da Companhia.⁶⁸¹

⁶⁸⁰ Não confundir com os outros Antônio Gonçalves: um irmão recebido no Brasil em 1554, um padre, vindo ao Brasil em 1560, e outros dois coadjutores temporais, um recebido em 1584 e outro vindo da Angola em 1594.

⁶⁸¹ Lista dos despedidos.

Antonio da Fonseca – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1574, era sacristão no Colégio da Baía. Ali continuava em 1584. Em 1586, estava na Capitania de Porto Seguro. Ali permaneceu o restante do século XVI. Os catálogos não indicam os ofícios que exercia.

Baltazar Fernandes⁶⁸² - *estudante*

Português, da diocese do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Neste ano de 1568, era noviço na Baía e ajudava o sacristão no seu ofício. Em 1574, continuava no Colégio da Baía, onde era estudante de latim. Dez anos depois, em 1584, era procurador do Colégio de Pernambuco. Ali faleceu, ainda estudante, em maio de 1584.⁶⁸³

Gaspar Dias - *estudante*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Ainda não consta no catálogo de 1568. Em 1574, estudava latim no Colégio da Baía. Ali foi despedido da Companhia entre 1578 e 1584.⁶⁸⁴

Luis Ribeiro - *estudante*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos.

Ainda não consta no catálogo de 1568. Em 1574, estava em Ilhéus e estudava latim em casa. Ali foi despedido da Companhia em dezembro de 1576.⁶⁸⁵ Sabia a língua brasílica.

1569**VINDOS DE PORTUGAL⁶⁸⁶****Luís da Fonseca – *padre***

⁶⁸² Não confundir com o P. Baltazar Fernandes, vindo ao Brasil em 1566. Ver acima, ano de 1566.

⁶⁸³ ANCHIETA, 1584d:381.

⁶⁸⁴ Lista dos despedidos.

⁶⁸⁵ Idem.

⁶⁸⁶ A expedição que trouxe estes jesuítas ao Brasil, saiu de Lisboa a 09 ou 10 de Novembro deste ano. Não se sabe o dia que aportou no Brasil. Conf. LEITE, HCJB I:564.

Português, dos arredores de Lisboa. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 19 anos.⁶⁸⁷

Em 1574, estava no Colégio da Baía, fazendo o curso de artes. Entre 1583 e 1587, foi reitor no Colégio da Baía, desempenhando, ao mesmo tempo, os ofícios de confessor, pregador e professor nos cursos de Artes Liberais e Casos de Consciência. Em 1589, continuava no Colégio da Baía com os cargos de admonitor e consultor do provincial. Na congregação provincial de 1592, realizada em maio e junho deste ano, foi eleito procurador da província do Brasil e, em função desse cargo, partiu, por fins de setembro de 1592, para Roma, a fim de levar informações do Brasil ao superior geral da Companhia e participar da 5ª Congregação Geral.⁶⁸⁸ Não mais voltou ao Brasil. Faleceu em Madri em junho de 1594.⁶⁸⁹

Formação: estudou quatro anos letras humanas, dois anos teologia e concluiu o curso de artes liberais.

Francisco Leitão – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil com aproximadamente 55 anos.

Em 1574, exercia o ofício de sapateiro no Colégio da Baía. Ali permaneceu o resto de sua vida, ocupando-se com ofícios de casa e, por vários anos, como porteiro do carro. Nos últimos anos de sua vida, sofria com falta de visão. Faleceu no Colégio da Baía em janeiro de 1600.⁶⁹⁰

Francisco Gonçalves⁶⁹¹ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil com aproximadamente 27 anos.

Em 1574, era ajudante do ministro no Colégio da Baía. Ali permaneceu o restante do século XVI, exercendo os ofícios de sotoministro e porteiro.

RECEBIDOS NO BRASIL

Manuel da Costa - *padre*

⁶⁸⁷ S. Leite, apresenta-o como vindo ao Brasil já padre. Isso parece um engano, pois o catálogo de 1574 não apresenta nenhum padre Luís da Fonseca, mas apresenta um estudante com esse nome. Além disso, informa que ele ingressou na Companhia em 1568, com 18 anos. Dificilmente seria já padre no ano seguinte, com tão pouca idade.

⁶⁸⁸ BELIARTE, 1592c:397; ANCHIETA, 1592a:406.

⁶⁸⁹ LEITE, HCJB I:68.

⁶⁹⁰ RODRIGUES, Pero, 1601.

⁶⁹¹ Houve ao todo quatro Francisco Gonçalves, todos coadjutores temporais: este aqui e outros três recebidos no Brasil, um em 1578, outro em 1583 e outro em 1592.

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de São Vicente. Ingressou na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1574, era estudante e língua no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1584. Dois anos depois, ainda estudante, residia temporariamente na Aldeia São Lourenço, Rio de Janeiro, e freqüentava o curso de casos de consciência no Colégio do Rio. Em 1589, já padre, era língua na Aldeia São Cristóvão, na Capitania do Espírito Santo. Tempos depois, foi despedido da Companhia.⁶⁹²

Formação: estudou três anos gramática latina e casos de consciência. Sabia a língua brasileira.

Antônio Gomes - padre

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, era o responsável pelos meninos da escola de ler e escrever no Colégio da Baía. Em 1583, já padre, foi eleito procurador da província.⁶⁹³ Em função desse cargo, partiu para Roma por 1584, levar informações da província do Brasil ao superior geral da ordem. Retornou da Europa em 1587. Dois anos depois, em janeiro de 1589, faleceu no Colégio da Baía.

Formação: o catálogo de 1584 indica que estudou por quatro anos e meio gramática latina. Também deve ter estudado casos de consciência.

Pedro Afonso – coadjutor temporal

Português, dos arredores de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 28 anos.

Em 1574, era despenseiro no Colégio da Baía. Ali continuava em 1584 e em 1586, responsável pelo cuidado dos currais de gado do colégio. No catálogo de 1589, não consta seu nome. Em 1598 consta que há 26 anos cuidava do gado do Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com o ofício de despenseiro.

Manuel Pires – coadjutor temporal

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 26 anos.

⁶⁹² Lista dos despedidos.

⁶⁹³ GOUVEIA, 1583b:341.

Em 1574, estava na Capitania de Pernambuco, ocupando-se em ofícios domésticos. Em 1584, exercia ofícios domésticos no Colégio da Baía. Ali foi despedido da Companhia ainda em 1584 ou em 1585.⁶⁹⁴

Jorge Estevens – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1574, exercia o ofício de carpinteiro no Colégio do Rio de Janeiro. Ali permaneceu o restante do século XVI, sempre exercendo o mesmo ofício de carpinteiro. Em 1600, além de carpinteiro, cuidava dos currais de gado do mesmo Colégio do Rio de Janeiro.

Jorge Rodrigues⁶⁹⁵ - *estudante*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1574, era estudante e língua no Colégio do Rio de Janeiro. Após alguns anos de estudos de latim e casos de consciência, foi despedido da Companhia por volta de 1583.⁶⁹⁶

1570

VINDOS DE PORTUGAL⁶⁹⁷

Afonso Gonçalves - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

Em 1574, estava em Pernambuco, onde era confessor e mestre dos meninos da escola de ler e escrever. Ali continuava em 1584, há sete anos exercendo o cargo de ministro do Colégio e consultor do reitor. Em 1586, ainda continuava em Pernambuco, com o ofício de confessor, mas em 1589, era ministro, prefeito da igreja e confessor no Colégio da Baía. Em 1598, estava novamente em Pernambuco, com o cargo de superior na Aldeia São Miguel. Em Pernambuco continuava em 1600, com o ofício de confessor na Aldeia Nossa Senhora da Escada.

Formação: estudou três anos gramática latina e três anos casos de consciência.

⁶⁹⁴ Lista dos despedidos.

⁶⁹⁵ Não confundir com o P. Jorge Rodrigues vindo de Portugal em 1559.

⁶⁹⁶ GOUVEIA, 1584a:26.

⁶⁹⁷ A expedição que trouxe estes jesuítas ao Brasil saiu de Lisboa antes de junho deste ano. Não se sabe o dia que aportou no Brasil. Conf. LEITE, HCJB I:564.

João Martins⁶⁹⁸ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lamego. Veio ao Brasil com aproximadamente 34 anos.

Em 1574, estava em Pernambuco, ocupando-se com ofícios domésticos. Em 1584, estava na capitania de Ilhéus. Ali permaneceu o restante do século XVI, sem indicação dos ofícios que desempenhava. Provavelmente ocupava-se com ofícios domésticos e de sustento da casa.

1572VINDOS DE PORTUGAL⁶⁹⁹**Inácio Tolosa** – *padre*

Espanhol, da diocese de Sigüenza. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 39 anos.

Veio destinado a suceder o P. Luis da Grã no cargo de provincial, cargo que, efetivamente, assumiu ainda em 1572. Permaneceu no cargo de provincial até a segunda metade de 1577. Depois disso, assumiu o ofício de mestre dos noviços na Baía até 1583, quando assumiu o cargo de reitor no Colégio do Rio de Janeiro. Ficou neste cargo até 1591. De 1592 a 1598, foi reitor no Colégio da Baía. Enquanto era reitor nos colégios do Rio de Janeiro e Baía, era, também, consultor do provincial e fazia pregações. Em 1600, era pregador, confessor da igreja e dos de casa, prefeito espiritual e consultor do reitor e do provincial no Colégio da Baía.

Formação: fez o curso de artes liberais e tornou-se doutor em teologia.

Cristóvão Ferrão - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 39 anos.

Em 1574, era ministro no Colégio da Baía, estudava teologia e exercitava-se na arte de pregar. Permaneceu no Colégio da Baía por vários anos, exercendo os cargos de ministro e de vice-reitor. Em 1586, era professor de latim, confessor e pregador no Colégio do Rio de Janeiro. Três anos depois, estava novamente no Colégio da Baía, com os ofícios de pregador e professor de latim. Depois disso, esteve por algum tempo em Porto Seguro, onde foi superior

⁶⁹⁸ Outro João Martins foi recebido na Companhia em 1598. Ver abaixo.

⁶⁹⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 28 de Janeiro e chegou à Baía a 23 de Abril deste ano. Conf. LEITE, HCVB I:565.

da residência por dois anos. Em 1598, estava em Santos, como pregador, admonitor e consultor do superior. Dois anos depois, era pregador e confessor em Piratininga.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, outros quatro anos artes liberais e dois anos teologia.

Melchior Cordeiro - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 35 anos.

Em 1574, era mestre dos noviços no Colégio da Baía e também estudava teologia. Pouco depois, antes de 1578, foi despedido da Companhia¹⁵⁷⁸.⁷⁰⁰

Gonçalo Leite - *padre*

Português, de Bragança. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

Em 1574, era professor no curso de artes do Colégio da Baía. Pouco depois, foi transferido para as capitâneas de Porto Seguro e Ilhéus, onde foi superior das residências por algum tempo. Em 1583, retornou de Ilhéus para o Colégio da Baía,⁷⁰¹ onde continuava em 1586, com os ofícios de confessor e pregador. Ainda no mesmo ano, retornou para Portugal.⁷⁰²

Formação: estudou cinco anos latim, um ano teologia e fez o curso de artes liberais, no qual foi promovido ao mestrado.

Martim ou Martinho da Rocha - *padre*

Português, de Coimbra. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

Em 1574, era ministro no colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1584 e 1586, com os cargos de ministro e procurador. Em 1589, era confessor e procurador no Colégio da Baía. Ali também foi ministro por vários anos. Em 1598, estava em Piratininga, onde continuava em 1600, com os ofícios de confessor e consultor.

Formação: estudou quatro anos latim e casos de consciência quanto era necessário para as ordens sacras. Aprendeu a língua brasílica.

⁷⁰⁰ Lista dos despedidos.

⁷⁰¹ GOUVEIA, 1583b.

⁷⁰² LEITE, HCJB VIII:314.

Antônio Ferreira - padre

Português, da Ilha da Madeira. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 25 anos.

Em 1574, era mestre dos noviços e professor de latim no Colégio da Baía. Pouco depois, foi transferido para a capitania de São Vicente, onde continuava em 1584 e de onde escrevia em 1585 ao superior geral da ordem de Roma, reclamando da frouxidão com que vivem os jesuítas no Brasil.⁷⁰³ Em 1586, estava no Colégio da Baía estudando casos de consciência. Três anos depois, era confessor, predicador e responsável pela escola de ler e escrever no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598, estava na capitania do Espírito Santo, residindo na Aldeia São João. Em 1600, estava enfermo e residia na Aldeia Santo Inácio, capitania do Espírito Santo.

Formação: estudou por seis anos gramática latina, por dois anos teologia e completou o curso de artes liberais. Aprendeu a língua brasílica.

Manuel de Castro - padre

Português, da Ilha da Madeira. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 22 anos.

Em 1574, já padre, lecionava latim no Colégio de Pernambuco. Em 1583, o visitador P. Cristóvão de Gouveia sugere ao superior geral da ordem que seria melhor que ele retornasse a Portugal, pois temia que no Brasil perdesse sua vocação.⁷⁰⁴ Não retornou a Portugal e, em 1584, era pregador e confessor no Colégio da Baía. Além disso, estudava, havia dois anos, teologia. Ali faleceu em maio de 1585.

Formação: estudou por cinco anos gramática latina e completou o curso de artes liberais.

Domingos Ferreira - padre

Português, da Ilha da Madeira. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, estudava latim no Colégio da Baía. Ali também lecionou latim por algum tempo. Em 1584, estava na capitania do Espírito Santo, provavelmente estudando a língua brasílica em algum aldeamento. Dois anos depois, estava de volta ao Colégio da Baía e ali freqüentava o curso de casos de consciência. Ali continuava em 1589, já padre, fazendo o

⁷⁰³ FERREIRA, 1585.

⁷⁰⁴ GOUVEIA, 1583b:341v.

curso de artes. Anos depois, foi transferido para a capitania de São Vicente, onde, em 1594, assumiu o cargo de superior da residência de Piratininga.⁷⁰⁵ Em 1598, estava novamente no Colégio da Baía, com os ofícios de pregador e ministro. Em 1600, era superior, pregador e língua em Porto Seguro.

Formação: estudou cinco anos língua latina e três anos artes liberais. Aprendeu a língua brasílica.

Antônio da Cruz - padre

Português, da diocese da Guarda. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, residia num dos aldeamentos da Baía e dedicava-se à aprendizagem da língua brasílica. Em 1584, já padre, estava em São Vicente. Ali continuava em 1586, com os ofícios de confessor e língua. Em 1589, era confessor e consultor em Santos. Ali continuava em 1598, com o cargo de superior da residência. Em 1600, era língua, confessor e consultor em São Vicente.

Formação: estudou latim quatro anos e casos de consciência o necessário para as ordens sacras. Aprendeu a língua brasílica.

Agostinho de Matos - padre

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, ainda noviço, residia em Piratininga, onde dedicava-se à aprendizagem da língua brasílica e ensinava os meninos da escola de ler e escrever. Em 1584, já padre, estava no Colégio da Baía, aplicando-se ao estudo de casos de consciência e exercitando-se na conversão dos índios. Dois anos depois, era confessor dos índios na capitania de Ilhéus. Em 1589, era confessor e língua em Porto Seguro e, em 1598, estava na residência de Santos. Em 1600, era confessor e língua e responsável pela escola de ler e escrever no Colégio do Rio de Janeiro.

Formação: estudou gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Aprendeu a língua brasílica.

Gonçalo Luiz – coadjutor temporal

Português, das proximidades de Faria. Veio ao Brasil com aproximadamente 29 anos.

⁷⁰⁵ ANCHIETA, 1594:417.

Em 1574, era noviço e estava no Colégio do Rio de Janeiro. Ali foi despedido da Companhia entre 1578 e 1584.⁷⁰⁶

Pedro Novais - *estudante*

Português, da Ilha da Madeira. Veio ao Brasil com aproximadamente 21 anos.

Em 1574, era noviço e residia na capitania do Espírito Santo. Doente, ali faleceu ainda no mesmo ano.

Sebastião Gonçalves⁷⁰⁷ - *estudante*

Português, da Ilha da Madeira. Veio ao Brasil com aproximadamente 20 anos.

Em 1574, era noviço e residia na capitania de Porto Seguro. Depois disso não há mais referências a ele na documentação pesquisada.

RECEBIDOS NO BRASIL

Manuel de França - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido à Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1574, era ainda noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1584, já padre, com o cargo de sócio do mestre de noviços e estudando teologia. Continuava no mesmo colégio em 1586, com o cargo de ministro, e em 1589, como pregador e estudante de teologia. Pouco depois, foi transferido para Pernambuco, onde faleceu em julho de 1592.⁷⁰⁸

Fomação: estudou cinco anos gramática latina e completou o curso de artes liberais. Também estudou teologia.

Afonso Gago - *padre*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de Pernambuco. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía e ajudava nos trabalhos do refeitório. Ali continuava em 1584 e 1586, como língua e estudante de teologia. Em 1589, já padre, era pregador e língua na Aldeia Espírito Santo, Baía. Permaneceu nessa aldeia por vários anos. Em 1598, andava numa missão aos índios Arari, acompanhado pelo P. Manuel Correa, saída

⁷⁰⁶ Lista dos despedidos.

⁷⁰⁷ Houve outro Sebastião Gonçalves, recebido à Companhia no Brasil em 1583. Ver abaixo.

⁷⁰⁸ BELIARTE, 1592d.

da Baía e na qual desceram em torno de 150 índios para os aldeamentos do litoral.⁷⁰⁹ Em princípios de 1599, comandou outra expedição missionária em busca dos índios Amoipira, composta por quatro jesuítas e cem índios dos aldeamentos da Baía. Partiram de Salvador e andaram em torno de quatro meses sertão adentro até chegar aonde estavam os Amoipira, nas margens do Rio São Francisco, mas tiveram dificuldades e pouco sucesso na tentativa de convencer os Amoipira a descer para os aldeamentos do litoral.⁷¹⁰ Em 1600, ainda não estava de volta dessa missão.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, dois anos casos de consciência e três anos teologia. Sabia a língua brasileira.

Manuel de Sá - padre

Português, de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1574, ainda noviço, residia na capitania de Ilhéus. Dez anos depois, ainda não padre, estava no Colégio da Baía, ouvindo casos de consciência e ajudando o procurador do colégio. No catálogo de 1586, ele não consta. Em 1589, já padre, continuava ajudando o procurador no Colégio da Baía. Ali continuava em princípios de 1593, quando escreveu ao superior geral de Roma, solicitando ser enviado para Portugal, por não sentir-se consolado no Brasil.⁷¹¹ Não teve seu pedido aceito e, em 1598, continuava no Colégio da Baía, exercendo o cargo de procurador, cargo que lhe foi tirado pelo provincial Pero Rodrigues em fins de 1599 por causa de queixumes de alguns.⁷¹² Em 1600, era confessor no Colégio da Baía.

Formação: estudou dois anos gramática latina e casos de consciência o necessário para ser ordenado sacerdote.

1573

RECEBIDOS NO BRASIL

Pero Leitão - padre

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía. Em 1575, participou da expedição missionária para catequização dos Caeté de Sergipe. De volta ao Colégio da Baía, estudou latim até 1580, quando foi transferido para o Colégio do Rio de Janeiro.⁷¹³ Ali continuava em

⁷⁰⁹ Catálogo de 1598; TOLOSA, 1598:468v; RODRIGUES, Pero, 1599:474-474v.

⁷¹⁰ RODRIGUES, Pero, 1599:474v-475.

⁷¹¹ SÁ, Manuel, 1593.

⁷¹² Catálogo de 1598; RODRIGUES, Pero, 1600a:169.

⁷¹³ VIOTTI, 1984:35.

1584, exercendo o ofício de soto-ministro. Em 1586, estava novamente no Colégio da Baía, dedicando-se ao estudo de casos de consciência. Continuava no mesmo curso em 1589, mas já padre. De 1590 a 1596, foi procurador no Colégio de Pernambuco.⁷¹⁴ Em 1598, era superior na Aldeia São João, Baía, e, em 1600, superior, confessor e língua na Aldeia Nossa Senhora da Escada, em Pernambuco.

Formação: estudou três anos latim e casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

Jerônimo Machado - padre

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania da São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1574, era noviço no Colégio do Rio de Janeiro e desempenhava ofícios domésticos. Em 1584, estava no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1586, já padre, acompanhando o P. Baltazar Lopes em missões pelo interior de Pernambuco e Paraíba. Em 1589, continuava em missões no interior da capitania de Pernambuco, em companhia do P. Manuel Correa. Posteriormente voltou para a Baía, onde foi despedido da Companhia antes de 1598.⁷¹⁵

Formação: parece que não estudou muito. O catálogo de 1584 apenas afirma que estudou ano e meio gramática latina. Também deve ter estudado casos de consciência.

Domingos Garcia - padre

Brasileiro, da capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Embora tenha sido recebido em 1573, como indica o catálogo de 1584, ainda não consta no catálogo de 1574. Em 1584, estava na Capitania do Espírito Santo. Ali continuava em 1586, como estudante e língua. Em 1589, já padre, era responsável pelo atendimento aos índios das Aldeias Nossa Senhora da Conceição e São João, na capitania do Espírito Santo. Continuava na capitania do Espírito Santo em 1595, residindo na Aldeia dos Reis Magos, de onde mandou alguns índios a buscar seus parentes no sertão. Os índios foram e trouxeram em torno de 400 índios. Entre eles veio um principal que posteriormente também foi buscar os seus parentes.⁷¹⁶ Em 1598, ocupava-se com a conversão dos índios da Aldeia Santo Inácio, na

⁷¹⁴ Idem:36; ANCHIETA, 1592b:411.

⁷¹⁵ Lista dos despedidos.

⁷¹⁶ RODRIGUES, Pero, 1597b:425v-426; RODRIGUES, Pero, 1599:473v.

capitania do Espírito Santo. Ali continuava em 1600, com os ofícios de superior, confessor e língua.

Formação: estudou três anos gramática latina e casos de consciência o necessário para ser ordenado sacerdote. Sabia a língua brasílica.

Pantaleão dos Banhos - padre

Português, natural do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1584, já padre, estava no Colégio da Baía. Ali foi, por dois anos, auxiliar do mestre dos noviços. Em 1586, era confessor, pregador e professor de latim no Colégio de Pernambuco. Três anos depois, estava na capitania de Ilhéus, exercendo os ofícios de consultor e pregador. Em 1598, era pregador, consultor e admonitor do superior na residência de Vitória, Espírito Santo. Ali continuava em 1600, com os ofícios de pregador, confessor e consultor.

Formação: estudou quatro anos latim, três anos artes liberais e três anos teologia. Conhecia a língua brasílica.

Rodrigo Melgarejo - padre

Natural do Paraguai. O catálogo de 1584 indica que ingressou na Companhia no Brasil em 1573, mas no catálogo de 1574 o nome dele não consta. Devia ter em torno de 15 anos em 1574.

Em 1584, ainda estudante, estava no Colégio da Baía. Dois anos depois, já padre, era confessor e língua nas Aldeias Nossa Senhora e São João, na capitania do Espírito Santo. No Espírito Santo continuava em 1589, com os ofícios de consultor e língua. No mesmo ano foi transferido para Pernambuco, mas solicitava o desligamento da Companhia e para isso escreveu ao superior geral de Roma. Não teve paciência de esperar a resposta e fugiu para a capitania do Espírito Santo, onde foi preso pelo vigário do bispo. Levado preso para o Colégio da Baía, foi ali despedido da Companhia.⁷¹⁷

Formação: o catálogo de 1584 indica que estudou por quatro anos gramática latina. Também deve ter estudado casos de consciência.

Bento de Lima – coadjutor temporal

⁷¹⁷ BELIARTE, 1592a; Lista dos despedidos.

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia como coadjutor temporal com aproximadamente 18 anos.

Em 1574, era noviço na capitania do Espírito Santo e ali exercia ofícios domésticos. Posteriormente, foi transferido para o Colégio da Baía, onde foi despedido da Companhia entre 1578 e 1584.⁷¹⁸

Gaspar Luís – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Funchal. O catálogo de 1584 indica que foi recebido na Companhia em 1573, com aproximadamente 22 anos, mas no catálogo de 1574 ele não consta.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, ocupado com ofícios domésticos. Ali continuava em 1586. Em 1589, estava na residência de Boipeba. Permaneceu nas residências da Baía até por 1592, quando foi despedido da Companhia pelo provincial Marçal Beliarte.⁷¹⁹

Sacarias de Abreu - *estudante*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de Porto Seguro. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía. Permaneceu na Baía e ali foi despedido da Companhia entre 1578 e 1584.⁷²⁰

Manuel Estevens - *estudante*

Português, da Ilha da Madeira. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1574, ainda noviço, ajudava ao roupeiro no Colégio da Baía. Anos depois, entre 1578 e 1584, foi despedido da Companhia na Baía.⁷²¹

Amaro Gonçalves⁷²² - *estudante*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

⁷¹⁸ Lista dos despedidos.

⁷¹⁹ BELIARTE, 1592a; Lista dos despedidos.

⁷²⁰ Lista dos despedidos.

⁷²¹ Idem.

⁷²² Não confundir com o P. Amaro Gonçalves vindo ao Brasil em 1566. Ver acima.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía. Ali foi despedido da Companhia entre 1578 e 1584.⁷²³ Sabia a língua brasílica.

Pedro de Oliveira - irmão

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania do Espírito Santo. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio do Rio de Janeiro e exercia ofícios caseiros. Ali foi despedido da Companhia antes de 1578. Sabia a língua brasílica.

Domingos Rodrigues - irmão

Brasileiro, nascido de pais portugueses em Piratininga. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1574, era noviço no Colégio do RJ e desempenhava ofícios domésticos. Mais referências não há sobre ele.

1574

VINDOS DE PORTUGAL⁷²⁴

Luiz de Mesquita - padre

Português, da diocese de Lamego. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 27 anos.

Depois que aqui chegou, permaneceu no Colégio da Baía, com o ofício de confessor. Viveu pouco no Brasil. Faleceu em novembro do mesmo ano de 1574.⁷²⁵

Manuel Dias - padre

Português, da diocese de Silves. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 27 anos.

Após permanecer algum tempo no Colégio da Baía, residia, em 1584, na capitania de Ilhéus, com o ofício de confessor. Dois anos depois, estava de volta ao Colégio da Baía, exercendo o ofício de confessor. Ali continuava em 1589, com o mesmo ofício. Em 1598, residia na Aldeia Nossa Senhora da Conceição, na capitania do Espírito Santo. Em 1600, estava novamente no Colégio da Baía, com os ofícios de confessor e ministro.

⁷²³ Lista dos despedidos.

⁷²⁴ A expedição que trouxe estes jesuítas aportou na Baía a 02 de Maio deste ano. Conf. LEITE, HCJB I:566.

⁷²⁵ LEITE, HCJB I:162.

Formação: estudou sete anos gramática latina e um ano casos de consciência.

João Soloni - *padre*

Catalão, da diocese de Lérida. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 30 anos.

Logo que chegou ao Brasil, foi residir num dos aldeamentos da Baía para aprender a língua brasílica. Anos depois, foi transferido para a capitania de São Vicente, onde estava em 1584, há seis anos superior da residência de São Paulo, em Piratininga. Ali ficou até princípios de 1586, quando partiu, juntamente com outros padres, como missionário para a diocese de Tucumã, no Paraguai, onde permaneceu.⁷²⁶

Formação: estudou latim, completou o curso de artes liberais e aplicou-se à teologia por um ano. Sabia a língua brasílica.

RECEBIDOS NO BRASIL

Baltasar Lopes - *padre*

Brasileiro, nascido de pais portugueses na capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1574, era noviço e ajudava nos trabalhos da cozinha no Colégio da Baía. Ali permaneceu por vários anos para estudos. Em 1584 continuava ali. Em 1586, já padre, pertencia ao Colégio de Pernambuco e andava em missões pelo interior de Pernambuco e da Paraíba, em companhia do P. Jerônimo Machado. Em 1589, continuava em missões na Paraíba, juntamente com o P. Pero de Toledo. Posteriormente, de volta ao Colégio da Baía, foi despedido da Companhia.⁷²⁷

Formação: estudou cinco anos gramática latina e ano e meio artes liberais.

Manuel Fagundes⁷²⁸ - *padre*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía e auxiliava o despenseiro. Em 1584, já padre, era procurador no mesmo colégio. Dois anos depois, era confessor e estudava casos de consciência no Colégio do Rio de Janeiro. Além disso, era o responsável pela escola de ler e

⁷²⁶ LEITE, HCJB I:346ss.

⁷²⁷ Lista dos despedidos..

⁷²⁸ No catálogo de 1584, ele aparece com o nome de Manuel Fernandes.

escrever. Ali permaneceu o restante do século XVI, exercendo os ofícios de confessor, língua e procurador. Também dedicou-se aos trabalhos de conversão dos índios.

Formação: estudou latim e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Aprendeu a língua brasílica.

Antonio Jorge – *coadjutor temporal*

Português, das Ilhas Terceiras. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1574, era noviço no Colégio da Baía e exercia o ofício de porteiro. Ali continuava em 1584. Em 1586, residia na capitania do Espírito Santo e, em 1589, na residência de Santos. Em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1600, com o ofício de enfermeiro. O catálogo de 1598 afirma que sempre ocupou-se com ofícios domésticos.

Gaspar Gonçalves – *noviço*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 28 anos.

A única referência que dele aparece na documentação pesquisada é a de que em 1574 era noviço no Colégio da Baía e auxiliava nos trabalhos da cozinha.

Manuel Sanches – *noviço*

Português, natural de Vila Nova do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

A única referência que dele aparece na documentação pesquisada é a de que em 1574 era noviço no Colégio da Baía e auxiliava nos trabalhos da cozinha.

1575

VINDOS DE PORTUGAL⁷²⁹

José de Morinello - *padre*

Italiano. Veio ao Brasil já padre. Não ficou muito tempo no Brasil e voltou para a Itália antes de 1584.⁷³⁰

⁷²⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas ao Brasil saiu de Lisboa em 17 ou 18 de Março e chegou à Baía a 29 de Maio deste ano. Conf. LEITE, HCJB I:566.

⁷³⁰ LEITE, HCJB I:566, nota 6.

Leonardo Arminio - padre

Italiano, da diocese de Nápoles. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

Depois de chegar ao Brasil, ficou alguns anos no Colégio da Baía, onde lecionou gramática latina e foi mestre de noviços. Em 1584, ensinava casos de consciência no Colégio de Pernambuco e ali confessava, pregava e era consultor do reitor. Dois anos depois, lecionava casos de consciência no Colégio da Baía, onde também era pregador, consultor, confessor dos de casa e prefeito das coisas espirituais. Em princípios de 1586, foi como superior para a missão da diocese de Tucumã, no Paraguai.⁷³¹ Dali retornou por volta de 1591, indo residir no Colégio da Baía, onde passou a lecionar teologia.⁷³² Em 1598, era pregador e consultor do reitor no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1600, com os ofícios de professor no Curso de Casos de Consciência, pregador, admonitor e prefeito das coisas espirituais.

Formação: estudou gramática latina, três anos artes liberais e dois anos teologia.

João Baptista Giacomuzzi⁷³³ – padre

Italiano, da diocese de Sarzana ou Luni. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 33 anos, mas sem muita saúde.

Após chegar ao Brasil, passou a dedicar-se à aprendizagem da língua brasílica e conversão dos índios em aldeamentos da Baía. Em janeiro de 1584, estava no Colégio do Rio de Janeiro, com a saúde abalada. Ali continuava em 1586, com os ofícios de consultor, confessor e língua e em 1589, com os ofícios de consultor, confessor e prefeito dos estudantes. Um ano depois, em abril de 1590, faleceu ali no Colégio do Rio de Janeiro.

Formação: estudou gramática, artes liberais, dois anos de medicina e algum tempo filosofia. Aprendeu a língua brasílica.

Francisco Lopes - padre

Espanhol, da diocese de Cuenta. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

O tempo que permaneceu no Brasil, esteve no Colégio da Baía. Ali estava em 1584 e 1586, com os ofícios de confessor e pregador. Em 1583, o visitador P. Cristóvão de Gouveia

⁷³¹ LEITE, HCJB I:346ss.

⁷³² RODRIGUES, 1592b.

⁷³³ Em alguns catálogos ele aparece só como João Batista. Nestes casos, é preciso cuidar para não confundi-lo com o João Batista vindo ao Brasil em 1577.

sugeriu que fosse enviado de volta à Portugal por não servir para a missão do Brasil e por temer que aqui perdesse sua vocação.⁷³⁴ Com efeito, em 1589, retornou para a Europa.⁷³⁵

Formação: estudou latim, artes liberais e três anos de teologia.

Jerônimo Rodrigues - *padre*

Português, da diocese de Lamego. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 23 anos.

Nos primeiros anos aqui no Brasil, foi estudante no Colégio da Baía e aprendeu a língua brasílica em aldeamentos da Baía. Em 1584, já padre, continuava no Colégio da Baía. Dois anos depois, atendia os índios das Aldeias Nossa Senhora da Conceição e São João, na capitania do Espírito Santo. Em 1589, estava na Aldeia de São Barnabé, no Rio de Janeiro, e em 1598, novamente na capitania do Espírito Santo, tomando conta dos índios da Aldeia de Guaraparim. Em 1600, residia na Aldeia de Reritiba, Espírito Santo.

Formação: estudou cinco anos gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Aprendeu a língua brasílica.

Manuel de Távora - *estudante*

Italiano. Dois anos após chegar ao Brasil, ainda estudante, foi despedido da Companhia.⁷³⁶

RECEBIDOS NO BRASIL

Francisco Soares⁷³⁷ - *padre*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em janeiro de 1584, estudava gramática latina no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586 e 1589, fazendo o Curso de Casos de Consciência. Ainda no ano de 1589, já padre, acompanhou o P. Cristóvão de Gouveia em seu retorno a Portugal, onde faleceu em 1597.⁷³⁸

Formação: estudou alguns anos gramática latina e alguns anos casos de consciência. Sabia a língua brasílica.

⁷³⁴ GOUVEIA, 1583b:341v-342.

⁷³⁵ LEITE, HCJB:567, nota 2.

⁷³⁶ Lista dos despedidos.

⁷³⁷ Não confundir com o outro P. Francisco Soares, vindo ao Brasil em 1587. Ver abaixo.

⁷³⁸ LEITE, HCJB IX:139.

1576

VINDOS DE PORTUGAL⁷³⁹**Agostinho del Castilho** - *padre*

Espanhol. Veio ao Brasil já padre. Logo que aqui chegou, foi para Pernambuco, onde assumiu o cargo de vice-reitor do colégio. Ali faleceu ainda em agosto do mesmo ano de 1576.

Pero de Toledo - *padre*

Espanhol, da diocese de Granada. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 25 anos.

Logo que aqui chegou, assumiu o cargo de superior na residência de Ilhéus. Ficou pouco tempo nesse cargo, pois, ainda em 1576, assumiu como reitor no Colégio do Rio de Janeiro. Permaneceu nesse cargo até 1583.⁷⁴⁰ Dali foi para Pernambuco, onde estava em 1586, com os ofícios de pregador, professor no Curso de Casos do colégio, consultor, admonitor, confessor dos de casa e prefeito das coisas espirituais. Manteve-se nesses mesmos ofícios até por 1589, quando empreendeu uma missão à Paraíba, juntamente com o P. Baltasar Lopes. De volta, assumiu, ainda em 1589, o cargo de reitor no Colégio de Pernambuco. Manteve-se nesse cargo até 1592, reassumindo-o em 1598.⁷⁴¹ Nesse tempo também lecionava artes liberais ali no colégio. Em 1600, continuava reitor no Colégio de Pernambuco, além de exercer os ofícios de confessor e pregador.

Formação: estudou dois anos gramática latina, quatro anos artes liberais e quatro anos teologia.

Francisco Ortega – *padre*.

Espanhol. S. Leite apresenta-o como vindo ao Brasil já padre, mas não foi encontrada referência na documentação pesquisada de que tenha trabalhado no Brasil.

Miguel Garcia - *padre*

Espanhol, de Toledo. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 26 anos.

⁷³⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas chegou à Baía a 27 de Junho. Conf. LEITE, HCJB I:567.

⁷⁴⁰ VIOTTI, 1989:72, nota 85.

⁷⁴¹ LEITE, HCJB I:464.

Não deu muito certo no Brasil. Em princípios de 1583, estava no Colégio da Baía e queixava-se da falta de espírito dos jesuítas e de todos os moradores do Brasil.⁷⁴² No mesmo ano, o P. Cristóvão de Gouveia, em sua visita ao Brasil, enviou-o de volta à Espanha, pois com suas radicais opiniões contra a escravidão não servia para trabalhar no Brasil⁷⁴³ e para atender as solicitações do próprio Miguel Garcia, que pedia para retornar à Europa.

RECEBIDOS NO BRASIL

João Álvares - padre

Brasileiro, da capitania de Pernambuco. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1584, ainda estudante, estava na capitania de Ilhéus. Dois anos depois, estudava latim no Colégio da Baía. Em 1589, já padre, era superior na Aldeia São João, Baía. Nos anos seguintes, continuou na Baía, trabalhando na conversão dos índios em aldeamentos. Em 1598, comandou uma expedição missionária composta por quatro jesuítas e 200 índios das Aldeias da Baía, que adentrou por seis meses o interior baiano, em busca dos índios Amoipira, que habitavam as margens do Rio de São Francisco. Ao encontrá-los, tentaram convencê-los a descer com os padres até os aldeamentos da Baía. No entanto, desceram apenas alguns índios principais, encarregados de verificar se de fato a vida nos aldeamentos era como prometiam os missionários. Em princípios do ano seguinte, participou de uma segunda expedição missionária em busca dos mesmos índios.⁷⁴⁴ Em 1600, ainda não estava de volta.

Formação: estudou três anos e meio gramática latina, dois anos e meio de artes liberais e casou de consciência o necessário para ser ordenado sacerdote. Sabia a língua brasileira.

Jerônimo Soares - padre

Português, da diocese de Lisboa. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1584, estava em Piratininga. Dois anos depois, era língua e estudante de latim no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1589, como língua e estudante da Classe de Humanidades. Em 1598, já padre, era superior na Aldeia Santo Antônio, Baía, e em 1600, superior e confessor na Aldeia São Sebastião, Baía.

⁷⁴² GARCIA, 1583:335.

⁷⁴³ GOUVEIA, 1583a:337-337v.

⁷⁴⁴ RODRIGUES, 1599:474v-475.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia medianamente a língua brasílica.

Manuel Correia - padre

Português, da diocese de Angra. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos.

Em 1584, estava há quase quatro anos estudando gramática latina no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1586, já padre, com o cargo de procurador e fazendo o curso de Casos de Consciência. Em 1589, andava em missões pelos interiores de Pernambuco, em companhia do P. Jerônimo Machado. Em 1598, foi com o P. Afonso Gago e mais 30 índios sertão adentro na Baía em busca dos índios Arari.⁷⁴⁵ Um ano depois, por princípios de 1599, participou da segunda expedição missionária aos índios Amoipira, na Baía, que adentrou por quatro meses sertão adentro até as margens do Rio São Francisco, mas que teve pouco sucesso em convencer os índios a descerem até os aldeamentos do litoral.⁷⁴⁶ Em 1600, ainda não estava de volta dessa jornada.

Formação: estudou três anos gramática e três anos casos de consciência.

Diogo Nogueira – coadjutor temporal

A única referência que dele se tem é a de que em 1583 estava a sete anos na Companhia e dela foi despedido por proceder com pouca satisfação e estar muito tentado pelos estudos, sem querer se satisfazer com seu grau de coadjutor.⁷⁴⁷

Francisco das Neves - estudante

A única referência que dele se tem é a de que em 1583 estava a sete anos na Companhia e dela foi despedido por andar inquieto, tentado em sua vocação e desobediente, sem interesse em corrigir-se.⁷⁴⁸

1577

VINDOS DE PORTUGAL⁷⁴⁹

Simão Travassos - padre

⁷⁴⁵ Idem:468v; TOLOSA, 1598; ver também missão aos Arari, acima.

⁷⁴⁶ RODRIGUES, Pero, 1599:474v-475; ver também expedições aos Amoipira, acima.

⁷⁴⁷ GOUVEIA, 1584a.

⁷⁴⁸ Idem; Lista dos despedidos.

⁷⁴⁹ A expedição que trouxe estes jesuítas chegou à Baía em 24 de Dezembro deste ano de 1577. Conf. LEITE, HCJB I:568.

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 32 anos.

Nos primeiros tempos que esteve no Brasil, foi mestre dos noviços na Baía. Anos depois, foi transferido para Piratininga, onde estava em 1584. Em 1586, era confessor e consultor no Colégio de Pernambuco, onde também empreendia missões pelos engenhos e fazendas para instrução da população rural. Permaneceu em Pernambuco e nesses mesmos ofícios o restante do século XVI. Ali continuava em 1600, exercendo os ofícios de consultor, confessor e prefeito das coisas espirituais.

Formação: estudou por quatro anos latim e por dois anos e meio casos de consciência.

Pedro Soares - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 31 anos.

Após ensinar, por alguns anos, gramática latina no Colégio da Baía, em 1581, assumiu o cargo de superior na residência de São Vicente. Ali continuava, com o mesmo cargo, em 1586. Por 1588, foi transferido para Piratininga, onde estava em 1589, com os cargos de superior, pregador e língua. Nos anos seguintes, foi superior nas residências de Santos e de Vitória.⁷⁵⁰ Em 1598, era superior e pregador na residência de Porto Seguro. Em seguida, andou, por um tempo, em missões pelos engenhos e fazendas da Baía, em companhia do P. Baltasar Fernandes.⁷⁵¹ Em 1600, era superior, pregador e confessor em Piratininga.

Formação: estudou por quatro anos gramática latina, quatro anos artes liberais e dois anos teologia.

Pedro de Andrade - *padre*

Português. Veio ao Brasil já padre, mas não há referências na documentação sobre a atuação dele aqui. No catálogo de 1584, ele não consta mais. A lista de despedidos⁷⁵² apresenta um P. Andrade, confessor, despedido no Colégio da Baía. Deve ser ele.⁷⁵³

Vicente Gonçalves - *padre*

Português, da diocese de Viseu. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 27 anos.

⁷⁵⁰ VIOTTI, 1984:419, nota 7.

⁷⁵¹ TOLOSA, 1598.

⁷⁵² Lista dos despedidos.

⁷⁵³ Ver nota 467, acima.

Em 1584, já padre, fazia o curso de artes liberais no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, estudando teologia e exercendo os ofícios de consultor, admonitor, confessor dos de casa e mestre dos noviços. O mesmo fazia em 1589. Nos anos seguintes, foi superior na residência de Ilhéus, por dois anos, e vice-reitor no Colégio de Pernambuco, também por dois anos. Em 1598, era pregador e consultor do provincial e do reitor no Colégio da Baía. No final desse ano, assumiu o cargo de reitor do colégio, que ocupava ainda em 1600, além de exercer os ofícios de confessor, pregador e consultor do provincial.

Formação: estudou seis anos língua latina, três anos artes liberais e três anos teologia.

Manuel de Barros - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 24 anos.

Em 1584, já padre, ensinava há cinco anos artes liberais no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, com os ofícios de pregador e prefeito dos estudos. Um ano depois, ali faleceu.⁷⁵⁴

Formação: estudou cinco anos e meio de latim e artes liberais, nas quais foi promovido ao mestrado.

Francisco Teixeira - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 23 anos.

Em 1584, já padre, era pregador e confessor no Colégio de Pernambuco, onde havia cinco anos ensinava gramática latina. Ali faleceu em janeiro de 1586.

Formação: estudou cinco anos e meio latim e um ano artes liberais e teologia.

João Baptista⁷⁵⁵ - *padre*

Flamengo, da diocese de Gand. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 21 anos.

Em 1584, ainda estudante, estava no Colégio de Pernambuco, há dois anos ensinando os meninos do curso elementar e há dois anos estudando casos de consciência. Ali continuava em 1586, já padre, ainda como mestre da escola de ler e escrever e exercendo os ofícios de

⁷⁵⁴ CARDIM, 1997:216, nota 429.

⁷⁵⁵ Não confundir com o P. João Batista Giacopuzzi, vindo ao Brasil em 1575 e que às vezes aparece só como João Batista. Também não confundir com o Ir. João Batista, vindo ao Brasil em 1595.

confessor e pregador. Em 1589, continuava em Pernambuco, exercendo os ofícios de pregador e ministro do colégio. Em 1598, era pregador na residência de Ilhéus. Um ano depois, morreu afogado no mar, indo da Baía para a residência de Ilhéus, onde era superior.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e dois anos casos de consciência.

Tomás Fildi (Field) - padre

Irlandês, da diocese de Limerick. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 26 anos.

Em 1584, ainda estudante, estava em Piratininga. Ali permaneceu até princípios de 1586, quando, já padre, foi com a expedição missionária enviada à diocese de Tucumã, no Paraguai.⁷⁵⁶ Ali permaneceu e não retornou mais ao Brasil.

Formação: o catálogo de 1584 afirma que estudou quatro anos gramática latina e ouviu dialética.

João Vicente Yate - padre

Inglês, da diocese de Salisbury. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 25 anos.

Logo que chegou ao Brasil, passou a dedicar-se à aprendizagem da língua brasílica e conversão dos índios em aldeamentos na Baía. Por volta de 1581, ainda estudante, acompanhou o P. Diogo Nunes numa expedição missionária que adentrou o sertão da Baía até a Serra de Arari, para descimento de índios. Após 10 meses, retornaram, trazendo 200 índios para as Aldeias da Baía.⁷⁵⁷ Em 1584, já padre, estava na Aldeia Santo Antônio, Baía, catequizando índios. Ali continuava em 1586, com o cargo de superior, confessor e língua. Na mesma Aldeia e com os mesmos cargos estava em 1589. Em 1598, estava em Pernambuco, residindo na Aldeia São Miguel. Em 1600, era confessor e língua no Colégio do Rio de Janeiro. Ali deixou a Companhia ainda em 1600 ou no ano seguinte.⁷⁵⁸

Formação: estudou quatro anos língua latina, um ano casos de consciência e um ano dialética. Aprendeu a língua brasílica.

⁷⁵⁶ LEITE, HCJB I:346ss.

⁷⁵⁷ ANCHIETA, 1582:310.

⁷⁵⁸ RODRIGUES, Pero, 1601; Lista dos despedidos.

Adrião (Adriano) João – *coadjutor temporal*

Italiano, da diocese de Ádria. Veio ao Brasil com aproximadamente 24 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, exercendo os ofícios de sacristão, alfaiate e barbeiro. Permaneceu ali no Colégio da Baía o restante do século XVI, sempre exercendo um ou mais dos ofícios de sacristão, alfaiate e barbeiro.

Francisco Álvares – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil com aproximadamente 34 anos.

Em 1584, estava na capitania de Ilhéus. Dois anos depois, era cozinheiro no Colégio da Baía. Ali permaneceu o restante do século XVI, até 1598 exercendo o ofício de cozinheiro e, e em 1600, o ofício de porteiro do carro.

Francisco Dias - *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil com aproximadamente 38 anos.

Em 1584, era arquiteto no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, exercendo os ofícios de arquiteto e de capitão do navio. Permaneceu no Colégio da Baía, exercendo esses dois ofícios, o restante do século XVI.

Gedeão Lobo - *estudante*

Flamengo. Ao cegar no Brasil, dedicou-se ao estudo da língua brasílica em aldeamentos na Baía e ali, ainda estudante, foi despedido da Companhia por volta de 1583, por ser de pouco exemplo e muito colérico.⁷⁵⁹ Estudara um pouco de latim e aprendera a língua brasílica.

Ventúdio Bayardo – *estudante*

Italiano, da diocese de Marca de Ancona. Veio ao Brasil com aproximadamente 34 anos.

Em 1584, estava no Colégio do Rio de Janeiro, há quase quatro anos ensinando latim para os de casa. Dois anos depois, lecionava latim no Colégio da Baía. Em 1589, estava novamente no Colégio do Rio de Janeiro, exercendo o ofício de professor na Classe de Humanidades. Depois disso não há mais referências a ele. Provavelmente retornou à Europa, pois em 1583, quando de sua visita ao Brasil, o P. Cristóvão Gouveia sugeriu que fosse

⁷⁵⁹ GOUVEIA, 1584a; Lista dos despedidos.

enviado de volta para a Europa, por considerar que não servia para a missão do Brasil e por temer que aqui perdesse sua vocação.⁷⁶⁰ No catálogo de 1598, ele não consta mais; também não consta na lista dos despedidos.⁷⁶¹

Simão Gonçalves⁷⁶² - *estudante*

Português. Veio ao Brasil ainda estudante e ainda estudante foi despedido da Companhia no Colégio do Rio de Janeiro entre 1578 e 1584.⁷⁶³

Gonçalo Viegas - *estudante*

Português. Só consta ter vindo ao Brasil, mas não há referências na documentação pesquisada sobre sua atuação no Brasil. No catálogo de 1584 ele não consta mais.

RECEBIDOS NO BRASIL

Melchior da Costa - *padre*

Português, da diocese de Braga. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, há cinco anos ensinando os meninos do curso elementar. Ali continuava em 1586, estudando latim e auxiliando o mestre de noviços. Em 1589, fazia o Curso de Casos de Consciência no Colégio da Baía. Depois de receber as ordens sacras, por volta de 1592, foi enviado a um dos aldeamentos da Baía para aprender a língua brasílica.⁷⁶⁴ Por volta de 1594, era confessor no Colégio do Rio de Janeiro e deixou a Companhia para ingressar na Cartuxa.⁷⁶⁵

Fernão Lopes – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Coimbra. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía. Dois anos depois, residia com o P. João Vicente Yate na Aldeia Santo Antônio, na Baía. Em 1589, era língua na Aldeia São João, Baía, e em 1598, responsável pela instrução da escola de ler e escrever do Colégio da Baía. Ali

⁷⁶⁰ GOUVEIA, 1583b:341v-342.

⁷⁶¹ Lista dos despedidos.

⁷⁶² Não confundir com o Ir. Simão Gonçalves recebido à Companhia em 1549.

⁷⁶³ Lista dos despedidos.

⁷⁶⁴ BELIARTE, 1592a.

⁷⁶⁵ ANCHIETA, 1584b:416.

continuava em 1600. Sabia a língua brasílica, e o catálogo de 1598 indica que trabalhou sempre em aldeamentos.

Marcos de Oliveira - *estudante*

Brasileiro, natural da capitania de Pernambuco. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos.

Por vários anos estudou gramática latina no Colégio da Baía. Depois passou a lecioná-la no mesmo colégio, como fazia em 1584. Transferido para Pernambuco, foi despedido da Companhia em 1584 ou 1585.⁷⁶⁶

1578

RECEBIDOS NO BRASIL

Pedro Madeira - *padre*

Natural da Ilhas Canárias. Recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, há quatro anos estudando gramática latina. Dois anos depois, estava na Aldeia Espírito Santo, Baía, aprendendo a língua brasílica. Em 1589, estava de volta ao Colégio da Baía e estudava casos de consciência. Posteriormente, voltou a residir na Aldeia Espírito Santo, Baía, onde estava em 1592.⁷⁶⁷ Por essa época foi ordenado sacerdote, após ter feito o curso de artes, ouvido teologia e ter aprendido a língua brasílica.⁷⁶⁸ Não há mais referências posteriores a ele na documentação pesquisada.

Francisco de Lemos - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos.

Em 1584, era estudante no Colégio do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro continuava em 1586, aprendendo a língua brasílica, na Aldeia São Lourenço. Em 1589, estava no Colégio da Baía, fazendo o Curso de Artes. Recebeu as ordens sacras por volta de 1592.⁷⁶⁹ Em fins de 1597, já padre, acompanhou o capitão da Capitania de Pernambuco, Manoel Mascarenhas, na jornada de conquista do Rio Grande do Norte, juntamente com o P. Gaspar Samperes, com a função de dar atendimento espiritual aos soldados e índios que iam na expedição e de mediar as negociações de paz entre portugueses e Potiguara. Recebeu esse encargo por conhecer bem

⁷⁶⁶ Catálogo de 1586; Lista dos despedidos.

⁷⁶⁷ ARAÚJO, 1592:399-399v.

⁷⁶⁸ BELIARTE, 1592a.

⁷⁶⁹ Idem.

a língua brasílica. Ao mesmo tempo, aproveitou o trato com os Potiguara para propor-lhes a conversão ao catolicismo. Voltou dessa jornada doente e fragilizado e recolheu-se no Colégio de Pernambuco,⁷⁷⁰ onde retomou o cargo de ministro. Por fins de 1599, foi nomeado procurador na Baía, cargo que ocupava ainda em 1600, além de exercer ali os ofícios de pregador, confessor e língua.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e dois anos teologia. Sabia a língua brasílica.

Francisco Gonçalves⁷⁷¹ – *coadjutor temporal*

Português, de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 29 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586 e 1589, ocupado com ofícios domésticos. Foi despedido da Companhia antes de 1598.⁷⁷²

João Marinho – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1584, estava no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1586, com o ofício de enfermeiro, e em 1589, com o ofício de cuidar do refeitório. Em 1598, estava ainda no Colégio do Rio de Janeiro, mas em 1600 residia em São Vicente. O catálogo de 1598 indica que sempre se ocupou com ofícios domésticos.

João Rodrigues⁷⁷³ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos.

Em 1584, estava no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1586, atendendo aos escravos. Em 1589, estava no Colégio da Baía, tendo cuidado do refeitório. Ali continuava em 1598, ocupado com ofícios domésticos. Em 1600, estava em Piratininga.

Fernão Botelho - *estudante*

Africano, da diocese de Tanger. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

⁷⁷⁰ RODRIGUES, Pero, 1599:475v-476.

⁷⁷¹ Não confundir com os outros Francisco Gonçalves, também coadjutores temporais: um vindo de Portugal em 1569 e dois recebidos no Brasil, um em 1583 e outro em 1592.

⁷⁷² Lista dos despedidos.

⁷⁷³ Não confundir com o João Rodrigues, recebido à Companhia no Brasil em 1558. Ver acima.

Em 1584, estava na Capitania do Espírito Santo. Transferido para a Baía, foi ali despedido da Companhia antes de 1586. Sabia a língua brasílica.

Tomé da Rosa - *estudante*

Português, de Lisboa. Recebido na companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1584, estava há dois anos estudando gramática latina no Colégio de Pernambuco. Ali foi despedido da Companhia antes de 1586.

Antônio Serrão - *estudante*

Brasileiro, nascido em Pernambuco. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, estava havia dois anos estudando gramática latina no Colégio de Pernambuco. Ali foi despedido da Companhia em 1584 ou 1585.⁷⁷⁴ Ele sabia a língua brasílica.

Melchior Franco - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Pernambuco. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1584, estava havia dois anos estudando gramática no Colégio de Pernambuco. Dois anos depois, estava no Colégio da Baía, estudando gramática latina. Em 1589, estudava latim no colégio de Pernambuco. Ali, ainda estudante, foi despedido da Companhia.⁷⁷⁵ Sabia a língua brasílica.

1579

RECEBIDOS NO BRASIL

Calixto da Mota - *padre*

Brasileiro, nascido na capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, estudando artes liberais. Ali continuava em 1586, fazendo o Curso de Casos de Consciência. Em 1589, já padre, era pregador e língua em Santos. Por princípios de 1598, partiu para Lisboa, onde ajudou no atendimento aos

⁷⁷⁴ Catálogo de 1586; Lista dos despedidos.

⁷⁷⁵ Lista dos despedidos.

adoentados pela peste que ali ocorria.⁷⁷⁶ Contagiado pela mesma peste, ali faleceu em novembro de 1599.⁷⁷⁷

Formação: estudou por quatro anos a gramática latina. Também estudou casos de consciência e sabia a língua brasílica.

Manuel do Couto⁷⁷⁸ (júnior) - *padre*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, estudando havia dois anos artes liberais. Dois anos depois, estava aprendendo a língua brasílica na Aldeia São Lourenço, Rio de Janeiro. Em 1589, ainda estudante, andava aprendendo a língua brasílica nas Aldeias de Nossa Senhora da Conceição e São João, na capitania do Espírito Santo. Foi ordenado sacerdote por volta de 1592.⁷⁷⁹ Em 1598, era pregador, consultor do reitor e professor de casos de consciência no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com os mesmos ofícios, acrescentado o de prefeito da igreja.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e quatro anos teologia. Aprendeu a língua brasílica.

Fernão Pires – *coadjutor temporal*

Natural das Ilhas Canárias. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Pouco consta sobre ele na documentação pesquisada. Em 1584, estava no Colégio da Baía. No mesmo ano ou no seguinte foi despedido da Companhia. Ele sabia a língua brasílica.⁷⁸⁰

Pedro Álvares – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, com o ofício de pedreiro. Em 1589, era pedreiro no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598, estava no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, também com o ofício de pedreiro.

⁷⁷⁶ Houve uma peste em Lisboa em fins de 1598 e princípios de 1599: “começando em outubro de 1598 continuou até Mayo do anno seguinte, com horrível estrago” (ANÔNIMO, Menológico, Bras.13I, fol.22v).

⁷⁷⁷ ANÔNIMO, Menológico, Bras.13I, fol.22v.

⁷⁷⁸ Não confundir com o outro P. Manuel de Couto, recebido na Companhia em 1565. Ver acima.

⁷⁷⁹ BELIARTE, 1592a.

⁷⁸⁰ Lista dos despedidos.

Antônio de Miranda – *coadjutor temporal*

Português, de Funchal. Recebido na Companhia com aproximadamente 25 anos.

Em 1584, estava na capitania de Ilhéus e, em 1586, em Piratininga. Ali continuava em 1589. Foi despedido da Companhia no Colégio do Rio de Janeiro, antes de 1598.⁷⁸¹

1580**RECEBIDOS NO BRASIL****Manuel Ortega - *padre***

Português, da diocese de Lamego. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era estudante no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, fazendo o curso de Casos de Consciência. Nesse mesmo ano, foi com a expedição missionária enviada à diocese de Tucumã, Paraguai. Ali permaneceu para ajudar na catequização dos índios guarani. Era língua.

1581**RECEBIDOS NO BRASIL****Domingos Sequeira - *padre***

Brasileiro, nascido na capitania de Ilhéus. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era estudante no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, estudando gramática latina, e em 1589, fazendo o Curso de Artes. Ordenado sacerdote por 1592, permaneceu na Baía por vários anos, trabalhando na conversão dos índios em aldeamentos. Em 1598, ainda continuava ali, mas em 1600 foi transferido para a capitania do Espírito Santo para ajudar ali a pregar e confessar na língua brasílica.⁷⁸² Também assumiu o ofício de mestre dos meninos na escola de ler e escrever.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e um ano teologia. Sabia a língua brasílica.

Pedro André - *padre*

Difícil assinalar sua origem e idade, pois a única referencia dele está na carta ânua de 1581, que narra a sua morte na Baía. Ele trabalhava no atendimento aos índios na Ilha de

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² RODRIGUES, Pero, 1600b.

Itaparica e ficou doente. “Parece que, com as calmas, fomes e sedes que sofria, lhe deu uma prioriz, que lhe fez subir o sangue à cabeça e o tirou de seu siso (...) do qual morreu” (ANCHIETA, 1582:306). Ele não consta em nenhum catálogo e em nenhuma lista dos vindos ao Brasil.

Gaspar Freire - *padre*

Natural das Ilhas Canárias. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era estudante no Colégio da Baía. Dois anos depois, estudava latim no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1589, como estudante e língua na Aldeia São Miguel. De volta à Baía, foi ordenado sacerdote por volta de 1592, após concluir o curso de artes e ouvir alguma teologia.⁷⁸³ Em 1598, residia na capitania de Ilhéus e ocupava-se com a conversão dos índios. Em 1600, era superior, confessor e língua na Aldeia São João, na Baía.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, fez o curso de artes e estudou casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Francisco Vieira – *coadjutor temporal*

Brasileiro, nascido na capitania de Ilhéus. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1584, estava no Colégio da Baía, exercendo o ofício de sapateiro. Ali continuava em 1586, e era responsável pela escola de ler e escrever. Em 1589, era responsável pela Classe de Ler e Escrever no Colégio de Pernambuco. Ali também exercia os ofícios de língua e sapateiro. Posteriormente, voltou para o Colégio da Baía, onde foi despedido da Companhia antes de 1598.⁷⁸⁴

1582

RECEBIDOS NO BRASIL

Antônio de Araújo - *padre*

Português, da diocese de Angra. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía e havia três anos estudava gramática latina. Ali continuava em 1586, ainda estudando latim, e em 1589, como língua e estudante de artes. Por meados de 1591, após concluir o curso de artes, foi enviado para a Aldeia Espírito Santo,

⁷⁸³ BELIARTE, 1592a.

⁷⁸⁴ Lista dos despedidos.

Baia, de onde escreve em 1592, reclamando das atitudes do P. Antônio Dias, que havia 18 anos estava nessa aldeia e na época era o superior dela.⁷⁸⁵ Em 1598, já padre, estava novamente no Colégio da Baia. Em fins de 1599, foi enviado à Aldeia de Boipeba, Baia, para atender os índios em confissões, mas tão logo chegou a ela, pediu para ser retirado dali, por ver sua salvação espiritual em risco. Recolhido no Colégio da Baia, ali esperava destinação em 1600.⁷⁸⁶

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e três anos teologia. Sabia a língua brasílica.

Domingos Monteiro - *padre*

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos. Em 1584, era noviço no Colégio da Baia. Ali continuava em 1586, estudando gramática latina. Em 1589, aprendia a língua brasílica na Aldeia São Lourenço, no Rio Janeiro. De volta ao Colégio da Baia, onde estava em 1598, ensinou ali quatro anos latim. Ali permanecia em 1600, estudando teologia e aperfeiçoando-se na língua brasílica.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais e seis meses teologia. Sabia a língua brasílica.

Sebastião da Cruz – *coadjutor temporal*

Português, da cidade de Porto Alegre. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baia. Dois anos depois, sapateiro e despenseiro no Colégio de Pernambuco. Ali permaneceu o restante do século XVI, exercendo sempre ofícios domésticos, como porteiro, roupeiro, sapateiro e enfermeiro.

Luís Fernandes⁷⁸⁷ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 38 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baia. Ali continuava em 1586, e 1589, exercendo o ofício de pedreiro. Em 1598, acompanhou a expedição missionária saída da Baia em busca

⁷⁸⁵ ARAÚJO, 1592:399-399v.

⁷⁸⁶ ARAÚJO, 1600.

⁷⁸⁷ Houve outro Luís Fernandes, também coadjutor temporal e recebido na Companhia em 1592. Não confundir.

dos índios Amoipira, dirigida pelo P. João Álvares.⁷⁸⁸ De volta, continuou no ofício de pedreiro no Colégio da Baía, onde estava em 1600.

Diogo Álvares – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Em 1586, residia na capitania de Ilhéus e, em 1589, era enfermeiro no Colégio do Rio de Janeiro. A partir de 1598, passou a exercer os ofícios de carpinteiro e mestre de obras na capitania de São Vicente. Nisso continuava em 1600.

Francisco de Escalante – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Burgos. Recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos. Ele veio ao Brasil na esquadra de Diogo Flores como carpinteiro, contratado para ajudar a ir povoar e fortificar o estreito de Magalhães. Passando pelo Rio de Janeiro, ingressou na Companhia.⁷⁸⁹

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Ali permaneceu o restante do século XVI, exercendo sempre o ofício de carpinteiro.

Domingos Fernandes⁷⁹⁰ – *coadjutor temporal*

Português, da Ilha da Madeira. Recebido na Companhia com aproximadamente 42 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, exercendo os ofícios de alfaiate e copeiro, e em 1589, com os ofícios de alfaiate e roupeiro. Em 1598, era alfaiate no Colégio do Rio de Janeiro. De volta à Baía, foi ali despedido em 1599.

Aleixo Dias - *noviço*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

A única referência dele encontrada na documentação pesquisada é a de que, em 1584, era noviço no Colégio da Baía.

⁷⁸⁸ RODRIGUES, 1599:474v; ver também P. João Álvares, ano de 1576.

⁷⁸⁹ VIOTTI, 1984:33.

⁷⁹⁰ Houve outro Domingos Fernandes, recebido na Companhia em 1589, também coadjutor temporal.

1583

VINDOS DE PORTUGAL⁷⁹¹**Cristóvão de Gouveia** – *padre - visitador*

Português, do Porto. Contava 46 anos quando fez a visita ao Brasil.

Veio ao Brasil como representante do superior geral de Roma. Sua missão era visitar toda a província para consolar e motivar os jesuítas em seus trabalhos e corrigir o que estivesse em desconformidade com as constituições. Para cumprir seu cargo, visitou todas os colégios e residências jesuíticas do Brasil, e mais alguns aldeamentos.

Logo que aqui chegou, visitou o Colégio da Baía e as Aldeias Espírito Santo e São João. Em setembro desse ano, visitou a capitania de Ilhéus e em outubro a de Porto Seguro. De volta a Salvador, ali permaneceu até meados de 1584, visitando aldeias e engenhos da Baía. Depois, empreende viagem a Pernambuco, para visitar o Colégio e aldeias dali. Em novembro estava já de volta a Salvador. Neste mês, inicia uma viagem de visita às capitanias do sul. Em finais de dezembro, chegou ao Rio de Janeiro. De janeiro a março do ano seguinte, 1585, visitou a capitania de São Vicente. Nos meses seguintes visitou novamente o Rio de Janeiro e retornou à Baía, ali encerrando, em outubro, a visita. Depois de concluída a visita, ainda permaneceu no Brasil até 1589, quando embarcou de volta à Europa.⁷⁹²

Fernão Cardim - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil como secretário do P. Cristóvão de Gouveia. Contava aproximadamente 33 anos.

De 1583 a 1586, acompanhou como secretário o P. Cristóvão de Gouveia nas visitas a todas as residências jesuíticas do Brasil. Ao mesmo tempo, ia já aprendendo a língua brasileira.⁷⁹³ Após o término da visita de Gouveia, ficou no Brasil e assumiu, em 1587, o cargo de reitor no Colégio da Baía. Permaneceu neste cargo até 1592.⁷⁹⁴ De 1594 até 1598 foi reitor no Colégio do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que exercia o cargo de reitor, era também pregador. Em 1598, foi eleito procurador da província.⁷⁹⁵ Em função desse cargo, partiu para Roma por 1598 ou 1599, para levar ao superior geral da ordem informações sobre o Brasil. Em 1600, ainda não retornara dessa missão à Roma.

Formação: estudou 5 anos letras humanas e dois anos e meio teologia.

⁷⁹¹ A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 05 de Março e chegou à Baía a 09 de Maio deste ano de 1583. Conf. LEITE, HCJB I:568.

⁷⁹² CARDIM, 1997:289-290.

⁷⁹³ ANÔNIMO, 1584:414.

⁷⁹⁴ LEITE, HCJB I, p.68.

⁷⁹⁵ TOLOSA, 1598.

Barnabé Telo - *coadjutor temporal*

Espanhol, da diocese de Jaen. Veio ao Brasil com aproximadamente 41 anos.

De 1583 a 1586, acompanhou o visitador P. Cristóvão de Gouveia em sua visita pela província do Brasil. Tinha o cargo de sócio do visitador. Em 1589, retornou com ele à Europa.⁷⁹⁶

Martim Vaz - *estudante*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil ainda noviço, com aproximadamente 18 anos. Em 1584, continuava noviço no Colégio da Baía. Depois disso não há mais referências a ele na documentação pesquisada.

RECEBIDOS NO BRASIL

Gaspar Fernandes - *padre*

Brasileiro, natural da capitania de S. Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos. Sabia a língua brasílica

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, estudando filosofia, e em 1589, ainda estudando filosofia e ensinando a língua brasílica. Por 1592, foi ordenado sacerdote.⁷⁹⁷ Depois disso não há mais referências a ele na documentação pesquisada.

Cristóvão Valente - *padre*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Dois anos depois, estava no Colégio de Pernambuco, estudando latim e exercendo o ofício de sacristão. Em 1589, era língua na capitania de Ilhéus e, em 1598, já padre, lecionava há dois anos gramática latina no Colégio da Baía. Em 1600, era superior e língua na Aldeia Espírito Santo, Baía.

Formação: estudou três anos língua latina, três anos artes liberais e seis meses teologia. Sabia a língua brasílica.

Antônio Rodrigues – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 43 anos.

⁷⁹⁶ LEITE, 1953:270.

⁷⁹⁷ BELIARTE, 1592a.

Gastou todos os seus anos de Companhia em Pernambuco. Os catálogos de 1584 e 1586 indicam que era cozinheiro; o de 1600 indica que cuidava dos currais de gado que o colégio possuía. Os outros catálogos não indicam sua ocupação, mas o de 1598 diz que sempre ocupou-se com ofícios domésticos.

João Lourenço – *coadjutor temporal*

Espanhol, natural de Medina del Campo. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1586, com o ofício de despenseiro. Em 1589, estava em Santos. Transferido para o Colégio do Rio de Janeiro, foi ali despedido da Companhia antes de 1598.

Francisco Gonçalves⁷⁹⁸ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Miranda. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Em 1586, cozinheiro no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1589, com o ofício de despenseiro. Em 1598, estava no Colégio da Baía, exercendo ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com o ofício de cozinheiro.

Sebastião Dias - *estudante*

A única referência dele encontrada é a de que foi despedido da Companhia por volta de 1583, por proceder com pouca satisfação e estar muito tentado em sua vocação. Ele mesmo solicitara o desligamento da ordem. Estava há vários anos na Companhia e estudara humanidades, o curso de artes e alguma coisa de teologia.⁷⁹⁹

Sebastião Gonçalves⁸⁰⁰ - *estudante*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Dois anos depois, estava em São Vicente, dedicando-se à aprendizagem da língua brasílica. Ali foi despedido da Companhia antes de 1589.⁸⁰¹

⁷⁹⁸ Não confundir com os outros Francisco Gonçalves, também coadjutores temporais: um vindo de Portugal em 1569 e dois recebidos no Brasil, um em 1578 e outro em 1592.

⁷⁹⁹ GOUVEIA, 1584a.

⁸⁰⁰ Não confundir com o estudante Sebastião Gonçalves vindo ao Brasil em 1572.

Silvestre Carvalho - *estudante*

Português, de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Em 1586, ainda noviço, era língua e estudande de latim no Colégio do Rio de Janeiro. Transferido para a capitania do Espírito Santo, ali faleceu por maio de 1588, ainda estudante.

Francisco Coutinho - *estudante*

Brasileiro, nascido na capitania do Espírito Santo. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Ali foi despedido da Companhia ainda em 1584 ou 1585,⁸⁰² pois já não consta mais no catálogo de 1586.

Sebastião Fagundes - *noviço*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Depois disso não há mais referências a ele na documentação pesquisada.

Fernão da Cruz - *noviço*

Natural das Ilhas Canárias. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1584, era noviço no Colégio da Baía. Depois disso não há mais referências a ele na documentação pesquisada. No catálogo de 1586 ele já não consta mais.

1584

RECEBIDOS NO BRASIL

Salvador Coelho - *padre*

Brasileiro, da Baía. Recebido à Companhia com aproximadamente 14 anos. Sabia a língua brasílica.

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1589, fazendo o Curso de Artes. Em 1598, já padre, era pregador no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, com os ofícios de confessor, pregador, língua e professor de latim.

⁸⁰¹ Lista dos despedidos.

⁸⁰² Idem.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três anos artes liberais. Também deve ter estudado casos de consciência.

Gaspar Ferreira - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 21 anos.

Em 1586, era noviço e estudante de latim no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1589, como estudante de humanidades e como companheiro do procurador P. Estevão da Grã. Em 1598, estava em Pernambuco, dedicando-se à aprendizagem da língua brasílica em aldeamentos. Ali continuava em 1600, com os ofícios de confessor e língua na Aldeia São Miguel.

Formação: estudou três anos gramática latina e dois anos casos de consciência. Aprendeu a língua brasílica.

Pero Tinoco – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com 37 anos.

Era carpinteiro e com esse ofício sempre se ocupou na Companhia. Em 1586 e 1589, era carpinteiro no Colégio da Baía. Em 1598, exercia o mesmo ofício na residência de Boipeba. Ali continuava em 1600, com o mesmo ofício.

Gabriel Lopes – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Tomar. Recebido na Companhia com aproximadamente 40 anos.

Em 1586, era hortelão no Colégio de Pernambuco. Ali permaneceu o restante do século XVI, sempre ocupado com o cuidado da horta.

Antônio Gonçalves⁸⁰³ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 34 anos.

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali permaneceu o restante do século XVI, exercendo o ofício de ajudante do procurador.

⁸⁰³ Não confundir com os outros Antônio Gonçalves: um irmão recebido no Brasil em 1554, um padre, vindo de Portugal em 1560, e outros dois coadjutores temporais, um recebido em 1568 e outro vindo da Angola em 1594.

Antônio de Abreu - estudante

Brasileiro, da capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1589, estudando gramática latina. Permaneceu no Colégio da Baía estudando latim, artes liberais e teologia, além da língua brasílica, por vários anos. Em 1598, ainda ali estava, ocupando-se com estudos. Em 1600, ainda não padre, acompanhava o P. Fernão Cardim em sua missão de procurador à Roma.

Formação: estudou quatro anos gramática latina, três artes liberais e um teologia. Aprendeu um pouco da língua brasílica.

Antônio (ou Fernando) Navarro - irmão

Há uma única referência que dele foi encontrada está na carta ânua de 1584: a de que faleceu nesse ano de 1584 no Colégio do Rio de Janeiro.⁸⁰⁴

1585**RECEBIDOS NO BRASIL:****Baltasar de Miranda - padre**

Brasileiro, da capitania de Ilhéus. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1589, como língua e estudante no Curso de Artes. Em 1598, já padre, estava ainda no Colégio da Baía, onde ensinava, havia algum tempo, gramática latina. Em 1600, era pregador, confessor e língua no Colégio do Rio de Janeiro.

Formação: estudou quatro anos língua latina, três anos artes liberais e um ano teologia. Sabia a língua brasílica.

Amaro Lopes – coadjutor temporal

Português, da diocese de Coimbra. Recebido na Companhia com aproximadamente 30 anos. Era oleiro.

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1589 e 1598, exercendo o ofício de oleiro. Em 1600, estava na Aldeia São João, Baía, e cuidava dos currais de gado.

⁸⁰⁴ ANCHIETA, 1584d:378.

Francisco da Cunha - *coadjutor temporal*

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía e exercia o ofício de refeitoreiro. Em 1589, estava em Porto Seguro. Foi despedido da Companhia antes de 1598.⁸⁰⁵

Sebastião Pereira - *estudante*

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1589. Ainda estudante, foi despedido da Companhia antes de 1598.⁸⁰⁶

Álvaro Rodrigues - *estudante*

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Em 1589, era estudante da Classe de Humanidades no Colégio do Rio de Janeiro. Ainda estudante, foi ali despedido antes de 1598.⁸⁰⁷ Ele sabia a língua brasílica.

Simão Pinto - *estudante*

Em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Em 1589, era artista e língua na Aldeia Santo Antônio, Baía.⁸⁰⁸ Transferido para o Rio de Janeiro, foi ali despedido da Companhia.⁸⁰⁹ Sabia a língua brasílica.

Manuel Rodrigues⁸¹⁰ - *noviço*

A única referência dele encontrada na documentação pesquisada é a de que foi recebido na Companhia em agosto de 1585 e que, em 1586, era noviço no Colégio da Baía.

Domingos Nunes – *noviço*

A única referência dele encontrada na documentação pesquisada é a de que foi recebido na Companhia em outubro de 1585 e que, em 1586, era noviço no Colégio da Baía. Ele conhecia a língua de Angola.

⁸⁰⁵ Lista dos despedidos.

⁸⁰⁶ Idem.

⁸⁰⁷ Idem.

⁸⁰⁸ Artista era quem havia feito o curso de artes, ou seja, filosofia.

⁸⁰⁹ Lista dos despedidos.

⁸¹⁰ Em 1594, foi recebido na Companhia outro Manuel Rodrigues. Não confundir.

Antônio Salas - noviço

A única referência dele encontrada na documentação pesquisada é a de que foi recebido na Companhia em dezembro de 1585 e que, em 1586, era noviço no Colégio da Baía.

1586

RECEBIDOS NO BRASIL

Francisco Martins – *coadjutor temporal*

Espanhol, da diocese de Valença. Recebido na Companhia com aproximadamente 32 anos.

Em 1586, era porteiro no Colégio de Pernambuco. Ali permaneceu o restante do século XVI, sempre exercendo os ofícios de porteiro e sacristão.

Pero de Gouveia – *coadjutor temporal*

Natural da Alemanha. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

O nome dele ainda não consta no catálogo de 1586. Em 1589, era noviço no Colégio do Rio de Janeiro e exercia o ofício de cozinheiro. Após atuar alguns anos em ofícios domésticos, passou a dedicar-se à instrução dos índios Maromimim das proximidades do Rio de Janeiro. Era nessa ocupação que estava em 1598 e 1600, residindo na Aldeia São Barnabé e dali atendendo os Maromimim das proximidades. Sabia a língua dos Maromimim.

Bartolomeu Leitão - *estudante*

Em 1586, era noviço e estudante de latim no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1589, como estudante da Classe de Humanidades. Ainda estudante, faleceu no Colégio do Rio de Janeiro em março de 1592.⁸¹¹

1587VINDOS DE PORTUGAL⁸¹²**Marçal Beliarte - *padre***

Português, de Lisboa. Veio ao Brasil com aproximadamente 44 anos e já com a patente de provincial, cargo que assumiu assim que chegou à Baía, em janeiro de 1588.

⁸¹¹ BELIARTE, 1592a.

⁸¹² A expedição que trouxe estes jesuítas saiu de Lisboa a 18 de Março e chegou a Pernambuco a 07 de Maio deste ano de 1587 e à Baía a 20 de Janeiro de 1588. Conf. LEITE, HCJB I:569.

Permaneceu no cargo até 1594, ocupando-se em administrar a província e continuamente andando em visitas às diferentes residências que a Companhia possuía no Brasil. Seu governo gerou bastante críticas e foi envolto em conflitos com jesuítas e autoridades do Brasil. Após deixar o cargo de provincial, voltou a Portugal por fins de 1594 ou princípios de 1595.⁸¹³

Francisco Soares⁸¹⁴ - *padre*

Português, do Porto. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 42 anos.

Em 1589, era pregador, consultor e professor de casos de consciência no Colégio da Baía. Por 1593, foi transferido para o Colégio do Rio de Janeiro, onde exercia o cargo de vice-reitor em 1594.⁸¹⁵ Após ter sido superior da residência de Piratininga por dois anos, em 1598, estava novamente no Colégio do Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de reitor do colégio. Em 1600, continuava reitor no Colégio do Rio de Janeiro. Também exercia os ofícios de pregador e confessor.

Formação: estudou cinco anos letras humanas, quatro anos artes liberais e quatro anos teologia.

Marcos da Costa - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 28 anos.

Em 1589, era pregador e professor de latim no Colégio de Pernambuco. Por volta de 1592, assumiu o cargo de mestre dos noviços na Baía.⁸¹⁶ Permaneceu nesse cargo por três anos e foi transferido para a capitania do Espírito Santo, onde foi superior da residência de Vitória por dois anos. Em 1598, estava de volta ao Colégio da Baía e ali exercia os ofícios de pregador e professor no curso de artes liberais. Em 1600, era superior, pregador e confessor em Ilhéus.

Formação: estudou quatro anos letras humanas, quatro anos artes liberais e quatro anos teologia.

Manuel Fernandes - *padre*

Português, da diocese de Leiria. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 34 anos.

⁸¹³ LEITE, HCJB I:493-495.

⁸¹⁴ Não confundir com o P. Francisco Soares recebido na Companhia em 1575.

⁸¹⁵ ANCHIETA, 1594:417.

⁸¹⁶ BELIARTE, 1592a.

Em 1589, era confessor na capitania de Porto Seguro. Ali também foi superior por dois anos. Transferido para a Baía, assumiu o cargo de ministro do Colégio, que ainda exercia em 1598. Em 1600, era superior e confessor em Vitória, Espírito Santo.

Formação: estudou dois anos gramática latina, dois anos e meio de artes liberais e três anos casos de consciência.

Henrique Gomes - *padre*

Português, da diocese de Viseu. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 35 anos.

Em 1589, era consultor, pregador e prefeito de estudos no Colégio de Pernambuco. Em 1592, assumiu ali o cargo de reitor do colégio. Permaneceu no cargo por três anos.⁸¹⁷ Em 1598, era pregador, consultor e sócio do provincial e estava no Colégio da Baía. Dois anos depois, era companheiro do provincial Pero Rodrigues e acompanhava-o em suas viagens de visita às diversas capitanias em que residiam jesuítas.

Formação: estudou dois anos gramática latina, quatro anos artes liberais e quatro anos teologia.

Manuel Fernandes⁸¹⁸ - *padre*

Português, da diocese de Leiria. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 34 anos.

Em 1589, era superior e confessor em Porto Seguro. Transferido para o Colégio da Baía, assumiu ali o cargo de ministro, que ainda exercia em 1598. Em 1600, era superior e confessor na residência de Vitória, Espírito Santo.

Formação: estudou dois anos gramática latina, dois anos e meio artes liberais e três anos casos de consciência.

Domingos Coelho - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 24 anos.

Em 1589, ensinava artes liberais no Colégio da Baía. Após estudar teologia e ter passado algum tempo num aldeamento aprendendo a língua brasílica, foi ordenado sacerdote

⁸¹⁷ BELIARTE, 1592d.

⁸¹⁸ Houve outro Manuel Fernandes, recebido em 1589. Não confundir.

por volta de 1592.⁸¹⁹ Passou, então, a lecionar casos de consciência no Colégio da Baía. Ali continuava em 1598, como pregador, consultor do reitor e professor de teologia. Em 1600, continuava no Colégio da Baía, exercendo os mesmos ofícios, mais os de confessor dos de casa e prefeito dos estudos.

Formação: estudou cinco anos língua latina, quatro anos artes liberais e teologia.

Melchior Paulo – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil com aproximadamente 32 anos.

Em 1589, era pintor, barbeiro e mestre dos meninos da escola de ler e escrever no Colégio da Baía. Em 1598, era pintor e responsável pela escola de ler e escrever na residência de Vitória, Espírito Santo. Dois anos depois, era pintor no Colégio do Rio de Janeiro.

Ascânio Bonajuto – *coadjutor temporal*

Italiano, da diocese de Nola. Veio ao Brasil com aproximadamente 31 anos.

Em 1589, era enfermeiro no Colégio de Pernambuco. Em 1598, estava na residência de Ilhéus, exercendo o ofício de alfaiate e dedicando-se a outros diversos ofícios domésticos. Ali continuava em 1600.

Agostinho Cifarelo – *coadjutor temporal*

Italiano.

Em 1589, estava na residência de Ilhéus. Transferido para Pernambuco, ali faleceu em maio de 1593.⁸²⁰

RECEBIDOS NO BRASIL

Gaspar Semperes - *padre*

Espanhol, da diocese de Valença. Recebido na Companhia com aproximadamente 35 anos.

Em 1589, era professor de latim no Colégio da Baía. Em princípios de 1597, já padre, foi por companheiro do P. Francisco de Lemos, na expedição de conquista do Rio Grande do Norte, comandada pelo capitão de Pernambuco, Manoel Mascarenhas, para auxiliar no atendimento espiritual aos soldados e índios que iam na expedição. Também acompanhava o P. Francisco de Lemos nas incursões que fazia ao interior do Rio Grande do Norte para fazer

⁸¹⁹ BELIARTE, 1593; BELIARTE, 1592a.

⁸²⁰ LEITE, HCJB I:569.

propostas de paz aos Potiguara ou para persuadi-los a aceitar a doutrinação cristã.⁸²¹ De volta dessa expedição, em princípios de 1599, foi por companheiro do P.Francisco Pinto, em outra jornada para entre os índios Potiguara do Rio Grande do Norte e da Serra de Copaoba, na Paraíba, para estabelecimento de um acordo de paz entre eles e os portugueses.⁸²² Em janeiro de 1600, andava novamente em missão ao Rio Grande do Norte, em companhia do P. Diogo Nunes.

Formação: estudou quatro anos letras humanas, quatro anos artes liberais e casos de consciência o necessário para atender confissões. Embora os catálogos não o digam, devia saber a língua brasílica.

Antônio Fernandes⁸²³ - *padre*

Brasileiro, da capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1589, era noviço no Colégio da Baía. Ali permaneceu por vários anos, dedicando-se a estudos e à aprendizagem da língua brasílica em aldeamentos. Ali estava, ainda estudante, em 1598. Em 1600, já padre, estava na Aldeia São Sebastião, Baía.

Formação: estudou gramática latina por quase cinco anos e algum tempo casos de consciência. Aprendeu a língua brasílica.

Pero de Castilho - *padre*

Brasileiro, da capitania do Espírito Santo. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1589, era noviço e estudante de latim no Colégio de Pernambuco. Em 1598, já padre, participou da primeira expedição missionária aos índios Amoipira, que adentrou por seis meses o sertão da Baía até chegar ao Rio de São Francisco, nas margens do qual habitavam os Amoipira.⁸²⁴ De volta, em 1600, era confessor e língua na capitania de Ilhéus.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e casos de consciência o necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

⁸²¹ RODRIGUES, 1599:475v-476; ver também expedições de conquista ao Rio Grande do Norte.

⁸²² PINTO, 1600:177.

⁸²³ Houve outro Antônio Fernandes, recebido na Companhia em 1589. Não confundir.

⁸²⁴ RODRIGUES, 1599:474v-475; ver também expedições missionárias aos Amoipira, acima.

Francisco de Oliveira - padre

Português, da diocese de Lisboa. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1589, era noviço e estudante no Colégio da Baía. Em 1598, já padre, era pregador, consultor do reitor e professor de artes liberais no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1600, com os ofícios de pregador, confessor, consultor e língua.

Formação: estudou seis anos gramática latina, três anos artes liberais e três anos teologia. Sabia a língua brasílica.

João Sanches – coadjutor temporal

Espanhol, natural de Medina del Campo. Recebido na Companhia com aproximadamente 28 anos.

Em 1589, era noviço em Santos. Ali continuava em 1598, exercendo sempre ofícios domésticos. Em 1600, era cozinheiro no Colégio do Rio de Janeiro.

1588**VINDOS DE PORTUGAL****Fernão de Oliveira - padre**

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 36 anos.

Em 1589, era ministro e pregador no Colégio do Rio de Janeiro. Ali assumiu como vice-reitor por volta de 1592, permanecendo no cargo por dois anos.⁸²⁵ Em 1598, era há quatro anos mestre de noviços no Colégio da Baía, além de consultor e admonitor do provincial e do reitor. Continuava ali em 1600, com os mesmos ofícios.

Formação: estudou quatro anos letras humanas e três anos e meio artes liberais.

Bartolomeu de Abreu - padre

Português. Veio ao Brasil já padre, mas não se deu bem aqui. Após pregar e confesar algum tempo no Colégio da Baía, retornou para a Europa em 1589.⁸²⁶

⁸²⁵ SOARES, 1594:414.

⁸²⁶ LEITE, HCJB I:570, nota 3.

Pedro Correa⁸²⁷ - *padre*

Português. Veio ao Brasil ainda estudante.

Em 1589, estava na capitania do Espírito Santo, dedicando-se na aprendizagem da língua brasílica. Nos anos seguintes, solicitou licença para retornar a Portugal, por sentir-se doente demais para permanecer aqui. Não recebeu a licença pelo fato do provincial Marçal Beliarte não considerar seu caso muito grave e para não incitar outros a pedir o mesmo.⁸²⁸ Após concluir o curso de artes, estudar teologia e passar algum tempo numa aldeia, aprendendo língua brasílica, foi ordenado sacerdote por volta de 1593.⁸²⁹ Depois disso não há mais referências a ele.

RECEBIDO NO BRASIL

José da Costa - *padre*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 23 anos.

O catálogo de 1598 indica que ingressou na Companhia em 1588, mas no catálogo de 1589 não consta seu nome. Em 1598, era sócio do mestre dos noviços e estudava filosofia no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, já padre, com o ofício de confessor.

Formação: estudou quase quatro anos gramática latina. Também deve ter estudado casos de consciência.

1589

RECEBIDOS NO BRASIL

André de Almeida - *padre*

Brasileiro, da capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Após fazer o noviciado e estudar gramática latina, em 1598, estava no Colégio da Baía, fazendo o curso de filosofia. Ali continuava em 1600, já padre, com os ofícios de confessor e língua.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e algum tempo artes liberais. Sabia a língua brasílica.

⁸²⁷ Não confundir com o Ir. Pero Correia, recebido na Companhia em 1550, e morto pelos índios anos depois.

⁸²⁸ BELIARTE, 1592a.

⁸²⁹ BELIARTE, 1593; BELIARTE, 1592a.

Sebastião Pinto - padre

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 24 anos.

Em 1589, era língua e estudante de humanidades no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1598, já padre, estava na Aldeia Nossa Senhora da Conceição, na capitania do Espírito Santo. Dois anos depois, continuava na capitania do Espírito Santo, residindo na Aldeia de Reritiba.

Formação: estudou quatro anos gramática latina e casos de consciência quanto foi necessário para as ordens sacras. Sabia a língua brasílica.

Domingos Fernandes⁸³⁰ - coadjutor temporal

Espanhol, da diocese de Coria. Recebido na Companhia com aproximadamente 42 anos.

Em 1598, estava em Piratininga, ocupado com ofícios domésticos. Ali continuava em 1600. O catálogo de 1598 indica que sempre exerceu ofícios domésticos.

Pedro Tavares – coadjutor temporal

Brasileiro, da capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1598, estava na capitania do Espírito Santo, exercendo o ofício de alfaiate e servindo em outros ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com os ofícios de sapateiro e língua.

Diego Martins – coadjutor temporal

Português, natural de Coimbra. Recebido na Companhia com aproximadamente 35 anos.

Em 1589, era porteiro e prefeito da saúde no Colégio da Baía. Ali também foi por dois anos subministro. Em 1598, era procurador no Colégio de Pernambuco e exercia ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com o mesmo cargo e ofícios.

Rodrigo Velho – coadjutor temporal

Em 1589, era despenseiro e sapateiro no Colégio da Baía. Transferido para o Colégio do Rio de Janeiro, foi ali despedido antes de 1598.⁸³¹

⁸³⁰ Não confundir com o Domingos Fernandes recebido na Companhia em 1582, também coadjutor temporal.

⁸³¹ Lista dos despedidos.

João de Oliveira - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Ilhéus. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Após estudar quatro anos gramática e três artes liberais, provavelmente no Colégio da Baía, em 1598, ensinava há um ano latim no Colégio de Pernambuco. Em 1600, estava de volta ao Colégio da Baía e ali estudava teologia. Sabia a língua brasílica.

João Martins⁸³² - *estudante*

Português, da diocese de Braga. Foi recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

No catálogo de 1589, seu nome ainda não consta. Em 1598, estava na Aldeia Santo Inácio, Espírito Santo, dedicando-se à aprendizagem da língua brasílica. Ali continuava em 1600, com a mesma ocupação.

Manoel Fernandes⁸³³ - *estudante*

Em 1589, era estudante de latim no Colégio da Baía. Ali continuava, ainda estudante, em fins de 1591 ou princípios de 1592, quando foi despedido da Companhia.⁸³⁴

Cristóvão de Freitas⁸³⁵ - *estudante*

Em 1589, era noviço e estudante de latim no Colégio de Pernambuco. Transferido para a Baía, foi ali despedido, ainda estudante, antes de 1598.⁸³⁶ Sabia a língua brasílica.

Francisco Álvares - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1589, era noviço e estudante no Colégio da Baía. Ali permaneceu o restante do século XVI, estudando gramática latina, aprendendo a língua brasílica em aldeamentos dos arredores e fazendo o curso de artes. Aprendeu a língua brasílica.

⁸³² Não confundir com o João Martins, coadjutor temporal, vindo de Portugal em 1570.

⁸³³ Não confundir com o P. Manoel Fernandes, vindo ao Brasil em 1587.

⁸³⁴ BELIARTE, 1592a.

⁸³⁵ Não confundir com o Cristóvão de Freitas recebido na Companhia em 1564. Ver acima.

⁸³⁶ Lista dos despedidos.

Belchior Ferraz - *estudante*

A única referência sobre ele encontrada na documentação pesquisada é a de que, em 1589, era noviço e estudante no Colégio da Baia.

Diego (Diogo) Lacerda - *noviço*

A única referência encontrada sobre ele na documentação pesquisada é a de que, em 1589, era estudante e noviço no Colégio da Baia.

Antônio Fernandes⁸³⁷ - *noviço*

A única referência sobre ele encontrada na documentação pesquisada é a de que, em 1589, era noviço no Colégio da Baia.

1590

RECEBIDOS NO BRASIL

Gaspar Dias – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 27 anos.

Em 1598, estava na residência de Porto Seguro, ocupado com ofícios domésticos. Ali continuava em 1600.

Manuel Nunes - *estudante*

Brasileiro, da Baia. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Após fazer dois anos de noviciado e estudar algum tempo latim, provavelmente na Baia, estava, em 1598, no Colégio do Rio de Janeiro, lecionando latim. Em 1600, estudava novamente latim no Colégio da Baia e era o mestre da escola de ler e escrever. Sabia a língua brasílica.

1591VINDOS DE PORTUGAL⁸³⁸**Pedro Coelho** - *padre*

Português, da diocese Igaditana. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 26 anos e com pouca saúde.⁸³⁹

⁸³⁷ Não confundir com o Antônio Fernandes recebido na Companhia em 1587.

⁸³⁸ Catálogo dos que vieram ao Brasil em 1591.

Em 1598, era consultor, admonitor e professor de artes liberais no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, exercendo os ofícios de pregador, confessor, língua e prefeito dos estudos.

Formação: estudou cinco anos gramática latina, quatro anos artes liberais e quatro anos teologia.

Gaspar Lobo - *padre*

Português, da diocese de Braga. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 29 anos.

Em 1598, estava no Colégio da Baía, estudando teologia e ensinando gramática latina. Ali continuava em 1600, com os ofícios de pregador e confessor.

Formação: estudou quatro anos latim, quatro anos artes liberais, dois anos e meio casos de consciência e alguma teologia.

Simão Pinheiro - *padre*

Português, da diocese de Coimbra. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 28 anos, sem muita saúde.⁸⁴⁰

Em 1598, já padre, era pregador e professor de casos de consciência no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com os ofícios de pregador e confessor.

Formação: estudou quatro anos e meio gramática latina, quatro anos artes liberais e três anos teologia.

Manuel de Oliveira - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 27 anos. Era de pouca saúde.⁸⁴¹

Aqui chegado, estudou por alguns anos gramática latina e ensinou por três anos artes liberais no Colégio da Baía. Ali continuava em 1598, já padre, com os ofícios de pregador e professor de teologia. Em 1600, era pregador, confessor e superior das casas de Santos e São Vicente.

Formação: estudou cinco anos gramática latina, quatro anos artes liberais. Também deve ter estudado casos de consciência.

⁸³⁹ Idem.

⁸⁴⁰ Idem.

⁸⁴¹ Idem.

RECEBIDOS NO BRASIL

Domingos Álvares – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na companhia com aproximadamente 24 anos.

Em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro, exercendo ofícios domésticos. Em 1600, estava na residência de Santos.

1592

RECEBIDOS NO BRASIL

Mateus Tavares - *padre*

Português, da diocese de Coimbra. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1598, ainda estudante, auxiliava o procurador no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, já padre, com o mesmo ofício.

Formação: estudou três anos gramática latina; também deve ter estudado casos de consciência.

Amador Rebelo - *padre*

A única referência encontrada sobre ele na documentação pesquisada é a de que, por volta de 1592, o provincial Marçal Beliarte pediu que lhe dessem um “vestido secular”, o que, de fato, ocorreu.⁸⁴²

Luís Fernandes⁸⁴³ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 29 anos.

Em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro, ocupado em ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, exercendo os ofícios de carpinteiro e refeitoreiro.

Francisco Gonçalves⁸⁴⁴ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 25 anos.

⁸⁴² BELIARTE, 1592a.

⁸⁴³ Não confundir com o Luís Fernandes, também coadjutor temporal e recebido em 1582.

⁸⁴⁴ Não confundir com os outros Francisco Gonçalves, também coadjutores temporais: um vindo de Portugal em 1569 e dois recebidos no Brasil, um em 1578 e outro em 1583.

Em 1598, estava no Colégio de Pernambuco, exercendo o ofício de alfaiate e outros ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com os ofícios de alfaiate e roupeiro.

Manuel Cardoso - *estudante*

Brasileiro, da capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1598, era estudante do curso de filosofia no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, ocupado com o mesmo curso. Sabia a língua brasílica.

Antonio Antunes - *estudante*

Brasileiro, da capitania do Espírito Santo. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Após fazer dois anos de noviciado e estudar por quase quatro anos gramática latina, em 1598, estava no colégio da Baía, instruindo os meninos da escola de ler e escrever. Em 1600, era língua e estudante de latim no Colégio do Rio de Janeiro. Sabia a língua brasílica.

Simão de Sampaio - *estudante*

Brasileiro, da capitania do Espírito Santo. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Após estudar por quatro anos gramática latina, em 1598, residia em Piratininga. Em 1599, foi despedido da Companhia no Colégio do Rio de Janeiro.⁸⁴⁵ Sabia a língua brasílica.

João de Almeida - *estudante*

Inglês, de Londres. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1598, estudava gramática latina no Colégio do Rio de Janeiro. Ali continuava em 1600, com a mesma ocupação.

Pantaleão Álvares - *estudante*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1598, estava na residência de Santos. Em 1600, residia na Aldeia São Barnabé, Rio de Janeiro. Sabia a língua brasílica.

⁸⁴⁵ Catálogo de 1600 – suplemento; Lista dos despedidos.

Diego Leitão - irmão

A única referência que dele aparece na documentação pesquisada é a de foi despedido da Companhia em 1592 pelo provincial P. Marçal Beliarte, por mostrar-se muito inconstante.⁸⁴⁶ Ele deve ter sido admitido antes, mas no catálogo de 1589 seu nome ainda não consta.

1593**RECEBIDOS NO BRASIL****José de Lima – *coadjutor temporal***

Italiano. Recebido na companhia com aproximadamente 25 anos.

Em 1598, participava da primeira missão jesuítica aos Amoipira, que adentrou o sertão da Baía por seis meses, até chegar ao Rio de São Francisco, nas margens do qual habitavam os Amoipira.⁸⁴⁷ Em 1600, estava na Aldeia São João, Baía, com o ofício “companheiro”.

Mateus de Aguiar - *estudante*

Brasileiro, da Baía. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1598, já estudara cinco anos gramática latina e estava no Colégio da Baía, fazendo o curso de filosofia. Ali continuava em 1600, fazendo o curso de artes. Sabia a língua brasílica.

Paulo da Fonseca - *estudante*

Brasileiro, da Baía. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1598, já estudara por quase quatro anos gramática latina e estava no Colégio da Baía, cursando filosofia. Ali continuava em 1600, com a mesma ocupação. Sabia a língua brasílica.

André (Antreas) de Soral - *estudante*

Brasileiro, da capitania de São Vicente. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1598, estudava gramática latina no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, ainda estudante de latim. Sabia a língua brasílica.

⁸⁴⁶ BELIARTE, 1592a; Lista dos despedidos.

⁸⁴⁷ RODRIGUES, Pero, 1599:474-474v.

1594

VINDOS DE PORTUGAL⁸⁴⁸**Pero Rodrigues**⁸⁴⁹ - *padre*

Português, de Évora. Em 1594, contava aproximadamente 52 anos.

Passara já pelo Brasil em 1592, a caminho para Angola, onde foi visitador. Retornou em meados de 1594, com a patente de provincial, cargo que assumiu dois dias após sua chegada, a 19 de julho de 1594. Como provincial, andava em constantes visitas aos colégios e residências dos jesuítas, revigorando o entusiasmo pelo trabalho de conversão indígena e o vigor da vida espiritual. Em 1600, continuava no cargo de provincial.

Antônio Gonçalves⁸⁵⁰ – *irmão*

Português. Veio de Angola para o Brasil e faleceu no Colégio do Rio de Janeiro em 1597.⁸⁵¹

RECEBIDOS NO BRASIL

Antonios Luís – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 45 anos.

Em 1598, era carpinteiro no Colégio de Pernambuco e ocupava-se com ofícios domésticos. Ali continuava em 1600.

Francisco da Fonseca - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Pernambuco. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos.

Em 1598, estava no Colégio do Rio de Janeiro, estudando há quase dois anos gramática latina. Em 1600, residia na Aldeia Santo Antônio, Baía, dedicando-se ao estudo da língua brasílica.

⁸⁴⁸ A expedição que trouxe estes jesuítas ao Brasil chegou à Baía a 17 de Julho deste ano. Conf. LEITE, HCJB I:570.

⁸⁴⁹ Houve outro Pero Rodrigues, recebido na Companhia em 1560. Ver acima.

⁸⁵⁰ Não confundir com os outros Antônio Gonçalves: um irmão recebido no Brasil em 1554, um padre, vindo de Portugal em 1560, e outros dois coadjutores temporais, um recebido em 1568 e o outro em 1584.

⁸⁵¹ LEITE, HCJB I:570, nota 11.

Manuel Rodrigues⁸⁵² - *estudante*

Brasileiro, do Rio de Janeiro. Recebido na Companhia com aproximadamente 14 anos.

Em 1598, estudava gramática latina no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, ainda estudante de latim.

Jacome do Vale - *estudante*

Natural de Flandres. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1598, estudava gramática latina no Colégio do Rio de Janeiro. Ali foi despedido da Companhia em 1599.⁸⁵³ Sabia a língua brasílica.

1595

VINDOS DE PORTUGAL

Rafael Carneiro - *padre*

Português. Veio ao Brasil já padre, mas um ano após sua chegada, em maio de 1596, faleceu na Baía.⁸⁵⁴

João Fernandes - *padre*

Português, das Ilhas Terceiras. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 33 anos.

Em 1598, estava na capitania do Espírito Santo, exercendo os ofícios de pregador e confessor. Em 1600, era língua e estudava teologia no Colégio da Baía.

Formação: estudou letras humanas, quatro anos artes liberais, um ano teologia e algum tempo casos de consciência. Estudou e aprendeu a língua brasílica.

Manuel Gomes - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 22 anos.

Em 1598, estava há um ano e meio estudando teologia no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, já padre, ainda estudando teologia.

Formação: estudou seis anos gramática latina, quatro anos artes liberais e estava estudando teologia. Sabia medianamente a língua brasílica.

⁸⁵² Não confundir com o Manuel Rodrigues recebido na Companhia em 1585.

⁸⁵³ Lista dos despedidos.

⁸⁵⁴ LEITE, HCJB I:571.

Manuel Tenreiro - *padre*

Português, da diocese de Évora. Veio ao Brasil ainda estudante, com aproximadamente 22 anos.

Em 1598, já padre, era professor de artes liberais no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com o mesmo ofício.

Formação: estudou cinco anos latim, quatro anos artes liberais e dois anos teologia. Sabia medianamente a língua brasílica.

João Baptista⁸⁵⁵ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil com aproximadamente 27 anos.

Em 1598, era subministro no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com o ofício de porteiro.

RECEBIDOS NO BRASIL

Francisco da Costa – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1598, era alfaiate no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, com os ofícios de alfaiate e roupeiro.

Pedro Barbosa - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1598, estudava gramática latina no Colégio da Baía. Em 1600, era língua e estudante de latim no Colégio de Pernambuco. Sabia a língua brasílica.

Lásaro Goterres - *estudante*

Brasileiro, da capitania do Espírito Santo. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1598, estava há três anos estudando gramática latina no Colégio do Rio de Janeiro. Em 1600, era mestre da escola de ler e escrever em Pernambuco. Sabia a língua brasílica.

⁸⁵⁵ Não confundir com o P. João Batista vindo ao Brasil em 1577, nem com o P. João Batista Giacomuzzi, vindo ao Brasil em 1575 e que às vezes aparece só como João Batista.

1596

RECEBIDOS NO BRASIL

Antônio Dias⁸⁵⁶ – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 24 anos.

Em 1598, estava no Colégio da Baía, ocupando-se com ofícios domésticos. Em princípios de 1599, participou da segunda expedição missionária aos índios Amoipira, que adentrou por quatro meses o interior da Baía até alcançar o Rio São Francisco, nas margens do qual viviam os Amoipira. Em 1600, ainda não estava de volta dessa missão.⁸⁵⁷

João Gonçalves – *coadjutor temporal*

Português, da diocese do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 19 anos.

Em 1598, era sapateiro no Colégio de Pernambuco e ocupava-se com ofícios domésticos. Ali continuava em 1600, com os ofícios de despenseiro, cozinheiro e sapateiro.

Gaspar de Sousa – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Évora. Recebido na Companhia com aproximadamente 58 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio de Pernambuco. Ali continuava em 1600, com o ofício de refeiteiro.

João Pinto - *estudante*

Brasileiro, da capitania de Porto Seguro. Recebido na Companhia com aproximadamente 20 anos.

Em 1598, era professor de artes liberais no Colégio de Pernambuco. Em 1600, continuava em Pernambuco, residindo na Aldeia Nossa Senhora da Escada. Sabia a língua brasílica.

⁸⁵⁶ Não confundir com o P. Antônio Dias, recebido à Companhia no Brasil em 1560.

⁸⁵⁷ RODRIGUES, Pero, 1599:474-474v; Catálogo de 1600. Ver também expedições missionárias aos Amoipira, acima.

Francisco Peixoto - estudante

Português, da diocese de Angra. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1598, estava na Aldeia Espírito Santo, Baia, dedicando-se ao aprendizado da língua brasílica. Ali continuava em 1600, com a mesma ocupação.

Francisco Carneiro - estudante

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1598, estava na Aldeia Santo Antônio, Baia, dedicando-se à aprendizagem da língua brasílica. Ali continuava em 1600, com a mesma ocupação.

Francisco Rebelo - estudante

Português, da diocese de Angra. Recebido na Companhia com aproximadamente 16 anos.

Em 1598, estava na Aldeia São João, Baia, dedicando-se à aprendizagem da língua brasílica. Em 1600, dedicava-se ao aprendizado da língua brasílica na Aldeia Espírito Santo, Baia.

1598**VINDOS DE PORTUGAL****Antônio de Matos - padre**

Português, natural de Santarém. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 37 anos.

Seu nome ainda não consta no catálogo de 1598. Em 1600, estava na Aldeia Santo Antônio, Baia, aprendendo a língua brasílica.

Melchior Álvares - padre

Português, da diocese de Lisboa. Veio ao Brasil já padre, com aproximadamente 30 anos.

Seu nome ainda não consta no catálogo de 1598. Em 1600, estava na Aldeia Espírito Santo, Baia, aprendendo a língua brasílica.

Jerônimo Peixoto - *padre*

Português. Seu nome ainda não consta no catálogo de 1598. Em 1600, lecionava latim no Colégio da Baia.

João Gomes - *estudante*

Seu nome ainda não consta no catálogo de 1598. Em 1600, ensinava latim no Colégio do Rio de Janeiro.

RECEBIDOS NO BRASIL

Antônio Pereira - *estudante*

Brasileiro, da capitania do Espírito Santo. Recebido com aproximadamente 18 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baia. Em 1600, ainda noviço, estudava latim no Colégio do Rio de Janeiro.

João de Azevedo - *estudante*

Português, da diocese de Angra. Recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baia. Ali continuava em 1600, ainda noviço.

João Álvares - *estudante*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baia. Ali continuava em 1600, ainda noviço.

Inácio de Sequeira⁸⁵⁸ - *estudante*

Português, da diocese de Lamego. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baia. Ali continuava em 1600, ainda noviço.

Diogo de Abreu - *estudante*

Português, da diocese de Lisboa. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

⁸⁵⁸ No catálogo de 1598, ele aparece como Lupus de Sequeira.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baía. Ali continuava em 1600, ainda noviço.

Gonçalves Correa - *noviço*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 15 anos.

Em 1598, era noviço no Colégio da Baía. Não há referência posteriores a ele; já não consta mais no catálogo de 1600.

1999

RECEBIDOS NO BRASIL

Gaspar Mendes – *coadjutor temporal*

Português, da diocese de Braga. Recebido na Companhia com aproximadamente 22 anos.

Em 1600, era noviço e roupeiro no Colégio do Rio de Janeiro.

Pero da Cunha – *coadjutor temporal*

Português, natural do Porto. Recebido na Companhia com aproximadamente 18 anos.

Em 1600, era noviço no Colégio da Baía.

Gaspar de Araújo – *coadjutor temporal*

Em 1600, era noviço no Colégio da Baía.

Manoel de Morim - *estudante*

Português, da diocese de Braga.

Em 1600, era noviço e estudava latim no Colégio do Rio de Janeiro.

Sebastião Vaz - *estudante*

Português, da diocese de Angra. Recebido na Companhia com aproximadamente 17 anos.

Em 1600, era noviço no Colégio da Baía.

Francisco Meireles

Em 1600, era noviço no Colégio da Baía.

Luís de Lemos

Em 1600, era noviço e estudava latim no Colégio do Rio de Janeiro.

1600

RECEBIDO NO BRASIL

Salvador Correa – noviço

Em 1600, era noviço no Colégio da Baía.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação da trajetória de diálogo entre o projeto missionário da Companhia de Jesus no nível institucional e no nível individual de cada jesuíta e demonstrar as interconexões existentes entre a as diversas instâncias internas da ordem e do contexto colonial, convém tecer alguns comentários conclusivos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o itinerário da Companhia de Jesus e dos jesuítas no Brasil acompanhou as transformações e o desenvolvimento da colônia brasileira ao longo da segunda metade do século XVI. Com efeito, a missão brasileira era um espaço de adaptações. Ao mesmo tempo em que os jesuítas tiveram que adaptar seu projeto missionário à política indigenista portuguesa para o Brasil, tiveram que adaptar, também, ao contexto brasileiro as ordens da Companhia vindas de Roma e que pretendiam regulamentar a atuação de cada um deles. Essa dupla adaptação manifesta-se na estrutura organizativa que a Companhia assumiu no Brasil, sustentada pelo tripé: colégios, residências e aldeamentos. Essa estrutura estava a serviço da conversão dos índios e integrou as regras da ordem vindas de Roma, as experiências dos missionários brasileiros no trato com os índios e o projeto da coroa para o Brasil. Dado que a catequese não poderia manter-se unicamente com jesuítas itinerantes, sustentados por esmolas, o colégio tornou-se o meio para conciliar a sustentação dos missionários jesuítas pela coroa portuguesa com as orientações da Companhia de que jesuíta algum devia ter bens nem devia ser remunerado pelo serviço na vinha do Senhor. É claro que para os ideais evangelizadores da Companhia universal, a fundação de colégios deu-se, também, em decorrência do seu interesse pela formação leiga e religiosa nos locais em que atuava, que tornava-se, década após década, mais necessária para o desenvolvimento da colônia brasileira. No entanto, enquanto integrantes da estrutura organizativa que respondia ao compromisso de conversão dos índios, a criação dos colégios no Brasil deu-se em virtude da necessidade de uma base econômica para a sustentação dos jesuítas aplicados no trabalho de conversão, uma vez que o sustento deles unicamente por meio de esmolas era inviável e o dever da coroa portuguesa com a conversão dos índios, a troca da qual tinha direito ao recolhimento dos dízimos, ordenava a sustentação de missionários. Era, pois, por causa da obrigação da coroa com a conversão indígena e dos regulamentos da Companhia em relação à posse de bens que o rei português responsabilizava-se pelo sustento de determinado número de jesuítas por meio de uma dotação a cada colégio, que, no Brasil, vinha a ser o mesmo que seu fundador. E como a experiência demonstrou que era segundo o modelo dos aldeamentos

que melhor se operava e conciliava a ação de conversão e a política indigenista, foi na fundação deles que os missionários passaram a investir suas energias; e como os jesuítas que ali residiam tinham que ser sustentados pela coroa portuguesa, mas não podiam receber estipêndios por seu trabalho, em virtude das normas internas da Companhia, cada um deles estava ligado a algum colégio que lhe dava o sustento material por meio dos pagamentos que a coroa destinava ao colégio. Dali também recebia o apoio humano por meio dos superiores locais da Companhia, orientados por Roma a visitá-los repetidamente, a fim de animá-los e orientá-los em sua missão. Quanto às residências, estabelecidas nas diversas capitâneas, sustentavam-se por meio de esmolas exatamente por não serem colégios nem aldeamentos: se fossem colégios, segundo os regulamentos da Companhia, poderiam ter fontes de renda e receberiam os pagamentos ordenados pela coroa; se fossem aldeamentos, locais da concretização da obra da conversão, seriam sustentadas pelos colégios, posto que a coroa portuguesa destinava recursos aos colégios para que os jesuítas efetuassem a conversão. Como não estavam voltadas unicamente à conversão, a coroa estava isenta da responsabilidade pelo seu sustento. Dentro da estrutura interna da Companhia, porém, os jesuítas das residências estavam subordinados ao superior do Colégio, que respondia pelo seu cuidado material e espiritual, de modo que o colégio funcionava como o centro agregador de todos os operários jesuítas espalhados pela colônia. Essa definição da estruturação interna da Companhia em colégios, residências e aldeamentos, resultado da aliança entre um projeto evangelizador jesuítico e um projeto político português, foi se formando à medida que a Companhia passou a ter regras mais claras para reger sua atuação evangelizadora, os jesuítas passaram a perceber que métodos mostravam-se mais eficientes na obra de conversão do Brasil e na medida em que o avanço da colonização brasileira exigia políticas indigenistas sincrônicas com o contexto local. Ao mesmo tempo e em decorrência das circunstâncias, os colégios tornaram-se, também, grandes centros de formação de operários jesuítas e de instrução da população colonial.

Ao lado dessa gradativa estruturação da Companhia de Jesus no Brasil, foram ocorrendo resignificações nos conceitos de missão, conversão e vocação, a fim de darem conta de justificar e englobar significativamente os diversos campos de trabalho em que os jesuítas passaram a atuar, decorrência das transformações ocorridas na colônia ao longo do século XVI. Se nos anos iniciais a missão do jesuíta no Brasil estava resumida a converter os índios e os acolhidos na ordem aqui ou enviados da Europa tinham que ter vocação para isso, com o tempo, a abrangência do termo missão passou a ser mais amplo, a ponto de englobar também os investimentos no atendimento a outras camadas da população colonial. Isso

porque a rápida redução dos quadros indígenas do litoral e o aumento da demanda por educadores e pregadores para a população em geral, fizeram com que, em vários locais, o trabalho de evangelização dos índios deixasse de ser prioritário e o foco das atuações religiosas se desviasse para essas outras necessidades. Com efeito, o número dos que se ocupavam em pregar à população não-indígena da colônia, regularmente sob a responsabilidade dos párocos seculares, e os aplicados em trabalhos nos colégios foi aumentando gradativamente ao longo das décadas. Essa diversificação dos campos de trabalho dos jesuítas exigia da Companhia uma estratégica administração dos seus operários e aumentou a demanda por pessoal com formação especializada nas diferentes áreas em que ela passou a atuar. Diante disso, com o tempo, já não era necessário ter vocação para catequizar índios para ser útil na missão brasileira. Ao contrário, na medida em que a província crescia, necessitava-se sempre mais de operários com aptidões diversificadas, capazes de assumir os cargos que iam surgindo. Por exemplo, a criação dos colégios e residências necessitava de padres com capacidades administrativas para assumir os cargos de superiores e administradores deles; o investimento na educação demandava professores, com formação especializada e capacidade para lecionar nos diferentes cursos que foram sendo criados; a construção dos colégios e casas exigia arquitetos e mestres de obras, todos jesuítas, pois outros não havia; já a sustentação dos colégios, que, diante da insuficiência dos pagamentos da coroa, se dava principalmente por meio do cultivo de terras e criações de gado, implicava que parte dos membros da ordem se dedicassem a isso. Afora isso tudo, havia os marceneiros, alfaiates, enfermeiros e cozinheiros espalhados pelos colégios e residências, tarefas ocupadas praticamente só pelos irmãos, o que lhes dava uma função central na criação das condições materiais que sustentavam a estrutura organizativa da ordem voltada para a conversão. Essa diversificação nas exigências de habilidades novas refletia-se na formação jesuítica, pautada cada vez mais nas aptidões de cada um e na especialização deles para determinadas áreas. Percebe-se isso claramente na análise dos catálogos da época, que, ao lado das ocupações de cada jesuíta, colocavam sua formação e, por vezes, seus talentos. Com isso informavam, aos superiores de Roma, a situação do quadro humano que formava a província do Brasil e das carências dela. Isso tudo porque, desde os princípios da ordem recomendava-se que a formação fosse rigorosa e voltada para a missão. Se no trato com os índios o mais importante era o conhecimento da língua brasileira e um pouco de teologia, na atuação nos colégios e vilas exigia-se uma formação teológica e na língua latina mais completa. Da mesma forma, a crescente demanda da população colonial por estudos mais elevados, ao lado da exigência no rigor da formação interna da Companhia, justifica o investimento jesuíta na criação de cursos

de latim e artes nos colégios, que foi possível na medida em que a estrutura do colégio se fortalecia com a melhora das condições de sustentação material e humana dele e de seus cursos.

Por fim, ainda sobre a questão da estruturação da Companhia de Jesus no Brasil, pode-se perguntar até que ponto essa estruturação em colégios, residências e aldeamentos estava efetivamente a serviço da conversão, dado que, afora os anos iniciais, menos da metade dos jesuítas ocupava-se diretamente com os índios. Crescia, por outro lado, como visto, o número dos que se aplicavam à educação desenvolvida nos colégios e nas escolas de ler e escrever das residências, destinadas ao atendimento dos filhos dos portugueses, e os que passaram a atender a população das vilas. No entanto, ao lado do fervor missionário dos jesuítas, que viam na população branca e mameluca também almas necessitadas do socorro espiritual, o trabalho com os portugueses não deixava de ser estratégico, uma vez que eram eles que sustentavam os colégios e, conseqüentemente, os missionários, por meio do pagamento da redízima. Além disso, desde o princípio percebeu-se que o sucesso na obra de conversão dos índios implicava a colaboração de toda população colonial. Apenas o empenho dos padres não bastava, era necessário que os índios fossem aceitos como integrantes livres da população colonial por todos. Essa estratégia, porém, não conseguiu evitar conflitos entre os jesuítas aplicados na defesa da população indígena e os defensores da política de uso dos índios como mão-de-obra nas fazendas e propriedades dos brancos.

Uma segunda consideração sobre o desenvolvimento da presente pesquisa diz respeito aos resultados que os jesuítas conseguiram na sua obra. Posto que, como foi repetido várias vezes ao longo do texto, os jesuítas vieram ao Brasil para a catequese e conversão dos índios, uma pergunta mostra-se pertinente: afinal, eles tiveram sucesso na empreitada de conversão dos índios? É claro que, com o passar das décadas, muitos deles já não eram movidos especificamente por esse propósito e a ação missionária junto aos indígenas não excluía outras frentes de atuação. Mas em todos os momentos avaliativos da atuação no Brasil, os jesuítas apresentavam como primeiro argumento para justificar sua presença nessas partes o seu dever de conversão dos índios. Daí a pertinência da questão.

A resposta a essa dúvida implica, primeiramente, um comentário sobre o que os jesuítas entendiam ser a conversão e, em segundo lugar, no que consistia a obra da conversão no Brasil. No que tange a conversão, num primeiro momento, os jesuítas acreditavam que os índios poderiam substituir inteiramente suas crenças religiosas pela autêntica doutrina católica e por eles trazida em catecismos da Europa. Com efeito, eles compreendiam-se como os anunciadores da única religião salvadora, pautada nos evangelhos e confiada a eles por Cristo

para ser anunciada em todos os cantos da terra. Essa certeza de enviados por Cristo, nutria neles o sincero desejo de salvar os índios por meio de sua conversão ao cristianismo. Orientados pelos documentos fundadores da ordem, era por meio da ajuda à salvação do próximo que encontrariam a salvação de sua própria alma. Assim, o empenho para não deixar morrer nenhum índio sem o batismo salvífico cristão não era um esforço sem recompensa, mas o ideal teórico que movia a vida do missionário, à semelhança do que fizeram os apóstolos bíblicos. Humildes e piedosos, mas também marcados pelo espírito aventureiro próprio do século XVI, metiam-se entre os índios, muitas vezes sem receio diante dos riscos de perder a própria vida.

Era guiados por esse ideal que os jesuítas iniciaram sua catequese no Brasil. É claro que percebiam a necessidade da transformação dos costumes sociais dos índios para adequarem-se à proposta católica e merecerem a salvação, mas a aposta era no poder transformador da palavra dos evangelhos e das pregações dos missionários. Por meio delas, tentavam convencer os índios a aderir à fé católica, acreditando que se conseguissem isso, a transformação social deles seria uma conseqüência. Era uma forma de atuar pautada na argumentação, certos de que, depois de convencidos de que a religião católica era a verdadeira religião, os índios passariam a viver segundo seus ensinamentos. Bastava que os índios compreendessem a doutrina católica, que passariam a vivê-la e se tornariam civilizados.

No entanto, a experiência foi mostrando que essa lógica não funcionava, e os resultados não foram os esperados, pois, os índios, embora em alguns casos demonstrassem interesse em tornar-se católicos, não viam nessa opção a necessidade de mudar seus hábitos e costumes ancestrais. Para eles, a aceitação do Deus cristão não implicava numa mudança de vida no nível prático e social. Além disso, a conversão dos índios era mais que uma obra de piedosos evangelizadores. Ela era, também, um projeto político e econômico, no qual os jesuítas se inseriam como personagens centrais, visto que eles vieram ao Brasil a convite da coroa portuguesa que, ao lado de índios católicos, buscava índios integrados ao projeto colonizador do Brasil. Em outros termos, tornar os índios integrantes da igreja católica significava, ao mesmo tempo, incorporá-los na população colonial brasileira. Ou melhor, a incorporação dos índios no projeto colonial, implicava sua conversão ao catolicismo. Era essa a dupla tarefa que cabia aos jesuítas: como anunciadores do evangelho, tornar os índios adeptos da religião católica; como integrantes da política colonial portuguesa, tornar os índios servidores do rei português. Diante dessa dupla tarefa, seu dever não se resumia em batizar os índios, senão também civilizá-los e inseri-los no projeto colonial. Com efeito, civilizar e

catequizar tornou-se o binômio regente da catequese indígena no Brasil, na época assumido com naturalidade e tido por inseparável, posto que, segundo a filosofia vigente, ao mesmo tempo em que ocorria a adesão à fé cristã católica, por meio da qual ocorria a salvação, o índio devia, também, tornar-se civil e súdito fiel do seu rei, que era o lugar que lhe cabia na ordem universal, e viver segundo os critérios de humanização da época. Sem isso, mesmo conhecendo a fé cristã, estaria excluído da salvação, conseqüência de sua exclusão da ordem das criaturas racionais.⁸⁵⁹

Foi a partir dessa percepção e diante das exigências de conciliação da atuação evangelizadora com o projeto político português, que via na mão-de-obra indígena a solução para o progresso da colônia brasileira, que os jesuítas foram desenvolvendo novas estratégias de catequese, que tinham por objetivo, também, a transformação social e econômica dos índios por meio da imposição de um dia-a-dia regrado por parâmetros civilizatórios. Foi assim que surgiu o aldeamento. Nele, o ato de civilizar, que consistia na eliminação dos costumes bárbaros dos índios, tais como a poligamia, a antropofagia e as guerras inter-tribais, assumiu a preponderância. A catequese se daria num momento seguinte, após eliminados os impedimentos práticos para a vivência do cristianismo. Essa nova forma de atuar transformou, também, a compreensão da idéia de conversão: já não se tratava mais de uma questão teórica de substituição de um conjunto de crenças por outro, mas o desenvolvimento de uma vivência de hábitos católicos, como ir à missa, confessar-se, etc. Dado que crenças ou teorias não se aplicavam ao contexto brasileiro, contavam as manifestações externas dos convertidos. Ao lado da imposição de uma vida social cristã, nos aldeamentos os índios estavam também submetidos a uma autoridade que exigia o cumprimento das leis da civilidade ocidental, integrando-os ao projeto colonial, principalmente como mão-de-obra para as necessidades do cultivo e defesa da terra. Essa nova forma de compreender a conversão assumiu tal relevância que o sucesso ou fracasso dos aldeamentos tornou-se o critério para avaliar o sucesso ou fracasso dos jesuítas na obra de conversão dos índios.

⁸⁵⁹ Um comentário feito pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, da Unisinos, acerca dessa questão, ajuda a compreender essa idéia. Segundo ele, o agostinianismo e a escolástica aquiniana, bases da filosofia da época, indicavam o ser humano com *imago Dei*. Segundo essa idéia, enquanto criatura racional, todo homem deveria aspirar ao seu lugar na ordem universal da criação para ser salvo. O índio, para participar dessa salvação, a qual tendia naturalmente, deveria, antes ou juntamente com a sua adesão à fé cristã católica, adquirir o seu lugar nessa ordem universal, isto é, ser súdito fiel do seu rei e viver segundo os critérios de humanização da época, isto é, ser civil, membro de uma *polis*. Caso contrário, mesmo conhecendo a fé cristã, não ocuparia o seu lugar na ordem universal e, portanto, permaneceria na desordem, o que vinha a ser, estar fora da salvação. Daí, para o jesuíta do século XVI, civilizar, mais que um projeto político, era o meio de inserir o índio na ordem universal. É nessa ótica filosófico-teológica que se insere o possibilitar ao índio as condições sociais que o capacitariam a entrar na ordem de criaturas racionais *imago Dei*.

Se o desenvolvimento dos aldeamentos tornou-se o critério avaliativo do desempenho dos jesuítas na obra da conversão dos índios, então, qual foi o resultado da aplicação jesuíta na fundação e administração de aldeamentos? Vários deram muito certo, alguns deles, fundados nesse período, existiam ainda na segunda metade do século XVIII, quando a Companhia foi varrida dos domínios de Portugal, e encontram-se na origem de cidades brasileiras atuais. Muitos, porém, tiveram existência efêmera ou duraram poucos anos. Não raras vezes, os padres viram sua dedicação a algum aldeamento consumida em poucos dias por uma seqüência de epidemias contagiosas, que assolavam as casas dos índios e eliminavam populações inteiras, deixando os missionários sozinhos ou ao lado de uns poucos sobreviventes. Ao mesmo tempo, a maioria dos aldeamentos viviam constantemente rodeados pela miséria e abandono, decorrente do emprego dos índios como mão-de-obra nas lavouras dos colonos ou nas milícias do governo, que com eles defendia a terra ou conquistava novas regiões, reduzindo-os a deprimentes taperas ocupadas por mulheres e crianças famintas. Em outros momentos, aldeamentos inteiros eram esvaziados por fugas, conduzidas por líderes indígenas que viam a vida livre no sertão, distante do contato com os brancos, como mais atraente. Se, em meio a essa situação deplorável, os missionários tivessem o consolo das verdadeiras conversões, as agruras sofridas estavam justificadas. No entanto, em poucos lugares e poucos momentos foi esse o caso. Na maioria das vezes, eles constatavam, após anos de ensinamentos e pregações, que eram poucos os índios que verdadeiramente acreditavam no Deus anunciado por eles, quando os havia. Menos ainda viviam convictamente conforme os ensinamentos do catolicismo. Os índios que aceitavam deixar seus costumes para aderir à proposta dos missionários faziam isso mais por medo e obrigação ou por interesses diversos aos pretendidos pelos jesuítas. E fora do alcance dos olhos dos missionários, eles permaneciam fieis no cultivo de suas tradições religiosas. Essa situação fez com que, em vários momentos, se questionasse a atuação jesuítica junto aos índios, para alguns visivelmente fracassada.

Ao lado disso, os missionários residentes nos aldeamentos sofriam ainda por outras razões, sobretudo as do tédio, da solidão e das tentações à castidade. Isso tudo tornava a vida nesse trabalho pouco atraente para grande parte dos jesuítas e exigia missionários sólidos na vivência de virtudes espirituais, além de conhecedores da língua brasílica e com aptidões para tratar com os índios. Essas exigências tornavam escassos os verdadeiramente preparados a residir entre os índios, o que fez com que os superiores investissem na criação de condições mais favoráveis para a vivência nos aldeamentos. No entanto, as orientações prescritas eram, geralmente, apenas paliativas e somente reduziam os riscos à salvação dos missionários, dado

que a solução completa dos problemas era impossível. Exemplos disso são as orientações dadas pelos visitantes enviados de Roma. O primeiro deles, P. Inácio de Azevedo, ordenou que os jesuítas dos aldeamentos fossem visitados frequentemente pelos superiores da província ou do colégio a que pertenciam e fossem por eles assistidos para que não perdessem seu vigor espiritual. Além disso, suas casas deviam ser cercadas, para evitar que mulheres entrassem no recinto dos padres, principalmente à noite, e os jesuítas não deviam andar sozinhos pelos aldeamentos. O segundo, P. Cristóvão de Gouveia, diante do tédio da vida nos aldeamentos, recomendou que os missionários, de vez em quando, andassem em missões pelo sertão para revigorar seu espírito evangelizador, visto que a pregação itinerante do evangelho entusiasmava mais e estava mais em conformidade com o ideal evangelizador jesuíta apresentado nos documentos fundadores da ordem, embora geralmente oferecesse riscos maiores à vida do que a permanência nos aldeamentos.

Essas recomendações dos visitantes não conseguiram evitar que a terra brasileira passasse a ser vista pelos jesuítas como um local de missão árdua, e o serviço de conversão dos índios cheio de frustrações e poucas consolações. As muitas dificuldades encontradas no trabalho da catequese dos índios e os poucos resultados conseguidos com ela, desanimavam uma boa parte dos missionários enviados para cá. Foi para evitar a debandada deles, que editou-se, na década de 1560, uma lei que proibia a ida dos jesuítas para outras ordens religiosas, com exceção da cartuxa.⁸⁶⁰ Também dificultou-se a volta deles a Portugal, pois os pedidos eram tantos que “se a cada qual que desgustasse desta Provincia luego se ouviere de dar facultad para irse a Portugal, muy pocos tenemos en ella quietos” (BELIARTE, 1592a:410). Esse clima de desânimo que assolava periodicamente parte dos jesuítas do Brasil, dedicados à obra de conversão dos índios, exigia dos superiores, de Roma e do Brasil, ao lado da preocupação com a salvação dos índios, um cuidado com o fortalecimento espiritual dos missionários e uma constante preocupação para preservação da vocação missionária deles. O discurso e as crenças ensinadas aos jesuítas na Europa, que exaltavam a coragem no enfrentamento das dificuldades e a total entrega do jesuíta à causa de Cristo, nem sempre eram poderosos o suficiente para sustentar a perseverança na vivência virtuosa das regras da Companhia do jesuíta isolado num aldeamento, ao lado de um companheiro frágil como ele. Assolados pela solidão, tentados pelo desânimo e sem alimento para sustentar o vigor espiritual, muitos jesuítas viam-se num contexto de risco maior que o que julgavam capazes de suportar.

⁸⁶⁰ Wetzel, 1972:158.

Diante dessa situação de padecimento dos jesuítas aplicados aos aldeamentos e do reduzido número dos interessados e preparados a residir neles, vieram orientações da Companhia de Roma para que se abandonassem os aldeamentos que oferecessem riscos à salvação do jesuíta, mantendo o atendimento aos índios por meio de visitas periódicas. No Brasil, porém, embora fosse cogitado algumas vezes e em certas circunstâncias, o abandono dos aldeamentos pelos jesuítas nunca foi considerado seriamente, afora nas situações em que faltavam padres para residir neles ou quando o aldeamento não progredia. Entre seguir as orientações vindas de Roma e permanecer com os aldeamentos, os superiores do Brasil reconheciam que sua missão primeira era a fidelidade à obra de conversão dos índios, expressa prioritariamente na sustentação dos aldeamentos. Em carta de 1600, o provincial do Brasil apresenta, ao superior geral de Roma, os argumentos que sustentavam essa opção:

Dirá V.P. q' de vera largar logo as aldeas, q' não podia pver co' 4 residindo. Não me atreverei a isto, se' primeiro lembrar a V.P. as cousas seguintes: 1ª faremos nisto contra a palavra q' demos no sertão a estes Índios de estar co' elles, E contra a vontade del Rey, E dos capitães q' nolos estregarão p os ensinarmos, E conservarmos. 2ª será isto largar a conversão do gentio do Brasil. Sobre o q' estão fundadas as rendas dos collegios, e não sobre estudos. 3ª Tanto q' desemparrarmos aos Índios, como alguns' homes' deseirão, logo são enganados, E cativos pellas casas dos portuguezes. O q' he e' prejuízo dos mesmos, q' se ajudão dos Índios forros contra os corsairos. 4ª Sostentar estas aldeas p visitas não he possível, pq' como estão a 6, 10 e 14 legoas dos collegios, quando vão os padres achão crianças mortas sem bautismo, adultos se' co'fissão, E os ditos indios sem doutrina" (RODRIGUES, Pero, 1600c:196).

Mesmo que menos da metade dos jesuítas estivesse dedicada diretamente com trabalhos de conversão dos índios, a missão primeira deles, no Brasil, continuava sendo a catequese indígena e era isso que eles justificava sua presença aqui. E, com efeito, a ela permaneceram fiéis.

Por fim, uma última consideração diz respeito ao efeito transformador que o contexto local teve sobre os jesuítas da província brasileira e a parcela da Companhia que aqui se desenvolveu. Como já repetido inúmeras vezes, o propósito do projeto jesuítico era a conversão, que vinha a ser transformar os índios de gentios selvagens em civilizados cristãos. Para atingir o seu fim, os jesuítas planejavam e avaliavam sua atuação, sustentados pela convicção de que eram portadores da única religião salvadora. Foi com essa convicção que da Europa para cá chegavam e, aos instruídos no Brasil, dentro do possível, tentava-se ensinar o

mesmo. A fim de ter sucesso em sua empreitada, todos eles carregavam consigo a tarefa de zelar pela preservação de uma pretensa “pureza” do catolicismo, pois, dado que para eles a religião católica era a única e autêntica religião, não convinha que suas verdades fossem maculadas por crenças estranhas a ela. Ao mesmo tempo, porém, cada jesuíta era, também, formado para ser capaz de viver o *discernimento*, que significava ser capaz de, no contexto concreto de sua atuação, discernir o que mais frutos trazia para o reino de Cristo e nisso investir suas energias. Isso implicava reconhecer o que era condizente com os preceitos da ordem e o que não estava em conformidade com ela e ser capaz de acomodar o modo de ser da Companhia e a si mesmo ao contexto local em que era enviado a atuar, sem, contudo, descaracterizar-se como homem comedido e fiel à doutrina católica. Na prática, o resultado disso significava que a observância das regras da ordem dava-se segundo o que discerniam seus membros e o que possibilitava o contexto, o que fez com que o discernimento abrisse uma porta para incorporação de elementos locais à vivência do catolicismo.

Para evitar a descaracterização da Companhia ou inverter o sentido da conversão, em vez de converter os índios, o jesuíta ser convertido por eles, a incorporação de elementos locais e a adaptação do jesuíta ao contexto tinham que ter limites. E, com efeito, essa era uma preocupação constante das autoridades de Roma ao longo do século XVI e foi assunto de intensa correspondência entre os jesuítas do Brasil e os de lá. Afora as discordâncias, a fim de controlar a acomodação dos jesuítas do Brasil ao contexto colonial, apostou-se inicialmente na formação, com o objetivo de desenvolver em cada um as atitudes e qualificações necessárias para viver no meio dos índios sem o risco de abandonar ou macular os preceitos católicos trazidos da Europa. É evidente que o rigor na formação, uma exigência já de Inácio de Loyola, não tinha apenas esse objetivo, senão o de tornar cada jesuíta um eficiente operário de Cristo. E como a formação não conseguiu dar conta de eliminar o excessivo contágio da Companhia por elementos da cultura local e o modo de ser jesuíta, decidiu-se por um rigor cada vez maior na seleção dos candidatos à ordem no Brasil. Isso porque percebeu-se que costumes locais da vivência do catolicismo e tidos por inadequados ao modo de ser da ordem, foram trazidos à Companhia através dos membros aceitos por ela aqui. Por causa desse rigor na seleção de candidatos que demonstrassem perseverança na vivência das regras jesuíticas, os índios foram desde o princípio excluídos de fazer parte dos quadros internos dela. Com o tempo, a maioria dos jesuítas também não aprovava mais a idéia de admitir na Companhia os mamelucos, argumentando que eles não tinham talento para a Companhia, restando apenas os filhos de portugueses, a quem ainda foi dado algum voto de confiança, até que, em 1579,

também a eles foi fechada a porta de entrada na Companhia, em função da pouca persistência que mostravam na doutrina cristã.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que aumentava o rigor na seleção dos candidatos à Companhia no Brasil para não contagiá-la demasiadamente com os costumes locais, começaram a surgir exigências por parte dos jesuítas do Brasil para que também na Europa houvesse uma seleção maior dos missionários enviados ao Brasil, pois nem todos os que provinham de lá eram tidos como aptos para a missão brasileira. Os que vinham e não conseguiam adaptar-se ao contexto brasileiro, não serviam para atuar no Brasil. Já não bastava ter espírito missionário para servir em terras brasileiras; era necessário ter vocação para o Brasil, o que significava não recusar a adaptação à Companhia local. Essas exigências demonstram que cada vez mais a Companhia no Brasil assumia feições próprias, que a diferenciava de alguma forma da Companhia tal como era na Europa. Em outros termos, ao mesmo tempo que os jesuítas investiam na transformação dos índios do Brasil, eles foram também sendo transformados pelo contexto local.

Diferentemente do projeto catequético de transformação dos índios, a transformação da Companhia e dos jesuítas no Brasil não foi algo intentado nem planejado, mas ocorreu silenciosamente a medida que se desenvolviam estratégias de catequese mais conformes o contexto local e a partir das acomodações que aqui se fazia das orientações provindas de Roma. Na verdade, foi a acomodação e intercambialidade entre dois modelos culturais, que deu-se por meio de concessões em ambos os lados. Assim, a preocupação catequética inicial de transformar os índios do Brasil em cristãos puros, idéia gerida principalmente pela convicção dos jesuítas de que traziam a verdadeira fé e pela suposição dos que os índios eram *tabula rasa*, passou a ser substituída, pouco a pouco, por uma atitude de maior negociabilidade, que permitia aceitar os índios do jeito que eram e da forma como viviam o cristianismo. Isso, claro, após percebido que eles não eram o papel em branco que os missionários pensavam ser e que não eram passivos diante do projeto catequético. Mesmo a imposição aos índios de um dia-a-dia regrado por parâmetros civilizatórios, não era capaz de operar a substituição das crenças religiosas deles pela fé católica, pois, ainda que seguissem as leis que lhes eram impostas, obrigados como estavam, internamente não abriram mão de suas características culturais e religiosas. O que fizeram foi acomodar seus costumes ancestrais à vivência da religião católica, cujo resultado foi o desenvolvimento de um catolicismo tupi, bastante diverso do pregado nos cursos de teologia da Europa e que ainda hoje pode ser verificado em vilas e cidades do interior. Da mesma forma, a acomodação ao contexto local da Companhia e seus membros, sempre mais marcados pelas características do contexto

brasileiro, não fez com que deixasse de ser a ordem fundada por Inácio de Loyola e seus seguidores. Os índios catequizados tornaram-se cristãos sem deixarem de ser índios; os jesuítas tornaram-se brasileiros sem deixar de ser jesuítas. Mas já não eram mais os índios do pré-contato com os brancos, nem os jesuítas unicamente formados pela Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - FONTES PRIMÁRIAS

1. Cartas e informações

1.1 - Volumes impressos

ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1988 – Cartas Jesuíticas 3.

LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma, 1956-1960 - 4v.

VIOTTI, Hélio Abranches. *José de Anchieta: Cartas, correspondência ativa e passiva*. São Paulo, Edições Loyola, 1984 – Obras Completas v.6.

VIOTTI, Hélio Abranches. *José de Anchieta: Textos Históricos*. São Paulo, Edições Loyola, 1989 – Obras Completas v.9.

Cartas impressas nesses volumes:

ÁLVARES, P. Manuel. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baía 04 de Setembro de 1560 - Monumenta III, p.272-279.

ANCHIETA, Ir. José de. Carta ao P. Inácio de Loyola. Piratininga, 01 de Setembro de 1554 – Monumenta II, p.101-118 – a.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. Piratininga, Setembro de 1554 - Monumenta II, p.118-123 – b.

_____ Carta aos irmãos enfermos de Coimbra. São Vicente, 20 de Março de 1555 - Monumenta II, p.155-163 – a.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. São Vicente, fim de Março de 1555 - Monumenta II, p.173-209 – b.

_____ Carta ao Provincial de Portugal. Piratininga, fim de Dezembro de 1556 - Monumenta II, p.312-317.

_____ Carta aos padres e irmãos de Portugal. São Paulo de Piratininga, fim de abril de 1557 - Monumenta II, p.364-370.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. S. Vicente, 01 de Junho de 1560 - Monumenta III, p.246-269.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. S. Vicente, 30 de Julho de 1561 - Monumenta III, p.367-382.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. Piratininga, Março de 1562 - Monumenta III, p.451-456.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. S. Vicente, 16 de Abril de 1563 - Monumenta III, p.546-565.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. São Vicente, 08 de Janeiro de 1565 - Monumenta IV, p.120-181 – a.

_____ Carta ao Provincial de Portugal. Baía, 09 de Julho de 1565 - Monumenta IV, p.240-255 – b.

ANCHIETA, P. José de. Carta ao Geral P. Francisco de Borja. São Vicente, 10 de julho de 1570 – VIOTTI, 1984, p.270-273.

_____ Carta Ânua da província do Brasil de 1581. Baía, 01 de Janeiro de 1582 – VIOTTI, 1984, p.302-322.

_____ Carta ao Rei Filipe II. Baía, 07 de Agosto de 1583 – VIOTTI, 1984, p.336-340 – a.

_____ Informação dos primeiros Aldeamentos da Bahia. 1583 – VIOTTI, 1989, p.153-187 – b.

_____ Carta ao Geral P. Claudio Aquaviva. Baía, 08 de Agosto de 1584 – VIOTTI, 1984, p.361-363 - a

_____ Carta ao Geral P. Cláudio Aquaviva. Espírito Santo, 07 de Setembro de 1584 – VIOTTI, 1984, p.415-420 – b.

_____ Breve Informação do Brasil. 1584 – VIOTTI, 1989, p.35-64 – c.

_____ Carta Ânua de 1584. Baía, 27 de Dezembro de 1584 – VIOTTI, 1984, p.368-384 – d.

_____ Carta Ânua da província do Brasil de 1583. Baía, 01 de Janeiro de 1584 – VIOTTI, 1984, p.344-358 – e.

_____ Carta ao Capitão Miguel de Azeredo. Baía, 01 de Setembro de 1592 – VIOTTI, 1984, p.402-410 – a.

_____ Carta ao P. Pero Leitão. Baía, Novembro de 1592 – VIOTTI, 1984, p.411-413 – b.

_____ Carta ao P. Cláudio Aquaviva. Espírito Santo, 07 de Setembro de 1594 – VIOTTI, 1984, p.415-420.

_____ Carta ao P. Inácio Tolosa. Reritiba, 06 de Dezembro de 1595 – VIOTTI, 1984, p.421-423.

_____ Carta ao P. Manuel Viegas. Reritiba, 06 de março de 1596 – VIOTTI, 1984, p.423-425 – a.

_____ História da Companhia de Jesus no Brasil. 1596 – VIOTTI, 1989, p.115-150 – b.

ANÔNIMO. Sesmaria do Colégio de Santiago na Capitania do Espírito Santo. Vitória, 04 de Maio de 1552 – Monumenta I, p.298-302.

_____ Carta de um Irmão do Brasil aos irmãos de Portugal. S. Vicente, 10 de Março de 1553 - Monumenta I, p.425-433.

_____ Posse da Sesmaria de Geraibatiba no Campo de Piratininga. Piratininga, 12 de Agosto de 1560 - Monumenta III, p.270-271.

_____ Sesmaria da Aldeia do Espírito Santo do Colégio da Baía. Baía, 07 de Setembro de 1562 - Monumenta III, p.507-511 – a.

_____ Carta do quadrimestre da Casa de São Roque. Lisboa, 31 de Dezembro de 1562 - Monumenta III, p.516-518 – b.

AZEVEDO, P. Inácio de. Carta ao P. Francisco de Borja. Baía, 19 de Novembro de 1566 - Monumenta IV, p.366-373.

_____ Carta ao P. Francisco de Borja. Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1567 - Monumenta IV, p.381-385.

_____ Visita da província do Brasil. Baía, Julho de 1568 - Monumenta IV, p.482-489.

BLAZQUEZ, Ir. Antônio. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Porto Seguro, 08 de Maio de 1554 - Monumenta II, p.55-60.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baía, 08 de Julho de 1555 - Monumenta II, p.250-260.

_____ Carta do quadrimestre de janeiro até abril. Baía, Maio de 1556 - Monumenta II, p.266-274 - a.

_____ Carta aos padres e irmãos de S. Roque. Baía, 04 de Agosto de 1556 - Monumenta II, p.296-301 – b.

_____ Carta do quadrimestre de setembro a janeiro de 1557. Baía, 01 de Janeiro de 1557 - Monumenta II, p.345-356 – a.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. Baía, 10 de Junho de 1557 - Monumenta II, p. 377-391 – b.

_____ Carta ao Provincial de Portugal. Baía, Junho de 1557 - Monumenta II, p. 391-396 – c.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. Baía, último de Abril de 1558 - Monumenta II, p.425-444.

BLAZQUEZ, P. Antônio. Carta ao P. Diego Laynes. Baía, 10 de Setembro de 1559 - Monumenta III, p.128-140 – a.

_____ Carta ao P. Juan de Polanco. Baía, 10 de Setembro de 1559 – Monumenta III, p.144-147 – b.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. Baía, 01 de Setembro de 1561 - Monumenta III, p.394-427.

_____ Carta ao P. Diego Mirón. Baía, 31 de Maio de 1564 - Monumenta IV, p.52-70 – a.

_____ Carta ao P. Diego Mirón. Baía, 13 de Setembro de 1564 - Monumenta IV, p.70-93 – b.

_____ Carta aos padres e irmãos de Portugal. Baía, 09 de Maio de 1565 - Monumenta IV, p.185-196.

BORJA, P. Francisco de. Carta ao P. Luís da Grã. Roma, 10 de Janeiro de 1566 – Monumenta IV, p.289-293.

_____ Advertências ao P. Inácio de Azevedo. Roma, Janeiro de 1567 - Monumenta IV, p.379-380.

BRÁS, P. Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Espírito Santo, 24 de Agosto de 1551 - Monumenta I, p.272-275.

CÂMARA DE S. PAULO. Carta à Rainha D. Catarina. São Paulo, 20 de Maio de 1561 - Monumenta III, p.341-347.

CORREIA, Ir. Pero. Carta ao P. João Nunes Barreto. S. Vicente, 20 de Junho de 1551 - Monumenta I, p.223-228 – a.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. S. Vicente, de Junho de 1551 - Monumenta I, p.229-231 – b.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. S. Vicente, 10 de Março de 1553 - Monumenta I, p.433-448.

_____ Carta ao P. Brás Lourenço. São Vicente, 18 de Julho de 1554 - Monumenta II, p.63-72.

COSTA, P. Pedro da. Carta aos padres e irmãos de S. Roque. Capitania do Espírito Santo, 27 de julho de 1565 - Monumenta IV, p.264-275.

D. JOÃO III. Carta a Duarte da Costa. Lisboa, 21 de Março de 1554 - Monumenta II, p.35-37.

D. SEBASTIÃO. Alvará da Fundação Régia do Colégio da Baía. Lisboa, 07 de Novembro de 1564 - Monumenta IV, p. 100-106 – a.

_____ Padrão da Fundação do Colégio da Baía. Lisboa, 07 de Novembro de 1564 – Monumenta IV, p.94-99 – b.

_____ Provisão mandando fundar um Colégio na Capitania de S. Vicente ou outro lugar dessa costa. Almeirim, 15 de janeiro de 1565 – Monumenta IV, p.181-184.

_____ Dotação e Fundação do Colégio do Rio de Janeiro. Lisboa, 11 de Fevereiro de 1568. Monumenta IV, p.446-452.

DOMÉNECH, P. Pero. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Lisboa, 27 de Janeiro de 1550 – Monumenta I, p.170-174.

FERNANDES, Ir. João. Carta ao P. Diego Laynes. Lisboa, 22 de Setembro de 1561 – Monumenta III, p.433-434.

FERNANDES, P. Baltasar. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Piratininga, 05 de Dezembro de 1567 - Monumenta IV, p.421-429.

_____ Carta aos padres e irmãos de Portugal, S. Vicente, 22 de Abril de 1568 - Monumenta IV, p.458-464.

GONÇALVES, P. Amaro. Carta ao P. Francisco de Borja. Baía, 16 de Janeiro de 1568 - Monumenta IV, p.435-445.

GONÇALVES, P. Antônio. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Porto Seguro, 15 de Fevereiro de 1566 - Monumenta IV, p.307-320.

GRÃ, P. Luís da. Carta ao P. Diego Mirón. Baía, 27 de Dezembro de 1554 - Monumenta II, p.140-148 – a.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. Baía, 27 de Dezembro de 1554 - Monumenta II, p.128-139 – b.

_____ Carta ao P. Diego Mirón. Espírito Santo, 24 de Abril de 1555 - Monumenta II, p.222-228.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. Piratininga, 08 de Junho de 1556 - Monumenta II, p.286-296.

_____ Carta ao P. Miguel de Torres. Baía, 22 de Setembro de 1561 – Monumenta III, p. 428-432.

HENRIQUES, P. Leão. Carta ao P. Francisco de Borja. Lisboa, 04 de Fevereiro de 1566 - Monumenta IV, p.297-302 – a.

_____ Carta ao P. Francisco de Borja. Coimbra, 08 de Maio de 1566 - Monumenta IV, p.337-340 – b.

_____ Carta ao P. Francisco de Borja. Lisboa, 23 de Julho de 1566 – Monumenta IV, p.347-348 – c.

Ir. CIPRIANO. Respostas ao Exame do P. Nadal. Lisboa, Agosto-Setembro de 1561 - Monumenta III, p.391-394.

Ir. MAXIMIANO. Carta aos irmãos de Portugal. S. Vicente, Junho de 1551 - Monumenta I, p.247-249.

JÁCOME, Ir. Diogo. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. São Vicente, Junho de 1551 – Monumenta I, p.238-247.

JUNTA DA BAIA. Resoluções sobre as Aldeias dos Padres e os Índios. Baia, 30 de Julho de 1566 – Monumenta IV, p.354-357.

LOURENÇO, P. Brás. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baia, 30 de Julho de 1553 - Monumenta I, p.513-518.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Espírito Santo, 26 de Março de 1554 - Monumenta II, p.38-49.

_____ Carta ao P. Miguel de Torres. Espírito Santo, 10 de Junho de 1562 - Monumenta III, p.460-468.

LOYOLA, P. Inácio de. Carta ao P. Manoel da Nóbrega. Roma, 09 de Julho de 1553 – Monumenta I, p.509-512.

MELO, P. João de. Carta ao P. Gonçalo Vaz de Melo, Baia, 13 de Setembro de 1560 - Monumenta III, p.279-284.

MIRÓN, P. Diego. Carta ao P. Inácio de Loyola. Lisboa, 14 de Fevereiro de 1554 - Monumenta II, p.24-26 – a.

_____ Carta ao P. Inácio de Loyola. Lisboa, 17 de Março de 1554 - Monumenta II, p.29-32 – b.

NAVARRO, P. João de Azpicuelta. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baia, 28 de Março de 1550 - Monumenta I, p.177-187.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Salvador, Agosto de 1551 – Monumenta I, p.276-283.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Porto Seguro, 19 de Setembro de 1553 - Monumenta II, p.3-10.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Porto Seguro, 24 de Junho de 1555 - Monumenta II, p.244-250.

NÓBREGA, P. Manoel da. Carta ao P. Simão Rodrigues. Baia, 10 de abril de 1549 - Monumenta I, p.108-115 – a.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. Baia, 09 de Agosto de 1549 - Monumenta I, p.118-132 – b.

_____ Carta ao Dr. Martin de Azpicuelta Navarro. Salvador, 10 de Agosto de 1549 - Monumenta I, p.132-145 – c.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. Porto Seguro, 06 de Janeiro de 1550 - Monumenta I, p.155-170.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. Baia, 11 de Agosto de 1551 - Monumenta I, p.266-272 – a.

_____ Carta ao Rei D. João III. Olinda, 14 de Setembro de 1551 - Monumenta I, p.289-294 – b.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. Baia, 10 de Julho de 1552 - Monumenta I, p.348-357.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. S. Vicente, 12 de Fevereiro de 1553 – Monumenta I, p.419-424 – a.

_____ Carta ao P. Simão Rodrigues. S. Vicente, 10 de Março de 1553 - Monumenta I, p.448-458 – b.

- _____ Carta ao P. Luís Gonçalves da Câmara. S. Vicente, 15 de Junho de 1553 - Monumenta I, p.489-503 – c.
- _____ Carta ao Rei D. João III. S. Vicente, Outubro de 1553 - Monumenta II, p.13-17 - d.
- _____ Carta ao P. Inácio de Loyola. São Vicente, 25 de Março de 1555 – Monumenta II, 164-172.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres. S. Vicente, Maio de 1556 - Monumenta II, p.278-285 – a.
- _____ Carta ao P. Inácio de Loyola. São Vicente, Maio de 1556 - Monumenta II, p.275-278 – b.
- _____ Diálogo sobre a Conversão do Gentio. Baia, 1556-1557 - Monumenta II, p.317-345.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres. Baia, Agosto de 1557 - Monumenta II, p.396-404 – a.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres. Baia, 02 de Setembro de 1557 – Monumenta II, p.404-419 – b.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres. Baia, 08 de Maio de 1558 - Monumenta II, p.445-459.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres e padres e irmãos de Portugal. Baia, 05 de Julho de 1559 - Monumenta III, p.49-67 – a.
- _____ Carta a Tomé de Sousa. Baia, 05 de Julho de 1559 – Monumenta III, p.67-105 – b.
- _____ Carta ao P. Diego Laynes. Baia, 30 de Julho de 1559 - Monumenta III, p.113-118 – c.
- _____ Carta ao P. Miguel de Torres. São Vicente, 14 de Abril de 1561 - Monumenta III, p.336-339 – a.
- _____ Carta ao P. Francisco Henriques. S. Vicente, 12 de Junho de 1561 – Monumenta III, p.347-249 – b.
- NUNES, P. Leonardo. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. S. Vicente, Novembro de 1550 - Monumenta I, p.200-210.
- _____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. S. Vicente, 20 de Junho de 1551 - Monumenta I, p. 231-237.
- _____ Carta ao P. Manoel da Nóbrega. S. Vicente, 29 de Junho de 1552 - Monumenta I, p.335-342.
- OLIVEIRA, P. Gonçalo de. Anual do Colégio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 1573 – Obras Completas v.6, p.274-275.
- PEREIRA, P. Rui. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Baia, 15 de Setembro de 1560 - Monumenta III, p.285-306.
- _____ Carta aos padres e irmãos de Portugal. Pernambuco, 06 de Abril de 1561 - Monumenta III, p.323-336.
- PINA, Ir. Sebastião de. Carta P. Gonçalo Vaz de Melo, Baia, 12 de Maio de 1563 - Monumenta IV, p.22-27.
- PIRES, P. Ambrósio. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Porto Seguro, 05 de Maio de 1554 - Monumenta II, p.49-54
- _____ Carta ao P. Diego Mirón. Baia, 06 de Junho de 1555 - Monumenta II, p.228-233.
- PIRES, P. Antônio. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 02 de Agosto de 1551 - Monumenta I, p.250-264.
- _____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Pernambuco, 04 de Junho de 1552 - Monumenta I, p.321-327.
- _____ Carta ao provincial de Portugal. Baía, 19 de Julho de 1558 - Monumenta II, p.461-467 – a.
- _____ Carta ao provincial de Portugal. Baia, 12 de Setembro de 1558 - Monumenta II, p.469-473 – b.
- _____ Carta aos padres e irmãos de Portugal. Baia, 22 de Outubro de 1560 - Monumenta III, p.307-315.
- _____ Carta aos padres e irmãos da Baia. Baia, Agosto de 1561 - Monumenta III, p.387-390.
- _____ Carta ao P. Luís Rodrigues. Baia, 17 de Julho de 1565 - Monumenta IV, p.260-264.

PIRES, P. Francisco. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baia, 07 de Agosto de 1552 - Monumenta I, p.390-400.

_____ Carta ao P. Manoel da Nóbrega. Espírito Santo, Maio de 1557 - Monumenta II, p.371-377.

_____ Carta ao P. Miguel de Torres. Baia, 02 de Outubro de 1559 – Monumenta III, p.158-162.

POLANCO, P. Juan Alfonso de. Carta ao P. Manuel da Nóbrega, Roma, 15 de Agosto de 1553 – Monumenta I, p.519-520.

_____ Carta ao P. Leão Henriques. Lisboa, 14 de Outubro de 1565 – Monumenta IV, p.282-284.

_____ Carta ao P. Gregório Serrão. Roma, 24 de Dezembro de 1568 – Monumenta IV, p.492-494.

RODRIGUES, Ir. Antônio. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. S. Vicente, 31 de Maio de 1553 - Monumenta I, p.468-481.

_____ Carta ao P. Manoel da Nóbrega. Aldeia do Espírito Santo, 09 de Setembro de 1559 - Monumenta III, p.124-127.

RODRIGUES, P. Antônio. Carta aos padres e irmãos da Baia. Aldeia do Bom Jesus, agosto de 1561 – Monumenta III, p.387-390.

RODRIGUES, Ir. Vicente. Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baia, 17 de Maio de 1552 - Monumenta I, p.305-314 – a.

_____ Carta aos padres e irmãos de Coimbra. Baia, 17 de Setembro de 1552 - Monumenta I, p.409-415 – b.

RODRIGUES, P. Jorge. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Ilhéus, 21 de Agosto de 1565 - Monumenta IV, p.275-282.

RODRIGUES, P. Luís. Carta P. Gonçalo Vaz de Melo. Ilhéus, 11 de Março de 1563 - Monumenta III, p.533-540.

SÁ, Ir. Antônio de. Carta aos padres e irmãos da Baia. Espírito Santo, 13 de Junho de 1559 - Monumenta III, p.36-49.

SÁ. P. Antônio de. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Pernambuco, 08 de Setembro de 1563 - Monumenta IV, p.34-40.

SÁ, Mem de. Carta a D. Sebastião. Rio de Janeiro, 31 de Março de 1560 – Monumenta III, p.168-174.

SOARES, P. Francisco. Capítulo de carta ao P. Pero Rodrigues. Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1594 - Obras Completas, v.6, p.413-414.

TORRES, P. Miguel de. Carta ao P. Manoel da Nóbrega. Lisboa, de 12 de Maio de 1559 - Monumenta III, p.31-32 – a.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. Lisboa, 06 de Outubro de 1559 - Monumenta III, p.163-164 – b.

_____ Carta ao P. Diego Laynes. Lisboa, 10 de Janeiro de 1560 – Monumenta III, p.164-168.

VALE, P. Leonardo do. Carta ao P. Diego Laynes. Baia, 23 de Setembro de 1561 - Monumenta III, p.435-451.

_____ Carta aos padres e irmão de S. Roque. Baia, de 26 de Junho de 1562 - Monumenta III, p.469-507.

_____ Carta ao P. Gonçalo Vaz de Melo. Baia, 12 de Maio de 1563 – Monumenta IV, p.5-22.

_____ Carta aos padres e irmãos de Portugal. São Vicente, 23 de Junho de 1565 - Monumenta IV, p.201-213.

1.2 - Cartas Manuscritas

Cópias microfilmadas no Instituto Anchieta de Pesquisas.

ÁLVARES, P. João. Carta escrita em nome do P. Geral ao P. Pero Rodrigues, provincia l. Roma, 28 de agosto de 1594 – ARSI, Bras.2, fols.152-153.

ANÔNIMO. Algumas coisas que da província do Brasil se propõem ao P. Geral neste ano de 1579 e respostas a elas. 1579. – ARSI, Bras.2, fols.32-36.

_____ Fundação dos Colégios e Residências do Brasil. 1598 — ARSI, Bras.11I – *s/paginação*.

_____ Historia delos Colegios del Brasil hasta el año 1588. 1588 – ARSI, Bras.11II, fols.494-496.

_____ Memoriale Visitationis. 1584 – ARSI, Lus.68, fols.414-417.

_____ Menologio dos varoens ilustres da Comp^a. de Jesus – Bras.13 e Bras.14 – *s/ data*.

_____ Visitas dos padres visitadores depois de serem aprovadas pelo P. Geral – ARSI, Bras.2, fols.248-270 – *s/ data*.

AQUAVIVA, P. Cláudio. Instruction particular para el P. Cristóbal de Gouveia visitador del Brasil. Roma, Julho de 1582 – Fond. Ges. Brasil, 721 – *s/paginação*.

_____ Carta ao visitador P. Cristóvão de Gouveia. Roma, 10 de Fevereiro de 1585 – ARSI, Bras.2, fols.84-85.

_____ Carta ao P. Cristóvão de Gouveia, visitador. Roma, 27 de Janeiro de 1587 – ARSI, Bras.2, fols.89-90 - a.

_____ Carta ao P. Provincial Marçal Beliarte. Roma, 19 de Maio de 1587. ARSI, Bras.2, fols.167-184 – b.

_____ Carta ao P. Provincial Marçal Beliarte. Roma, 21 de Março de 1588 – ARSI, Bras.2, fol.90.

_____ Capítulo de carta ao P. Provincial Marçal Beliarte. Roma, Outubro de 1591– ARSI, Bras.2, fol.103.

_____ Carta ao P. Pero Rodrigues. Roma 15 de Fevereiro de 1595 – ARSI, Bras.2, fols.115-116.

_____ Carta ao P. Provincial Pero Rodrigues. Roma, 13 de Fevereiro de 1596. – ARSI, Bras.2, fols.155-157.

_____ Carta ao P. Provincial Pero Rodrigues. Roma, 30 de Julho de 1598 – ARSI, Bras.2, fols.237-238.

ARAÚJO, P. Antônio de. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de Setembro de 1592 – ARSI, Bras.15, fols.399-402.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 17 de fevereiro de 1600 – ARSI, Bras.3, fols.187-188.

ARMÍNIO, P. Leonardo. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 24 de Agosto de 1593 – ARSI, Lus.72, 124-125.

BELCHIOR, P. Francisco. Carta ao P. João Álvares da Companhia em Roma. Baia, 28 de Julho de 1596 – ARSI, Bras.15, fol.420.

BELIARTE, P. Marçal. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 09 de Agosto de 1592 – ARSI, Bras.15, fols.409-410 – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de setembro de 1592 – ARSI, Bras.15, fol.395 – b.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de setembro de 1592 – ARSI, Bras.15, fols.397-398 – c.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, Novembro de 1592 – ARSI, Bras.15, fols.405-406 – d.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, 15 de Maio de 1593 – Lus.72, fols.94-94v.

BORJA, P. Francisco de. Carta ao P. Provincial Leão Henriques. Roma, 10 de Agosto de 1569 – ARSI, Bras.2, fols.223-224.

D. SEBASTIÃO. Fundação do Colégio de Pernambuco. Almeirim, 06 de Janeiro de 1576 – ARSI, Bras.11II, fols.449-450.

FERREIRA, P. Antônio. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. São Vicente, 15 de Março de 1585 – ARSI, Lus.69, fols.53-53v.

FONSECA, P. Luís da. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 18 de Agosto de 1584 – ARSI, Lus.68, fols.398-399.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 13 de Janeiro de 1585 – ARSI, Lus.69, fols.13-13v.

GARCIA, Miguel. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 26 de Janeiro de 1583 – ARSI, Lus.68, fols.335-336v.

GOUVEIA, P. Cristóvão de. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 25 de Julho de 1583 – ARSI, Lus. 68, fols.337-340v – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 31 de Dezembro de 1583 – ARSI, Lus.68, fols.341-342 – b.

_____ Enformacion delos Collegios y casas dela Compañia del Brasil e algunas ppriedades para nuestro Padre. Brasil, 31 de Dezembro de 1583 – ARSI, Bras.15, fols.333-339 – c.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 02 de Janeiro de 1584 – ARSI, Bras.5.1, fols.26-27 – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, 06 de Setembro de 1584 – ARSI, Lus.68, fols.402-403v – b.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 01 de Novembro de 1584 – ARSI, Lus.68, fols.407-409 – c.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 05 de Novembro de 1584 – ARSI, Lus.68, fols.412-413 – d.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, Novembro de 1584 – ARSI, Lus.68, fols.410-411 – e.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 19 de Agosto de 1585 – ARSI, Lus.69, fols.131-131v – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 19 de Agosto de 1585 – ARSI, Lus.69, fols.133-134 – b.

_____ O que pareceu ao P. Visitador Cristóvão de Gouveia ordenar na visita deste Colégio da Baia, confirmado pelo P. Geral. Baia, 01 de Janeiro de 1589 – ARSI, Bras.2, fols.271-274.

_____ Lo que pareció al P. Xpoval de Gouveia visitador desta provincia del Brasil que se debe de pponer a N.P. acerca delas fundaciones delos Collegios dela Baya y Rio de Enero – ARSI, Bras.11II, fols.330-331 – *s/data*.

GRÃ, P. Luís da. Carta ao P. Geral Francisco de Borja. S. Vicente, 30 de Julho de 1569 – ARSI, Bras.3, fols.163-164.

MERCURIANO, P. Everardo. Carta ao P. Inácio Tolosa. Roma, 12 de Dezembro de 1574. ARSI, Bras.2, fols.62-63.

_____ Carta ao P. Provincial José de Anchieta. Roma, 15 de Janeiro de 1579. – ARSI, Bras.2, fols.65-68. - a

_____ Carta ao P. Provincial José de Anchieta. Roma, 19 de Agosto de 1579. ARSI, Bras.2, fols.68-71. – b.

OLIVEIRA, P. Gonçalo de. Carta ao P. Geral Francisco de Borja. Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1570 – ARSI, Bras.15, fols.198-199.

PINTO, P. Francisco. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, 17 de Janeiro de 1600 – ARSI, Bras.3, fols.177-179.

ROCHA, P. Antônio da. Carta ao P. Geral Francisco de Borja. Espírito Santo, 26 de Junho de 1569 – ARSI, Bras.3, fols.161-162.

RODRIGUES, P. Pero. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 07 de Agosto de 1592 – ARSI, Bras.15, fol.394 – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de Dezembro de 1592 – ARSI, Bras.15, fols.407-408 – b.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, 24 de Março de 1596 – ARSI, Bras.15, fols.418-419.

_____ Carta ao P. João Álvares da Companhia em Roma. Brasil, 05 de Abril de 1597 – ARSI, Bras.15, fols.428-429 – a.

_____ Carta ao P. João Álvares da Companhia de Jesus em Roma. Baia, 15 de Junho de 1597 – ARSI, Bras.15, fols.424-426v – b.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 10 de Outubro de 1598 – ARSI, Bras.15, fols.467-468.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 19 de Dezembro de 1599 – ARSI, Bras.15, fols.473-478.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 01 de Janeiro de 1600 – ARSI, Bras.3, fols.169-169v – a.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 29 de Agosto de 1600 – ARSI, Bras.3, fols.170-171. - b

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de Setembro de 1600 – ARSI, Bras.3, fols.196-196b – c.

_____ Suplemento do catálogo de 1601 – ARSI, Bras.5, fol.50.

SÁ, P. Manoel de. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 20 de Fevereiro de 1593 – ARSI, Lus.72, fol.54.

TOLOSA, P. Inácio de. Información delas rentas de los collegios dela provincia del Brasil. Baia, 17 de Junho de 1575 – ARSI, Bras. 11II, fol.329.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 19 de Agosto de 1597 – ARSI, Bras.15, fols.433-433v.

_____ Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Baia, 17 de Agosto de 1598 – ARSI, Bras.15, fols.469-469v.

TRAVASSOS, P. Simão. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. Pernambuco, 08 de Março de 1592 – ARSI, Bras.15, fol.411.

VIEGAS, P. Manoel. Carta ao P. Geral Cláudio Aquaviva. São Vicente, 21 de Março de 1585 – ARSI, Lus.69, fols.62-63v.

2. Catálogos

2.1 – Catálogos impressos nos volumes acima citados

CATÁLOGO DE 1558 – Lista dos padres e irmãos que estão por toda a costa da província do Brasil. Baia, Maio de 1558 - Monumenta II, p.459-461; ARSI, Bras.5, fol.01 – *anônimo*.

CATÁLOGO DE 1562 – Lista dos padres e irmãos que estão na capitania de S. Vicente em Abril de 1562 - Monumenta III, p.456-459; ARSI, Bras.5, fols.02-02v – *anônimo*.

CATÁLOGO DE 1566 – Catálogo dos padres e irmãos da Baia. Baia, Novembro de 1566 - Monumenta IV, p.362-366; ARSI, Bras.5, fols.04-04v – *assinado pelo P. Manoel da Nóbrega*.

CATÁLOGO DE 1568 - Lista de los padres y hermanos que ay al presente en la provincia del Brasil. Baia, Julho de 1568 – Monumenta IV, p.475-482; ARSI, Bras.5, fols.06-08 – *assinado pelo P. Luís da Fonseca*.

CATÁLOGO DE 1584 – Primeiro catálogo dos religiosos da Companhia que vivem no Brasil. Enviado pelo procurador P. Antônio Gomes. Janeiro de 1584 – VIOTTI, 1989, p.93-106; ARSI, Bras.5.1, fols.20-25.

CATÁLOGO DE 1586 - Catálogo dos padres e irmãos do Brasil. Ano de 86 – VIOTTI, 1989, p.107-113; ARSI, Bras.5, fols.28-29 – *assinado pelo P. José de Anchieta*.

CATÁLOGO DE 1600 – Catálogo do P. P. e Irmãos da Provincia do Brasil em Jan.^{ro} de 600 - LEITE: HCJB I, p.578-584; Bras.5, fols.47-48 - *assinado pelo P. Pero Rodrigues*.

CATÁLOGO DAS EXPEDIÇÕES MISSIONÁRIAS – Catálogo das expedições missionárias de Lisboa para o Brasil de 1549 a 1604 – LEITE: HCJB I, p.560-572.

CATÁLOGO DOS PRIMEIROS JESUÍTAS RECEBIDOS NO BRASIL - Catálogo Cronológico dos primeiros Jesuítas recebidos no Brasil:1549-1566 – LEITE: HCJB I, p.573-577.

2.2 – Catálogos manuscritos

Cópia microfilmada no Instituto Anchietano de Pesquisas

CATÁLOGO DE 1574 – Catalogo delos padres y hermanos dela provincia del Brasil enel mês de junio del año de 1574 – ARSI, Bras.5.1, fols, 10-14v – *anônimo*.

CATÁLOGO DE 1589 – Catalogo delos padres y hermanos dela provincia del Brasil. Año de 89 – ARSI, Bras.5.1, fols.32-33 – *anônimo*.

CATÁLOGO DE 1598 – Primus catalogus sociorum, qui in Brasilia vivunt, missus per Patrem Fernandum Cardim, Procuratore. Anno 1598. – ARSI, Bras.5, fols.36-42.

CATÁLOGO DOS QUE VIERAM AO BRASIL EM 1591 – ARSI, Bras.5.1, fol.34 – *anônimo*.

LISTA DOS DESPEDIDOS – Despedidos na Pvincia do Brasil do anno de 78 ate o de 603 – ARSI, Bras.5, fol.54 – *anônimo*.

3. Livros

CARDIM, P. Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa, 1997.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977 – 2v.

II – FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*. São Paulo, Unicamp, 2000 – Tese de doutoramento.

CASTELNAU-L'ESTOLE, Charlotte de. *Les Ouvriers d'une Vigne Stérile: les jésuites et la conversión des Indiens au Brésil, 1580-1620*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa e Rio de Janeiro, Edições Brotéria e Livros de Portugal, 1953.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rj e Lisboa, Civilização Brasileira e Livraria Portugália, 1938-1956 – vs.1, 2, 8 e 9.

LOUKOTKA, Cestmír. *Classification of South American Indian Languages*. EUA, Univerity of California, 1968.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus*. Lisboa, 1975.

_____. *Exercícios Espirituais*. São Paulo, Loyola, 1985.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-histórico*. Rio de Janeiro, IBGE, 1944.

PERET, João Américo. *Mapa Etnográfico do Brasil*. 1971.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, Edusp, 1995.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

RICOEUR, Paul. *La Memória, la Historia, el Olvido*. Madrid, Editorial Trotta, 2003.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto, Apostolado da Imprensa – Empresa Editora, 1931 – tomo I.

SCHMITZ, Pedro Inácio. *Índios Missionados pelos Jesuítas nos séculos XVII a XVIII na colônia do Brasil*. Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P., 1999.

STEWART, Julian H. *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, 1946-1959 – v.3.

WETZEL, Herbert Ewaldo. *Mem de Sá, terceiro Governador Geral (1557-1572)*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa, Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Peter(org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Arawaté: os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1998.

- CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras - Secretaria Municipal de Cultura - Fapesp, 1992.
- D'ABEVILLE, Padre Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo, Editora Siciliano, 2002.
- DIAS, Carlos Malheiro, GAMEIRO, Roque, VASCONCELOS, Ernesto de. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto, Litografia Nacional, 1921-1924 - 3v.
- DOURADO, Mecenas. *Ensaio Crítico e Transcrição Integral do Diálogo sobre a Conversão do Gentio do Pe. Manuel da Nóbrega*. Editora Tecnoprint S.A.
- EISENBERG, José. *As missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- FRANCISCO ASSIS MARTINS FERNANDES: *Comunicação na pedagogia dos jesuítas na era colonial*. São Paulo, Edições Loyola, 1980.
- FREIRE, José Ribamar Bessa, MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UERJ, 1997.
- GÁLVEZ, Lucía. *Guaraníes y Jesuitas: de la tierra sin mal al paraíso*. Editorial Sudamerica, Buenos Aires, 1995.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. [1576]. São Paulo, Obelisco, 1964.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- JOSÉ OSCAR BEOZZO: *Leis e regimentos das missões: Política indigenista no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1983.
- MAESTRI FILHO, Mário. *Senhores do Litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995, 2ªed.
- MÉTRAUX, Alfred. *La Civilisation Matérielle des tribus Tupi-guarani*. Paris, 1928.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, Luis Felipe Baeta. *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*. São Paulo, Edusp, 1996.
- ROBERT, Ricard. *La conquista espiritual de México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994, 3ª ed.
- SOUSA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo, 1942.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. Companhia Editora Nacional, 1944.

THOMAS, Georg. *Política Indigenista no Brasil: 1500-1640*. SP, Edições Loyola, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia da Letras, 1995.

Vainfas, R. e Cardoso, C. F. (orgs.). *Os Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997

VARHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962 – 7ª ed.